

POLÍTICA



CIÊNCIAS  
SOCIAIS E  
HUMANAS

# O SOCIALISMO A TRANSIÇÃO E O CASO PORTUGUÊS

*João Martins Pereira*

321.7  
(469)  
PER

Livraria Bertrand

Embora muito se tenha falado de socialismo e de transição a propósito do processo político português depois do 25 de Abril, é incontável que Portugal nunca saiu do quadro típico de uma crise pré-revolucionária. É no entanto inegável que, durante um largo período, a ofensiva pertenceu, em termos de luta de classes, ao movimento popular e às forças políticas que se diziam «revolucionárias». É inegável é também o facto de ter essa luta de classes penetrado nas Forças Armadas a um ponto que não terá paralelo desde a Rússia de 17.

*Como foi então possível* que se tenha chegado à situação actual, em que um Partido Socialista heterogéneo e impotente, após ter-se apoiado nas forças de direita, civis e militares, para atingir o poder, se veja, de cedência em cedência, na iminência de ser por elas ultrapassado — e de ficar na História, à semelhança de tantos congéneres seus, como o agente inglório de dramáticos sucessos?

Este livro pretende contribuir para a resposta a esta questão. E sobretudo, a partir de um exame necessariamente breve de outras crises pré-revolucionárias e dos respectivos desfechos, bem como dos conceitos teóricos fundamentais relativos ao socialismo e à transição, busca extrair do caso português os elementos com que terá vindo enriquecer a experiência revolucionária. Elementos tanto mais úteis quanto dizem respeito a um país capitalista «intermédio» na divisão Internacional do trabalho: o que aqui decorreu (e decorre) prefigura, à sua escala própria, os problemas, que virão a pôr-se talvez a mais breve prazo do que muitos imaginam, da revolução e do socialismo em países de capitalismo avançado.



# O Socialismo, a Transição e o Caso Português

JOÃO MARTINS PEREIRA

# O Socialismo, a Transição e o Caso Português



LIVRARIA BERTRAND  
APARTADO 37 — AMADORA



N. 1661



Capa de José Cândido

© 1976, by LIVRARIA BERTRAND, S. A. R. L. — Lisboa

Composto e impresso nas Oficinas Gráficas da Livraria Bertrand  
(Imprensa Portugal-Brasil). Rua João de Deus—Venda Nova—Amadora

Acabou de imprimir-se em Dezembro de 1976

*«Esse drama estranho e apaixonante que  
é a construção do socialismo.»*

ERNESTO CHE GUEVARA  
*(O Socialismo e o Homem em Cuba)*



## Introdução

**S**E a força das ideias se pudesse medir pela frequência de utilização das expressões verbais que as veiculam, Portugal já há muito estaria em transição para o socialismo, e até talvez mesmo já lá tivesse chegado. Durante largos meses, com efeito, todo o bicho-careta da alta roda política fez gala em usar tal expressão, a torto e a direito, enquanto a «arraia-miúda», essa, ia colocando as primeiras pedras do edifício complexo do socialismo, num movimento vigoroso que se exprimia por uma prática de ruptura, num árduo processo em que as massas iam ganhando experiência à custa de erros e de acertos, e não por estéreis afirmações de princípios ou de intenções. Estas, de resto, pelo simples facto de provirem dos mais variados sectores políticos, que de repente se descobriam uma generalizada vocação socialista, só bem poucos poderiam enganar.

É bem provável que não subsistam já muitos candidatos à demonstração (ou, pelo menos, à defesa convicta) de que em Portugal, mesmo no exaltante pós-11 de Março, se chegou a encetar a «transição para o socialismo». O pudor ou simples parcimónia com que hoje se pronuncia a palavra socialismo — a que não fogem mesmo muitos dos que se encontram marcados com tão incómodo ferrete partidário — só têm

paralelo na ânsia com que antes ela era, ainda que tão ambigualmente, disputada. Nessa distante época, com efeito, quando sobre quase tudo se digladiavam os vários sectores partidários e militares, havia ao menos um ponto de consenso generalizado: todos sabiam que, ao falar de socialismo, estavam a referir-se a coisas diferentes, mas, por isso mesmo, podiam todos dar largas ao uso do vocábulo, reduzido a mero conjunto de dez letras, sem que daí viesse mal — nem bem — ao mundo.

Uma tão gigantesca operação de intoxicação tinha, porém, na sua origem, o sentimento de que as massas populares aspiravam *de facto* à destruição das relações de exploração a que estavam submetidas, e as identificavam, não sem razão, ao sistema capitalista — daí que o afirmar-se socialista, o apresentar uma via «portuguesa» para o socialismo, constituísse para os políticos uma necessidade prévia, sobre a qual poderiam então desenvolver, embrulhadas no papel de seda da «transição», propostas que com isso nada tinham evidentemente que ver.

Ainda recentemente, no decurso da campanha eleitoral para a presidência da República, foi notório o mal-estar do candidato que veio a ser eleito face a uma palavra que surge logo no artigo 2.º da Constituição... Quase foi necessário, no início da campanha, «obrigá-lo» a pronunciá-la, o que, obviamente, dá bem conta quer da convicção com que o fez, quer dos compromissos sobre os quais se apresentava à eleição. Quer ainda, sobretudo, do vazio de conteúdo que, mais do que nunca, estava associado a tal palavra.

Por tudo isto, julguei útil debruçar-me sobre os problemas do socialismo e da transição, buscando desmistificar o muito que sobre isso se disse — e o pouco que nesse sentido se fez (mais correctamente: fizeram as forças políticas que se afirmam socialistas). O texto que se segue é o primeiro passo de uma investigação que pretenderia bastante mais aprofundada. Quer no campo da teoria, quer no da reflexão sobre experiências históricas, quer sobretudo no exame cuidadoso da informação disponível sobre o caso português — quase diria



que o essencial está por fazer. Apenas busquei desbravar caminho, dar algumas pistas e formular umas quantas hipóteses — em suma, abrir uma discussão e despertar as atenções para uma questão política fundamental, despida de interesses mal escondidos e de oportunismos de toda a ordem.

Estranhar-se-á porventura que, dos três capítulos que compreende este livro, apenas um se refira ao caso português, dedicando-se os outros a uma, talvez fastidiosa, montagem de textos e citações relativos a aspectos teóricos e a várias experiências históricas que da «transição para o socialismo» se reclamaram. Na realidade, só aparentemente é esse o caso: os dois primeiros capítulos são, quase tanto como o último, «sobre Portugal». Não só foram escritos tendo permanentemente presentes os acontecimentos que aqui se desenrolaram desde o 25 de Abril, como só dessa forma, também, poderão ser lidos com alguma utilidade. Aliás, a articulação dos textos citados está feita de modo a que dificilmente o leitor português possa percorrê-los com uma atitude neutra, sem os referir a cada passo à experiência vivida ao longo deste período.

É discutível, bem sei, a metodologia dos «paralelos históricos», mas creio ter evitado os seus inconvenientes. O que pretendi, de facto, foi, por um lado, reunir certos conceitos teóricos, por outro, recolher *ideias postas em prática*, com ou sem sucesso, em contextos históricos paralelos (mas nunca *idênticos*), que nos ajudem a formular, para uma formação social concreta que é a portuguesa, os parâmetros fundamentais de uma «transição para o socialismo» que não passou, por enquanto, da fase pré-revolucionária e, portanto, ainda não se iniciou propriamente.

Devo assinalar que não transigi com quaisquer ortodoxias. Sempre que se me depararam materiais de reflexão úteis, não os pus de parte pelo facto de terem sido produzidos por figuras «excomungadas» mais ou menos formalmente: Trotsky, Preobrajensky, Bukharine, Rosa Luxemburgo, Guevara, etc., levantaram questões que não podem ser ignoradas e cuja discussão se não pode nem deve evitar. Aqueles que os «excomungam»

(ou «excomungaram») não deram, de um modo geral, qualquer contributo comparável, já que se limitam a recitar, e quase sempre de forma distorcida, o que os pretensos «deuses» disseram. Não me interessou tão-pouco, ainda que fosse possível (e não o era), confirmar rigorosamente se certas descrições de algumas experiências concretas correspondem ou não com precisão à realidade dos factos. Admiti, isso sim, que não foram pura e simplesmente inventadas e que, portanto, correspondem de algum modo a ideias que se tenta, ou tentou, pôr em prática, pelo meio de contradições inevitáveis que, essas, poderão estar a ser minimizadas. E se adoptei tal atitude é porque, justamente, a formação social concreta que nos interessa é a portuguesa, e esse manancial de «ideias práticas» que constituem as outras experiências históricas terá, de um modo ou de outro, de se inserir num contexto de luta de classes e de contradições que lhe são específicas. É em face destas que o valor de tais ideias terá de ser testado, podendo, por exemplo, revelar-se aqui positivas quando noutras paragens encontraram dificuldades de aplicação, e inversamente. Isto, é claro, tratando-se de ideias que se enquadrem no «sentido do socialismo», ou seja, dentro de uma evolução libertadora das energias e das potencialidades criadoras das massas trabalhadoras — e dentro de um quadro teórico da transição que tenha em conta as «regularidades» evidentes, que será perigoso desconhecer.

Dir-se-á que a importância do tema justificaria uma análise mais demorada, que retardaria a publicação do trabalho, mas, em contrapartida, o traria mais solidamente fundamentado. Não ponho em dúvida os benefícios de tal opção, em termos de rigor. Mas o certo é que este texto não surge de simples lucubrações académicas: ele está fortemente datado, no sentido em que foi uma *prática* que determinou, do ponto de vista do autor, a sua *necessidade*. O mesmo é dizer que ele se pretende «de intervenção». Sendo assim, e porque se continua a viver um período politicamente acelerado, não é de nenhum modo indiferente o momento da publicação. Daí que se

tenha acreditado que uma preocupação excessiva de rigor não podia prevalecer face à urgência de um contributo (mesmo imperfeito e insuficiente) para esclarecer certas questões fundamentais.

A terminar, a resposta antecipada a duas outras críticas que antevejo, no que respeita à análise do caso português. Acusar-me-ão porventura de quase (ou aparentemente) ignorar neste texto a acção das «forças reaccionárias», e mesmo de mal me referir ao próprio Partido Socialista. Acusação oposta à que me foi dirigida quando publiquei *Pensar Portugal Hoje*, em que privilegiava — dizia-se — as estratégias da burguesia. A resposta é, afinal, idêntica, num e noutro caso: procurei, em ambos, focar as estratégias, e a acção delas decorrente, das classes (ou dos seus «agentes») colocadas, numa dada fase da luta de classes, em posição *politicamente dominante*. Antes do 25 de Abril, em particular no início dos anos 70, quando aquele ensaio foi escrito, interessava às classes trabalhadoras, sujeitas a violenta repressão e politicamente *condicionadas* na sua luta, conhecer as contradições no seio do inimigo, para delas tirar partido. No pós-25 de Abril, invertem-se as posições — mais acentuadamente depois do 11 de Março. Os trabalhadores encontram-se na ofensiva, abrem-se-lhes perspectivas políticas revolucionárias — a burguesia vai *reagir* essencialmente no campo económico, cujas rédeas continua a dominar. Sendo assim, consideramos determinante, no que em Portugal se passou desde o 25 de Abril, a acção das massas trabalhadoras, bem como a das organizações políticas que delas se reclamam como «vanguarda» — é neste campo, nos seus erros e contradições, que encontraremos explicação para o «levantar de cabeça» das forças reaccionárias, cuja acção foi, em termos de luta de classes, eminentemente *defensiva* até ao 25 de Novembro.

Outra crítica provável é a de que me colocaria na posição do observador externo que, por exemplo, fala dos governos que se seguiram ao 11 de Março como se nada tivesse que ver com eles. Ora, muito pelo contrário, é precisamente o facto



de ter pertencido ao IV Governo Provisório que me permite «autopsiar» a sua impotência e analisar por dentro do aparelho de Estado aqueles meses decisivos entre Março e Julho de 75. O que me envolve, automaticamente, e na medida da parcela de poder de que dispunha, em muitos dos «becos-sem-saída» a que sucessivamente se chegava. Quando muito, poderá argumentar-se que, se nessa altura eu fizesse a análise que hoje proponho, não faria sentido ter aceite tal participação. Aí estou de acordo, mas apenas em termos de «coerência pessoal», o que não é historicamente determinante. Quero com isso dizer que, não tendo consciência de ter prejudicado ou entravado o «processo», e tendo-a de que, fora do Governo, não teria passado de mais um entre tantos franco-atiradores, julgo, apesar de tudo, ter valido a pena.

*Julho, 1976*



## CAPÍTULO I

### QUE SOCIALISMO?

#### UMA APROXIMAÇÃO TEÓRICA

**E**STÃO mais que enterrados os inflamados discursos, os persistentes comunicados, os martelantes editoriais, artigos, declarações, entrevistas em que se buscava mobilizar os trabalhadores para as entusiásticas tarefas da «construção do socialismo». Nunca se chegou, finalmente, a saber que socialismo se entendia (quem?) construir. Que socialismo foi inscrito (por quem?) na própria Constituição.

Uma primeira tarefa que, em consequência, se nos depara é a de discutir, ainda que sem a profundidade desejada, a própria noção de socialismo. Talvez melhor, a de precisar, quanto possível, *de que* socialismo iremos tratar. Nem poderíamos começar por outro lado, já que, se vamos ocupar-nos da transição para o socialismo, não faria sentido deixar deliberadamente no vago o objecto mesmo de tal processo, quanto mais não fosse porque esse objecto condiciona necessariamente a fisionomia e as modalidades de transição: «Uma viagem de mil *li* começa no primeiro passo» (Mao Tsé-tung). E condiciona também algo de não menos importante, em que teremos de nos deter durante umas páginas, que é o famoso ritmo da transição.

Convém começar por recordar um ponto que os eruditos e não raros militantes sabem de cor, se bem que de boa von-

tade o silêncio: as *práticas* (ou «modelos») que hoje se difundem, se discutem, ou se subentendem no que se refere a «socialismo», «transição para o socialismo», «construção do socialismo», «via X, Y ou Z, para o socialismo», «sociedade socialista», etc., só em muito escassa medida se podem fundar nos textos clássicos do marxismo, que sobre tais coisas são extremamente avarentos. Pois se neles não se encontra sequer uma teoria do socialismo, ou mais precisamente do «modo de produção socialista», muito menos seria de esperar que se aventurassem no domínio da prática, da «construção» da sociedade socialista. Em termos de teoria, porém, deve sublinhar-se que neles está *contido* (mas não explícito) o *essencial*, os elementos básicos que permitem caracterizar (com o rigor possível em ciências humanas), quer o estágio final — o comunismo —, quer o período de transição, quer o «modo de produção» que ao longo desse período vai ganhando predomínio sobre o(s) anterior(es). Porque dizemos «está *contido*»? Pela simples razão de que o modo de produção socialista se define pela negação/superação do modo de produção capitalista, sobre este incidindo o trabalho de análise de Marx e Engels. Isto é, ao *conhecer*, no mais forte sentido, o funcionamento real — para além das aparências — do sistema capitalista, *conhecem-se*, desde logo, os fundamentos teóricos do sistema que, partindo dele, o nega. E, naturalmente, poder-se-ão antever, em consequência, certas medidas práticas ou condições necessárias de arranque para a construção da sociedade socialista.

Isto ficará bem claro se atentarmos nos seguintes passos de dois textos de Engels: «[Num recente debate] todos os participantes, em lugar de imaginar a “sociedade socialista” como uma coisa que varia e progride continuamente, consideram-na como uma coisa fixa, estabelecida uma vez por todas, e que tem portanto de ter também um modo de repartição estabelecido uma vez por todas. Para ser razoável, pode-se apenas: primeiro, procurar descobrir o modo de repartição pelo qual se *começará*, e, segundo, tentar encontrar a *tendên-*

cia geral do desenvolvimento ulterior» (OE-II, p. 533) <sup>1</sup>. E ainda: «[Em lugar das “soluções práticas” propostas por alguns socialistas para eliminar todos os males sociais] o socialismo prático consiste muito mais no conhecimento exacto do modo de produção capitalista em todos os seus aspectos» (OE-I, p. 678). Neste ponto, há que levantar uma certa imprecisão, que já terá sido notada no uso das palavras «socialismo» e «comunismo». Como se verá, a discussão dos termos está longe de ser meramente formal: ela vai introduzir-nos directamente no problema da transição. Com efeito, ao longo de toda a obra de Marx e Engels, nunca é clara a distinção entre os dois conceitos. Assim, por exemplo, no *Manifesto Comunista*, de 1848, o objectivo final da luta do proletariado, da revolução comunista, é uma sociedade que, «em lugar da antiga sociedade burguesa, com as suas classes e os seus antagonismos de classe, surge [como] uma associação em que o livre desenvolvimento de cada um é a condição do livre desenvolvimento de todos». Sem que assim seja expressamente designada, tal sociedade será, obviamente, a «sociedade comunista» já que, em todo o «Manifesto», o termo «socialista» é aplicado exclusivamente às teorias e movimentos adjectivados de «reaccionário», «conservador ou burguês» e «crítico-utópico». Mais tarde dirá Engels, no prefácio de 1890: «Quando foi publicado, poderíamos tê-lo intitulado “Manifesto Socialista”.» Simplesmente, «o socialismo significava em 1847 um movimento burguês e o comunismo um movimento operário», por isso «não podíamos hesitar um instante sobre a designação a adoptar». Ao longo das décadas seguintes, o desenvolvimento da concepção materialista da história dá um suporte teórico ao que passarão a designar de «socialismo científico» (por oposição a «socialismo utópico»), e aparecem várias referências, não muito numerosas de resto, a «sociedade socialista» (são, pelo contrário, muito frequentes expressões como «sociedade nova», «sociedade futura»), «modo de produção socialista», «relações

---

<sup>1</sup> Para identificação das referências, ver Bibliografia no fim do livro.



de produção socialistas». O que não impede, porém, que no fim da sua obra, na «Crítica ao Programa de Gotha», Marx dê algumas precisões sobre a «sociedade comunista» e, em particular, distinga dois *momentos* dessa sociedade: um primeiro momento em que existirá uma «sociedade comunista não como se teria *desenvolvido* sobre as bases que lhe são próprias, mas, pelo contrário, tal como acaba de *sair* da sociedade capitalista; uma sociedade, por consequência, que, sob todos os aspectos, económico, moral, intelectual, é portadora ainda dos estigmas da sociedade de cujos flancos saiu»; e uma «fase superior da sociedade comunista, em que terão desaparecido a subordinação servil dos indivíduos à divisão do trabalho e, com ela, a oposição entre o trabalho intelectual e o trabalho manual; em que o trabalho não será apenas um meio de subsistência, mas será ele próprio a primeira necessidade vital; em que, com o múltiplo desenvolvimento dos indivíduos, as forças produtivas terão também aumentado e em que todas as fontes da riqueza colectiva brotarão com abundância»; «só então o horizonte limitado do direito burguês poderá ser definitivamente ultrapassado e a sociedade poderá escrever nas suas bandeiras “de cada um segundo a sua capacidade, a cada um segundo as suas necessidades”». Entre o «Manifesto» (1848) e a «Crítica» (1875), temos, em 1850, a «Luta de Classes em França», onde Marx identifica «socialismo revolucionário» com «comunismo», dizendo que «este socialismo é a *declaração permanente da revolução, a ditadura de classe* do proletariado, como ponto de transição necessário para chegar à *supressão das diferenças de classe em geral*».

Estão pois bem patentes nestes textos pelo menos dois pontos muito importantes: que não estava na mente de Marx e Engels a existência, entre a sociedade capitalista e a sociedade comunista, de uma «sociedade socialista» bem definida e caracterizada como um «momento» identificável; que, pelo contrário, entre uma e outra haveria um período de transição em que prosseguiria a luta de classes, e que esta seria conduzida sob a ditadura do proletariado até ao momento final



da «fase superior do comunismo». Isto significa, e está expresso aliás no próprio «Manifesto», que o início da transição pressupõe a conquista do poder político, a constituição do proletariado em classe dominante.

Para além disto, teremos a consciência de que «as próprias medidas de transição terão, em toda a parte, de se adaptar às condições que aí existam nesse momento» (Engels, «A Questão do Alojamento»), a noção clara de que a sociedade «socialista» «terá de elaborar o plano de produção segundo os meios de produção disponíveis e em particular as forças de trabalho» (Engels, *Anti-Dühring*), a afirmação de que «o proletariado conquista o poder de Estado e transforma os meios de produção primeiro em propriedade de Estado» (Engels, «Socialismo Utópico, Socialismo Científico»), embora esta última formulação venha inexplicavelmente seguida da indicação de que, por esse acto, o proletariado se elimina enquanto classe, o que contrariaria a ideia mesma de transição<sup>2</sup>. É, enfim, corolário da supressão das classes no estágio superior do comunismo, a noção de que o Estado, instrumento político de dominação de classe, *se extinguirá* no decurso do período de transição, só subsistindo finalmente a função de «administração das coisas», que se substituirá totalmente à de «governo dos homens» (expressão, de resto, já antes utilizada por Saint-Simon). Outras tantas pistas, sem dúvida fecundas, mas que são obviamente insuficientes para constituírem uma «teoria da transição».

A questão da transição — sobretudo do Estado na fase de transição —, e não propriamente a da «sociedade-objectivo», foi, aliás, juntamente com a da estratégia revolucionária, uma das que mais diferenciou as duas mais importantes correntes revolucionárias a partir das últimas décadas do século XIX: marxistas e anarquistas.

Lenine resume o debate do seguinte modo: «Não estamos minimamente em desacordo com os anarquistas quanto à abo-

---

<sup>2</sup> É curioso notar que, ao comentar este texto de Engels, em *O Estado e a Revolução*, Lenine omite este ponto.

lição do Estado enquanto *objectivo*. Afirmamos que, para atingir esse fim, é necessário utilizar *provisoriamente* [sublinhado — J. M. P.] os instrumentos, os meios e os processos do poder de Estado *contra* os exploradores, assim como, para suprimir as classes, é indispensável estabelecer a ditadura provisória da classe oprimida.» Na mesma obra («O Estado e a Revolução»), Lenine concretiza também os três pontos que distinguem marxistas e anarquistas: contrariamente aos segundos, os primeiros afirmam a necessidade de uma fase de transição que conduza ao desaparecimento do Estado, a necessidade de destruição do velho aparelho de Estado pelo proletariado *e sua substituição por um novo*, inspirado no modelo da Comuna de Paris, e, finalmente, a de que o proletariado se prepare para a revolução utilizando o Estado moderno e não à margem dele.

É contudo útil, para a sequência da exposição, reter aqui a opinião de O. Anweiler, que vê em Proudhon e Bakunine os precursores teóricos, contra Marx, da ideia dos «conselhos» («soviete» é a palavra russa para «conselho»). «O ideal proudhoniano da autogestão fundada sobre associações de produtores, as quais serviriam ao mesmo tempo de suportes do novo poder de Estado, apresenta um inegável parentesco com a organização dos sovietes na base da fábrica e com a ideia de uma “democracia dos produtores” que lhe estava ligada» (SR, p. 8). Quanto a Bakunine, considera o mesmo autor que a sua «visão de *comités* revolucionários elegendo um conselho comunal e da organização piramidal da sociedade “pela livre federação, de baixo para cima, das associações operárias tanto industriais como agrícolas (...) primeiro na comuna; federação das comunas nas regiões, das regiões nas nações, das nações na Internacional Fraternal” é espantosamente próxima da estrutura que os conselhos russos deviam adoptar mais tarde, o que não deixa de justificar, pouco que seja, as suas pretensões à validade universal» (*idem*, p. 10). É, no entanto, de assinalar que, contrariamente ao individualismo proudhoniano e à sua ausência de perspectivas de acção (Proudhon é essencialmente um «literato», ou filósofo, neste sentido), Bakunine

é um colectivista, ainda que, obviamente, isso se entenda como um «colectivismo sem coacção» (H. Avron, *L'Anarchisme*, p. 55). É este aspecto da sua visão da sociedade futura — que o coloca no campo do *socialismo* ou *comunismo* libertário —, bem como o seu empenhamento na *acção revolucionária* tendo em vista a destruição do Estado capitalista, que levam Anweiler (e, como adiante veremos, também M. Liebman) a falar das «inclinações anarquistas» de Lenine em 1917, referindo-se a uma conexão de pensamento entre as duas correntes que, «durante algum tempo, mascarou os antagonismos fundamentais que as opunham»<sup>3</sup>. Ora estes antagonismos são sobretudo os que dizem respeito à combinação prática das duas primeiras divergências acima referidas, segundo Lenine: de facto, como se verá, foi pouco duradoura a inspiração da Comuna de Paris, subsistindo apenas aquilo que era inaceitável para os anarquistas — uma fase de transição conduzida por um Estado fortemente centralizado. A vida (como costumava dizer Lenine) encarregou-se de «pôr no seu lugar» a «usurpação da Comuna»

---

<sup>3</sup> Com efeito, entre Março e Outubro de 17, Lenine identificou constantemente o «novo poder» que se desenvolvia paralelamente ao do Governo Provisório, o dos sovietes de operários, camponeses e soldados, como o embrião do futuro Estado de transição, um Estado do «tipo da Comuna de Paris» (ver, por exemplo, o texto «Da Dualidade de Poderes», 9 de Abril, *O-II 1*, p. 15): legitimidade vinda das massas, democracia directa com revogabilidade a todo o instante, ordem mantida pelo povo em armas, funcionários com salários não superiores ao de um operário médio. Mas mais do que isso, viu este «poder único no “Estado” como anunciador do “desaparecimento” progressivo de todo e qualquer Estado» (*O-II 1*, p. 51). E, quanto ao «colectivismo sem coacção»: não diz Lenine que «na primeira fase do comunismo não se pode pensar, sem cair na utopia, que, após ter derrubado o capitalismo, os homens aprendam desde logo a trabalhar para a sociedade *sem normas jurídicas de qualquer espécie*» (*O-II 1*, p. 279), subentendendo, assim, que esse será o objectivo a atingir? Não precisa ele, mais adiante, que na fase superior do comunismo, pelo contrário, «os homens se terão habituado de tal modo a respeitar as regras fundamentais da vida em sociedade, e o seu trabalho ter-se-á tornado tão produtivo, que eles trabalharão voluntariamente *segundo as suas capacidades*» (*O-II 1*, p. 281)? Ultrapassado o «horizonte limitado do direito burguês», «a repartição não exigirá mais o racionamento pela sociedade dos produtos entregues a cada um; cada um levantá-los-á livremente *segundo as suas necessidades*» (*O-II 1*, p. 281). Não será isto — trabalhar voluntariamente, abastecer-se livremente, numa sociedade já detentora de todos os meios de produção — o «colectivismo sem coacção»?



que alguns, com certa dose de razão, atribuem ao Marx da *Guerra Civil em França*.

Assinale-se, por fim, que não é obra do acaso se nos últimos anos um novo «movimento libertário», ao nível das ideias mas também da prática social (de minorias intelectuais, na generalidade dos casos), principalmente após Maio de 68, se volta a inserir na linha que, vinda de Proudhon e Bakunine, passa pelos «conselhistas alemães» dos anos 20, integrando em parte Rosa Luxemburgo, pela Catalunha de 36, e hoje reúne, numa difusa identidade de pensamento, várias correntes autogestionárias e libertárias, algumas reclamando-se de um marxismo enriquecido modernamente por Mao e Guevara<sup>4</sup>. Não é, de facto, obra do acaso: resulta, acima de tudo, da degenerescência da Revolução Russa, em que não raros co-responsabilizam Lenine, atribuindo-lhe a «fase libertária» a puro oportunismo tático.

Feito este parêntesis, que nos trouxe o contributo da componente «conselhistas» (ou «soviética») do projecto anarquista ao pensamento socialista, estamos em melhor posição para retomar o estudo da evolução dos conceitos de socialismo e comunismo. Deve dizer-se que, nas décadas que precederam 1917, um acontecimento marcou o essencial do avanço teórico nesse campo (os soviets enquanto órgãos do poder proletário e camponês), ao mesmo tempo que impediu mais profundas elaborações: a revolução russa de 1905. E é compreensível que assim tenha sido. Por um lado, dentro da mesma óptica não utopista de que se reclamavam os marxistas, só a *revolução em acto*, a prática, poderia contribuir para precisar os conceitos teóricos relativos à sociedade futura. Mas, por outro lado, a questão fundamental colocada a partir de então aos movimentos revolucionários (e não só russo, pois a crise imperialista que conduziu à guerra de 14-18 já se desenhava clara-

---

<sup>4</sup> Encontra-se uma excelente exposição destas ideias nos diálogos entre Sartre, Gavi e Victor, que constituem o livro *On a Raison de se Revolter* (tradução portuguesa *A Razão da Revolta*, Sá da Costa), bem como nas obras do grupo «Socialisme ou Barbarie», em particular as de Castoriadis.



mente, e com ela o previsível enfraquecimento global do sistema) era, directamente, a do poder. Todos os esforços se dirigiam no sentido de uma análise das condições para a conquista do poder, e das formas de acção prática consequentes. Veremos, mais adiante, os problemas que então dividiram o movimento socialista de inspiração marxista, em particular a diferente perspectiva relativamente ao encadeamento revolução democrática-revolução socialista. Em 1923, referindo-se a esse período, dirá Lenine: «Outrora fazíamos e devíamos fazer da luta política, da revolução, da conquista do poder, etc., o centro de gravidade» (O-II 2, p. 746). No que respeita a Lenine, aliás, é de acentuar que este último aspecto sobrelevou largamente o primeiro, se bem que, durante um certo período, em 1905-1906, ele já se tivesse referido com frequência aos sovietes como «o embrião do poder revolucionário», o que não o impedia de ver neles, principalmente, um magnífico instrumento de preparação para a conquista do poder. Também Trotsky, de resto, em vários escritos relativos a 1905, adere àquela visão do papel dos sovietes, chegando mesmo, em 1907, a antecipar os traços de uma futura «república soviética» após o «novo assalto da revolução» (SR, p. 110). É só com a verdadeira explosão popular, e com o reaparecimento, pleno de vitalidade, dos sovietes em Fevereiro de 17, que Lenine elabora os seus conceitos sobre o «Estado dos sovietes», que já atrás abordámos, e que se consubstancia na palavra de ordem «Todo o poder aos sovietes!» (só abandonada num curto período depois da pré-insurreição de Julho). Marcel Liebman, no seu excelente ensaio *Le Leninisme sous Lenine*, refere-se a esta fase do pensamento político de Lenine, que assumiu a sua expressão teórica mais clara em «O Estado e a Revolução», mas que lhe inspirou numerosos textos e discursos, pelo menos até ao início da guerra civil (Julho de 1918), da seguinte forma: «As iniciativas de “base” — criação dos sovietes, dos *comités* de fábrica, elaboração de reivindicações novas, por exemplo o controlo operário — tinham fornecido a Lenine não só a inspiração libertária das suas novas concepções, mas

também a orientação quase trotskista da sua estratégia revolucionária» (M. L. refere-se, neste segundo ponto, à controversa questão da «revolução permanente»). Quanto a essas «novas concepções», são as que, como vimos, dizem respeito ao poder de Estado (na fase de transição), à sua natureza e constituição fortemente democrática e participativa. É certo que, no que toca à concepção mesma — o que, por agora, nos ocupa — dos «estádios» ou etapas do caminho para o comunismo, Lenine se limita a subscrever, precisando um pouco, a análise de Marx da «Crítica ao Programa de Gotha» acima exposta: «A diferença científica entre socialismo e comunismo é clara. O que se chama vulgarmente socialismo, Marx chamou-lhe a “primeira” fase ou fase inferior da sociedade comunista. Na medida em que os meios de produção se tornam propriedade *comum*, a palavra “comunismo” pode aplicar-se sob condição de não esquecer que *não é* o comunismo integral. [...] Em lugar de ficar por definições “imaginadas”, escolásticas ou artificiais, por estéreis questões de palavras (que é o socialismo? que é o comunismo?), Marx analisa o que se poderia chamar os graus de maturidade económica do comunismo.» Mas Lenine concretiza os princípios democráticos e igualitários que presidem a essa primeira fase da sociedade comunista: «Registo e controlo, aí está o *essencial*, quer para o “arranque”, quer para o funcionamento regular da sociedade comunista na sua *primeira fase*. Aí, *todos* os cidadãos se transformam em empregados assalariados do Estado constituído pelos operários armados<sup>5</sup>. [...] Tudo está em que forneçam um esforço igual, observem exactamente a medida do trabalho e recebam um salário igual. O registo e o controlo neste domínio foram *sim-*

---

<sup>5</sup> Noutro passo, Lenine repete praticamente as mesmas palavras, mas explicita que se trata do «Estado verdadeiramente democrático, o Estado dos soviets de deputados operários e soldados», expressão que corresponde, actualizada, à que propusera em 1905: «Ditadura democrática revolucionária dos operários e camponeses», e que retomara logo após a Revolução de Fevereiro (ver, por exemplo, «Cartas de Longe — 5.ª Carta» — CO, p. 24), mas em que a palavra «democrática» já perdeu o sentido inicial, de 1905 (ver discussão desta questão no Cap. II, pp. 145-149).



*plificados* em extremo pelo capitalismo, que os reduziu às mais simples operações de fiscalização e de inscrição, e à entrega de recibos correspondentes, tudo coisas ao alcance de quem quer que saiba ler e escrever e conheça as quatro regras da aritmética.» Começa aqui a desenhar-se a noção de que a «sociedade socialista» é, essencialmente, um capitalismo de Estado<sup>6</sup>, que não é propriamente «capitalismo» na medida em que se trata de um Estado «operário e camponês», de uma «democracia para a imensa maioria do povo, com exclusão dos exploradores, dos opressores do povo».

Pela mesma época (Setembro de 1917), no opúsculo «Os Bolcheviques Manterão o Poder?», Lenine exemplificava a ocupação de uma casa de família rica por um destacamento de milícia operária, no futuro Estado revolucionário, dizendo: «Nós temos um meio admirável para *decuplicar* o nosso mecanismo de Estado — um meio de que nunca dispôs nem poderá dispor nenhum Estado capitalista. Este milagre é a participação dos trabalhadores, a participação dos pobres na tarefa quotidiana da administração» (RB, p. 15). E concluía: «Administrando o Estado *desta maneira*, podemos assegurar-nos um mecanismo de Estado de dez milhões, se não de vinte milhões de homens, um mecanismo que nunca se viu em nenhum Estado capitalista» (RB, p. 17). Esta visão, afinal ainda utópica, e por isso mesmo extremamente simplificada, surge igualmente ao abordar, no mesmo texto (e em outros da mesma época, como «A Catástrofe Iminente»), a questão da parte imediatamente utilizável do aparelho capitalista, e que não deverá ser destruída. Por exemplo, sobre o papel dos bancos: «*Sem os grandes bancos o socialismo seria irrealizável. Os grandes bancos são o “aparelho de Estado” que nos é necessário para a realização do socialismo, que nós tomamos pronto a usar ao capitalismo. [...] Um único (o maior possível) banco de*

---

<sup>6</sup> Em «A Catástrofe Iminente» (Setembro 17), Lenine dizia cruamente: «O socialismo não é mais do que o monopólio capitalista de Estado *posto ao serviço de todo o povo* e que, por isso mesmo, *deixou de ser* um monopólio capitalista.»

Estado com um ramo em cada distrito, em cada fábrica — isso já constituirá nove décimos do aparelho *socialista*.»

Através destas inúmeras, mas indispensáveis (se não mesmo insuficientes) citações, aparece claramente a «tensão» que subsistia nas ideias leninistas, pouco antes da revolução vitoriosa, entre *poder de Estado* e *poder das massas* na sociedade de transição. Acresce ainda o facto, que em nada contribuía para esclarecer teoricamente a problemática do socialismo, de se ter presente — na sequência das concepções bastante afins de Lenine e Trotsky sobre a «revolução permanente» — que ao novo poder cuja conquista então se preparava estavam confiadas tarefas tradicionalmente atribuídas à revolução democrática burguesa. Isto é, antes de iniciar a «construção do socialismo», o proletariado teria de se apoiar na aliança com os camponeses (mais precisamente com a pequena-burguesia camponesa) para destruir as bases do poder autocrático derrubado em Fevereiro, mas estando desde logo consciente de que *não poderia* ficar a meio caminho e, portanto, havia que lançar os fundamentos da sua subsequente ditadura de classe e do arranque para o socialismo. As condições em que este processo decorreria eram, naturalmente, de difícil previsão, e não só a nível interno: a revolução na Europa industrializada era considerada uma condição *indispensável* para o triunfo do socialismo na Rússia<sup>7</sup>, onde as *bases materiais* da sua edificação eram reconhecidamente insuficientes.

Surge, assim, uma nova fase de transição para o socialismo, sendo este, ele próprio, uma transição para o comunismo. É óbvio que só a prática poderia ir destrinçar todas estas fórmulas, úteis para o combate político, mas naturalmente «imperfeitas» no plano teórico. Um bom exemplo é-nos dado na questão do controlo operário. Em Maio de 1917 dizia Lenine: «O meio para evitar uma catástrofe [económica] é estabelecer um controlo operário sobre a produção e distribuição de

---

<sup>7</sup> Não apenas por Trotsky: muitas passagens de Lenine revelam nele idêntica convicção.

bens.» Em 1918, Osinsky, dirigente do Conselho Superior de Economia Nacional, reconhecia, porém: «Se se perguntar como concebia o nosso partido antes de 25 de Outubro o *sistema* do controlo operário *como um todo* e na base de que ordem económica o pretendíamos instituir, não encontraremos resposta clara em parte alguma.» E nem por isso a palavra de ordem de «controlo operário» deixara de ser um dos *leit motiv* constantes do Partido Bolchevique durante todo o período que antecedeu a tomada do poder, e nos meses seguintes.

Em Outubro de 1917 entra-se pois na grande aprendizagem prática da marcha para o socialismo. Em Janeiro de 1918, dirigindo-se ao III Congresso dos Sovietes, Lenine afirma: «[A construção do socialismo] é um empreendimento novo, ainda inédito na História; os livros não nos ensinarão nada sobre isso.» Rosa Luxemburgo retomará este tema em Setembro de 1918, a propósito da Revolução Russa: «Nós sabemos grosseiramente o que temos de suprimir desde logo para *abrir a via* para uma economia socialista; mas, em contrapartida, a natureza das mil medidas concretas e práticas, pequenas e grandes que será necessário tomar para introduzir os princípios socialistas na economia, no direito, em todas as relações sociais, não está consignada em nenhum programa de partido socialista, em nenhum manual socialista. Não é uma lacuna, mas precisamente a vantagem do socialismo científico sobre o socialismo utópico. O sistema socialista não pode nem deve ser outra coisa senão um produto histórico, saído da escola mesma da experiência, no momento da sua realização, da história viva em acto» (RR, p. 83).

Valerá talvez a pena, neste momento, ao chegarmos à fase em que enfim prática e teoria se vão confrontar, fazer um ponto de quais eram, no limiar dessa nova experiência histórica, os «princípios socialistas» de que fala Rosa Luxemburgo. Para isso, há que voltar, afinal, à noção básica inicial socialismo = negação do capitalismo. E se não vejamos: à propriedade privada dos meios de produção e à disposição *anár-*



*quica* deles por parte dos seus possuidores, no capitalismo, opor-se-á, no socialismo, a propriedade colectiva dos meios de produção, a sua *socialização*, a noção de *plano* ou de *organização colectiva da produção*<sup>8</sup>; à produção tendo em vista o *lucro*, à criação de *valores de troca*, à «invenção» das *necessidades rentáveis*, à *mercantilização* de todas as relações em termos de dinheiro (a *forma* mais opaca do capital, encobridor mitificado das relações sociais reais), contrapõe o socialismo o primado dos *valores de uso*, a produção em função das *necessidades reais*, a *desmercantilização* das relações, o desaparecimento do dinheiro, em última análise; à *exploração*, à venda da força de trabalho, à *relação salarial* — a noção de trabalho como *necessidade vital*, como *serviço colectivo* voluntário; à divisão social estanque entre *trabalho manual* e *trabalho intelectual* (com uma sobrevalorização ideológica deste, reservado às *élites* sociais), reprodutora da sociedade de classes e do modo de produção — uma atenuação gradual dessa diferenciação até ao limite em que o trabalho de cada indivíduo «contenha» as duas componentes, bem como uma actividade dos tempos livres cada vez socialmente mais relevante; à oposição constante *cidade-campo*, com uma crescente acumulação de capital e de força de trabalho na primeira à custa do segundo, com uma *urbanização* desenfreada, inclusive em termos ideológicos (a «ruralidade» tende a ser identificada a «atraso» económico, cultural, etc.) — um reequilíbrio económico e social, uma interpenetração cultural que fará de todo o indivíduo um *participante activo e igual* da nova sociedade, seja

---

<sup>8</sup> E. Levine, «conselheiro» alemão, escreveu em 1918: «No seu breve artigo “A Questão da Socialização antes e depois da Revolução”, Karl Korsch começa por afirmar que a social-democracia [os partidos marxistas, J. M. P.] nunca desenvolveu uma noção minimamente clara sobre a “socialização dos meios de produção” reivindicada pelo marxismo. Só se dispunha da concepção pouco clara de uma “estatização”, ou a de uma “socialização” concebida como uma economia cooperativa» (in COA, p. 211). Não dizia Lenine em 1905: «A sociedade socialista é uma vasta cooperativa de consumo, em que a produção é racionalmente organizada tendo em vista o consumo»? Adiante veremos como esta noção se foi precisando, por distinção entre propriedade (jurídica) e apropriação (social). Até aqui os dois termos eram aplicados indiferentemente.



qual for o sector ou a região onde viva, enfim uma larga *descentralização* com a consequente autonomia dos *colectivos* regionais e locais; à *separação* dos produtores (trabalhadores) dos meios de produção e do produto do seu trabalho — uma *colectivização*, isto é, um controlo/gestão pelos produtores de acordo com os objectivos da colectividade, por eles próprios definidos a todos os níveis, uma não submissão do homem à máquina e a um mercado anónimo, mas sim uma submissão da máquina (em última análise, da natureza) ao homem, *uma apropriação por este do sentido colectivo da sua actividade*; no domínio ideológico, a uma exaltação permanente da concorrência, da competição, da iniciativa privada, do triunfo dos mais capazes, dos mais diligentes, dos mais empreendedores<sup>9</sup>, do interesse individual, etc. — uma exaltação do *colectivo*, do sentido de *cooperação*, da *criatividade* das massas, da *solidariedade*; à democracia política formal, ao sistema «representativo» com periódica delegação de poderes por sufrágio secreto em «élites políticas», que, entre cada dois sufrágios, necessariamente trairão as massas (pois, na realidade, são representantes da classe dominante, a detentora «oficial» da educação e da «cultura política», e não das massas trabalhadoras), sistema que tendencialmente melhor se adequa ao funcionamento e à ideologia do capitalismo — a *democracia de massas*, a participação colectiva, a permanente responsabilização dos «delegados» eleitos a qualquer nível, a sua revogabilidade «a todo o momento», sobretudo a noção de «administração» em lugar da de «governo»<sup>10</sup>; à *ordem mantida* por aparelhos

---

<sup>9</sup> Triunfo naturalmente medido em termos económicos e monetários, de «enriquecimento individual»: as origens longínquas desta «ideologia capitalista» vai Max Weber buscá-las à teoria calvinista da predestinação, o que explicaria o muito mais rápido avanço e consolidação do capitalismo nos países anglo-saxões protestantes do que naqueles que se mantiveram «fiéis» ao catolicismo romano (ver *L'Éthique Protestante et l'Esprit du Capitalisme*).

<sup>10</sup> «Em regime socialista, muitos aspectos da democracia “primitiva” reviverão necessariamente, pois, pela primeira vez na história das sociedades civilizadas, a massa da população elevar-se-á a uma participação *autónoma*, não apenas nos votos e nas eleições, mas na *administração quotidiana*. Em regime socialista, *todos* governarão rotativamente e depressa se habituarão a que ninguém governe» (O-II 1, p. 304).

próprios do Estado, militares e policiais, supostamente neutros politicamente, a *ordem assumida* colectivamente, assegurada por milícias de «trabalhadores armados» durante a «fase de transição», e finalmente dispensáveis na «fase superior do comunismo», quando o *consenso* das «regras sociais» tenha substituído o «direito burguês». Resumindo: à sociedade da anarquia, do desperdício, da desigualdade social, da repressão, opõe-se a da criação e da utilidade colectivas, a da liberdade, a da igualdade.

Para além destes «princípios socialistas», todos eles *contidos*, afinal, na análise marxista do modo de produção capitalista, e que no essencial definiam as futuras «relações de produção socialistas», existia, como vimos, entre os marxistas, a noção de etapas, mais ou menos imprecisamente determinadas: a revolução democrática (já concluída nos países capitalistas avançados, mas que, naqueles em que a própria burguesia era fraca, teria, ela própria, de ser conduzida — ou concluída — pelo proletariado, arrastando com ele vastas camadas não proletárias, principalmente da pequena-burguesia camponesa), a revolução socialista ou «arrancada para a construção do socialismo», o socialismo (vagamente definido como o «momento ou período da inversão», em que, concluída a colectivização dos meios de produção, desenvolvidos estes até constituir uma «base material suficiente», e tornadas dominantes as relações de produção socialistas, se pode «arrancar para o comunismo» praticamente por simples acumulação adicional de forças produtivas) e enfim o comunismo, ainda distante algumas gerações.

#### A PROVA DA PRÁTICA

Importaria que nos dedicássemos agora à ambiciosa tarefa de identificar, nos movimentos revolucionários que se sucederam (e não apenas nos que triunfaram) desde 1917 até hoje e que do socialismo se reclamaram, os contributos que

deram à teoria do socialismo e da fase de transição, ou, por outras palavras, a medida em que tais contributos, fundados na prática, vieram precisar, alargar ou alterar os «princípios socialistas» acima expostos. Isso constituiria, porém, só por si, um vastíssimo projecto de investigação, fora do alcance do presente texto, e do tempo em que houve que elaborá-lo. Nem por isso, contudo, pudemos deixar de examinar a questão com algum cuidado, limitando embora o número de «casos» e a profundidade da análise.

O enorme desafio que a prática lançou aos «constructores do socialismo» foi, como é geralmente conhecido, o de ter de iniciar essa batalha em sociedades que, sem excepção, estavam longe de ter levado ao extremo das suas contradições o processo de desenvolvimento capitalista. «Nesses países, o capitalismo já se desenvolveu suficientemente para fazer sentir de uma forma ou de outra os seus efeitos sobre o povo, mas não são as suas próprias contradições que, no fim de contas, fazem explodir o sistema. A luta de libertação contra o opressor estrangeiro, a miséria provocada por acidentes exteriores como a guerra, que tem como consequência fazer pesar ainda mais a opressão das classes privilegiadas sobre os explorados, os movimentos de libertação destinados a abater os regimes neocolonialistas, são factores que desencadeiam habitualmente o processo revolucionário. A acção consciente faz o resto» (Guevara, *SH*, p. 92). O mesmo é dizer, afinal, que na origem dos processos revolucionários não estão as contradições do sistema a nível *nacional*, mas contradições a nível *mundial*, que, em certos países e momentos, geram situações regionais de crise que não encontram possibilidade de solução por parte das fracas burguesias locais. Assim sucedeu na Rússia em 17, e mais tarde na China, em Cuba, no Vietname. Outros exemplos de situações revolucionárias, ou pré-revolucionárias, umas violentamente abortadas, outras falhadas ou desvirtuadas a mais ou menos curto prazo, mas todas tendo trazido alguns ensinamentos mais ou menos importantes: o curto episódio da Hungria em 1919, a Alemanha 1919-1923, a Espanha



de 36, e, depois da Segunda Guerra Mundial, a Jugoslávia, a Argélia e, enfim, o Chile e Portugal <sup>11</sup>. A importância dos dois últimos casos é, justamente, a de serem os primeiros países «relativamente industrializados» onde se colocaram, a nível global e durante um período significativo, problemas típicos das fases pré-revolucionárias. Este simples facto, mas de pesadas consequências, da localização dos focos revolucionários em países escassamente desenvolvidos levantou o problema fundamental da «base material para a construção do socialismo» — não existente à partida, contrariamente ao que teria sucedido em países de capitalismo avançado — e, sobretudo, pôs em grande evidência o papel a desempenhar pelos camponeses no processo, logo, a questão das alianças de classe operário-camponesas — já que, em todos aqueles países, a agricultura constituía o sector económico vital. A conjugação destas duas questões consubstanciou-se nos problemas do «ritmo» do processo revolucionário e da «estratégia de desenvolvimento» a adoptar, na realidade duas formas de encarar a mesma contradição. Vejamos de que contradição se trata (e estaremos, de facto, no centro do «grande debate» soviético sobre a industrialização iniciado em 1924).

Ao falar-se da base material para a construção do socialismo está-se, naturalmente, a enunciar a *necessidade* do desenvolvimento económico, no pressuposto de que não pode haver socialismo na miséria. Retoma-se, pois, a ideia de que se só haverá comunismo na abundância generalizada, que permita a cada um «levantar» os produtos resultantes da produção social segundo as suas necessidades, também só se poderá falar de socialismo a partir do momento em que se tenha produzido uma acumulação suficiente para que todo o trabalhador, su-

---

<sup>11</sup> Não incluímos no rol, deliberadamente, os países da Europa de Leste, na medida em que dificilmente se pode falar de «processos revolucionários» em tais casos. A «revolução» na maioria desses países, do mesmo modo que a «não revolução» na Europa Ocidental, resultou muito mais de uma partilha «programada» da Europa em zonas de influência após a Segunda Guerra Mundial do que de crises revolucionárias internas, e consistiu essencialmente numa cópia fiel, com uma ou outra adaptação de pormenor, do figurino estalinista.



jeito embora ainda a uma *distribuição* em função do seu trabalho, esteja assegurado da satisfação das suas principais necessidades (não só de subsistência, mas de saúde, de educação, de habitação, culturais, etc.). Nunca ninguém definiu qual seria esse nível de satisfação, nem parece que isso fosse fundamental. O essencial estava na noção clara de que «arrancar para o socialismo» era, necessariamente, iniciar um processo de desenvolvimento económico, de acumulação de forças produtivas, e que sem essa *condição* preenchida (um certo nível de «riqueza social») não haveria socialismo. Tratando-se, como vimos, de sociedades ainda eminentemente agrícolas (e, quase sempre, em que nem sequer as relações capitalistas eram dominantes nos campos), e admitindo-se que uma taxa de rápida acumulação só é possível por meio de uma industrialização acelerada, a contradição ressalta com toda a evidência: ou se opta por uma industrialização tão rápida quanto o permitam os excedentes extraídos à agricultura (Preobrajensky chega a empregar a expressão «exploração»), pondo-se em causa a adesão dos camponeses, os «financiadores» forçados do processo, à obra revolucionária — o que a pode ameaçar seriamente em países em que o proletariado industrial é fortemente minoritário; ou se opta por uma sólida aliança operário-camponesa, com as indispensáveis concessões ao campo (não só económicas, mas também políticas dada a ideologia individualista generalizada entre os camponeses), e então é o próprio processo de industrialização que pode ficar ameaçado ou muito retardado, e com ele adiado por décadas o momento em que se atingirão as «bases materiais do socialismo». A história dos dez primeiros anos da Revolução Russa é, em grande parte, a história deste debate e da forma como evoluíram as relações entre os bolcheviques e os largos milhões de camponeses russos. A «solução final» dada por Estaline em 1929, com a coletivização forçada da agricultura e o impulso em consequência dado ao lançamento planificado de uma grande indústria pesada, marcou profundamente o movimento comunista internacional, e acabou por fornecer um «modelo» não só de «tran-

sição para o socialismo» como, o que por agora mais nos diz respeito, para a própria «ideia» de socialismo<sup>12</sup>. É essa «ideia» que permite que se diga, na 3.<sup>a</sup> edição (de 1959, já «desestalinizada», portanto) do *Manual de Economia Política da Academia das Ciências da U. R. S. S.*: «Como resultado do II Plano Quinquenal [em 1936 — J. M. P.], o socialismo na U. R. S. S. foi edificado no fundamental.» E, muito mais recentemente, na obra de Constantin Zarodov *Le Leninisme et le Passage du Capitalisme au Socialisme*, dão-se ainda mais algumas datas: «Na União Soviética os fundamentos do socialismo estavam assentes cerca de 1936, tinham pois sido necessários vinte anos. Na Europa, onde existiam condições mais favoráveis e graças ao apoio da U. R. S. S., o período transitório foi mais curto. Acabou-se em 1958 na Bulgária, cerca de 1960 na Checoslováquia e Roménia, e em 1962 na R. D. A.» Esta espantosa precisão implica, de facto, que se disponha de um critério, ou conjunto de critérios, que definam rigorosamente o socialismo ou, para usar as expressões empregues naquelas citações, *o que nele é fundamental*. Aquele mesmo manual responde, citando uma resolução do XVIII Congresso do P. C. da U. R. S. S. (1954): «Como resultado do vitorioso cumprimento do II Plano Quinquenal [...] foi resolvida a tarefa histórica fundamental do segundo quinquénio — foram definitivamente liquidadas todas

---

<sup>12</sup> É importante recordar que o problema do campesinato não estivera ausente das análises dos «clássicos» marxistas, se bem que não constituísse sua preocupação central, certos que estavam de vir a produzir-se a revolução em primeiro lugar nos países mais industrializados. Sem dúvida que, para eles, o socialismo implicava uma agricultura colectivizada, com vastas unidades de produção, mas, numa passagem várias vezes citada por Lenine, dizia Engels (in «A Questão Camponesa em França e na Alemanha»): «É óbvio que quando obtivermos o poder de Estado não pensaremos em expropriar compulsivamente o pequeno camponês (com ou sem indemnização, não importa), como o teremos de fazer com os grandes proprietários. A nossa tarefa em relação aos pequenos camponeses consistirá antes de tudo em transformar a sua produção e propriedade privadas em produção e propriedade colectivas — contudo, não por meios repressivos, mas pelo método do exemplo, e oferecendo-lhes apoio social para esse fim» (OE-II, p. 476). Sobre a questão camponesa em Marx e Engels, é útil a leitura da nota «Marx, Engels and the Peasant», em E. H. Carr, *The Bolshevik Revolution 1917-1923*, vol. II.

as classes exploradoras, plenamente eliminadas as causas que engendram a exploração do homem pelo homem e a divisão da sociedade em exploradores e explorados. Foi resolvida a tarefa mais difícil da revolução socialista: concluída a colectivização da agricultura, o regime kolkhosiano fortaleceu-se definitivamente.» E acrescenta: «A questão “quem vencerá quem?” foi solucionada a favor do socialismo, tanto na cidade como no campo.» Através deste evidente triunfalismo, em que as soluções e vitórias aparecem todas como «plenas» e «definitivas», surge com não menos clareza a resposta à questão posta: o *fundamental* no socialismo, fundamental no sentido em que marca uma situação de não retorno (ver última citação), é a «propriedade colectiva dos meios de produção»<sup>13</sup>. O esquema é então bastante simples: socialismo = partido operário no poder + propriedade colectiva dos meios de produção + plano + grande indústria pesada. As duas primeiras parcelas são as «bases», as duas últimas são um meio e um resultado facultados pela conjugação das duas primeiras<sup>14</sup>. Admite-se que esta combinação, só por si, gera as relações de produção socialistas. É este esquema que, logicamente, leva Kruchtchev, em 1961 (XXI Congresso), a declarar peremptoriamente: «É natural que, no momento em que *o socialismo triunfou no nosso país inteira e definitivamente*, e em que nós

---

<sup>13</sup> Com efeito, as datas indicadas por Zarodov para os outros «países socialistas» são aquelas em que nesses países se concluiu a estatização-colectivização dos meios de produção. Não é por acaso que não se cita a Polónia, onde, em 1972, 80,7 por cento das terras aráveis eram exploradas por pequenos agricultores privados, segundo indica o livro *Pologne-Manuel* (Varsóvia 1974). Na mesma obra, aliás, não se revela idêntico triunfalismo: fala-se, por exemplo, das «tradições sociais ainda vivazes do capitalismo, com as numerosas dificuldades que enfrenta o desenvolvimento socialista em todos os domínios da vida, com a diferenciação ainda grande da sociedade sob os pontos de vista intelectual, ideológico e material».

<sup>14</sup> Não é outra, de forma mais elaborada, a definição do manual: «Socialismo é o regime *baseado* na propriedade social dos meios de produção (estatal — de todo o povo — e cooperativa), no qual está aniquilada a exploração do homem pelo homem, planificadamente se realiza a ininterrupta ampliação da produção, na base da técnica superior, com o objectivo da firme elevação do bem-estar popular, e em que se aplica o princípio: de cada um segundo a sua capacidade, a cada um segundo o seu trabalho» (sublinhado — J. M. P.).



entrámos na construção em grande do comunismo, tenham desaparecido as condições que haviam tornado necessária a ditadura do proletariado, logo as tarefas interiores dessa ditadura do proletariado.» Esta perspectiva mantém-se ainda hoje. Na obra referida, de 1973, Zarodov confirma: «Actualmente, a União Soviética encontra-se na etapa da construção em pleno da sociedade comunista» (p. 343). Trata-se, obviamente, de uma concepção profundamente economicista do socialismo, como de resto se pode sem dificuldade concluir da definição do manual citada na nota 14 da página anterior. Onde está a grande maioria dos princípios socialistas que acima discriminámos? Onde está a participação e a criatividade das massas, onde o gradual desaparecimento da ideologia capitalista, do espírito de competição, do interesse material? Onde está a apropriação real pelos trabalhadores dos meios de produção e do produto do seu trabalho (o que está longe de coincidir com a propriedade jurídica, para a qual basta um decreto)? Onde o esbatimento da diferença entre trabalho manual e trabalho intelectual? Onde a «desmercantilização» da vida colectiva, das relações entre os homens? Sobre este último ponto não se pode ser mais explícito do que o já várias vezes citado Zarodov: ao referir-se às reformas propostas na Conferência Internacional dos Partidos Comunistas e Operários de 1960, tendo em vista os «novos traços da evolução da sociedade socialista avançada», diz que «as reformas implicam o aperfeiçoamento da planificação centralizada, a passagem à autonomia financeira no quadro do Plano, uma maior independência das empresas, a passagem a uma planificação baseada no cálculo económico, *o alargamento da esfera das relações monetárias e mercantis socialistas, um papel acrescido do interesse material, etc.*» (sublinhado — J. M. P.). Parece estar-se nos antípodas do que escrevia Lenine no seu projecto para o Programa do Partido Bolchevique, de 1919, quando dizia: «É impossível suprimir a moeda desde os primeiros tempos da passagem do capitalismo ao comunismo. [...] Na luta contra esta sobrevivência da rapina burguesa, a naciona-



lização dos bancos não chega. O P. C. esforçar-se-á por tomar tão rapidamente quanto possível as medidas mais radicais para preparar a supressão da moeda [...].»<sup>15</sup> E também Preobrajensky, já com a N. E. P. em curso, em 1922, imaginava como, em 1970, um economista soviético descreveria retrospectivamente a construção do socialismo: «Quanto ao sistema monetário, revelou-se de uma grande vitalidade não só no primeiro dos períodos estudados, isto é, enquanto as relações socialistas e capitalistas coexistiam na economia, mas também no segundo período, quando o socialismo se começou a impor em toda a linha.» No entanto, «a supressão da moeda é, de um modo geral, inevitável na sociedade comunista». Nesse sentido, «ainda que a produção da indústria e da agricultura tenha aumentado de ano para ano, as transacções monetárias foram-se restringindo pouco a pouco devido à diminuição do campo dos pagamentos em moeda» (*De la N. E. P. au Socialisme*, pp. 95 e 97). Imagine-se, pois, o espanto com que Lenine e Preobrajensky teriam lido aquela passagem de Zarodov!

É altura de voltar aos primeiros tempos da Revolução Russa. Com efeito, é nesses primeiros anos que, sem dúvida, se encontram os mais importantes contributos para a teoria do socialismo e do comunismo, a partir das experiências tentadas ou efectuadas, das numerosas discussões havidas. Não se pode esquecer as condições terríveis em que tal prática se exerceu, sobretudo a partir de Junho de 1918, com uma guerra em várias frentes contra o inimigo interno e externo, até fins de 1920. Mas, mesmo nessa fase, as soluções adoptadas para minimamente organizar uma economia de guerra foram notavelmente distintas das que usualmente vigoram em tais situações nos países capitalistas. Se é certo que muitas medidas

---

<sup>15</sup> É certo que, em 1919, se está na fase do «comunismo de guerra», caracterizado por um considerável voluntarismo, que via em muitas das medidas que houve que tomar para enfrentar uma situação dramática em plena guerra civil a passagem directa ao comunismo. Mas justamente Lenine terá sido o menos atingido por essa «ilusão», e a primeira frase citada é, de qualquer modo, o enunciado *a contrario* do um princípio que fazia parte, desde Marx, da concepção teórica da sociedade comunista: a ausência de trocas mercantis na sociedade comunista.

impostas pela necessidade acabaram por ser «recuperadas ideologicamente» como sendo já as primeiras pedras do edifício comunista — o que a dura realidade veio depois desmentir —, não é menos certo que elas forneceram uma imagem de como os dirigentes bolcheviques concebiam o seu objectivo final, só que muito mais distante do que na altura pretendiam a si próprios convencer-se. Nos primeiros meses após Outubro, o tom geral é o da grande mobilização de massas, o da imensa confiança nos «órgãos de poder» de que as próprias massas se haviam sabido dotar — os soviets, a nível político; os *comités* de fábrica, a nível da produção —, a consciência clara de que a conquista do poder político é uma simples condição, ainda que essencial, mas que a luta de classes, nos seus múltiplos planos, se limitou a entrar numa nova e aguda fase, para enfrentar a qual as escassas forças (à escala do imenso país) do Partido Bolchevique se têm *necessariamente* de apoiar na acção das massas, tentando, é certo, imprimir-lhe a direcção política indispensável. As múltiplas declarações de Lenine nesse período são o corolário imediato daquelas posições a que acima aludimos como «leninismo libertário». É o que Victor Serge, que assistiu e participou nos acontecimentos, exprime do seguinte modo: «A política do partido nesse período consiste sobretudo em despertar, estimular, guiar por vezes, ratificar mais frequentemente, a iniciativa das massas. Prescreve, por decreto, aos comissários do povo, trabalhar “em contacto estreito com as organizações de massa dos operários, das operárias, dos marinheiros, dos soldados, dos empregados”» (*L'An I de la Revolution Russe*, vol. I, p. 99). E explicita com alguns exemplos: dois decretos de 28 de Outubro (10 de Novembro, segundo o nosso calendário) entregam «às municipalidades o cuidado de prover ao abastecimento local» e o «de resolver a crise do alojamento pelos seus próprios meios, dando-lhes o direito de requisitar, sequestrar e confiscar imóveis» (*idem*, p. 100). Também «o Decreto de 14 de Novembro [o famoso decreto sobre “controlo operário” — J. M. P.] convida os operários a controlar por si pró-

prios, através dos seus *comités*, a produção, os negócios, a situação financeira das empresas. Já sabemos, por outro lado, que o decreto sobre a terra deixava a mais larga iniciativa aos soviets rurais» (*idem, idem*). Poder-se-iam multiplicar os exemplos, nos mais variados domínios, de «tomada do poder pelas massas». E Lenine? Ao II Congresso dos Sovietes, no momento mesmo da conquista do poder: «Devemos deixar plena liberdade ao génio criador das massas populares.» Pouco depois, no Executivo Pan-Russo dos Sovietes, afirma: «A iniciativa criadora das massas, tal é o factor fundamental da nova sociedade. [...] O socialismo não é o resultado de decretos vindos de cima. [...] O socialismo vivo, criador, é obra das próprias massas populares.» Em Janeiro de 18, no artigo «Como Organizar a Emulação» (ver *L-II*, p. 18), volta a inspirar-se da Comuna de Paris, «belo exemplo de iniciativa, de independência, de liberdade de movimento, de desenvolvimento de energia vinda de baixo, tudo isto combinado com um centralismo livremente consentido, estranho a modelos estereotipados», para afirmar: «Hoje, uma das tarefas mais importantes, se não a mais importante, é a de desenvolver tão largamente quanto possível esta livre iniciativa dos operários, de todos os trabalhadores e de todos os explorados em geral, no seu trabalho criador em matéria de organização.» Poderá discutir-se até ao infinito em que medida eram profundas estas convicções de Lenine e dos principais dirigentes bolcheviques, ou se não se terá tratado antes de uma «manobra táctica» destinada a obter um vasto apoio de massas para a conquista do poder, primeiro, e, depois, para levar a cabo a tarefa de destruição total da ordem aristocrática e burguesa enquanto o próprio partido não tinha meios para o fazer (e melhor, certamente, do que qualquer aparelho o pudesse ter feito). Entre numerosíssimos comentadores e analistas políticos, basta-nos referir, dos mais recentes, Maurice Brinton, em *Os Bolcheviques e o Controlo Operário*, como defensor acérrimo da segunda tese, e Charles Bettelheim, em *Les Luttes de Classes en U. R. S. S. — 1917-1923*, como partidário da primeira. Lenine



era, sem dúvida, um espírito fortemente centralizador, e isso é manifesto desde muito antes de 1917, mas também é certo que a experiência prática de 1917 (antes e depois da tomada do poder) não poderia deixar de ter introduzido novos elementos no seu pensamento, e entre eles necessariamente os que respeitavam à relação partido-massas, radicalmente distinta, em tal situação, da que impunha a acção clandestina. Daí que Bettelheim se dedique a escarpelizar todas as suas afirmações que, na fase do comunismo de guerra e na imediatamente seguinte, levam a admitir que todos os «recuos» então verificados (quer no que respeita ao cada vez maior controlo «autoritário» pelo aparelho do partido, quer quanto às enormes concessões aos mecanismos capitalistas na primeira fase da N. E. P.) eram por ele conscientemente assumidos como tal, face a condições específicas da própria luta de classes, mas destinados a permitir mais tarde novos avanços, retomando a linha interrompida em 1918.

Não nos cabe aqui alimentar mais tal discussão, daquelas que, em qualquer caso, nunca poderão chegar a conclusões definitivas. Importa-nos apenas relevar o que, para o nosso objectivo, é de fundamental importância: a ideia de que *não há socialismo sem iniciativa das massas, sem o seu poder criador*. Mas, já vimos também, que, sendo o socialismo, ele mesmo, no mais lato sentido, uma fase mais ou menos prolongada de transição entre o capitalismo e o comunismo, durante a qual sobrevivem a ideologia e as relações de produção capitalistas, e portanto a luta de classes, mantém-se a necessidade de um poder de Estado<sup>16</sup>. O problema essencial da construção socialista é, então, o da articulação desse poder com a iniciativa e a participação das massas. O socialismo será,

---

<sup>16</sup> É, no fim de contas, sinteticamente, a questão do «centralismo democrático», tomada esta expressão no seu sentido mais amplo. Que «dose» de centralismo (partido, Estado)? Que «dose» de democracia (discussão, iniciativa, participação)? Stuart Schramm expõe sumariamente as diferenças de concepção sobre centralismo democrático em Lenine (funcionamento interno do partido) e Mao (alargado à relação partido-massas) na sua introdução a *Mao Tsé-tung Unrehearsed*. Voltaremos ao assunto no Cap. II.

*por hipótese*, o sistema em que tal articulação se faça no sentido de uma «democracia de massas» cada vez mais efectiva, e mais consciente, já que de outro modo se não concebe como seria possível o próprio Estado, enquanto governo dos homens (*sobre os homens*), vir a desaparecer na «fase superior do comunismo».

Poder-se-á mesmo adiantar que essa crescente democracia de massas se fortificará na exacta medida em que se atenuarão, até ao completo desaparecimento, as relações de produção capitalistas e o seu suporte ideológico-jurídico. A não ser assim, o que se verificará é uma simples estatização económica que fará crescer, em lugar da democracia de massas, uma gigantesca burocracia todo-poderosa, que cada vez mais reforça o seu próprio poder de Estado *sobre* as massas, em nome das quais *diz* agir. O professor Varga, eminente comunista, membro da Academia das Ciências da U. R. S. S., diz, no seu famoso «Testamento», de princípios dos anos 60, a respeito do «não socialismo» na União Soviética: «Mas o regime social do nosso país mudou efectivamente? Somos obrigados a responder negativamente a esta questão. O poder de Estado continua a pertencer à camada aristocrática dos dirigentes do partido. As classes trabalhadoras continuam afastadas da política; nem os sindicatos nem quaisquer outras organizações detêm o exercício da gestão da produção. Os trabalhadores continuam a votar em deputados escolhidos de antemão e é sempre em seu nome que os ministros, presidentes dos *comités* executivos, *comités* regionais, designados pelo partido, continuam a governar o país.» E acrescenta: «Realizar o comunismo não é, de modo nenhum, aumentar as forças produtivas; o comunismo é, antes de mais, o triunfo total do espírito democrático e socialista e da livre iniciativa das massas, fundado na autogestão dos trabalhadores em todos os domínios da vida.» O que não significa, porém, que possamos aderir aos que imaginam ser isto possível, sem quaisquer reservas, desde o momento mesmo em que se realiza a *condição prévia* que é a conquista do poder de Estado. O conselheiro alemão que já citámos diz,

por exemplo (em 1918): «A reivindicação de “socialização” conta, assim, actualmente, *duas* reivindicações complementares: a de “controlo por cima” por uma administração planificada da produção e repartição, e a de “controlo por baixo” pela participação directa das massas trabalhadoras manuais e intelectuais. O *meio* pelo qual estas *duas* reivindicações podem ser hoje realizadas em conjunto, rápida e seguramente, é o *sistema dos conselhos*.» Por outras palavras, trata-se do próprio sistema dos soviets. Ora, a experiência revolucionária desde 1917 até hoje demonstra que esse sistema *não pode* funcionar eficazmente com tal rapidez e segurança<sup>17</sup>. É toda a questão da «revolução cultural» que aqui se levanta, e das suas relações com a democraticidade revolucionária. Em Lenine estes dois aspectos encontram-se dissociados. Com efeito, nos últimos anos da sua vida, por efeito em larga medida (para não entrarmos na discussão que quisemos evitar) de circunstâncias objectivas, a não democraticidade do sistema soviético era um facto. Citemos uma testemunha ocular, Victor Serge:

---

<sup>17</sup> E a prática não vem aqui mais do que confirmar a teoria: estamos, de facto, no centro do debate — a que já nos referimos — entre marxistas e anarquistas sobre o poder de Estado após a Revolução. O que foi claramente posto em evidência no único movimento revolucionário de envergadura em que os anarquistas dispuseram de um papel decisivo: a Espanha, e mais especificamente, a Catalunha em 36-37. Andres Nin, *leader* do partido marxista P. O. U. M., dizia, em Março de 37: «Os anarquistas, vivendo nas suas concepções apolíticas, não previram o problema do poder enquanto pedra angular da revolução. No momento crucial da revolução, com excepção de nós próprios, marxistas revolucionários, eles não sabiam que fazer, não sabiam como comportar-se na questão do poder. A sua atitude consistiu muito simplesmente em evitar habilmente este problema fundamental» (*in* A. Nin, *A Guerra Civil de Espanha*, p. 112). Sublinhe-se que Nin se refere ao «poder de Estado», ao «Governo operário e camponês», pois os inúmeros *comités* surgidos logo após a insurreição fascista de Julho de 36 detêm um poder real e soberano, numa base local e mesmo regional. «Nos dias que se seguiram ao levantamento, [os *comités*] tomaram localmente todo o poder, atribuindo-se funções tanto legislativas como executivas, decidindo soberanamente, na sua região, não só sobre os problemas imediatos como a manutenção da ordem e o controlo dos preços, mas também sobre as tarefas revolucionárias da hora, socialização ou sindicalização das empresas industriais, expropriação dos bens do clero, dos “facciosos”, ou mais simplesmente dos grandes proprietários, distribuição das terras a rendeiros ou exploração colectiva, confisco de contas bancárias, municipalização da habitação, organização da informação, escrita ou falada, do ensino, da assistência social» (*in* P. Broué e E. Témime, *RG*, p. 111). É a «Espanha dos Conselhos e dos Comitês Operários» (*idem*, p. 104).



«Em 1920, a pena de morte foi abolida na Rússia. Julgava-se a guerra civil prestes a terminar. Eu tinha o sentimento que toda a gente no partido desejava uma normalização do regime, o fim do estado de sítio, um retorno à democracia soviética, a limitação dos poderes da Tcheka, se não a sua supressão. Tudo isto era possível, o mesmo é dizer que a salvação da revolução era possível. O país esgotado queria começar a reconstrução. As suas reservas de entusiasmo e de fé mantinham-se grandes. O Verão de 1920 marca uma data fatal.» Trata-se da inesperada invasão da Ucrânia pelo Exército polaco. «O endurecimento da revolução foi instantâneo.» E, depois, «terminada esta penosa guerra, num país sangrado e empobrecido, não foi mais questão de abolir a pena de morte, nem de começar a reconstrução na base duma democracia soviética...» «A espontaneidade das massas tinha-se extinguido; os sacrifícios e as privações desgastavam a minoria activa da revolução.» Cronstadt terá sido o golpe decisivo. Face à revolta, diz o mesmo autor, «o partido teve razão ao resistir. Mas errou ao entrar em pânico diante de Cronstadt insurgido, pois era-lhe fácil manter-se firme de várias maneiras diferentes, e nós sabíamos-lo todos, nós que estávamos lá, em Petrogrado» (*op. cit.*, vol. III, p. 85). Face a este endurecimento, enfim instalado por prazo indefinido, Lenine parece, nos seus últimos escritos, ver uma saída na «revolução cultural»: «Os nossos adversários sempre nos disseram que metíamos ombros a uma obra insensata, querendo implantar o socialismo num país insuficientemente culto. Mas enganaram-se: nós não começámos por onde deveríamos ter começado, segundo a teoria (dos pedantes de toda a espécie); a revolução política e social entre nós precedeu a revolução cultural que agora [1923] a todos se impõe. Actualmente, basta que realizemos esta *revolução cultural* para nos tornarmos um país plenamente socialista. Mas ela apresenta para nós inacreditáveis dificuldades, dificuldades de ordem puramente cultural (nós somos iletrados), assim como de ordem material (pois para se poder vir a ser culto é preciso que os meios materiais de produção tenham

atingido um certo desenvolvimento, é preciso possuir-se uma certa base material)» (O-II 2, p. 747). Mas, enquanto Lenine, pressionado pelas dramáticas urgências do esforço de guerra e do lançamento da fase de recuperação, bem como por um problema camponês que estava longe da solução quando morreu, pôs sempre o acento, ao tratar da educação e cultura, na perspectiva de «aquisição de conhecimentos úteis», sobretudo técnicos e administrativos, já os mais recentes processos revolucionários, e em particular o cubano e o chinês, que triunfaram *após* a luta armada e a guerra civil, e não *antes*, puderam dar um novo conteúdo à noção de revolução cultural. Nesses países, as tarefas de reconstrução puderam iniciar-se quase logo após a conquista do poder político, numa fase em que as massas (ou ao menos uma parte importante) ainda se encontravam plenamente mobilizadas. Foi possível a um poder político dirigido por um partido legitimado pela própria acção revolucionária e incontestado intérprete das aspirações das massas exploradas lançar-se de imediato numa vasta tarefa educativa e de «desintoxicação ideológica». Dada a diferença de situações, compreende-se que quando Guevara diz, cinco anos após a vitória da revolução, que «a sociedade deve ser uma gigantesca escola», no sentido de «desenvolver nas consciências novos valores», isto dificilmente seria aplicável, com idêntico sentido, na Rússia de 1922: é precisamente a fase em que, aí, se pratica a famosa «retirada» da N. E. P., com o que implicava de restauração em larga escala dos «velhos valores» capitalistas. Poder-se-ia resumir esta última situação numa outra fórmula: «O partido deve ser uma gigantesca escola; a sociedade um gigantesco estaleiro.» E a escola a que o partido (ou, mais genericamente, o proletariado) tem de ir, Lenine explicitou-o diversas vezes: é a «escola do capitalismo», é a «escola dos alemães», ou seja, a aprendizagem da organização do trabalho, da produtividade, da administração das empresas, do domínio das técnicas, da «prática do comércio», etc., etc. «Em toda a parte, nos *trusts* de Estado e nas sociedades mistas encontram-se os melhores comunistas

e os mais responsáveis; [mas] isso não dá nenhum resultado, porque eles não sabem administrar e nisso são piores que qualquer empregadito do capitalismo que passou pela escola de uma fábrica ou de uma empresa importante» (discurso ao XI Congresso do Partido Bolchevique, Março de 1922). Em 1921, a propósito do plano de electrificação Goelro, constata que os «plumitivos e dignitários» comunistas preferem, em lugar de aprender com os especialistas burgueses, «redigir teses, lançar palavras de ordem, apresentar abstracções puras», que neles a «presunção intelectual e burocrática sobreleva o trabalho sério» (PO, pp. 306, 309). A criação de uma grande indústria moderna, considerada então o único ponto possível de partida para a construção do socialismo, tinha este preço. Recordamos que o «modelo» em que apostou a Revolução Soviética foi: formação técnica — acumulação de forças produtivas (indústria pesada) — sobre essa base material, desenvolvimento das relações de produção socialistas. Este esquema, a partir de uma sociedade rural e semifeudal, revelou-se *impossível*: a violência feita aos «princípios socialistas» para conseguir a industrialização forçada petrificou um aparelho de Estado burocrático e impediu, uma vez atingida aquela, que as relações socialistas se desenvolvessem. As grandes revoluções depois de 45 (Vietname, China, Cuba) assumiram-se como populares e camponesas — sobretudo as duas primeiras — e puseram como princípios básicos e simultâneos a «revolução ideológica» e o «desenvolvimento da agricultura». O que evitou a necessidade de grandes (e perigosos) recuos tácticos e permitiu, pelo contrário, um progresso mais regular: mais lenta no plano económico, mas mais segura no plano político. O grau de iniciativa e participação das massas *tende* a ir aumentando, e ao mesmo tempo a sua impregnação dos princípios socialistas. É o que Bettelheim exprime muito claramente: «O desenvolvimento das forças produtivas não determina nunca directamente a transformação das relações de produção; esta transformação passa sempre pela intervenção das classes em presença, isto é, pela luta de classes. A luta pela transfor-



mação socialista das relações de produção não poderá ser conduzida em nome do “desenvolvimento das forças produtivas”» (RC, p. 105). «Só a “revolucionarização ideológica”, levando à “unidade real dos produtores imediatos”, pode conduzir à “apropriação social dos meios de produção”, condição do socialismo» (*idem*, p. 110). A não se deixar desenvolver plenamente a luta de classes, a não se impulsionar essa «revolucionarização ideológica», então «a propriedade de Estado ou a propriedade colectiva são as formas jurídicas que *dissimulam melhor* as relações de exploração, pois *representam* a apropriação privada sob a forma do seu contrário» (*idem*, p. 112). Já em 1959, ao comentar os *Problemas Económicos do Socialismo na U. R. S. S.*, de Estaline, escrevia Mao: «[Os Soviéticos] andam só sobre uma perna, enquanto nós andamos sobre as duas. Para eles, a técnica decide de tudo, os quadros decidem de tudo. Eles põem o acento no “especialista”, e não no “vermelho”, nos quadros e não nas massas» (MC, p. 41). E, justamente na sua polémica de 1964 com Bettelheim, Guevara refere-se pormenorizadamente à sua concepção de «interpenetração entre educação e desenvolvimento da produção» (in *Ecrits — II*, p. 158), dando à expressão «educação» o sentido de «aquisição de uma consciência socialista». Ele parte do facto de que o desenvolvimento das forças produtivas num país atrasado e com baixo nível educativo exige a utilização de uma forma qualquer de «estímulo», e comenta, a propósito: «Se o estimulante material se opõe ao desenvolvimento da consciência [social], sendo embora uma poderosa alavanca para a produção, deverá concluir-se que ao preocuparmo-nos prioritariamente com o desenvolvimento da consciência se retarda a produção? Em termos comparativos, numa época dada, é possível, ainda que ninguém tenha feito cálculos apropriados; nós, pela nossa parte, afirmamos que a relativamente curto prazo o desenvolvimento da consciência faz mais pelo desenvolvimento da produção do que o estimulante material» (*idem*, p. 157). E, criticando, pelo seu lado, o *Manual de Economia Política da U. R. S. S.*, que advoga a necessidade, na fase de

transição, de «*desenvolver* e utilizar a lei do valor e as relações monetárias e mercantis», explicita a oposição — a que acima aludimos — entre a marcha para o socialismo por via de «recuos e avanços (ou guinadas) muito violentos» e a marcha mais «regular», com o mínimo de concessões: «Porquê *desenvolver* [a lei do valor, as relações mercantis, etc.]? Nós compreendemos que durante um certo tempo as categorias do capitalismo têm de manter-se e que esse período não pode ser previamente determinado; mas as características do período de transição são as de uma sociedade que rompe as suas antigas amarras para entrar rapidamente numa nova etapa. A *tendência* deve ser, em nossa opinião, a de liquidar o mais firmemente possível as antigas categorias, entre as quais figuram o mercado e a moeda e, por via disso, o fundamento mesmo do interesse material, ou mais exactamente as condições que provocam a sua existência. O contrário seria supor que a tarefa da construção do socialismo numa sociedade atrasada é uma espécie de acidente histórico e que os seus dirigentes, para reparar o *erro*, devem consagrar-se à consolidação de todas as categorias inerentes à sociedade intermédia, não deixando como fundamentos da nova sociedade senão a distribuição do rendimento segundo o trabalho, e a tendência para suprimir a exploração do homem pelo homem. O que se revela insuficiente, por si só, como factor de desenvolvimento da mudança gigantesca de consciência necessária para poder enfrentar a transição, mudança que deverá operar-se pela acção multiforme de todas as novas relações, a educação e a moral socialista [...]» (*idem*, pp. 163-164). Estamos, pois, quase nos antípodas do «economicismo» soviético (que teve, na origem, a sua *necessidade* objectiva), aproximando-nos mesmo do mal oposto — o voluntarismo. Mas não há dúvida que uma abordagem deste tipo das questões da transição é extremamente mais enriquecedora e, se bem que obrigue também a alguns recuos, tem o mérito de fazer um exigente apelo à imaginação e de impor uma permanente mobilização de massas,

pondo constantemente em evidência a luta de classes, que subsiste, ainda que invertida a relação de forças, durante toda a fase de transição.

Mao exprime lapidarmente igual recusa da «hipótese» do acidente histórico, indo, nesse ponto, mesmo mais longe que Guevara: «É muito difícil fazer a revolução e construir o socialismo nos países ocidentais, pois neles a influência perniciosa da burguesia é muito profunda e está infiltrada por toda a parte. [...] A ideologia e o estilo de trabalho burgueses têm influência por toda a parte e em todas as camadas sociais. [...] Lenine disse: “Quanto mais atrasado um país, mais difícil é a sua passagem do capitalismo ao socialismo.” Vista dos nossos dias, esta tese não é correcta. Na realidade, quanto mais atrasado economicamente é um país, mais fácil é a passagem do capitalismo ao socialismo. [...] Nos países capitalistas ocidentais, o nível de emprego e os salários são mais elevados, a influência da burguesia sobre os trabalhadores mais profunda. Nesses países a transformação socialista é menos fácil do que se imagina» (MC, p. 81). Com efeito, «a questão importante é a transformação dos homens», e é aí que, nesses países, reside a maior dificuldade.

Os «ensaios falhados» de arranque revolucionário no Chile e em Portugal vieram, entretanto, trazer justamente ao de cima esta questão que, desde o fracasso da revolução alemã, em 1923, estava, por assim dizer, adormecida: a da revolução em países industrializados. É certo que nem um nem outro país assim se podem considerar. No entanto, poderemos designá-los por sociedades capitalistas «intermédias», em que a estrutura económica (em particular a industrial) é já apreciavelmente diversificada e complexa, e em que o proletariado industrial representa já uma parcela muito importante das massas trabalhadoras. Sem que, num e noutro caso, a questão agrária deixe de ser, apesar de tudo, de uma relevância económica, e sobretudo política, primordial (ver, para maior desenvolvimento, o Cap. III).



A análise teórica que Gramsci fez desta questão merece ser aqui recordada<sup>18</sup>. Ele inspirou-se, para essa reflexão, precisamente no exame da Revolução Soviética, buscando detectar as substanciais diferenças que um processo revolucionário implicaria num país industrializado, ou mais precisamente num país ocidental, em que o Estado exerce simultaneamente um *domínio* político, e uma *direcção* cultural e moral, que lhe assegura aquilo a que Gramsci chama a *hegemonia*. Esta traduz-se no *consenso* obtido, junto das próprias classes exploradas, relativamente aos «valores» da classe dominante — o que, no seu conjunto, constitui o *bloco histórico* dominante. Ao campo de acção do aparelho de Estado propriamente dito chamou Gramsci a «sociedade política»; ao campo de acção ideológico (as escolas, os meios de comunicação, a religião, os organismos e funções «culturais», etc.) chama-lhe a «sociedade civil». É nesta que, segundo ele, reside a distinção fundamental entre o «Ocidente» e o «Oriente» (especificamente, a Rússia czarista): «No Oriente, o Estado era tudo, e a sociedade civil primitiva e gelatinosa; no Ocidente, entre o Estado e a sociedade civil existe uma justa relação, e, por detrás das vacilações do Estado, descobre-se, imediatamente, uma robusta estrutura da sociedade civil.» Daqui resulta que, para Gramsci, nas sociedades ocidentais, contrariamente ao que sucedeu na Rússia, uma situação de *crise orgânica*, ou seja, de desagregação do bloco histórico dominante, não cria só por si as condições para uma ruptura política decisiva, para a tomada do poder por um novo bloco histórico. Caso este não tenha podido tornar-se *previamente* hegemónico (mais precisamente: caso o proletariado não tenha podido constituir, sob a sua liderança, um novo bloco histórico hegemónico), afirma Gramsci que «a classe tradicional dirigente, que dispõe de

---

<sup>18</sup> A breve exposição das teses gramscianas que se segue é extraída, quase integralmente, da obra *Ler Gramsci*, de D. Grisoni e R. Maggiori, tradução portuguesa de Iniciativas Editoriais. Recomenda-se, em particular, a leitura dos artigos «Bloco Histórico», «Crise», «Hegemonia» e «Revolução» do excelente glossário de conceitos gramscianos contidos nesse livro.

peçoal numeroso e bem formado, muda os homens e os programas, retoma o controlo que lhe escapava com maior rapidez do que as classes subalternas: faz mesmo sacrifícios, expõe-se a um futuro duvidoso por meio de promessas demagógicas mas mantém o poder, reforça-o mesmo para a ocasião e serve-se dele para esmagar o adversário e dispensar o pessoal directivo, que deixa de poder ser muito numeroso e muito bem formado». Se, mesmo assim, a crise persiste ou se afigura problemática a sua solução, ainda restam a saída «carismática» (o homem salvador, o cesarismo ou bonapartismo) e, enfim, a saída fascista<sup>19</sup>. Isto quer dizer que a sociedade ocidental resiste «às irrupções catastróficas do elemento económico imediato» (crises, depressões, etc.) e, sendo assim, que, numa tal sociedade, «a revolução passa, primeiro, por uma luta de grande fôlego travada no terreno da sociedade civil, contra, portanto, a *hegemonia* da classe dirigente, isto é, o proletariado e o partido da classe operária devem, antes de se atirarem ao poder de Estado, lutar contra o poder hegemónico, desagregar a sociedade civil, para subtrair as classes subalternas à influência ideológica da classe dirigente e, pouco a pouco, impor, por uma difusão da concepção proletária do mundo, a sua própria direcção intelectual e moral. A luta pela hegemonia precede a luta pelo poder político» (*op. cit.*, p. 326).

Chegados a este ponto, há que introduzir, na questão atrás enunciada da articulação poder de Estado-democracia de massas, a temática da «revolução cultural» (que é eminentemente *política e ideológica*). Pois é nesta que reside, sem dúvida, como se acaba de ver, a chave de uma crescente prevalência da segunda sobre o primeiro na longa caminhada, via socialismo, para o comunismo — e não, necessária ou exclusivamente, na acumulação das forças produtivas. Com efeito, uma coisa é a *possibilidade* e a *necessidade* de ter conquis-

---

<sup>19</sup> Escusado assinalar, a partir destas curtas passagens, o enorme interesse das análises gramscianas para o estudo da «crise orgânica» portuguesa pós-25 de Abril.

tado a maioria das massas trabalhadoras para a ideia da revolução e da conquista do poder <sup>20</sup> — e isso pode ser conseguido por «concessões» tácticas <sup>21</sup>, como é caso frisante a adopção pelos bolcheviques do programa agrário dos socialistas revolucionários de «distribuição» em lugar de «colectivização» das terras —, outra é a de *conservar* essa maioria na fase duríssima que normalmente se segue à conquista do poder: é nesse momento, em que as primeiras medidas de destruição da ordem burguesa provocam uma vasta reacção, subjectiva e objectiva, por parte da anterior classe dominante e das massas impregnadas da sua ideologia (que irá, no limite, até à guerra civil), que a batalha ideológico-cultural é decisiva. Se o nível de consciência das massas é largamente inferior às tarefas que a luta de classes então as obrigam a enfrentar, só há duas alternativas: a derrota ou a repressão. Tanto uma como outra podem revestir várias formas. A derrota pode ser a simples reconquista do poder pela burguesia, por via militar por exemplo, mas pode ser também a necessidade de fazer concessões tais que signifiquem a própria desfiguração, a curto prazo, do projecto socialista, com o risco de o destruir ou fazer degenerar a mais longo prazo. A repressão pode ser a combinação, em doses diversas, de uma repressão *tout court* que fatalmente acaba por ser indiscriminada, de um centralismo no funcionamento do partido e dos órgãos do novo Estado que será cada vez mais «burocrático» e cada vez menos «democrático», de um culto de «valores» supostamente neutros, mas que, à falta do suporte ideológico que constituiria uma consciência revo-

---

<sup>20</sup> Contra o que muitos pensam, Lenine estava bem consciente desta necessidade de uma maioria (não confundir com maioria *parlamentar* ou *eleitoral*...): «Os bolchevistas venceram porque tinham com eles a maioria incontestável da classe operária (nas eleições de 17, os bolcheviques obtiveram contra os mencheviques o apoio da grande parte do proletariado industrial), porque metade do exército, imediatamente a seguir à tomada do poder, os seguiu e porque os nove décimos dos camponeses, no espaço de algumas semanas, se passaram para o seu lado» (discurso ao III Congresso da Internacional Comunista, em 1921).

<sup>21</sup> Expressão que não implica um juízo de valor: trata-se, justamente, de uma *compreensão* profunda do impulso do movimento de massas num dado momento.



lucionária das massas, acabam por reproduzir os mecanismos de dominação anteriores (exemplos: a ordem, a disciplina, a produtividade, a competência técnica, etc.). O mesmo é dizer que se a construção do socialismo implica uma *crescente participação activa* das massas, ela exige uma revolução cultural — ideológica, política — que, se aceitarmos as teses de Gramsci, não pode ser localizada no tempo de igual maneira qualquer que seja o grau de desenvolvimento da sociedade, o qual condiciona a maior ou menor solidez da «sociedade civil», a maior ou menor «impregnação ideológica» conseguida pelas classes dominantes sobre as classes exploradas. Caímos, no fim de contas, num problema que, posto noutros termos, é bem conhecido: a famosa questão das classes médias. Pois não são estas — entendidas como «categorias de rendimento médio», e não propriamente classes sociais<sup>22</sup> — o suporte mesmo da sociedade civil gramsciana? E não é também um facto que o desenvolvimento capitalista produz geralmente um acentuado crescimento destas categorias, constantemente aliadas pela ideologia do consumo e da ascensão social?

Na sua análise, Gramsci preocupou-se essencialmente com o problema da conquista do poder. Mas foi em termos da *conservação* do poder revolucionário que o dilema se colocou a Lenine: o grande obstáculo interno que teve de enfrentar foi *também* o da ideologia pequeno-burguesa, na sua forma mais primária — o desejo da propriedade individual da terra e da disposição do seu produto<sup>23</sup>. E as condições dramáticas, de fome e guerra, em que o Partido Bolchevique foi obrigado a actuar não lhe permitiram ultrapassá-lo (se assim se pode

---

<sup>22</sup> No meu ensaio *Indústria, Ideologia e Quotidiano* chamei-lhes a «pequena-burguesia por aspiração»: estas categorias são, na sua maioria, constituídas por trabalhadores impregnados de ideologia burguesa, que *aspiram* a um «estatuto social» burguês (ver pp. 181-185).

<sup>23</sup> Muito mais importante, sem dúvida, do que a reacção da burguesia urbana «destituída», a que Trotsky se refere nestes termos: «[Quando, para impor o novo Poder, confiscámos os bens da burguesia], não havia fábrica, banco, loja, sala de espera de advogado que não se transformasse em fortaleza contra nós» (discurso ao III Congresso da Internacional Comunista).

dizer) senão em 1929 pela via brutal da colectivização forçada: a N. E. P. no campo (e não só) foi, de facto, uma autêntica «anti-revolução cultural».

Do ponto de vista que aqui nos interessa, do conceito de socialismo, diremos então que só poderá falar-se de socialismo a partir do momento em que a hegemonia «transitória» que permite e legitima a conquista do poder tenha dado lugar a uma hegemonia «duradoura», em que os princípios socialistas estão largamente «interiorizados» e são objecto de um «consenso colectivo» — o que não significa que tenha sido completamente destruída a ideologia burguesa, ou que a luta de classes tenha terminado. A passagem de um estágio a outro constitui precisamente o que é corrente designar por «transição para o socialismo»: tanto Lenine como Mao referiram-se-lhe, no plano temporal, em termos de gerações.

Importa enfim, antes de fazermos a síntese das ideias que vimos passando em revista, procurar extrair alguns ensinamentos do autêntico laboratório de antecipação política e sobretudo económica que foi o «comunismo de guerra» entre 1918 e 1921.

#### AS LIÇÕES DO «COMUNISMO DE GUERRA»

Segundo E. H. Carr, o comércio externo russo «atingiu praticamente o zero em 1919, e o completo isolamento económico da Rússia Soviética foi um poderoso factor favorável a experiências económicas que dificilmente teriam sido tentadas, ou em que dificilmente se teria insistido, salvo em sistema fechado». Multiplicam-se na história, e em particular na do século xx, os exemplos que demonstram serem as fases de mais ou menos relativo isolamento de um país aquelas em que as suas energias despertam e o seu desenvolvimento se acelera. Isto é verdade inclusivamente para os países mais atrasados integrados no sistema capitalista mundial: é nesses

períodos que as burguesias nacionais dão largas à sua iniciativa e se fortalecem. Mas certamente não haverá outro caso na História em que esse isolamento tenha atingido os limites a que chegou na Rússia revolucionária. Mesmo aqueles países que iniciaram mais tarde um processo de transformação revolucionária, ainda que quase sempre boicotados e atacados pelo imperialismo, a que buscavam justamente escapar, nunca foram submetidos a prova tão extrema, para além do apoio mais ou menos entusiástico que receberam daqueles que os haviam antecedido na mesma tarefa histórica. É por isso que se pode falar da Rússia dos soviets, em particular no período entre 1918 e 1921, como de um «laboratório». Daí o seu enorme interesse para o nosso objectivo neste momento.

O «comunismo de guerra»<sup>24</sup> foi, na expressão de A. Nove (*EH*, p. 74), «uma economia de cerco com uma ideologia comunista». O que levanta imediatamente a questão, que o mesmo autor exprime nos seguintes termos: «Foi o comunismo de guerra uma resposta à emergência da guerra e ao colapso, ou representou uma tentativa global para “saltar” para o socialismo?» Não é possível responder a esta questão tomando partido por uma ou outra das alternativas que sugere<sup>25</sup>. De qualquer modo, o importante para nós é que em estados de emergência e de colapso idênticos (embora talvez raramente tão graves) não encontramos em qualquer outro país um conjunto de respostas que se assemelhem às medidas tomadas então pelos bolcheviques. E isso deriva necessariamente da componente ideológica contida na sumária definição atrás citada. Vale, pois, a pena passar em breve revista esse conjunto de medidas. Elas dar-nos-ão, tomadas globalmente, uma imagem da *ideia* que faziam os dirigentes bolcheviques da *sociedade comunista*, ou ao menos de certos dos seus aspectos essenciais, ainda que eles tivessem, por hipótese, consciência

---

<sup>24</sup> Expressão pouco rigorosa, pois tratou-se essencialmente de um «comunismo de distribuição».

<sup>25</sup> Uma exposição clara sobre esta questão encontra-se em Carr, *op. cit.*, vol. II, pp. 269 a 279.



de se tratar de uma «antecipação histórica» só possível nas circunstâncias excepcionais que atravessavam e de que o retorno a uma situação de paz viria a impor uma inevitável «retirada».

Ao nível das funções económicas essenciais, no sentido mais geral, procede-se, numa primeira fase, à nacionalização global (com excepção do sector agrícola) por sucessivas medidas ao longo do ano de 1918. Com efeito, isso não estava nos planos iniciais dos bolcheviques, em Outubro de 17: eles buscaram mesmo, nos primeiros meses, estabelecer acordos de cooperação com grandes empresários industriais, e nunca previram nacionalizar a pequena indústria<sup>26</sup>. Assim, para cada sector, observe-se a data do decreto final, ou seja, o que conclui a nacionalização do mesmo (ano de 1918): Fevereiro — Marinha Mercante; 22 de Abril — Comércio Externo; 28 de Junho — Todos os sectores industriais de alguma importância; 21 de Novembro — Comércio Interno; Dezembro — Banca (os principais bancos já estavam nacionalizados desde Dezembro de 17). Enfim, a pequena indústria (acima de cinco trabalhadores), só será abrangida por igual medida em fins de 1920. Quanto à terra, o decreto de nacionalização é o primeiro acto da Revolução (juntamente com o decreto sobre a paz), mas trata-se de uma nacionalização formal, pois as propriedades expropriadas serão na sua grande maioria distribuídas aos camponeses que as explorarão individualmente<sup>27</sup>.

Mas, para além das nacionalizações, que faziam, desde Marx, parte de qualquer programa socialista e do bolchevique

---

<sup>26</sup> Ainda em fins de 1919, no seu *ABC du Communisme*, Bukharine e Preobrazjensky afirmam: «Devemos recordar que não expropriamos a pequena indústria, cuja “nacionalização” é absolutamente inadmissível pelas razões seguintes: ser-nos-ia impossível organizar a pequena indústria dispersa e, por outro lado, o Partido Comunista não quer e não deve lesar milhões de pequenos proprietários. A sua passagem ao socialismo far-se-á voluntariamente, sem expropriação forçada.» No entanto, isso virá a ser feito no fim deste período, em Novembro de 1920, para se voltar atrás poucos meses depois (Maio 21).

<sup>27</sup> Outro sector vital, os caminhos de ferro, já pertencia praticamente na totalidade ao Estado antes da Revolução.

em particular<sup>28</sup>, o essencial do comunismo de guerra, e o que nele tem originado a maior controvérsia, situa-se na forma como foram abordadas as questões financeiras e de distribuição (no sentido mais geral). Estas últimas estão aliás profundamente ligadas: foi, efectivamente, a rápida desvalorização do rublo — por sua vez resultante da situação de guerra e inerente penúria — que impulsionou as medidas tendentes à «desmonetarização» da economia, à passagem à «economia natural». Convém ter presente que as duas grandes prioridades eram então a produção de guerra e o abastecimento das cidades. E, igualmente, não esquecer que muitos dos decretos adoptados, sendo significativos *em si*, não chegaram a ter aplicação, por impossibilidade prática derivada da sua inadequação, da inoperância dos serviços ou da resistência imposta pelas próprias condições da luta de classes. Muitas vezes eram rapidamente substituídos por outros, dentro de um pragmatismo que, no entanto, não impossibilita a detecção da permanência de uma «linha ideológica» característica desta fase. Linha ideológica que se traduz por uma tendência para aplicar *desde logo* certos princípios sempre tidos como possíveis apenas na fase superior do comunismo: o princípio «de cada um segundo a sua capacidade, a cada um segundo as suas necessidades» (o igualitarismo social efectivo<sup>29</sup>), o desaparecimento das trocas mercantis, a eliminação do «cálculo económico» em termos de *rendibilidade financeira*, ou seja, a eliminação da lei do valor (o que está implicado no anterior, por supor o privilégio dos valores de uso sobre os valores de troca), a mobilização colectiva por estímulos morais («ética socialista»). Já no decreto sobre a terra se diz, sintomaticamente, «o uso da terra deve ser igual, isto é, a terra é repartida entre

---

<sup>28</sup> Com excepção do comércio externo: segundo Carr, «seria difícil encontrar qualquer tomada de posição bolchevique, antes da Revolução, sobre comércio externo» (BR-II, p. 130).

<sup>29</sup> Com efeito, já Marx sublinhava que a repartição *socialista* «segundo o trabalho» só aparentemente era igualitária, pois as diferenças naturais (e adquiridas) entre os homens tornam-nos fortemente desiguais sob esse aspecto: uns podem produzir mais trabalho, ou mais valioso, que outros.

os trabalhadores tendo em conta as condições locais, *segundo a norma do trabalho ou do consumo*» (sublinhado — J. M. P.). A ambiguidade entre os dois modos de distribuição manteve-se na «lei sobre a socialização da terra» de Fevereiro de 1918, onde se estabelecia, para o efeito, um complicado modo de cálculo que tinha em conta quer o número de trabalhadores do agregado familiar (ponderado por sexo e idade), quer o número de «bocas a alimentar». Na realidade, nada disto foi cumprido, tendo a terra sido distribuída segundo um ou outro critério (ou outros ainda), ao sabor das condições e das relações de força locais. Mas Carr sublinha, pondo em evidência o compromisso político que estava por detrás desta política agrária: «Grosseiramente, os bolcheviques apoiavam a distribuição de *toda a terra* segundo o *número de consumidores*, o que favorecia duplamente os camponeses pobres e sem terra; os socialistas revolucionários tentavam restringir a distribuição às terras dos grandes proprietários, e reparti-las segundo a capacidade de trabalho, ambos os métodos indo favorecer os camponeses médios» (BR-II, p. 54).

De qualquer modo, não se tratando aqui de analisar a questão agrária durante o comunismo de guerra (aquela em que os bolcheviques afinal mais se afastaram dos «princípios comunistas» e que acabou por os obrigar, em 1921, a virar a 180 graus *toda a sua política económica*), vejamos como estes princípios foram aplicados em campos onde o poder soviético dispunha de bem maior controlo. Embora se reconhecesse a impossibilidade de proceder imediatamente segundo o modo de repartição igualitário comunista, foi extremamente poderosa a tendência para uma redução do leque salarial e, com o posterior crescimento da parte não monetária distribuída aos trabalhadores, para uma efectiva anulação daquele.

O enunciado de Lenine em «O Estado e a Revolução», como objectivo imediato logo após a conquista do poder, do alinhamento geral dos salários pelo «salário do operário» (O-II 1, p. 236) dificultou-lhe naturalmente a tarefa de pugnar, contra os comunistas de esquerda, pela introdução do salário ao



rendimento e do *taylorismo*<sup>30</sup>. São múltiplas as afirmações, sobretudo nos congressos dos conselhos de economia nacional e dos sindicatos, em favor do «igualitarismo». Numa intervenção, em Dezembro de 1918, dizia Ryazanov: os comunistas têm como palavra de ordem «a remuneração igualitária, a supressão de toda a diferença entre o trabalho indiferenciado e o do operário qualificado». E, efectivamente, num trabalho publicado em 1923, referindo-se a este período, diz Strumiline: «O princípio de igualdade para as remunerações era aplicado da maneira mais rigorosa. É certo que, no que respeita ao salário nominal, o engenheiro, que recebia o salário mais alto da escala, ganhava quatro vezes mais do que o guarda-nocturno ou a mulher de limpeza da última categoria. Mas as rações alimentares em espécie eram distribuídas segundo um princípio social particular em virtude do qual os operários recebiam uma ração maior que os empregados. Dava-se esta coisa curiosa que a retribuição legal do engenheiro da mais elevada categoria, compreendendo o salário e a ração alimentar, era inferior à do servente ou do guarda-nocturno, da categoria mais baixa.»<sup>31</sup> Assim se combinavam os dois «princípios»: a parte monetária *segundo o trabalho*, a parte não monetária *segundo a necessidade*. O «acionamento diferencial» foi estabelecido em Agosto de 1918, nessa altura com três categorias, posteriormente subdivididas: trabalho pesado (factor 4), outros trabalhadores e famílias destes e dos anteriores (factor 3), membros da antiga burguesia (factor 1). A partir de 1919, e sobretudo aceleradamente durante o ano de 1920, a parte monetária foi sendo reduzida até atingir menos de cinco por cento do total da remuneração. Mas, para-

---

<sup>30</sup> Nas «Tarefas Imediatas do Poder dos Sovietes», Abril de 18, ainda não iniciada a guerra civil, quando o poder soviético se preparava para a reconstrução. Lenine assume, como indispensável nessa fase, «um certo abandono dos princípios da Comuna de Paris e de todo o poder proletário», ao defender outra forma de desnivelamento salarial: o pagamento «a preço elevado dos “serviços” dos maiores especialistas burgueses» (PO, pp. 113-114).

<sup>31</sup> In «O Salário e a Produtividade do Trabalho na Indústria Russa — 1913-1922», citado por S. Prokopovicz em *Histoire Économique de L'URSS*, p. 386.

lamente, a ração alimentar foi, num primeiro tempo, tornada grátis para os menores (Maio de 19) e depois substituído o racionamento por um salário em espécie, distribuído pela própria empresa. Além dos bens alimentares — que, na realidade, eram obtidos no mercado negro em proporção crescente —, os trabalhadores da indústria recebiam produtos das suas empresas (quando eram produtoras de bens de consumo) ou eram autorizados a utilizar os meios de produção para fabricar utensílios de uso pessoal. Ou, ainda, recebiam os mais diversos produtos, que por sua vez procuravam trocar directamente, frequentemente também no mercado negro (o *piece-selling*). É óbvio que o sistema, na situação de penúria catastrófica em que se vivia, acabava por conduzir a novas e curiosas desigualdades. Tmsky dizia ao III Congresso dos Sindicatos em Março de 1920: «Os curtidores recebem coiro; os operários de produtos químicos recebem sabão, que falta para lavar os soldados vermelhos feridos, mas os ferroviários não podem completar o seu salário levando para casa locomotivas ou vagões; os trabalhadores do serviço de águas, levando tubos de ferro fundido, etc. Uma parte do proletariado começa a viver à custa da outra, o que o conjunto do proletariado não pode tolerar.»

Entretanto, em Janeiro de 1920 estabeleceram-se cantinas grátis para os trabalhadores de Moscovo e Petrogrado, verificando-se a partir do último trimestre do ano um *crescendo* final na desmonetarização: 11 de Outubro — correios, telefones, água, luz e casa grátis para os trabalhadores do Estado; 4 de Dezembro — todas as rações alimentares grátis; 23 de Dezembro — combustível grátis para instituições e empresas públicas e para os seus trabalhadores; 27 de Janeiro de 1921 — abolidas as rendas de casas propriedade do Estado ou dos municípios; 3 de Fevereiro — projecto de decreto (não chegado a aprovar, com a introdução da N. E. P. em Março) abolindo *todos* os impostos em dinheiro. Não se imagine, claro, que, com todos estes bens e serviços grátis, a vida era fácil: grande parte destes bens eram grátis, mas quase não

existiam. Pense-se, em particular, nos combustíveis, cuja carência era dramática (chegaram a queimar-se casas de madeira para suportar um pouco melhor os rigorosos Invernos).

Ao mesmo tempo, já há muito que as empresas geridas pelo Estado apenas mantinham uma contabilidade formal. As transacções comerciais estavam reduzidas ao mínimo: toda a circulação de mercadorias entre essas empresas, e entre elas e os organismos de Estado, era contabilizada mas não dava lugar a qualquer pagamento efectivo. Numa primeira fase apenas os saldos de exploração (Maio de 1918), mais tarde o conjunto dos activos e passivos das empresas (Março de 1919), são incorporados no Orçamento do Estado, que, pelo seu lado, as alimenta em fundos (na realidade, à custa de emissão monetária). Perde todo e qualquer sentido a noção de «equilíbrio financeiro» das empresas ou de «rendibilidade», o que, embora a situação seja insustentável, não deixa de constituir um «princípio socialista» fundamental. Preobrajensky, num artigo publicado em 1924, é extremamente claro a este respeito<sup>32</sup>: «Se calculássemos o custo de produção numa fábrica típica daquele período [do comunismo de guerra] encontraríamos o seguinte quadro. Valor das matérias-primas e reintegração dos instrumentos de produção, isto é, capital constante = 1000; salários, isto é, capital variável = 500; custo do produto = 1500; valor comercial do produto no período antes da guerra = 600. Nesta situação não só não existia sobreproduto, como se sofriam perdas colossais ( $1500 - 600 = 900$ ). No entanto, no contexto do comunismo de guerra e face aos objectivos a atingir, o resultado não era em absoluto negativo. Os operários recebiam o seu salário e ficava um excedente — cem no caso vertente — para o fundo da comuna estatal.» «Podiam dar-se, e deram-se, de facto, casos em que o valor comercial do pro-

---

<sup>32</sup> Não é inútil ler esta citação tendo presente a situação portuguesa pós-25 de Abril: guardadas as enormes proporções, é evidente uma *lógica* paralela entre o desmoronamento dos dois sistemas económicos. O sistema de relações capitalistas reage do mesmo modo em situações em que perdeu o controlo da luta de classes.



duto era mesmo inferior aos salários, no nosso exemplo, quatrocentos por hipótese. Mas mesmo assim era conveniente continuar parte da produção, já que os operários tinham de comer e havia que repor os gastos para manter as fábricas em funcionamento. Para o Estado era mais vantajoso um *deficit* de cem sobre os produtos produzidos (não medidos em termos de valor) *com as fábricas em funcionamento* do que um *deficit* de duzentos ou quinhentos *com as fábricas fechadas*. Era um tipo de economia totalmente particular, radicalmente oposto, nos seus objectivos e métodos de cálculo, à produção capitalista.» E resume a lógica do sistema: «Produz-se com qualquer meio tudo o que possa aumentar o fundo de consumo do momento, ainda que isso signifique um consumo de capital fixo e circulante que não pode reconstruir-se rapidamente» (artigo publicado em 1924 em *O Mensageiro da Academia Comunista*: «A Lei Fundamental da Acumulação Socialista Primitiva»). Preobrajensky escreve, imediatamente a seguir a esta passagem, que «uma economia deste tipo não pode, contudo, durar muito». É óbvio: seja qual for a forma de organização de uma economia, há determinados equilíbrios que é necessário manter, em última análise os que são condicionados pela relação produção/consumo, pela limitação dos recursos. Mas não é menos certo, e é isso que aqui nos importa assinalar, que aquele tipo de economia, embora socialmente desviado para a produção de guerra e para a simples subsistência física de milhões de homens, era, na sua lógica, *radicalmente oposto, nos seus objectivos e métodos de cálculo, à produção capitalista*. Ele prefigurava, portanto, um sistema *futuro* em que a «utilidade colectiva» se sobreporia à «procura do lucro individual».

Tudo isto é complementado, naturalmente, com uma «função reguladora» da economia por parte do Estado em que, na altura, muitos vêem também desde logo a base do seu futuro desaparecimento. Poucos terão ido, neste aspecto, tão longe como Bukharine e Preobrajensky, que no seu *ABC* afirmam: «A supressão do Estado dar-se-á rapidamente após

a vitória completa sobre os imperialismos.»<sup>33</sup> Mas que isso estava presente na mente dos dirigentes bolcheviques, pode constatar-se pela preocupação que houve, desde o início, em montar estruturas paralelas de poder político e de administração económica. Segundo Carr: «Lenine, no seu discurso de abertura do I Congresso Pan-Russo dos Conselhos de Economia Nacional, desenvolveu o tema de que o Vesenkha<sup>34</sup> estava destinado, “caso único entre todas as instituições do Estado, a conservar um lugar permanente”, visto que sobreviveria como uma “administração” sob o socialismo, quando os órgãos políticos do Governo já tivessem desaparecido» (BR-II, p. 83, nota 2). É claro que, ao longo do comunismo de guerra, foi a tendência contrária que necessariamente prevaleceu, sendo cada vez mais os instrumentos políticos a desempenhar, por forma repressiva (os destacamentos, as requisições forçadas, a militarização do trabalho, etc.), as funções económicas que os respectivos organismos não tinham meios para exercer. Mas nem por isso, através dos múltiplos organismos criados no domínio da produção e distribuição, deixa de se observar uma preocupação constante de *dominar e ordenar* os circuitos económicos e, sobretudo, para os subtrair à lógica capitalista: a gestão orçamental das empresas nacionalizadas (de que já vimos os princípios), a criação dos «departamentos sectoriais» (os *glavki*) dentro da orgânica do Conselho Superior de Economia Nacional, a tentativa de organização de um «sistema de trocas» entre a cidade e o campo — primeiro, através do Comissariado do Povo para o Abastecimento, depois pela integração do sistema cooperativo<sup>35</sup> —, a criação da Comissão de Utilização (Novembro de 1918), destinada a fixar o quan-

---

<sup>33</sup> Embora, noutra passagem, digam que «o que caracteriza um governo proletário não é o que o faz assemelhar-se ao governo dos exploradores: é a sua transformação *lenta*, mas progressiva, de organismo improdutivo num aparelho de administração económica» (sublinhado — J. M. P.) (ABC-II, p. 155).

<sup>34</sup> O Conselho Superior de Economia Nacional.

<sup>35</sup> O programa do Partido Bolchevique, de Março de 1919, fala de um «sistema planificado de distribuição», com base na «herança do capitalismo» que é o «sistema cooperativo».

titativo de produtos a exportar, a armazenar e a distribuir pela população, a dinamização da pequena produção artesanal (e não só da indústria de guerra) por via das encomendas do Estado, que simultaneamente distribuía matérias-primas e combustível, etc., etc. Era, em resumo, sob a pressão da necessidade (não é de mais insistir), a tentativa de implantar um princípio regulador «socialista» — a planificação —, por oposição ao princípio regulador capitalista — o mercado.

Dir-se-á que os países capitalistas, em idêntica emergência, utilizam idênticos mecanismos. É um facto. Só que a sua utilização é neles considerado como parte integrante da própria situação de emergência: é subentendido que, uma vez terminada, se regressará imediatamente aos sacrossantos mecanismos de mercado. Lenine aposta, desde 1918, em que uma vitória do proletariado alemão evitaria precisamente esse retrocesso e «asseguraria sem dúvida a vitória do socialismo mundial». Na brochura «Sobre o Infantilismo de Esquerda», em que combatia a oposição dos comunistas de esquerda ao «capitalismo de Estado», ele afirma: «O socialismo é impossível sem a técnica do grande capital, concebida segundo a última palavra da ciência mais moderna, sem uma organização de Estado metódica que subordine dezenas de milhões de homens à observância mais estrita duma norma única na produção e repartição dos produtos» [isto é, um Plano — J. M. P.] «O socialismo é também impossível sem que o proletariado domine o Estado: isto, também, é o ABC. E a história (...) seguiu caminhos tão particulares que *deu à luz*, em 1918, as duas metades do socialismo, separadas e vizinhas como dois futuros pintos sob a casca comum do imperialismo internacional. A Alemanha e a Rússia encarnam, em 1918, com particular evidência, a realização material das condições do socialismo, das condições económicas e sociais, por um lado, e das condições políticas, por outro» (PO, p. 154).

Interessa-nos aqui reter a ideia que, durante o comunismo de guerra, se buscou, da forma mais empírica, pôr em prática, mas que só mais tarde foi possível concretizar: a de que socia-



lismo implica planificação e coordenação do sistema económico (apenas um dos aspectos do domínio pelo homem da natureza e das suas condições de existência). Não nos detemos aqui noutro aspecto fundamental da mesma questão — que mais adiante nos ocupará —, que o comunismo de guerra não estava em condições de aprofundar: qual a participação das massas nessa planificação/coordenação? Ou: se o socialismo visa a «utilidade colectiva» (logo, a produção de valores de uso), *quem* (e a que nível) define as «preferências colectivas» e assegura o seu cumprimento «organizado»?

Basta-nos acrescentar que, neste campo, os ensinamentos do comunismo de guerra são negativos (e dificilmente se concebe como poderiam não o ser): a tendência manifestada foi para uma cada vez maior burocratização, para uma cada vez maior centralização, para uma cada vez menor democratização/participação — e, quanto à escala de «utilidades colectivas», as prioridades eram, nessa fase, evidentes. A emulação socialista (com larga difusão de «actos exemplares»), os «sábados comunistas» — ensaios de mobilização de massas por meio de «estímulos morais» — tiveram apenas um efeito «marginal» (na expressão de Bettelheim), e nem sequer foram alguma vez considerados *suficientes* para conseguir a disciplina de produção cada vez mais indispensável. R. Linhart sublinha a «adaptação» do pensamento de Lenine sobre estas questões em função da própria situação militar e das suas exigências, pondo em confronto dois textos escritos com o intervalo de um ano (Junho de 1919 — Maio/Junho de 1920), um saudando os sábados comunistas como um «princípio efectivo do comunismo», outro reconhecendo as insuficiências do «material humano que nos legou o capitalismo», que só permitirá atingir o comunismo «ao fim de longos anos». O mesmo autor define o pensamento de Lenine (a sua *especificidade*) como o exemplo mesmo «de pensamento dialéctico, perpetuamente em luta com o real e consigo próprio, realizando e destruindo adequações sempre provisórias» (*Lenine, Les Paysans, Taylor*, p. 141, nota 1). O baixo nível de pre-

paração e educação das massas, aliado ao «esvaziamento» da base proletária <sup>36</sup> *impôs* essa evolução e, aparente paradoxo, a fase «liberalizante» da N. E. P., que se seguiu, exigiu o reforço dos mecanismos repressivo-disciplinadores: as enormes concessões feitas ao capitalismo e à pequena-burguesia tinham como contrapartida a necessidade de um reforço da «vigilância e da disciplina proletárias». A morte de Lenine veio enfim selar em definitivo o triunfo do «aparelho».

O comunismo de guerra ficou a constituir uma espécie de «modelo concentrado» das aspirações de muitos revolucionários a uma «via rápida» para o socialismo. Ele deixou, de qualquer modo, posto o problema das *etapas*. Com efeito, ficou em suspenso uma questão vital. As experiências «comunistas» tentadas, pela força das circunstâncias, durante a fase do comunismo de guerra estavam condenadas ao fracasso dado encontrarem-se largamente *em avanço* sobre as condições quer materiais quer sociais da Rússia Soviética. Além disso, a situação catastrófica da economia de guerra e das relações com os camponeses (que atingiram o ponto explosivo no Outono-Inverno de 1920, com inúmeras sublevações no campo) <sup>37</sup> impediram uma exploração reflectida dos resultados dessas experiências,

---

<sup>36</sup> Por efeito da mobilização militar e para serviços públicos, da fuga de trabalhadores para o campo (onde, apesar de tudo, era mais fácil a subsistência), da ocupação de numerosos cargos políticos e sindicais por muitos dos proletários mais qualificados e politicamente conscientes, a base proletária do regime soviético viu-se extremamente restringida. Em 1920-21 o proletariado industrial (excluída a pequena indústria artesanal) cifrava-se em metade do que era em 1917: 1,48 milhões contra três milhões. E mesmo esse proletariado merecia de Lenine esta interrogação: «É-se proletário só porque se trabalha numa fábrica, na Rússia actual?» (ver *SC-I*, p. 114). Rudzutak constatava, em Janeiro de 1919: «Os trabalhadores dos grandes centros industriais estão a ser absorvidos na massa camponesa, e em vez duma população operária estamos com uma população semicamponesa ou mesmo puramente camponesa» (*BR-II*, p. 196).

<sup>37</sup> O que não impede I. Katorguin, numa das muitas obras totalmente acríticas que abundam na União Soviética (*Experiencia Historica de la Aplicacion de la N.E.P. por el P.C.U.S.*), de dizer tranquilamente: «A política do comunismo de guerra contribuiu para fortalecer a aliança militar e política entre os operários e os camponeses» (p. 41). E logo adiante reconhece, citando Lenine, que as transformações dos anos de guerra se fizeram «à margem, “até certo ponto, do que se passava entre as extensas massas camponesas”»... (p. 44).

obrigaram a frequentes e bruscas «mudanças de rumo», tornaram inevitável a grande viragem da N. E. P. Mas, em circunstâncias diferentes, sobretudo quando a conquista do poder seja a *conclusão* e não o *início* da luta armada, em que, portanto, o poder popular (ou proletário) tenha *tempo* e disponha de um crédito de mobilização de massas consecutivo a uma vitória revolucionária, não será possível retomar do comunismo de guerra algumas ideias importantes e imediatamente aplicáveis que acelerem o processo de transição? É isto, afinal, o que Fidel Castro exprime muito claramente quando, no discurso do 1.º de Maio de 1966, diz: «Quando da constituição do Comité Central, dissemos que pensávamos que o comunismo não podia ser edificado em total independência da edificação do socialismo, que o comunismo e o socialismo deviam, de certo modo, ser edificados paralelamente e que inventar um processo dizendo “até aqui, construímos o socialismo, a partir de lá construímos o comunismo”, poderia constituir um erro, um grande erro. Por consequência, não podíamos, entre outras coisas, hipotecar o desenvolvimento e a formação do homem comunista ao nosso ardente desejo de completar as tarefas do socialismo.» Mas não considera a questão arrumada: «Pensamos que, sobre todos estes problemas do socialismo e do comunismo, há que meditar, que reflectir, que estudar, que analisar e há ainda muito que procurar.» De facto, «a nossa Revolução, nos primeiros tempos, tinha certas tendências plagiárias, mecânicas. Copiávamos um país irmão e, depois, este país mudava de sistema porque não era o mais conveniente. Imaginem as consequências para os copiadores! Copiar será sempre mau. Copiar na vida, copiar na Revolução, é como copiar num exame. Ninguém obterá o seu diploma de revolucionário a copiar». Construir o socialismo é obra de imaginação. É talvez o maior dos ensinamentos do comunismo de guerra: os revolucionários bolcheviques foram capazes de uma imaginação verdadeiramente notável na busca de soluções para uma situação por vezes quase desesperada.



Eles nem sequer estavam ainda a «construir o socialismo» e acabaram mesmo, alguns, por imaginar já se encontrarem a caminho do comunismo. Mas algumas pistas que deixaram foram de inestimável valor e dão-nos elementos indispensáveis para pensar o socialismo e o comunismo como tarefas não necessariamente *sucessivas*, mas parcialmente sobrepostas.

#### A IMAGINAÇÃO E OS MODELOS — CONCLUSÕES

No seu famoso texto «Da Justa Solução das Contradições no Seio do Povo», de Fevereiro de 1957, diz Mao Tsé-tung: «Vejam quem nos construiu tantas fábricas importantes. Os Estados Unidos? A Grã-Bretanha? Não. Só a União Soviética faz isto porque é um país socialista, nosso aliado. Ao lado da União Soviética, certos países irmãos da Europa Oriental também nos deram algum auxílio. É perfeitamente verdadeiro que devemos estudar a experiência positiva de todos os países, sejam socialistas ou capitalistas. Isso é incontestável. Mas o essencial é estudar a da União Soviética. Podem adoptar-se duas atitudes para aprender qualquer coisa dos outros. Uma é dogmática e consiste em copiar tudo, quer isso convenha ou não às condições do nosso país. Essa atitude não é boa. Há outra, que consiste em fazer funcionar os nossos cérebros e em aprender o que corresponde às condições do nosso país, isto é, assimilar aquilo que nos pode ser útil. É essa a atitude que devemos adoptar.» Na realidade, está-se nessa altura a chegar ao fim desse apoio fraterno, estão precisamente então a surgir as primeiras divergências entre os P. C. da U. R. S. S. e da China. Não nos cabe aqui discutir a génese e o desenvolvimento do que viria a ser crismado de «conflito sino-soviético». Interessa-nos apenas salientar que 1958 marca, com o «Grande Salto em Frente» e a criação das comunas populares, o verdadeiro arranque daquilo a que muitos chamam hoje o «modelo chinês de desenvolvimento». A partida dos técnicos

soviéticos em Agosto de 1960<sup>38</sup> restituiu à China aquele «isolamento» que, como já atrás vimos, é geralmente fonte de criatividade e de inovação — ainda que, quarenta anos após a Revolução de Outubro, e nas novas condições surgidas depois de 45, fosse pelo menos inesperado recomeçar a «construção do socialismo num só país»... Mais tarde, em Janeiro de 62, numa conferência do partido, Mao reconhece em que escassa medida a China aplicara a segunda daquelas atitudes que cinco anos antes recomendara: «Nesses dias [os primeiros anos após a tomada do poder, em 49] não tínhamos outra alternativa que não fosse copiar a União Soviética. Especialmente no campo da indústria pesada, copiámos praticamente tudo da União Soviética, e tivemos muito pouca criatividade própria<sup>39</sup>. Nessa altura era absolutamente necessário agir assim, mas, ao mesmo tempo, isso era uma fraqueza — falta de capacidade para nos aguentarmos nas nossas próprias pernas. Naturalmente, isso não podia ser a nossa estratégia a longo prazo. A partir de 1958 decidimos fazer da auto-suficiência<sup>40</sup> a nossa

---

<sup>38</sup> Recorde-se que, nessa data, Kruchtchev deu ordem de regresso à União Soviética a todos os engenheiros e técnicos que se encontravam na China a cumprir um programa de instalação de cento e cinquenta e seis projectos industriais que deviam constituir a base da indústria chinesa. Foi-lhes ordenado que trouxessem todos os desenhos e documentos relativos a essas unidades. Numerosos complexos industriais ficaram votados à ruína, uma grande barragem incompleta, a economia chinesa gravemente comprometida. Tal atitude, certamente não inspirada no «internacionalismo proletário», destinava-se, com toda a evidência, a fazer pressão sobre o P. C. Chinês, de modo a «metê-lo na ordem», ou seja, a trazê-lo de novo à estrita fidelidade às posições soviéticas (nessa altura, em particular, sobre a questão da coexistência pacífica). De passagem, assinale-se que, em fins de 1965, é a vez de terem os Chineses uma atitude do mesmo tipo (embora de consequências menos graves) em relação a Cuba, ao recusarem-se a reconduzir o acordo de fornecimento de arroz, deste modo reduzindo a metade a ração de arroz dos Cubanos, que nessa altura evitavam tomar partido no conflito sino-soviético, a seus olhos catastrófico para o campo socialista.

<sup>39</sup> De facto, na agricultura, as coisas passaram-se de modo distinto. Aí os Chineses souberam aproveitar *criativamente* a experiência soviética e, apoiados na larga base camponesa da revolução e na sua própria experiência desenvolvida durante mais de vinte anos de luta e de administração nas zonas libertadas, puderam evitar as violências da colectivização soviética e progressivamente vencer as várias fases da colectivização sem problemas de maior.

<sup>40</sup> O termo original *self-reliance* (in Stuart Schramm, *Mao Tsé-tung Unrehearsed*) não tem tradução exacta em português. É, de facto, o substantivo que corresponde à atitude global de «apoiar-se nas suas próprias forças», tirar o máximo partido das próprias capacidades.

política fundamental, e só secundariamente nos apoiarmos no auxílio externo.» É certo que, como é sabido, o «Grande Salto» de 1958-60 conduziu a resultados *economicamente* duvidosos, e em certos aspectos talvez mesmo desastrosos. Podem detectar-se nesse período curiosas analogias com a fase do comunismo de guerra de 1918-1921. Segundo Baby (*La Grande Controverse Sino-Soviétique*, p. 59): «É um facto que no espírito dos que organizaram as comunas populares, a China tinha descoberto o meio de queimar etapas e de ascender rapidamente à etapa comunista do desenvolvimento social.» Hughes e Luard (*DE*, p. 87) confirmam-no, ao referirem-se ao «novo sistema (que era considerado como um progresso importante no caminho para o comunismo)». O próprio Mao reconhece que «se fazia soprar o vento do comunismo» (*MC*, p. 183). Uma vez mais uma «aceleração forçada da História» impõe a inevitável correcção. Mas agora, porque as condições são totalmente outras, trata-se mais de um afrouxamento do que propriamente de uma vasta retirada, como sucedeu com a N. E. P. De facto, se o ritmo da marcha para o socialismo é abrandado, não se trata de esperar pacientemente que os camponeses «cresçam para o socialismo» enquanto se desenvolvem até ao seu limite as relações capitalistas (ainda que sob a vigilância do partido), de «cavalgar para o socialismo num burro» atirando aos camponeses o *slogan* «enriqueçam!» (todas as expressões entre aspas são de Bukharine, em 1925, que passara das posições ultra-esquerdistas de 1919-1920 para o extremo oposto poucos anos depois). Pelo contrário, se, depois de 60, são eliminadas certas tendências para a «economia natural» e para a igualitarização excessiva manifestadas durante o período do «Grande Salto», as lições do relativo fracasso <sup>41</sup> foram aproveitadas para estabelecer uma nova estratégia de desenvolvimento, anunciada logo em princípios de 1960: «A agricultura será tomada como base, a indústria

---

<sup>41</sup> Para o qual contribuíram largamente, convém recordar, as calamidades naturais que assolaram a China em 1959 e 1960.



como factor dominante.» O que tem implicações da mais variada ordem em todos os planos: político, ideológico, económico, etc. É efectivamente uma inversão de prioridades relativamente ao «modelo» soviético de «transição para o socialismo». Esta nova estratégia não corta com a experiência das comunas populares nem com a fórmula (levada ao extremo) da descentralização industrial que lhes estava subjacente. Pelo contrário, dá-lhes sequência, corrigidos os erros cometidos — de que o mais explorado pelos adversários da revolução chinesa foi, sem dúvida, o dos «altos-fornos de aldeia» ou do «aço caseiro». Hughes e Luard (*op. cit.*, p. 95), que de nenhum modo podem ser considerados apologistas acríticos da experiência chinesa, escrevem, a propósito do início dessa nova fase: «Toda a filosofia dos chefes nessa época se resumia no *slogan* “andar sobre as duas pernas”. Isto significava que era necessário fazer incidir os esforços sobre o desenvolvimento simultâneo: *a*) não só dos métodos industriais mais modernos praticados no Ocidente, mas também de numerosas técnicas chinesas tradicionais que poderiam ser exploradas com muito menor custo até à instalação dum equipamento moderno (isto incluía, por exemplo, fazer ressuscitar os medicamentos tipicamente chineses, as plantas medicinais, a acupunctura, o que permite utilizar pessoas já experimentadas nessas técnicas, enquanto outras se instruíam nos métodos médicos ocidentais; *b*) não só da indústria pesada, mas também da indústria ligeira e da agricultura; *c*) não só das enormes empresas industriais exploradas pelo Estado, mas também das pequenas fábricas dispersas exploradas pelas autoridades locais e pelas comunas.» O conceito de descentralização do desenvolvimento, o apelo à inventiva das massas (na utilização e adaptação de técnicas tradicionais, mas também no sentido literal de invenção de novas técnicas de produção), a educação permanente (técnica, mas, sobretudo, ideológica) são outros tantos factores de progressiva democratização. O desenvolvimento de relações de produção socialistas terá de resultar *simultaneamente* do crescimento das forças produtivas (base material)

e da crescente participação das massas em todo o processo revolucionário (base ideológica). A descentralização, o acento na agricultura, tem como consequência reequilibrar estes dois elementos fundamentais da construção do socialismo: o ritmo do crescimento económico é afrouxado, a mobilização das massas é acelerada. Com efeito, é muito mais fácil mobilizar as massas em torno de um trabalho político e económico localizado, dentro de uma dimensão físico-geográfica «acessível» e com larga margem de autonomia — ainda que integrando-se num todo articulado e controlado —, do que mobilizá-las para acções concebidas e dirigidas pelos órgãos centrais a centenas ou milhares de quilómetros de distância: mobilizá-las a partir do concreto, e não do abstracto.

Isto insere-se no conceito de «centralismo democrático» alargado a todos os trabalhadores e não apenas (como geralmente é entendido, e como foi, de facto, lançado e aplicado por Lenine) no interior do partido. «Em 1957, eu disse: “temos de criar um clima político que compreenda ao mesmo tempo centralismo e democracia, disciplina e liberdade, unidade de objectivos e descontração de espírito para os indivíduos, que seja vivo e vigoroso”. Devemos ter esse clima dentro e fora do partido. Sem esse clima político, o entusiasmo das massas não pode ser mobilizado. Não podemos vencer as dificuldades sem democracia.» «Se não há democracia, as ideias não virão das massas, será impossível estabelecer uma linha correcta, métodos e políticas específicas correctas» (Mao, discurso de Janeiro de 62, citado na p. 68). É claro que não pode entender-se *democracia* no sentido corrente nas chamadas democracias ocidentais, mas no sentido socialista de participação directa nas questões que dizem respeito a cada um e à «construção colectiva» de um novo modo de vida. Também não convém tomar aquelas palavras de Mao como tratando-se de um objectivo imediato: elas inserem-se na permanente pedagogia maoísta das contradições. Mao aprofunda e dá um conteúdo eminentemente prático à dialéctica marxista, partindo da premissa básica que exprime, no seu clás-

«A contradição é universal, absoluta; ela existe em todos os processos de desenvolvimento das coisas e dos fenómenos e penetra cada processo, do início ao fim» (QE, p. 38). Em 56 vemo-lo enunciar e discutir as «dez grandes relações ou contradições» sobre as quais assenta a dinâmica da nova sociedade chinesa: 1) entre indústria e agricultura, e entre indústria pesada e indústria ligeira; 2) entre indústria nas regiões costeiras e indústrias no interior; 3) entre construção económica e esforço de defesa; 4) entre o Estado, as unidades produtivas e os produtores individuais; 5) entre o Centro [os órgãos centrais de decisão em Pequim] e as regiões; 6) entre a nacionalidade Han e as minorias nacionais; 7) entre partido e não partido; 8) entre revolucionário e contra-revolucionário; 9) entre o certo e o errado; 10) entre a China e os outros países. Entre cada um dos dois termos de cada uma destas contradições <sup>42</sup> manifestam-se constantes tensões e desequilíbrios: o caminho para o socialismo é, de certo modo, a *síntese* das soluções (ou superações) sucessivas que vão sendo encon-

---

<sup>42</sup> Noutros textos, anteriores e posteriores, Mao dá exemplos de muitas outras contradições, igualmente importantes, mas em muitos casos autênticas «condensações» de algumas destas, ou também contradições situadas a outros níveis.

Alguns exemplos. «No momento actual [1960] o trabalho manual tem ainda na China um lugar extremamente importante. Ele está em desequilíbrio com o desenvolvimento da produção e o aumento da produtividade. Eis porque é absolutamente necessário desencadear uma grande revolução tecnológica e resolver o problema levantado por este desequilíbrio» (MC, p. 121). «As contradições entre a produção e as necessidades da sociedade, que continuarão a existir ainda durante um período prolongado como uma realidade objectiva, exigem uma regulação por planos de Estado, segundo um processo constante de reajustamento. No nosso país, todos os anos se elabora um plano económico a fim de estabelecer uma proporção apropriada entre a acumulação e o consumo, e de chegar a um equilíbrio entre a produção e as necessidades da sociedade. Este equilíbrio não é mais do que uma unidade passageira e relativa dos contrários. Passa um ano, esse equilíbrio, considerado globalmente, é de novo rompido pela luta dos contrários; a unidade modifica-se, o equilíbrio transforma-se em desequilíbrio, a unidade deixa de ser unidade, há que estabelecer de novo o equilíbrio e a unidade para o ano seguinte» (QE, p. 105). Assinale-se que estas, como as acima indicadas, são, na sua generalidade, aquilo que Mao designa por «contradições não antagónicas», sabido que «antagónicas» são as que opõem burguesia e proletariado, capitalismo e socialismo, etc. Em princípio, só as 8) e 10) (esta parcialmente) apresentarão um carácter antagónico, embora todas as outras sejam *atravessadas* pela luta de classes.



tradas para estas contradições (que tendem de novo a reproduzir-se a níveis cada vez mais elevados), processo complexo, já que existem, também, evidentes interações entre todas elas. É, em qualquer caso, o processo de desenvolvimento da luta de classes que dará a «chave» para a gradual superação dos desequilíbrios entre os termos das contradições e entre elas próprias. E, a certo momento, dá-se uma acumulação de desequilíbrios não superados (ou mal resolvidos), e é às massas que cabe dar o impulso para um novo equilíbrio *global*, para a criação de novas condições de superação das contradições. Foi o que sucedeu com a Revolução Cultural de 66-68, que, no essencial, foi um ataque intensivo ao economicismo, ao autoritarismo (sectarismo), às «ideias petrificadas». «Um desenvolvimento nunca é linear; faz-se por vagas ou em espiral» (Mao). Deu-se um novo avanço no sentido da participação, da democratização, da politização: a política no posto de comando. Bettelheim concretiza: «A Carta de Anchan [de Março de 1960], carta de uma gestão socialista das empresas, enuncia, em particular, o princípio de se dar à política o posto de comando, e o da participação dos operários na gestão e dos quadros no trabalho manual, princípios retomados e postos em prática pelas massas desde o início da Revolução Cultural. Esta prática opõe-se às práticas de gestão que predominavam em 1960 e que continuaram a predominar até à revolução cultural proletária. Ela representa o ponto de partida duma nova prática social. No entanto, enquanto as massas não se tinham posto em movimento em grande escala, e enquanto não se tinham, elas próprias, apropriado de todos estes problemas, o antigo estado de coisas persistia» (RC, p. 80).

Não pretendemos fazer aqui, em poucas páginas, uma exposição das concepções e prática chinesas de transição para o socialismo. O nosso objectivo era apenas, a partir de certas linhas de força detectáveis nesse processo, alimentar com novas contribuições este breve estudo sobre a *concepção* do objectivo a atingir: o socialismo. Julgamos que a experiência chi-

nesa é extremamente rica, sob esse aspecto, quanto mais não fosse porque nos denuncia a vaidade de pretender fazer assentar a «construção do socialismo» apenas (ou principalmente) em alterações quantitativas (tomar o poder e acumular forças produtivas: ver pp. 33 e seg.)<sup>43</sup>. Mas, sobretudo, porque nos põe em evidência uma contradição importante, presente em todo o processo revolucionário: a que se verifica entre a *imaginação* e os *modelos*.

O acto revolucionário é o acto criador por excelência. Não pode ser a imitação, ou mesmo a simples adaptação de precedentes históricos. As leis marxistas do desenvolvimento histórico são, obviamente, leis tendenciais. E como poderiam não o ser, se as próprias leis das ciências exactas vão revelando a sua precaridade à medida que se aprofundam os conhecimentos humanos? Sendo assim, elas fornecem um «quadro de acção», no qual se insere e é determinante a acção dos homens. Já vimos, exemplo esclarecedor, como Lenine teve o génio de descobrir nas condições específicas da Rússia semifeudal desagregada pela guerra a possibilidade e a *necessidade* de «saltar» para a revolução socialista, substituindo a etapa do capitalismo desenvolvido até ao limite das suas contradições por um «capitalismo de Estado» que já não o era, de facto, pois a sua instauração era dirigida pela «ditadura revolucionária dos operários e camponeses». De acordo com

---

<sup>43</sup> Ao criticar a utilização, no *Manual de Economia Política da U. R. S. S.*, da expressão «consolidar definitivamente», Mao observa: «A consolidação de qualquer coisa só pode ser relativa. Como poderia a consolidação ser definitiva?» «É possível que, numa sociedade socialista, categorias económicas como a distribuição segundo o trabalho, a produção mercantil, a lei do valor, etc., sejam eternas? É concebível que elas nasçam e se desenvolvam, mas que não morram, que não se transformem? É possível que todas estas categorias não sejam categorias históricas como todas as outras? A passagem do socialismo ao comunismo é inevitável. Neste processo, é natural que certas coisas que pertenciam ao período socialista morram. Mesmo na época do comunismo, as coisas desenvolver-se-ão sem cessar. Pode mesmo ser que o comunismo passe por muitas etapas diferentes. Poder-se-á dizer que não haverá mais mudanças uma vez realizada a sociedade comunista, que tudo estará “consolidado definitivamente” e que só haverá mudanças quantitativas mas não mudanças qualitativas parciais ininterruptas?» (MC, p. 91).

a expressão acima citada de Mao, Lenine «fez funcionar o cérebro» e *criou*, a partir de uma percepção profunda da luta de classes naquele período, uma situação *não prevista* naquele quadro de acção fornecido pelas leis marxistas, mas inserindo-se indiscutivelmente na *tendência* que elas enunciavam. Todas as verdadeiras revoluções deste século encontraram homens capazes de ultrapassar os «modelos», ou receitas, que lhes eram fornecidos por experiências de outros países. Em Agosto de 66, ao Congresso da Confederação dos Trabalhadores Cubanos, Fidel dizia: «Os problemas políticos não são simples. É por isso que é necessário que as massas tenham uma profunda consciência política e nós queremos que a consciência das nossas massas não seja uma consciência feita de *clichés*, uma consciência de manuais, porque os manuais são ainda uma coisa que tem feito um mal terrível às ideias revolucionárias.» «Como se constrói o socialismo? E como se edifica o comunismo? É precisamente sobre este ponto que existe uma grande variedade de *nuances* no pensamento revolucionário, uma grande quantidade de correntes no movimento revolucionário. Nós respeitamos a maneira de pensar dos outros: que cada um edifique o seu socialismo ou o seu comunismo como bem lhe pareça. Mas, por favor, que se respeite também o nosso direito de edificar o nosso socialismo, e o nosso comunismo como bem nos pareça. Bem entendido, não estou a acusar ninguém de nos querer impor uma via. Refiro-me sobretudo aos homens servis que não têm qualquer fé na capacidade do seu povo para seguir uma via [própria].» Poderá chocar, nesta passagem, a utilização de expressões como «o nosso socialismo» e o «nosso comunismo», ou mesmo a ideia de que cada um poderá construir o «seu comunismo como bem lhe pareça». Não abrirá isto a via para que cada um *chame* socialismo ou comunismo àquilo que bem entenda, em nome da *originalidade* das condições nacionais? Discutiremos adiante com mais cuidado a questão das «vias originais para o socialismo», pelo que não vamos nela deter-nos por agora. O texto citado de Fidel, quando inserido no longo discurso de que foi



extraído e, *sobretudo*, no processo concreto do desenvolvimento da Revolução Cubana, não pode deixar margem a dúvidas: é contra os modelos preestabelecidos, contra as «receitas para construir o socialismo» que Fidel se levanta. A experiência cubana é, aliás, nesse sentido, exemplar. Com efeito, pelas condições conhecidas, não foi possível a Cuba efectuar a sua «revolucionarização» interna em situação de quase isolamento como na China: a sua total dependência (herdada da dominação imperialista) de um único produto — o açúcar —, o boicote económico a que foi submetida por parte dos Estados Unidos, as tentativas militares lançadas e apoiadas pelos Estados Unidos para destruir o regime popular, etc., etc., obrigaram os Cubanos a colocar-se na «órbita» do sistema soviético. Daí que, ao longo dos últimos doze anos, se tenha mantido uma confrontação permanente, *dentro* do próprio processo revolucionário, entre aqueles que se apoiam no «realismo», no «saber de experiência feito», dos conselheiros soviéticos, e os que, na esteira de Guevara, põem o acento na «construção simultânea» do socialismo e do comunismo, consideram *decisiva* uma crescente participação das massas, apostam na interacção *necessária* entre a construção da base material do socialismo (o económico) e a «construção» do Homem Novo, da base ideológica e moral do socialismo (o ideológico, o político). Quando motivadas politicamente, as massas trabalhadoras contêm em si um potencial inesgotável de criatividade, de «imaginação posta em acto», de solução de problemas concretos que, naturalmente, rejeitam os critérios de «racionalidade» e de «lógica» inerentes ao mundo da «lei do valor». Sob risco de parecer provocatório, diríamos que foi sempre contra a lei do valor, contra a «economia de produção baseada em critérios de rendibilidade e de competitividade concorrencial» que se mobilizaram as massas: uma economia de guerra, de agressão (interna e externa), de «prestígio nacional», como foi exemplo-limite a Alemanha hitleriana, ao produzir justamente «bens» que se destinam a ser destruídos (armas, munições, etc.) ou a desempenhar a sua função de «prestígio»

(obras de fachada: estádios, monumentos, auto-estradas, etc.), e não a ser *trocadas* num mercado, consegue mobilizar as massas em nome de uma *necessidade*, evidentemente mistificada. A mistificação é, aliás, de tal monta, que, por via da acção dirigista e «planificadora» de um Estado totalitário, essa distorção à lei do valor proporciona aos grandes potentados capitalistas lucros verdadeiramente fabulosos. Quando Lenine admirava a utilização de tais princípios pelo «capitalismo de guerra» alemão durante a Primeira Guerra Mundial, estava longe de imaginar a que ponto iria, vinte anos depois, a Alemanha nazi.

É neste sentido que, numa perspectiva antitética, a libertação da energia e da imaginação das massas dentro de uma motivação ideológica de «utilidade colectiva», de construção do socialismo e dos seus *valores* não mercantis, constitui um elemento fundamental de um processo que, de outro modo, corre o risco de, face às dificuldades imensas com que se depara o poder revolucionário, ir buscar a modelos importados as regras a seguir. O exemplo-limite de tal situação não poderia deixar de ser a antítese rigorosa da «máquina de guerra» hitleriana: essa outra «máquina de guerra revolucionária» que destruiu, trinta anos mais tarde, um potencial militar incomparavelmente superior ao nazi — o povo vietnamita. São bem conhecidos os quase inacreditáveis exemplos de «imaginação» e de acção de massas que puderam solucionar problemas aos quais a racionalidade-limite dos computadores de McNamara nunca conseguiria dar resposta. Os resultados o demonstram.

Segundo Bettelheim (1973), «o que surpreende no desenvolvimento das forças produtivas na China é que ele *deixou de estar estritamente subordinado a uma acumulação prévia*, precisamente porque repousa sobre um processo de *inovações* e de *renovações de massa*». [...] «Nas fábricas que se visita na China pode considerar-se que a produção deixou de depender estreitamente do montante dos investimentos; como Marx previu, no desenvolvimento socialista das forças produtivas

é o trabalho vivo que é o factor directamente e imediatamente decisivo e dominante, enquanto que o trabalho morto é apenas um factor subordinado e secundário» (RC, pp. 95-96). E ainda: «A política económica chinesa atribui muita importância ao desenvolvimento das pequenas e médias empresas. O desenvolvimento industrial chinês apoia-se largamente sobre estas empresas. Isto não deve ser considerado como uma simples necessidade económica mas também como uma *escolha política*. Uma das maiores vantagens políticas destas pequenas e médias empresas encontra-se no facto de que os grupos de gestão operária aí se desenvolvem mais facilmente que nas grandes empresas complexas, mais marcadas pelo modo de produção capitalista e pelo seu gigantismo» (*idem*, p. 50). Trata-se de «instituir unidades de produção controláveis pelos trabalhadores» (*idem, idem*). Mas, tão importante como isso, é a distribuição dessas indústrias: «Ao nível dos distritos, das comunas populares e das brigadas de produção, centenas e milhares de pequenas e médias empresas industriais nasceram e fornecem às aldeias energia eléctrica, ferro fundido, aço, materiais de construção, metais diversos, fios metálicos, instrumentos agrícolas, motocultivadoras, adubos, têxteis, e mesmo por vezes diversos produtos químicos e farmacêuticos, assim como produtos de consumo corrente.» [...] «O desenvolvimento destes sistemas industriais elementares representa o início da ruptura profunda na oposição secular entre o campo e a cidade» (*idem*, p. 99). «Pela primeira vez no mundo a industrialização acompanha-se de um fenómeno de desurbanização» (*idem*, p. 100).

Não pode deixar de sorrir-se ao ler, pela pena do já citado Zarodov, a propósito da China: «Houve nomeadamente o “Grande Salto” decretado em 1958 e a “Revolução Cultural” iniciada em 1966, dois acontecimentos que iriam suscitar grandes dificuldades na edificação socialista e revelar-se de pesadas consequências. Até 1963, a economia da República Popular da China enfrentou uma depressão» (LP, p. 367). «As dificuldades surgidas na construção socialista na China são devi-



das à recusa por parte da direcção do P. C. C. em respeitar as leis gerais do socialismo, à infracção dos princípios do internacionalismo proletário, à substituição do marxismo-leninismo pelo maoísmo» (*idem*). Para além do facto curioso de nem se referir as enormes dificuldades causadas pela retirada dos técnicos soviéticos (em 1960) e pelas calamidades naturais, o que interessa salientar é, por um lado, a preocupação exclusiva com a economia, com as dificuldades económicas, por outro, o evidente despeito pela «fuga ao modelo», modelo esse que muito incorrectamente Zarodov designa por «teses fundamentais do *plano leninista* das transformações socialistas» (sublinhado — J. M. P.). Guevara está bem mais próximo da realidade quando afirma: «O período de construção do socialismo (ou primeiro período da construção do comunismo) (...) desenrola-se no meio de violentas lutas de classes e os elementos do capitalismo que subsistem obscurecem a compreensão da sua verdadeira natureza. Se se junta a isto a escolástica que travou o desenvolvimento da filosofia marxista e *impediu sistematicamente o estudo deste período*, cujos fundamentos económicos não foram analisados, temos de admitir que ainda estamos no berço e que devemos empreender a determinação de todas as características primordiais deste período, antes de elaborar uma teoria económica e política de maior ambição.» «Tal teoria dará uma importância primordial aos *dois pilares da construção do socialismo*: a formação do homem novo e o desenvolvimento da técnica» (*SH*, p. 99).

Ora não serão justamente contributos decisivos para uma tal «teoria» as experiências *práticas* no sentido de uma crescente participação das massas no controlo, na gestão, no desenvolvimento de técnicas novas (não capitalistas), a tendência para uma efectiva atenuação das contradições cidade-campo e trabalho manual-trabalho intelectual, o combate à generalização (ou mesmo ao aumento) dos estímulos materiais, uma gradual desactivação da importância da moeda, uma acentuação da utilização de critérios *políticos* e não estritamente *económicos* nas decisões relativas à própria instância econó-

mica (a todos os níveis, incluindo o das unidades de produção), etc., etc.? Quer na China, quer em Cuba, encontramos, com maior ou menor intensidade, a aplicação destes princípios. Em qualquer dos casos, em função das condições em que em cada um se desenvolve a luta de classes, subsiste uma parcela *fundamental* de descoberta, de inovação, de criatividade<sup>44</sup>.

É altura de sumariar, de concluir (provisoriamente, claro). Que objectivo é esse — o socialismo? É esse outro — o comunismo? Ou mais precisamente: que elementos, *indispensáveis*, deverão estar presentes na fase de transição, para que os objectivos se não encontrem irremediavelmente comprometidos? Esta última formulação é na realidade mais correcta, e julgamos ter já fornecido dados suficientes para se compreender porquê. O capitalismo está longe de ser apenas um sistema económico, um modo de organizar a produção. Se assim fosse, a introdução de um «modo de organização» socialista da produção, de um modo «planificado» de produzir e distribuir bens poderia merecer o nome de socialismo. A ilusão de que à anarquia do mercado (capitalista) se substituiu a racionalidade do plano (socialista) e que com isso se destruíram os fundamentos mesmos do modo de produção capitalista e se transformaram de raiz as relações entre os homens, eliminando a sua exploração — tal ilusão pretendem dá-la, com escasso êxito afinal, aqueles que levam o «economicismo» aos limites do absurdo. As componentes económica, ideológica e política estão sempre, em maior ou menor grau relativo, presentes na luta de classes. E elas *têm de continuar presentes* no período «novo» da luta de classes que se segue ao derrube do poder *político* da burguesia. Não são só as relações de produção capitalistas e socialistas que, durante um período cuja duração não pode ser definida *a priori*, vão coexistir. São dois modos

---

<sup>44</sup> O último discurso de Fidel Castro, ao I Congresso do P. C. Cubano, parece anunciar o abandono de certas posições cubanas em favor do modelo soviético, em particular no que toca à «directão da economia». É de rezear que, também aqui, a imaginação acabe por ceder, no essencial, ao modelo. Voltaremos ao assunto.

de «comportamento social e político», um tendendo, dentro da sociedade nova em gestação, a reproduzir a sociedade «velha» (ainda que com aparência transfigurada), o outro buscando impor o perfil *exemplar* do homem novo. A construção do socialismo é uma luta de morte entre o «novo» e o «velho», entre o espírito de inovação e o conservadorismo, entre a *vontade* de libertação *total* (posta como objectivo último) e a imposição de regras *indiscutíveis* (sejam as regras *naturais* com que o capitalismo nos impregnou, sejam as regras, igualmente irracionais e dogmáticas, de qualquer burocracia), entre a racionalidade que tem como fundamento a exigência colectiva de desmercantilizar as relações humanas e a «racionalidade» que o mercado automaticamente asseguraria ou essa outra que os planificadores econometricamente demonstram e o computador avaliza.

Esta luta de morte tem, sem dúvida, como pano de fundo, uma acumulação de forças produtivas indispensável, pois nunca haverá libertação real no «reino da necessidade» (Engels). Mas o próprio *método* de realizar essa acumulação é parte da mesma luta. Não se poderá ser mais preciso, a este respeito, do que Rosa Luxemburgo (ainda que, convém notá-lo uma vez mais, ela tenha por certo menosprezado as condições concretas e dramáticas que impediram a aplicação de tais princípios logo nos primeiros anos da Revolução Russa, a que ela dedicava estas considerações): «A massa popular tem de participar no seu conjunto. Se não o socialismo é decretado, outorgado por uma dúzia de intelectuais em torno de um pano verde.» «A prática do socialismo exige uma transformação completa no espírito das massas, degradado por séculos de dominação burguesa. Instintos sociais em lugar de instintos egoístas, iniciativa das massas em lugar de inércia, idealismo que faz vencer todos os sofrimentos» (RR, p. 84).

Mas se estas palavras de Rosa Luxemburgo mantêm actualidade, quer isso dizer que, no fim de contas, o exame de algumas «provas» práticas, não acrescentou nada ao que ficara enunciado nas primeiras páginas deste livro? Acrescentou algo



de extremamente importante: a certeza de que isso é *possível*, a confirmação da teoria nas suas linhas gerais. E acrescentou ainda este ensinamento decisivo: ainda que seja impossível aplicar esses princípios da forma mais ampla *desde o primeiro dia*, é possível manter uma dinâmica que permita um gradual alargamento da sua aplicação — não é *inevitável* o bloqueamento resultante de uma burocratização *mais rápida* do que a democratização. Mas para isso é necessário que, *desde o primeiro dia*, se dê um combate decisivo à ideologia persistente de um capitalismo só aparentemente moribundo. Desde o primeiro dia? Não desconhecemos que os primeiros tempos (anos) após a conquista do poder constituem uma fase delicada, em que a simples transformação de certos mecanismos económicos fundamentais e das relações jurídicas de propriedade criam tensões consideráveis, conduzindo quase sempre a dificuldades enormes no campo económico (produção, distribuição, relações externas), que quase diríamos são o *sinal* mesmo de que o sistema capitalista está a ser abalado de alto a baixo <sup>45</sup>. A tentação é imensa, em tais condições, de favorecer as soluções burocráticas em relação às democráticas: com efeito, as massas, levadas por um entusiasmo revolucionário até ao momento-chave do derrube do poder da burguesia, não estarão igualmente «preparadas» para enfrentar as dificuldades desses primeiros anos, *sobretudo* se a sua mobilização anterior *lhes tiver escondido* as exigências da nova fase. Além disso, os obstáculos levantados pela classe dominante apeada poderão impor — como na Rússia Soviética — uma luta violenta que, igualmente, não será de molde a criar as melhores condições para aquela profunda democratização. No entanto, em qualquer caso, julga-se provado pela experiência que *é possível e é indispensável* estabelecer aquilo a que poderemos chamar uma «dialéctica de contacto» que se traduz em fazer surgir as contradições e procurar resolvê-las *ao nível* a que elas

---

<sup>45</sup> Sem sequer ter chegado ao «primeiro dia», tivemos em Portugal, nos últimos dois anos, uma «antevisão» de tal situação.

se manifestam. Isto significa que, admitindo-se a necessidade de uma «d direcção política» (não o admitir seria cair, como já vimos, no anarquismo puro), os dois pólos da contradição direcção política-massas não podem manter-se afastados ao ponto de quase se desconhecem: é uma das brechas por onde entra a burocracia <sup>46</sup>. É, em larga medida, o que exprime de outro modo Bettelheim na seguinte passagem do seu livro *Cálculo Económico e Formas de Propriedade*: «Nas formações sociais de transição, quando os agentes portadores da propriedade de Estado adquiriram uma autonomia suficiente em relação aos produtores imediatos para constituírem uma burguesia de Estado, os diferentes poderes que correspondem a esta propriedade de Estado podem ser dissociados entre diversas categorias de agentes: directores de empresas, directores de monopólios, dirigentes das administrações económicas, dirigentes dos ministérios e dos órgãos de planificação, etc.» (CE, p. 190). «[A] consolidação [do domínio e direcção por parte dos produtores imediatos] não pode resultar de um processo espontâneo: pelo contrário, exige uma *luta constante contra a tendência para a separação* das funções de domínio, de direcção e de execução. Tal tendência está inscrita nas relações ideológicas que são reproduzidas pelas instituições (económicas, ideológicas e até políticas) herdadas das sociedades dominadas por não trabalhadores, pois essas instituições não são, e geralmente não podem ser, imediatamente “revolucionarizadas” e dirigidas pelos trabalhadores. Portanto, só quando um conjunto de transformações económicas, ideológicas e políticas asseguram um *domínio crescente dos trabalhadores* sobre os

---

<sup>46</sup> Um exemplo concreto: a relação constante, o contacto *efectivo* que os dirigentes cubanos estabeleceram com as massas «desde o primeiro dia» (e bem antes, aliás). Dir-se-á que isso não impediu a «entrada» da burocracia. É um facto, mas também o é que não se poderá ainda dizer que esta triunfou em definitivo: o alargamento, nos últimos anos, das experiências de poder popular constituem um elemento determinante no desfecho do processo, se bem que, como já referimos, as últimas declarações de Fidel não sejam, neste aspecto, encorajadoras: sabe-se a que ponto o modelo soviético de direcção da economia assenta no poder de uma tecnoburocracia.

meios de produção e sobre os produtos é que a *transição para o socialismo* tem efectivamente lugar. É este conjunto de transformações que leva ao desenvolvimento de um processo de *apropriação social* que se efectua sob a direcção dos produtores imediatos e, portanto, ao alargamento do campo de acção da *lei de direcção social da economia*» (*idem*, p. 191). Noutra obra, o mesmo autor reconhece ser indispensável a existência de um «partido proletário dirigente», o qual só pode «ser o instrumento da ditadura do proletariado sob condição de ser ele próprio portador da ideologia proletária e de assegurar a apropriação progressiva desta ideologia pelas massas através de uma prática social só possível de se desenvolver na medida em que o partido *não é exterior* às massas mas mantém com elas uma relação de interioridade» (RC, p. 110). É esta relação de interioridade que permitirá, *desde o primeiro dia*, evitar uma ruptura que, se não vier a sujeitar o processo revolucionário a uma trágica derrota, conduzi-lo-á às mãos todo-poderosas da tal «burguesia de Estado».

O socialismo não é, já o vimos, uma forma estável de organização social e política. *Ele próprio é uma transição entre o capitalismo e o comunismo*. Apenas por comodidade de sistematização se pode buscar uma certa definição «não identificadora ou descritiva» ao afirmar que se estará em presença de uma «sociedade socialista» quando nela seja dominante o modo de produção socialista, as relações de produção socialistas: mais precisamente quando as relações mercantis estejam *efectivamente* submetidas a uma regulação social da economia (ou planificação no sentido mais geral) fundada numa lógica oposta à da lei do valor, regulação essa exercida ou directamente controlada *de facto* pelas massas trabalhadoras; quando estas se tenham, na sua imensa maioria, apropriado da ideologia proletária (sumariamente: dos «princípios socialistas» enunciados nas pp. 27-30), em última análise, quando *em todos os planos da luta de classes* (em particular o económico e o ideológico) o proletariado se tenha enfim colocado em posição dominante. Escusado dizer que tal não se poderá



verificar sem se ter atingido *um certo* nível de desenvolvimento das forças produtivas (a base material), nem *um certo* nível de consciência social (a base ideológico-cultural), níveis esses que não é viável determinar previamente, até porque serão necessariamente função da formação social em questão. Certo é que ambos esses processos estão intimamente ligados, só através do desenrolar da luta de classes se podendo na realidade manifestar os desequilíbrios no avanço relativo de um e outro e as formas mais adequadas de os «reajustar». Certo é também que, se as relações de produção socialistas são aquelas «que asseguram a *dominação dos trabalhadores* sobre as condições de produção e de reprodução, isto é, sobre os resultados do seu trabalho» (Bettelheim, *CE*, p. 105), o facto de se caracterizar teoricamente o «socialismo» (a sociedade socialista) como o «momento» em que tais relações de produção se tornaram dominantes implica directamente, pelo menos, duas coisas: que, a partir de então, o desenvolvimento social, em todos os campos, reproduz e reforça (reprodução alargada) automaticamente essas mesmas relações<sup>47</sup>; que, nessa fase, já se terá atingido formas avançadas de descentralização, únicas que permitem o controlo directo dos trabalhadores, bem como se terão dado «saltos» decisivos nas relações cidade-campo, trabalho manual/trabalho intelectual, partido-massas, etc. Continuando a acompanhar Bettelheim, «[nas formações sociais de transição] a riqueza social deixa de estar limitada a uma “acumulação de mercadorias”: mas é também, e sobretudo, a disponibilidade de valores de uso».

Voltando a «forçar» a tal definição de sociedade socialista, diremos então, ainda — o que é apenas uma nova forma de enunciar o mesmo que já atrás se expôs —, que ela representará o momento da fase de transição em que a lógica dos «valores de uso» já predomina sobre a lógica dos «valores de troca»,

---

<sup>47</sup> Tal como hoje o mais simples acto quotidiano reproduz as relações sociais capitalistas (ver, sobre o assunto: J.M.P., *Indústria, Ideologia e Quotidiano*, Cap. V).

em que os critérios de *utilidade social* predominam sobre os de *lucro* (rendibilidade, no sentido mais geral) não só na escolha do «que e como produzir» mas, muito mais amplamente, em todos os campos da vida social — o individualismo e o espírito de competição em proveito próprio terão dado lugar, em larga escala, ao sentimento colectivo, à cooperação, à emulação *quando tenha por objectivo* o proveito da colectividade. Qual a relação entre este momento, acima descrito mais do que definido, e aquele em que se concluiu a colectivização dos meios de produção? É evidente que será impossível verificarem-se a maior parte das condições apontadas se a totalidade dos meios de produção não estiverem colectivizados (propriedade do Estado ou outras formas de propriedade colectiva), pois isso é exigido pela própria necessidade de coordenar e planificar segundo os novos princípios da utilidade colectiva, e porque a propriedade individual (ou privada) dos meios de produção constituirá a base de reprodução das relações capitalistas que se visa destruir. Mas há que salientar que a colectivização total não determina *só por si* o predomínio das relações socialistas de produção: como vimos, e pelas circunstâncias particulares então apontadas, em fins de 1918 estava nacionalizada *juridicamente* na Rússia Soviética a totalidade dos meios de produção, sem que, obviamente, se tivesse atingido o socialismo (aliás, a consciência de que é, em última análise, a luta de classes o factor decisivo, impôs que, desde o início, se não procurasse efectivar uma «colectivização» na agricultura, ainda que juridicamente toda a terra pertencesse ao Estado). Poder-se-á, quando muito, dizer que a colectivização total deverá, em regra, *anteceder* o «estádio» da sociedade socialista, mas isso não pode ser utilizado, como o faz Zardov (p. 34) para fixar a data em que terminou o período de transição. O fim da relação salarial, a relação fundamental do sistema capitalista de produção, aquela que reduz a relações de troca as próprias relações entre os homens, não é determinado apenas pelo momento em que o trabalhador deixa de receber salário dum patrão e passa a receber do Estado uma

«retribuição» ou o «pagamento do seu contributo de trabalho para a colectividade»: isso continuará de facto a ser um salário, na medida em que ainda não se tiver verificado a *apropriação social* dos meios de produção, em que os trabalhadores não sejam simultaneamente produtores, gestores e planificadores. A marcha para o socialismo é a aproximação gradual dessa apropriação, que é, em última análise, a apropriação real das próprias condições de existência. Na fase da «sociedade socialista», que, insistimos, não é possível datar, isto ainda não foi atingido: só o comunismo realizará plenamente esse objectivo. Mas ter-se-á, também nesse aspecto, atingido o ponto de viragem: é fácil de compreender que se trata sobretudo do resultado da «inversão ideológica», ou seja, do momento em que a ideologia dominante mudou de sinal<sup>48</sup>. Irreversivelmente? De modo nenhum, pois, pelo simples facto de que a luta de classes prossegue, o seu desfecho não pode ser fixado *a priori*. A ideologia proletária tornou-se *dominante* mas não esmagou em definitivo a ideologia *burguesa*. O comunismo marcará esse triunfo, mas recordemos que, mesmo no comunismo, Mao admite a hipótese de «mudanças qualitativas» (ver p. 74, nota 43).

Chegamos, então, a uma conclusão final de todo este trabalho, que consubstancia tudo o que foi dito anteriormente e se exprime em poucas palavras, como é de regra quando se despe a realidade social do circunstancial, para dela extrair o que é *essencial*: não há possibilidade de definir com rigor *o que é o socialismo*, nem de saber exactamente o momento em que é atingido, mas é *possível e indispensável* detectar, no processo revolucionário que se propõe o socialismo como objectivo, um certo número de «parâmetros» que nos identifiquem uma *gradual aproximação* desse objectivo. Entre eco-

---

<sup>48</sup> Assinale-se aqui uma aparente contradição com a problemática gramsciana da revolução nos países ocidentais. Na realidade, não só o conceito de *hegemonia* não se pode confundir com o de *domínio*, como se vem articular nesta questão o problema, que já levantámos (ver p. 53), da passagem da hegemonia «transitória» à hegemonia «duradoura».



nomicismos, que atrasam ou comprometem, e voluntarismos, que precipitam e podem igualmente comprometer, o processo não seguirá um caminho linear: não o é a luta de classes, que o *determina*. Por isso também se torna difícil apreciar um tal processo histórico por um exame pontual no tempo. É a própria evolução de médio/longo prazo que dará a *tendência*, para além das flutuações de curto prazo: qualquer aprendiz de estatística compreenderá. A transição para o socialismo (mais correctamente para o comunismo) desenvolve-se em múltiplas frentes que, no fim de contas, se encontram delimitadas nos «princípios» enunciados nas páginas 27 a 30. O avanço em algumas delas poderá impor recuos noutras. A questão que se põe, naturalmente, é a de saber em que medida o saldo global marca uma tendência positiva. Ao examinar alguns processos históricos parcelares já tivemos ocasião de salientar como, *na prática* e em função de *condições concretas*, se buscou realizar muitos desses princípios, e em que casos se pôde avançar com segurança ou houve que recuar abruptamente. Julgamos que é altura de equacionar alguns problemas básicos da fase de transição (bem como da que a precede e tão decisivamente a condiciona), para o que voltaremos, sempre que necessário, à rica experiência revolucionária que as massas trabalhadoras, através de vitórias e derrotas, foram acumulando, sobretudo a partir de 1917.

## CAPÍTULO II

### PRÉ-REVOLUÇÃO E TRANSIÇÃO

#### AS FASES PRÉ-REVOLUCIONÁRIAS

**É** conhecido que as revoluções burguesas (ou seja, a tomada do poder político pela burguesia nos diversos países) foram como que o último acto da hegemonia burguesa nas respectivas sociedades: ao chegar a esse momento, a burguesia já era economicamente dominante e a sua ideologia já tinha penetrado profundamente o tecido social. O mundo das relações mercantis, do «mercado», é por natureza unificador e avesso a fronteiras: a burguesia, durante os séculos em que se desenvolveu até se tornar economicamente dominante, foi o elemento móvel das sociedades feudais, aquele que fazia chegar à quietude dos castelos e dos burgos as mercadorias provindas de todos os recantos do reino e do estrangeiro. Os mercadores, os comerciantes, eram como que um mal necessário nas sociedades feudais: a sua actividade era indispensável, mas o seu espírito comercial, o seu apego à «liberdade de movimento», o seu conhecimento de outras cidades, reinos e até civilizações (logo da relatividade das culturas e dos sistemas sociais), o seu culto da iniciativa e do triunfo individual eram, entre outros, elementos «subversivos», de crescente conflito com as rígidas estruturas feudais. Foi o desenrolar deste conflito secular, alargado depois à esfera da produção (produção mercantil *versus* estruturas corporati-

vas), que, para encurtar razões, levou a que, em momentos históricos diversos e por vias nem sempre paralelas, as relações capitalistas se tivessem tornado dominantes no seio de sociedades que de feudais só já tinham um conjunto de regras jurídicas e de comportamentos muitas vezes artificiais, sobrevivências de um sistema entretanto minado pelo interior, mas que se tornava necessário eliminar em definitivo (pois, ainda assim, constituíam obstáculo de monta à expansão da ordem burguesa). A revolução burguesa é a conclusão deste processo: a burguesia conquista o poder político, a única «instância» da estrutura social que ainda lhe estava vedada. A partir de então, até aos nossos dias, é o permanente alargamento das relações capitalistas a todos os sectores de actividade, a exploração sistemática das riquezas coloniais, a progressiva concentração do capital e de tecnologias cada vez mais sofisticadas — a constituição do capitalismo em sistema mundial de dominação (económica, política, cultural), segundo um processo pontuado por violentas crises e múltiplos conflitos, mundiais ou localizados.

Sendo, pois, o capitalismo o primeiro sistema *global*, no decurso da História, por natureza expansionista e tendendo a penetrar *todos* os domínios da actividade humana, a modelar *todos* os comportamentos, e sendo para mais nele dominante a instância económica, é compreensível que a passagem do capitalismo ao socialismo não possa, de nenhum modo, efectuar-se por processo similar ao que sumariamente se descreveu para a passagem *ao* capitalismo. É, com efeito, impensável o desenvolvimento até à hegemonia de relações económicas socialistas *no seio* de uma sociedade capitalista. Preobrajensky resume de forma lapidar o que acabamos de dizer: «A revolução burguesa não é mais do que um episódio no processo de desenvolvimento capitalista, que começa muito antes da revolução e avança com renovada velocidade a partir da revolução. O sistema socialista, pelo contrário, começa a sua história com a conquista do poder por parte do proletariado. Isto deriva da própria essência da economia socialista,



enquanto corpo unitário que não pode formar-se molecularmente nas entranhas do capitalismo. Se o capital comercial se pôde desenvolver no seio da sociedade feudal e as primeiras fábricas capitalistas puderam começar a funcionar sem entrar em contradição insuperável com a estrutura política e com as formas de propriedade existentes, e até, pelo contrário, se alimentaram destas, a produção estatal socialista só pode surgir a partir da ruptura frontal com o velho sistema, só como resultado da revolução social. Este facto tem uma enorme importância para a compreensão não só da génese do socialismo, como também de todo o processo posterior da construção do socialismo» (AS, p. 34). Na realidade, poder-se-á colocar o problema noutros termos, que não são mais do que a formulação de uma hipótese teórica: dado que no modo de produção capitalista é dominante a instância económica, é esta que a classe burguesa primeiro conquista, e a partir daí que gradualmente consolida a sua posição, «subvertendo» todas as relações sociais, até não lhe faltar mais do que fazer tombar um poder pouco mais que nominal. Por isso talvez, em vários países a revolução burguesa não tomou uma forma violenta, tendo-se mesmo em muitos casos acomodado com a instituição monárquica até aos nossos dias. Já no modo de produção socialista é dominante a instância política: não são as necessidades da produção-acumulação (privada) que comandam as escolhas políticas, mas as escolhas políticas (colectivas) que passam a comandar a produção-acumulação. *Daí que seja a instância política aquela que o proletariado tem de visar como conquista prioritária e decisiva, sem a qual não há início possível de «construção do socialismo».*

Neste ponto se vem de novo inserir a problemática gramsciana referida no Cap. I (pp. 49-52), que, sem negar esta última afirmação, condiciona-a, nas sociedades capitalistas avançadas, a uma prévia «hegemonia» do proletariado, ou seja, à conquista por este da «sociedade civil», ou da «instância ideológica». Nas sociedades ocidentais «a luta pela hegemonia precede a luta pelo poder político» (LG, p. 326).

«Ser hegemónico significa para o proletariado, *em período pré-revolucionário*, em primeiro lugar conquistar a sociedade civil, isto é, ultrapassar as suas simples reivindicações económico-corporativas, para se afirmar o iniciador e o portador de uma ordem própria, e de uma concepção do mundo que tem um valor universal; enfim, portanto, assumir a direcção cultural e moral da sociedade» (*idem*, p. 264; sublinhado — J. M. P.). Assinale-se, de passagem, que, enquanto Preobrazhensky, na citação acima, afirmava ser impossível à economia socialista «formar-se molecularmente» no seio do capitalismo, Gramsci utiliza uma expressão idêntica no que se refere à luta pela hegemonia: «agressão molecular».

Isto vem dar uma particular importância, sobretudo quando nos confrontamos com sociedades de capitalismo fortemente integrado, ainda que não altamente desenvolvidas, às chamadas fases pré-revolucionárias. De facto, não há início da construção do socialismo sem conquista do poder político, mas não haverá conquista do poder político sem uma fase pré-revolucionária mais ou menos prolongada. Fase de crise em que, ainda segundo Gramsci, «a classe dominante perdeu o consenso». «A crise consiste justamente no facto de o velho estar a morrer e o novo ainda não poder nascer.» As condições são então particularmente favoráveis à conquista da hegemonia pelo proletariado, desde que exista um partido revolucionário, «intelectual colectivo» na expressão de Togliatti, capaz de definir alianças e de formar e difundir uma «vontade colectiva nacional-popular», de impulsionar a criação de um novo «bloco histórico»<sup>1</sup>.

Na realidade, é indispensável, ao abordar as questões da transição para o socialismo e as etapas a considerar, incluir nestas, como etapa *necessária*, a chamada «fase pré-revolucionária». E dentro das fases pré-revolucionárias, parece-nos ser

---

<sup>1</sup> «Bloco histórico», «consenso», «crise», «vontade colectiva nacional-popular»: conceitos gramscianos indispensáveis ao aprofundamento destes problemas. Ver Cap. I, nota 18.

de distinguir dois «tipos» bem marcados: a luta armada revolucionária e a crise política global (crise no sentido gramsciano, e não no sentido corrente nas «democracias burguesas» — quebras de alianças partidárias, quedas de governos, etc.). As fases de luta armada revolucionária são, em certa medida, já parte da própria conquista do poder, mas se as incluimos nas fases pré-revolucionárias é porque, de facto, como elas, poderão desembocar *ou não* na conquista do poder; são-lhe, de qualquer modo, *prévias*. São exemplos bem conhecidos de luta armada revolucionária: as lutas de libertação coloniais, as guerras revolucionárias chinesa e vietnamita, a luta armada em Cuba em 57-58, as lutas de guerrilha na sequência dos movimentos de resistência antinazi na Jugoslávia e na Grécia, etc. Situações de crise pré-revolucionária são, entre outras, por exemplo: Fevereiro/Outubro de 17 na Rússia, 1918-1923 na Alemanha, 1918-1922 em Itália, 1931-1936 em Espanha e, mais próximo de nós, o Chile de Allende e o Portugal pós-25 de Abril. Em certos aspectos, a situação dos actuais «países socialistas» da Europa Central e Oriental entre 1945 e 1948 pode assimilar-se a uma fase deste tipo<sup>2</sup>. Só que aí, na generalidade dos casos (exceptuando-se talvez apenas a Checoslováquia, onde o desenrolar normal do processo político teria provavelmente conduzido a um desfecho idêntico ao verificado), a «solução» da crise pré-revolucionária foi, de facto, decidida e imposta ao abrigo de um «acordo de parti-

---

<sup>2</sup> Num seminário sobre a transição para o socialismo, realizado em Outubro de 1971 em Santiago do Chile, Theotónio dos Santos, ao fazer o balanço dos debates, dizia: «Há momentos históricos muito importantes que são esquecidos e pouco estudados, porque uma etapa histórica posterior os anula, e tende-se então a crer que o período não teve importância. Eu chamaria a atenção, por exemplo, para períodos como aquele entre a primeira e a segunda revolução de 1917, na Rússia (...). Eu chamaria a atenção sobre a necessidade de caracterizar o período que vai de 1945 a 1949 na China, e de 1947 a 1948 na Europa Oriental (...). Chamaria bem assim a atenção sobre o período da Revolução Cubana a que não se tem dado quase nenhuma importância: o que vai desde a tomada do poder [até ao momento em que o exército rebelde] entrega o poder ao comandante Fidel Castro (...). Creio que se pode dizer que vivemos um período semelhante no Chile» (in *Problemas de Transição para o Socialismo*, pp. 109-110). A análise que se vai seguir tenta ser um breve contributo para o preenchimento desta lacuna.



lha» europeia, e passou-se em termos de simples manobras de cúpula, em lugar de ter desembocado na conquista revolucionária do poder pelo proletariado e pelas massas populares.

É útil assinalar que em quase todos estes casos se verificaram afrontamentos armados mais ou menos prolongados. Nas situações do primeiro tipo eles existiram «por definição» e terminaram ou com a conquista do poder ou com a derrota das forças revolucionárias. Nas situações do segundo tipo (excluído o caso português, ainda em curso), o afrontamento armado deu-se sempre ou após a conquista do poder (na Rússia) ou na sequência do impasse da situação pré-revolucionária (guerra civil em Espanha, esmagamento das forças revolucionárias pelos fascismos em Itália e no Chile, ou mesmo por um Governo «democrático», que assegurou um poder fraco e instável até desembocar na violência nazi, na Alemanha). É curioso, a propósito, referir o que a este respeito diz Mao relativamente aos países da Europa de Leste. Comentando uma frase do *Manual da U. R. S. S.* onde se afirma que nesses países «se pôde construir o socialismo sem recurso à guerra civil e sem intervenção armada estrangeira», Mao comenta: «Seria melhor dizer: nesses países a guerra civil englobou-se na guerra internacional e, para eles, guerra internacional e guerra civil foram apenas uma e a mesma.» Isto para suportar e justificar a sua expressão, algumas linhas adiante, de que «uma grande revolução não pode deixar de passar por uma guerra civil»<sup>3</sup>. O certo é que, se *nalguns casos* de países da Europa de Leste a observação tem algum fundamento (as lutas de resistência e de libertação nesses países, como aliás numa França ou numa Itália, tinham aspectos de uma autêntica guerra civil), o facto essencial é que a transformação política na maior parte desses países, *como a não transformação nos países ocidentais*, teve bem mais que ver

---

<sup>3</sup> Dentro desta perspectiva, poder-se-ia, por exemplo, no caso português, extrapolando um pouco mais, dizer algo de paralelo em relação à guerra colonial. Pensamos, no entanto, ser uma hipótese de excluir, ainda que contenha elementos que podem merecer reflexão.

com a «intervenção armada estrangeira», de sentido oposto segundo as áreas geográficas<sup>4</sup>. Uma explicação para o dilema com que se defronta Mao naquela passagem poderá ser, simplesmente, que não houve guerra civil, *porque não houve revolução*, no sentido da conquista do poder *pelas massas*.

São, evidentemente, para o nosso objectivo de enquadramento do caso português, as situações pré-revolucionárias do «segundo tipo» as que mais nos importa analisar<sup>5</sup>. O que pode então encontrar-se de *constante* em tais fases pré-revolucionárias? Numa preocupação de síntese (tantos são os elementos de análise fornecidos por estes períodos), poderemos caracterizá-las da seguinte forma, independentemente da situação que lhes deu origem: são períodos de «explosão» da luta de classes em que as massas populares ousam infringir toda a legalidade estabelecida e constituir embriões, se não mesmo órgãos efectivos, de *duplo poder*; em que as estruturas económicas anteriores (capitalistas, mas ainda, em certos casos, semifeudais) ruem totalmente, por reacção «automática» ou por sabotagem deliberada por parte da classe dominante ameaçada; em que, face à evidência da conhecida fórmula «a burguesia já não pode governar, mas o proletariado ainda não está em condições para governar», os governos, geralmente de heterogéneas coligações, são eminentemente instáveis e impotentes, e as grandes opções políticas tendem a polarizar-se e a radicar o sentimento generalizado de que não há soluções de «meio termo».

Começemos pela questão do duplo poder. Ela foi formulada expressamente pela primeira vez em Abril de 1917 por

---

<sup>4</sup> Embora deva referir-se o carácter efectivamente reaccionário e antipopular da maior parte dos partidos que, durante os anos 45-48, formaram coligações com os partidos comunistas desses países. Mas também se deve sublinhar que alguns destes P. C. dispunham de escassa organização e audiência em 45 (contrariamente a um P. C. Francês ou um P. C. Italiano) e só puderam, de facto, tomar o poder em 48 devido a condições que de nenhum modo traduzem o avanço da luta de classes interna.

<sup>5</sup> Aliás, tendo precisamente em vista esse objectivo, alongar-nos-emos mais sobre o exame desta fase do que no das etapas subsequentes da transição, o que não deixará de desequilibrar um pouco o estudo dessa mesma transição.

Lenine, que então dizia: «A nossa revolução tem de eminentemente original o facto de ter criado a *dualidade do poder*» (O-II 1, p. 14). E explicava: «Em que consiste a dualidade do poder? Em que, ao lado do Governo Provisório da *burguesia*, se formou um *outro governo*, ainda fraco, embrionário, mas que existe de facto, incontestavelmente, e se fortalece: os sovietes de deputados operários e soldados» (*idem*, p. 14). Na realidade, esta «originalidade» que Lenine parecia descobrir na revolução russa, já Marx a apontara, em 1850, na fase final da revolução burguesa alemã de 1848-50, como uma *necessidade*. Na sua «Mensagem à Liga dos Comunistas», em Março desse ano, dizia: «[Após a revolução burguesa] é necessário que, ao lado dos novos governos oficiais, os proletários estabeleçam os seus próprios governos operários revolucionários, seja sob a forma de administrações autónomas, locais, seja sob a forma de clubes ou *comités* operários (...) de modo que aqueles se vejam vigiados e ameaçados por autoridades que têm atrás de si toda a massa dos operários» (OE-I, p. 109). Ora esta necessidade, que aqui pode ser entendida como algo que simplesmente «é preciso fazer», veio a verificar-se ser uma *exigência* que as próprias massas, face à deliquescência do poder «oficial» em tais períodos, assumem e exercem, independentemente de alguém lhes dizer se o devem ou não fazer. Assim sucedeu em todos os movimentos revolucionários modernos (isto sem pretender ir mais atrás, ao exame das revoluções que se sucederam ao longo da História). Na sua *História da Revolução Russa*, Trotsky generaliza a «toda a revolução»: «A preparação histórica duma insurreição conduz, em período pré-revolucionário, a que a classe destinada a realizar o novo sistema social, sem se ter ainda tornado senhora do país, concentre efectivamente nas suas mãos uma parte importante do poder de Estado, enquanto o aparelho oficial se mantém ainda nas mãos dos antigos possuidores. Está aí o ponto de partida da dualidade de poderes em toda a Revolução» (*op. cit.*, vol. I, p. 252). E, porque assim é, naturalmente que é *contranatura* a ideia mesma de «institu-



cionalizar» esse duplo poder: «Hilferding e Kautsky, na Alemanha, Adler na Áustria<sup>6</sup> propunham-se “combinar” a democracia com o sistema soviético, integrando os sovietes operários na Constituição. Não se poderia conceber mais curiosa utopia» (*idem*, p. 259).

Não nos alongaremos muito sobre a dualidade de poderes entre Fevereiro e Outubro de 17. Mas é importante desde já acentuar que, tanto ou mais importante do que o poder dos sovietes, poder esse que permanentemente se confrontava com e «dobrava» o do Governo Provisório (em particular o Soviete de Petrogrado), se deve considerar como parte integrante da dualidade de poderes a acção de múltiplos *comités* de base, entre os quais tiveram papel preponderante os «*comités* de fábrica». Não é esta, diga-se, a perspectiva em que usualmente se coloca esta questão. Com efeito, ela é posta

---

<sup>6</sup> E nós diremos: «E, em certa medida, o M. F. A., através do seu “documento-guia”, em Portugal.» Embora esse documento não explicitasse a articulação entre a estrutura «popular» e a estrutura «democrática institucional», o facto é que não punha a segunda em causa, pressupondo uma transição em que ambas coexistiriam. A reacção imediata do P. S. e do P. P. D. revela até que ponto esses partidos tinham consciência da incompatibilidade que tal proposta prenunciava. A este respeito, também é útil referir o programa político da Unidade Popular no Chile, no seu capítulo «Uma Nova Organização Institucional — o Estado Popular». É também uma prefiguração de organização do Estado em que se procura efectuar uma «combinação» mal definida de democracia «clássica» com democracia «popular». Mas convém sublinhar que o programa é anterior à eleição de Allende e, nessa altura, ainda se estava longe da criação dos embriões de duplo poder que depois se multiplicaram, sobretudo a partir de 72. Era apenas uma «construção teórica». Mais tarde, porém, o próprio Allende volta a colocar a questão: «O presidente da República, tendo em vista resolver o problema-chave da hegemonia dos trabalhadores sobre o Estado, num sistema em que estão ausentes as condições políticas de assembleias populares de modelo socialista (partido único ou dominante, interdição dos movimentos políticos capitalistas, forças armadas revolucionárias), propôs substituir o Senado actual por uma Câmara dos Trabalhadores, eleita por sufrágio directo por todos os trabalhadores do país e não por organismos corporativos.» «Este projecto associa à representação universal de todos os cidadãos, que é assegurada pela Câmara dos Deputados, a representação de classe no seio da Câmara dos Trabalhadores. Para além disso, a incorporação dos organismos de poder popular a todos os níveis da administração pública, desde a comuna até às instituições do Governo central, acompanha a sua incorporação no legislativo» (Joan Garcés, *PC*, pp. 332-333). Assim se vê a persistência da ideia de que o poder político da «transição para o socialismo» pode ser um misto burguês-revolucionário, em correspondência com o que se passa na instância económica, em que coexistem dois modos de produção antagónicos.

quase sempre em termos de «poder de Estado»; a dualidade de poderes apresenta-se, assim, como uma partilha mal definida do poder de Estado entre órgãos representativos de classes antagónicas que, não dispondo da força política para exercer a *totalidade* desse poder, de certo modo o «repartem». Nessa óptica, é claro que a dualidade se põe, no caso clássico da Rússia pós-revolução de Fevereiro, como *coexistência* do Governo Provisório e dos sovietes de trabalhadores e soldados. Ainda que, desde o início, dominado pelos mencheviques e pelos socialistas revolucionários, o Soviete de Petrogrado tenha «entregue» o Governo aos políticos burgueses saídos da antiga Duma <sup>7</sup> — o chamado Comité da Duma — e se tenha reservado o papel de «órgão de controlo da democracia revolucionária», o facto é que, como assinala, apoiado em numerosos exemplos, O. Anweiler, «na capital, uma vez triunfante a revolução, é o Soviete e só ele quem detém o poder de facto» (SR, p. 159). A dualidade não é mais, afinal, do que a existência de um poder *de direito*, que toma as «responsabilidades» do Governo e, simultaneamente, de um poder *de facto*, único dotado de verdadeira autoridade perante as massas, e que pode pôr constantemente em causa as decisões do primeiro. Por isso se atinge rapidamente uma situação de conflito aberto em torno do problema da paz, em fins de Abril, em que o Soviete obriga a uma recomposição do Governo, em que vão entrar os mencheviques e os socialistas revolucionários. Daí um certo equilíbrio, que mantinha, contudo, a instabilidade inerente a um tal sistema, situação que aliás se reproduzia à escala de todo o país. Não só em Petrogrado mas também «na província uma multiplicidade de sovietes constituíam-se a nível local em outros tantos poderes paralelos. Este regime dualista não podia no entanto ser de longa duração. Uma coexistência de dois sistemas de autoridade, nem um nem

---

<sup>7</sup> Assembleia do Império, outorgada pelo czar em Outubro de 1905, várias vezes dissolvida depois, até ser conseguida, por alterações sucessivas à lei eleitoral, uma maioria favorável ao poder czarista.

outro dispondo integralmente do poder público, era, com efeito, inconcebível a prazo» (SR, p. 174).

Segundo os mencheviques e os S. R., o desfecho só poderia ser o declínio do poder dos soviets face ao fortalecimento das instituições «democráticas». Para Tseretelli (menchevique), «após a constituição de órgãos de auto-administração eleitos por sufrágio universal, estes órgãos democráticos assumem as funções de auto-administração que os soviets exerciam até aí» (SR, p. 177). Para Klivanski (socialista revolucionário) «os soviets não aspiram de nenhum modo a substituir a Assembleia Constituinte, onde tomam lugar os deputados de toda a Rússia, mas, pelo contrário, visam conduzir o país à Assembleia Constituinte» (*idem*, p. 177). Para os bolcheviques, pelo contrário, a solução do impasse só poderia ser «todo o poder aos soviets». É aí que toma toda a sua importância a *base* mesma do sistema de duplo poder que eram os múltiplos *comités* e conselhos criados durante esse período: conselhos de soldados da frente, conselhos de bairro, conselhos de camponeses, *comités* de fábrica. Na realidade, os dois primeiros integravam-se de uma ou outra forma no «Sistema dos Soviets», que era especificamente de «deputados operários e soldados» (os soldados dando-lhe a «representação» camponesa, devido à sua origem em esmagadora maioria). Os conselhos de camponeses nunca chegaram a adquirir a expansão e a força política dos soviets de operários e soldados, de que sempre se mantiveram separados. Quanto aos *comités* de fábrica, únicos órgãos eminentemente proletários, o seu papel foi certamente decisivo para o desfecho final do conflito acima enunciado: eles foram, de facto, os verdadeiros órgãos do «poder proletário» nas empresas, ou, na expressão de Anweiler, os «verdadeiros protagonistas do confronto entre o capital e o trabalho» (*idem*, p. 157). Neles se apoiaram os bolcheviques, que não dominavam os sindicatos (aliás muito fracos); a sua acção esteve na base da palavra de ordem bolchevique de «controlo operário». «Os *comités* de fábrica de Petrogrado constituíram-se, com o tempo,



em organização sólida que, em certos aspectos, fazia concorrência ao soviete de deputados operários» (*idem*, p. 156). Essa organização era encabeçada por um *comité* central e uma comissão executiva. Diz ainda Anweiler: «Como os *comités* de fábrica se encontravam em ligação constante e directa, nos locais de trabalho, com os operários, o seu papel revolucionário aumentou na medida mesma em que o soviete se institucionalizava e perdia pouco a pouco o contacto com as massas» (*idem*, p. 158). É a partir da radicalização das massas, que por esta forma (não exclusivamente, de resto) se desenvolve, que se pode dar a reviravolta de Julho-Agosto *dentro dos próprios sovietes*, e preparar a «saída» bolchevique, em lugar da «saída» burguesa que estava nas intenções dos mencheviques e dos S. R. O mesmo é dizer que a questão da «dualidade de poder» é bem mais complexa do que a simples coexistência entre dois «poderes de Estado» e, sobretudo, que a solução da situação extremamente instável a que conduz tal dualidade é função, em grande parte, do suporte de massas de que disponha o poder «não instituído» — na ausência do qual este acaba por se ver mais ou menos violentamente eliminado ou absorvido pelas instituições «oficiais». Pois é sobretudo ao nível dos órgãos e das acções de base que se constitui a «nova legalidade», a «legalidade revolucionária». Ocupações de terras e ocupações de fábricas, a manifestação mais elementar do *poder* das massas em tais situações, multiplicam-se entre Fevereiro e Outubro de 17<sup>8</sup>. Esta é verdadeiramente a nova *fonte de poder* em que se apoiam os bolcheviques: eles são os únicos a assumir o seu carácter revolucionário e a transformá-lo, em poucos meses, em *poder de Estado* — o poder de Estado *operário e camponês* (que, como já vimos no Cap. I.

---

<sup>8</sup> Segundo Carr, satisfeitas as primeiras reivindicações (dia de oito horas e aumentos salariais), seguiram-se-lhe «tentativas mais ou menos organizadas dos trabalhadores, primeiro esporádicas, mas tornando-se cada vez mais frequentes, para interferir na gestão e para tomarem eles próprios posse das empresas» (*BR-II*, p. 63). Quanto ao campo, o mesmo autor refere os seguintes números para ocupações de propriedades: 152 em Maio, 112 em Junho, 387 em Julho, 440 em Agosto, 958 em Setembro (*BR-II*, p. 40, nota 2).

acabou por ser posto perante tal situação pela guerra civil que não pôde *resolver* a própria dialéctica poder de Estado-poder das massas, e acabou por dar origem a um Estado fortemente centralizado, burocratizado e sem efectiva participação das massas). Por aqui se vê como a «questão do socialismo» e da transição, em que a solução desta contradição é *decisiva*, se encontra presente desde as fases pré-revolucionárias e radica nas relações de força que então se manifestam.

Após a Revolução Russa, poder-se-iam citar vários outros casos de situações pré-revolucionárias em que, de novo, surge e ganha relevo a questão do «duplo poder». Citamos apenas duas. A Espanha, sobretudo a partir de 36, e o Chile de 71-73.

O caso da Espanha tem de particular que, desde a queda da monarquia, em princípios de 1931, é patente a dificuldade de instaurar uma «democracia» estável, dividindo-se irredutivelmente as classes sociais, por um lado, os «grupos» regionais, por outro (e, por via deles, os partidos — nem sempre em correspondência rigorosa, e nem sempre as clivagens se fazendo do mesmo modo segundo os problemas), em torno de «grandes questões» que eram, principalmente, três: a questão agrária, a questão religiosa e a questão das nacionalidades». Para além disso, é claro, as grandes centrais sindicais (U. G. T., dominada pelos socialistas, e C. N. T., de preponderância anarco-sindicalista) desenvolveram uma fortíssima luta reivindicativa nos campos e nas fábricas, luta que assumiu um carácter marcadamente anticapitalista e mesmo insurreccional a partir da vitória dos partidos de direita nas eleições de Novembro de 1933. A heterogénea coligação de republicanos e socialistas que governou a Espanha nos dois primeiros anos da República buscou de algum modo conciliar os interesses das classes médias pequeno-burguesas com os dos trabalhadores agrícolas e da indústria, mas não o pôde fazer, naturalmente, sem atemorizar os primeiros e simultaneamente reprimir (por vezes de forma sangrenta) os segundos. Simultaneamente, o grande capital e os grandes agrários (entre estes se destacando a antiga aristocracia monárquica

e os jesuítas, que entretanto haviam passado a propriedade legal de grande parte das suas terras para «testas-de-ferro», temendo a acção de um Governo anticlerical) moveram, desde o primeiro dia, uma guerra aberta ao regime republicano, por moderado que fosse. «A mudança de regime (...) foi acompanhada de uma espécie de pânico financeiro» (G. Jackson, *RE*, p. 60). «(...) A mudança súbita de regime com a nomeação de um socialista para o Ministério das Finanças fez que fosse imediatamente cancelado o empréstimo de Morgan<sup>9</sup>, que as fortunas privadas se escoassem para o estrangeiro e houvesse uma desvalorização de vinte por cento na cotação internacional da peseta logo no primeiro mês da República» (*idem*, p. 60). Ao mesmo tempo, assinala P. Broué que Juan March, grande financeiro e industrial, «financia tudo o que se opõe à República e representará, nos acontecimentos que preparam a guerra civil, um papel decisivo, tanto no interior como no exterior» (*RG*, p. 30). Quanto ao campo, «já em 1931 muitos grandes proprietários tinham deixado as suas herdades por cultivar» (*RE*, p. 115). E, pelo seu lado, «a queda da produção industrial e o conseqüente aumento do desemprego entre os trabalhadores industriais (...) contribuiu para exacerbar os males da República» (H. Tomas, *GC*, p. 39).

É deste clima generalizado de sabotagem interna e externa, por ela própria criado e fomentado, que a direita tira partido para ganhar as eleições de 33. Mas as medidas de imediato recuo que toma relativamente àquilo que, apesar de tudo, fora possível avançar, desencadeiam, como já indicámos, uma luta violenta por parte dos trabalhadores. Aí se situa o início daqueles embriões de «duplo poder» que, dois anos depois, virão a desembocar num período de vários meses de situação caracterizada de dualidade de poderes. Por agora, há a notar numerosos casos de ocupação e colectivização «forçada» de

---

<sup>9</sup> Empréstimo de sessenta milhões de dólares, que fora negociado durante o último Governo da monarquia, com o fim de estabilizar a peseta.



terras, e os movimentos insurreccionais de Aragão, Barcelona, Madrid e, sobretudo, das Astúrias. Todos estes movimentos, em particular o movimento de Aragão, de Dezembro de 33, com ocupações de terras, de edifícios e de fábricas, e constituição de *comités* de fábrica; e os de Barcelona e das Astúrias, de Outubro de 34 (H. Tomas chega a falar num «soviete revolucionário em toda a província das Astúrias») — todos estes movimentos põem claramente a questão do *poder*, mais concretamente, do *poder dos trabalhadores* face ao *poder burguês*.

Após a vitória da Frente Popular em Fevereiro de 1936, é a grande «explosão popular», a consciência generalizada entre os trabalhadores de que, como dizia Caballero em 34, «a única esperança das massas é hoje uma revolução social». Essa explosão foi particularmente espectacular na questão central da terra. «Após a vitória de 16 de Fevereiro, a direcção, nas mãos dos socialistas de esquerda, da Federação dos Trabalhadores Rurais, encorajou os camponeses a apoderarem-se das terras, antecipando-se assim à reforma legal» (RE, p. 289). Foram ocupados «250 000 ha em Março, cerca de 150 000 em Abril, e por volta de 46 000 ha de cada vez nos meses de Maio e Junho» (*idem, idem*) nos campos de Salamanca, da Estremadura e da Andaluzia. Ainda segundo o mesmo autor, «começara, na realidade, uma profunda revolução agrária em Março de 1936» (*idem*, p. 290). O Governo limitava-se a legalizar as ocupações *a posteriori*.

Por estas breves indicações se pode concluir em que medida é legítimo considerar o período de 31-36 em Espanha como «pré-revolucionário», ainda que a componente «dualidade de poderes» seja nesta primeira fase apenas embrionária e esporádica: a grande força das massas trabalhadoras nesta fase aguda da luta de classes situa-se ainda preferencialmente ao nível dos grandes movimentos grevistas, se bem que, como assinala Jackson (RE, p. 133), «todos os elementos de que dispomos tendem a provar que a agitação social da época republicana era mais política que económica quanto às suas moti-

vações». Os vários governos republicanos não se viram, de qualquer modo, directamente confrontados com um poder paralelo. Só a extensão do conceito que acima avançámos permite identificar os tais embriões de poder, que amplamente germinariam na fase seguinte. Com efeito, o levantamento fascista de 17 de Julho vai dar origem, perante as hesitações e conflitos internos do Governo legal da Frente Popular, ao surgimento de um «segundo poder», emanado directamente da base. P. Broué diz: «Pouco a pouco, entre a rua e o Governo, aparecem órgãos de poder novo que gozam de autoridade real e que se reclamam muitas vezes quer de uma, quer de outro. São os inúmeros *comités* locais e, à escala de regiões e províncias, verdadeiros governos. É neles que reside o novo poder, o poder revolucionário, que se organiza a toda a pressa para enfrentar as enormes tarefas imediatas e longínquas, a condução da guerra e a retoma da produção em plena revolução social» (RG, pp. 103-104)<sup>10</sup>. Bertrand Wolfe, jornalista inglês, escreve em 1937: «A Espanha era então governada por dois governos: um, o gabinete de políticos republicanos burgueses que tinha provado a sua incompetência e que era indigno de confiança, um Governo que tirava a sua autoridade da inércia e do hábito, e de um apoio teórico do Parlamento, que deixara de funcionar e tinha desaparecido; o outro, um Governo formado ainda só e apenas em parte por *comités*, conduzindo as massas, sem plena consciência da sua autoridade e do seu papel. O futuro da Espanha estava dependente de que se definisse qual dos dois órgãos distintos de governo — o gabinete nominalmente parlamentar ou os *comités* que constituíam germes de sovietes — detinha de facto e realmente a autoridade» (in A. Nin, referência bibliográfica n.º 35, pp. 10-11). Nenni, pelo seu lado, escreve: «O fenómeno mais característico da primeira fase da guerra civil foi a ausência de um poder, de uma direcção central. O Estado deixara de existir. Nas sedes dos ministérios alguns voluntários esforçavam-

---

<sup>10</sup> Ver citação do mesmo autor na nota 17 do Cap. I deste livro.

-se por assegurar a continuidade do Governo, mas a autoridade afundara-se. (...) Na capital, nas cidades, nas aldeias, ela pertencia aos homens políticos, aos revolucionários com maior prestígio e audácia. Ela deixara de ser função das atribuições ou graus hierárquicos, mas da acção» (*La Guerre d'Espagne*, p. 43). Enfim, no seu clássico livro *El Labirinto Español*, G. Brenan refere-se a este período inicial da guerra civil (Julho-Outubro de 36) como «a fase soviética da Revolução Espanhola» (p. 238), e atribui aos *comités* de trabalhadores três funções essenciais: organização e armamento de milícias para combater militarmente o inimigo; o «terror vermelho», ou seja a intimidação ou eliminação do inimigo presente nas suas zonas; a organização da produção agrícola e industrial, e dos serviços públicos, ou seja, «apoderar-se das terras, fábricas e empresas comerciais cujos donos tinham desaparecido ou eram considerados como reaccionários, isto é, de quase todas as propriedades de todas as dimensões» (*idem*, p. 239). E acrescenta: «Não havia uma regra geral para pôr isso em prática. O procedimento foi deixado à discrição dos *comités* locais e mesmo o Governo de Frente Popular de 4 de Setembro, com Largo Caballero à cabeça, se absteve de ditar qualquer política geral sobre o assunto.»

Não se tratando aqui de fazer a história deste período, em que a fase pré-revolucionária atingiu o mais alto das suas contradições e da sua característica instabilidade, cabe contudo referir o caso particular das regiões onde o peso considerável dos anarquistas levou a numerosas experiências de colectivização extremamente interessantes e positivas<sup>11</sup>. Aí realizou-se, de facto, uma verdadeira revolução ao nível das relações de produção, com base num igualitarismo radical, na abolição do dinheiro, no «contar com as próprias forças»,

---

<sup>11</sup> Para uma completa descrição destas experiências em Aragão, no Levante, em Castela e na Catalunha, ver Gaston Leval, *L'Espagne Libertaire 1936-1939* (Éditions Archives Revolutionnaires, 1971). Ver também V. Richards, *L'Enseignement de la Revolution Espagnole*, Colecção 10/18, 1975, sobretudo os Cap. IX e X. Ambos os autores são militantes anarquistas.



mas aí também se demonstrou a inviabilidade de uma revolução que não conquista o poder de Estado: este, o poder de Madrid (depois de Valência), acabou por sufocar todo esse entusiástico «poder das massas», em particular no sector industrial, pelo corte de créditos, pelo controlo dos meios de pagamento externos e do comércio externo, pela burocracia de inspectores e controladores que colocou nas empresas. Só no campo agrícola subsistiram, até ao final da guerra, muitas «colectividades». Um relator tão pouco anarquizante como Brenan diz o seguinte: «Tiveram êxito aquelas colectividades? Há múltiplas evidências que demonstram que o tiveram em alguns casos e em grau surpreendente. Até um observador tão céptico como o Dr. Borkenau ficou atónito ante a eficácia de algumas das grandes indústrias de Barcelona e muitos estão de acordo em que as colectividades organizadas no campo catalão trabalharam admiravelmente» (*op. cit.*, p. 240). E conclui, quanto às colectividades industriais: «O Governo central, e especialmente os comunistas e socialistas que o integravam, queria pô-las sob o controlo directo do Estado. Com este desígnio, deixou de fornecer-lhes créditos para a compra de matérias-primas e, assim, logo que as reservas de algodão se esgotaram, as fábricas de tecidos deixaram de trabalhar» (*idem, idem*). Quanto às fábricas de armamento, onde se manteve uma exemplar disciplina, «desde Junho de 1937 que a produção diminuía devido à incrível burocratização criada pelo Governo. Um verdadeiro exército de inspectores e directores, que deviam os seus cargos a razões políticas (isto é, a serem comunistas ou dependentes deles, como era o P.S.U.C.), invadiu as fábricas desmoralizando com a sua presença os trabalhadores» (*idem*, p. 240, nota 2). Em resumo, aqui, contrariamente à Rússia de 17, o poder de Estado burguês (o que era a Frente Popular?) triunfou do poder das massas. A partir de meados de 37, a guerra civil deixa de ser uma guerra revolucionária: é sobretudo uma guerra da burguesia contra a velha aristocracia fundiária, cada lado contando com os seus

apoios político-militares externos, os quais acabaram por decidir da contenda.

A impossibilidade de um Governo de Frente Popular levar a «revolução até ao fim» é igualmente ilustrada pelo caso chileno. Aí, a aposta do Governo de Unidade Popular foi a de uma transição para o socialismo por via institucional. Joan Garcés, um dos mais próximos colaboradores do presidente Allende e teorizador político da experiência de Unidade Popular, escreve ainda em Dezembro de 1972: «Falta mostrar, na prática, que a via político-institucional [por oposição à via insurreccional] pode conduzir à hegemonia política da classe operária e tornar possível a transição para o socialismo; o processo chileno é aquele que foi mais longe nesta via» (PC, pp. 310-311, num capítulo que justamente se intitula «Via Insurreccional e Via Política: Duas Tácticas»). Numa nota escrita posteriormente ao golpe de Pinochet, o mesmo autor, embora insistindo na viabilidade da via «política», reconhece contudo: «A U. P., à qual a via insurreccional estava vedada antes como depois de 1970 (o que nunca foi compreendido por muitos dirigentes), não soube encontrar os meios necessários *contra a insurreição* burguesa. Nem ao nível das instituições do Estado, para evitar a precipitação prematura da sua crise, nem — o que é muito mais grave — criando novas formas de organização de massas para *dissuadir* e depois, se isso fosse insuficiente, para conter a burguesia quando ela se preparasse para a insurreição, e finalmente para vencê-la se ela conseguisse desencadear a violência» (*idem*, p. 313). Isto é, as organizações de massa são vistas como uma *criação* do poder de Estado, que ele «não soube» concretizar. Significativa desta atitude é ainda uma passagem, no mesmo texto de 72, em que J. Garcés fala das várias formas que manifesta o poder popular e acrescenta que «a Unidade Popular não tem o poder necessário para impor a sua institucionalização através dos mecanismos regulares», esclarecendo em nota de 74: «Impossibilidade devida, uma vez mais, à ausência de uma maioria no Parlamento»! Esta preocupação

de integração-institucionalização dos órgãos de poder popular feita pelo *Governo de U. P.* inspira-se no raciocínio exposto na mesma obra, algumas páginas antes, segundo o qual o «duplo poder» só tem sentido no caso da via insurreccional. «Não há dualidade de poder sem conflito de poder» (*idem*, p. 292): ora, no Chile, «as manifestações do poder popular não podiam entrar em relação de antagonismo com o Governo da U. P. nem, por conseguinte, com o regime legal: elas deviam criar-se, organizar-se e agir de acordo com as instituições governamentais» (*idem*, p. 304). Não é esta, contudo, a visão não só de numerosos observadores, como, sobretudo, de muitos militantes de partidos representados no próprio Governo (sem falar de organizações de extrema-esquerda extragovernamentais). É bem conhecido o caso da «Assembleia Popular» de Concepcion, criada em Julho de 72 pelo M. I. R. e por militantes socialistas, radicais, do M. A. P. U. e da Esquerda Cristã (nas reuniões preparatórias estiveram mesmo dirigentes regionais do Partido Comunista, mas receberam depois ordem de se retirar). Allende considerou-a uma «estrutura ilegal» intolerável pelo Governo. São aliás numerosas as iniciativas populares, umas enquadradas partidariamente, outras não, que se multiplicaram no Chile entre 70 e 73 — umas constituindo uma revitalização de estruturas vindas de trás (conselhos de camponeses, *comités* de bairro), outras desenvolvidas, nos primeiros tempos, ainda em articulação com o poder (as Juntas de Abastecimento e Preços, destinadas inicialmente ao combate à especulação, vindo depois a constituir autênticos circuitos de distribuição popular), muitas outras, enfim, constituindo de facto embriões de um «novo poder» (sobretudo a nível local, mais tarde esboçando estruturas de coordenação), como as organizações de *pobladores*<sup>12</sup>, os cordões industriais e os comandos comunais. Vejamos mais de perto o que são estes dois últimos. Alain Touraine, escrevendo localmente em 2 de Agosto de 73, diz: «Aconteça o que acontecer den-

---

<sup>12</sup> Ocupantes ilegais de terrenos urbanos para habitação.



tro de alguns dias ou de alguns meses, o Chile terá fornecido ao movimento revolucionário uma forma original: *os cordões industriais*. Militantes de fábricas geralmente ligados ao sector social ou sob intervenção agrupam-se sobre uma base territorial: umas dezenas de empresas formam o ponto de partida de um cordão. [Santiago] encontra-se rodeado e penetrado pelos cordões. O mesmo acontece em Valparaíso. Por vezes atinge-se a etapa seguinte: forma-se um *comando comunal*, esboço dum poder local paralelo que, por sua vez, prepara um poder popular» (*Vida e Morte do Chile Popular*, p. 22). E mais adiante: «O que são os cordões? Antes de mais nada, são organizações de classe. O tema da sua acção é a expropriação dos patrões, a manutenção e a extensão das ocupações. Até os operários das mais pequenas empresas ocupam os locais, afastam o patrão e querem passar para a A. P. S. (Área de Propriedade Social). (...) Mas este movimento de classe, que mobiliza operários e sindicatos, visa a criação de uma organização territorial, por desconfiança contra o Governo, por hostilidade no que se refere a outros elementos do Estado, por antagonismo no que respeita às forças armadas, que por sua parte intervêm frequentemente, com uma extrema brutalidade, nas fábricas ocupadas e até nos locais sindicais, em nome da lei de controlo das armas, votada em Abril [de 73]» (*idem*, pp. 23-24). Note-se que a forte aceleração e expansão dos órgãos de poder popular foi principalmente provocada pela greve reaccionária insurreccional (transportes, comércio, profissões liberais) de Outubro de 72, e conheceu um espectacular alargamento depois do golpe militar frustrado de 29 de Junho. O mesmo é dizer que, perante a impotência do Governo da U. P. face a uma direita cada vez mais provocatória, é o movimento de massas que se levanta e se reforça: a exigência do duplo poder manifesta-se então, embora, uma vez mais, não tenha havido uma direcção política que assumisse essa exigência, essa «nova legalidade» em acto, e lhe desse o impulso insurreccional. Não nos cabe discutir em que medida teria havido força suficiente para avançar

vitoriosamente nessa direcção, face às armas do poder militar e às do imperialismo. De qualquer modo, o resultado não poderia ter sido mais sangrento do que acabou por se verificar. Não deixa de ser doloroso ler ainda a seguinte passagem de J. Garcés, quando pretende caracterizar as diferenças entre o Chile de 72 e a Rússia de 17: «Em 17, era claro para os protagonistas que a única solução para a situação insustentável do Governo institucional de Kerenski era ou a ditadura de Kornilov — isto é, da classe dominante russa, apoiada pelo sector conservador do exército — ou a ditadura do proletariado. Dificilmente podia haver outra saída, nas circunstâncias que o país atravessava» (PC, p. 293). Haveria no Chile também *outra saída*? Os dirigentes da U. P. convenceram-se, até ao fim, de que havia: «Todo um sector da U. P. acreditava, a 10 de Setembro de 1973, que a situação de guerra civil podia ainda ser evitada» (PC, p. 308).

Uma coisa é certa: o elemento de duplo poder, uma vez mais sem atingir o vigor e a rigorosa demarcação que se verificou em 17, surgiu de novo na situação caracterizadamente pré-revolucionária chilena. Em qualquer dos casos, espanhol e chileno, mais no último, o «poder das massas» não pôde (ou não teve tempo?, ou foi «adormecido» pela natureza de Frente Popular do Governo legal?, etc.) chegar a elevar-se ao nível de «contrapoder de Estado»<sup>13</sup>. Merece aqui uma referência especial o equívoco, ou a contradição central, dos governos que a si próprios se intitulam «ao serviço dos trabalhadores», porque neles participam partidos fortemente implantados no proletariado e em outros sectores vastos de trabalhadores, mas que, por outro lado, por compromissos políticos que consideram imprescindível respeitar (sempre «para evitar a guerra civil»...), privilegiam sempre a legali-

---

<sup>13</sup> É útil registar aqui, para se compreender a que ponto se pode sofismar com a questão do duplo poder, a posição do dirigente comunista chileno Sergio Ramos, segundo a qual «a presença de partidos operários no Governo significa “uma situação de duplo poder” no interior do aparelho de Estado, que será assim pouco a pouco ganho pelo proletariado» (*in* artigo de C. Rossi, CEP, p. 236).

dade burguesa em detrimento da legalidade revolucionária. É certo que as suas fraquezas e hesitações permitem avanços consideráveis da luta de massas, mas, simultaneamente, a sua imagem e a sua política de «prudência» tendem a manter as massas desenquadradas e, em última análise, desmobilizadas.

Quanto à segunda característica enunciada das situações pré-revolucionárias, o *desmoronamento económico* dos mecanismos tradicionais, não valerá a pena exemplificá-la longamente, pois nas considerações feitas sobre a dualidade de poderes já se encontra o próprio fundamento de tal situação. No momento em que as massas *transgridem* as «regras» estabelecidas no campo das relações de força sociais, é *inevitável* que o sistema económico vigente paralise, se desarticule. Se nos cingirmos aos sectores propriamente capitalistas das três formações sociais cujos processos estamos percorrendo, em todos eles se verificam exactamente as mesmas «reações»: fugas de empresários, entesouramento e saídas maciças de capitais, desvalorização *real* da moeda, fecho de empresas (desemprego), inflação, escassez de bens e racionamento (logo: especulação), paragem dos investimentos, quebra da produção, desequilíbrio dos pagamentos externos, boicote internacional, etc., etc. Alguns exemplos já foram dados (em particular no caso espanhol). Alguns mais se podem acrescentar. Quanto à Rússia de Fevereiro-Outubro de 17: «A 10 de Maio compareceram perante o Governo de coligação os dirigentes das indústrias metalúrgicas. Declararam que as fábricas não podem trabalhar mais, que a ruína económica se aproximava da catástrofe pois os operários exigiam um aumento impossível de salários.» «No Congresso dos Cadetes<sup>14</sup>, Koutler (presidente dos Congressos do Comércio e Indústria) pintou um quadro ainda mais negro da ruína da “indústria nacional” provocada pela Revolução, apontando como causa principal “a anarquia e as exigências excessivas dos operários”» (A. Pankratova, in COA,

---

<sup>14</sup> Partido que se poderia, sob reserva da diferença de situações, pôr em paralelo com os nossos C. D. S. - P. P. D.



p. 108). Em consequência, «os empresários submetiam-se por vezes e chegavam a acordo com os *comités* de fábrica, mas mais frequentemente faziam retaliações declarando *lock-outs* ou fechando as empresas» (*BR-II*, p. 63). Ainda segundo Carr, um autor contemporâneo «fala de “uma redução artificial da produção” e no “fecho maciço de empresas” antes de Outubro de 17», e, «de acordo com estatísticas citadas por Milyutin, 568 empresas empregando cem mil trabalhadores foram encerradas entre Março e Agosto de 1917, tendo o número aumentado de mês para mês» (*idem*, p. 63, nota 3). Por outro lado, «nos oito meses que separaram as revoluções de Fevereiro e Outubro, enquanto o volume de notas em circulação duplicou, os preços triplicaram» (*idem*, p. 259). Em termos globais, A. Nove fala em «colapso geral», «inflação rápida», «situação aproximando-se do caos nas cidades e nos campos», «sociedade em desintegração» (*EH*, pp. 31-32-33). E, como se sabe, um dos textos mais importantes de Lenine desse período intitula-se justamente «A Catástrofe Iminente e os Meios de a Esconjurar». Mas, sublinha Nove, e é importante para a questão que aqui nos interessa, que, embora tenha efectivamente havido casos de sabotagem deliberada, «parece improvável que mais do que uma mão-cheia de empresários tenha tentado *conscientemente* tornar impossível a marcha da economia e a acção do Governo. Mas o que houve, sem dúvida, foi uma *reacção* deles ao que lhes parecia uma excessiva pressão dos *comités* de fábrica» (*op. cit.*, p. 32; sublinhados — J. M. P.).

Passando sobre o caso espanhol, cujos exemplos dados acima, a páginas 101-102, são de momento suficientes<sup>15</sup>, referiremos agora apenas alguns depoimentos relativos a comportamentos paralelos no Chile de Allende. Assim, ainda que no

---

<sup>15</sup> Acrescente-se apenas esta «saborosa» passagem do livro citado de G. Jackson, e que tem particulares ressonâncias para os que têm vivido o «caso português»: «Em fins de Março [1933], a Union Economica, que representava um conjunto de homens de negócios e de economistas teóricos, queixava-se ao Governo [Azaña] de que as tendências “socializantes” deste tinham criado um clima de insegurança na indústria» (*RE*, p. 141).

primeiro ano do Governo de U. P. (1971) os resultados económicos globais tenham sido auspiciosos, através de uma política de aumentos salariais e de despesas públicas que permitiu utilizar capacidades produtivas desaproveitadas<sup>16</sup>, os factores de desagregação começaram a «trabalhar» desde os primeiros tempos do novo Governo. Assim, «a retirada de fundos bancários começou desde que foram conhecidos os resultados eleitorais. Em menos de dez dias quinze por cento dos depósitos tinham sido retirados. O mesmo movimento afectou as caixas de poupança. A fuga dos capitais completava o trabalho e o dólar subiu em flecha no mercado negro. Mais de metade das empresas anulou ou adiou as encomendas, para que a paralisia económica acompanhasse a falta de capitais. Estava ainda o Governo nas mãos de Frei e o seu ministro das Finanças, Andrés Zaldivar, aumentava as dificuldades pelos seus discursos alarmistas sobre o caos [que se iria seguir — J. M. P.]» (CT, p. 172). C. Rossi sumaria do seguinte modo os elementos de «sabotagem» cuja acção acabou por conduzir em 72 a uma situação económica catastrófica: «Retirada de depósitos dos bancos; fuga de capitais para o estrangeiro (270 milhões de dólares em 72, oficialmente declarados, isto é, sem contar as transferências clandestinas); paragem nos investimentos (recusa de ampliar e modernizar as instalações, mas também de conservá-las; distribuição de reservas aos accionistas; vendas de material produtivo, muitas vezes como meio de evasão de capitais); sabotagem da produção agrícola (face à ameaça da reforma agrária, cessa o investimento e vende-se mesmo gado para a Argentina); retenção clandestina de mercadorias para provocar a escassez artificial e vendê-las no mercado negro; recusa de muitos empresários

---

<sup>16</sup> O. Duhamel diz que «foram aplicadas audaciosamente as ideias de Keynes, dando-lhe um alcance progressista particular». Resultados: em 1971 o P. I. B. aumentou de 8,5 por cento, a produção agrícola de 5,8 por cento, a produção industrial de 12,1 por cento, a construção de 12,1 por cento; a inflação baixou (de 35 por cento em 1970) para 22,1 por cento, o desemprego de 7,2 por cento para 3,9 por cento da população activa.

em fabricar produtos com preços controlados» (CEP, pp. 233-234). O próprio *New York Times* constata que «a burguesia está desagregando a situação económica do país» e refere despedimentos, não execução (pelos latifundiários) dos trabalhos para a campanha seguinte, venda de «vacas grávidas para realizar fundos líquidos», estagnação do investimento, indústrias próximo da falência, etc.

A terminar este ponto, resta retomar brevemente a questão, já acima afluada (p. 95), da «intencionalidade» dos actos que conduzem, em tais situações, ao «desmoronamento» ou ao «caos» económico. Queremos referir-nos, bem entendido, à intencionalidade *política*: na generalidade, o industrial que deixa de fazer um investimento, o proprietário agrícola que não faz sementeiras e vende gado, o simples cidadão que retira o dinheiro do banco — actuarão eles deste modo com a *intenção consciente* de fazer ruir a economia e, por via disso, abater um Governo «de esquerda»? Ainda que a boa parte deles (e no caso do «simples cidadão» confundem-se por certo muitos impulsos políticos *divergentes*) interesse de facto tal objectivo, o móbil primordial que os leva a agir dessa forma é, certamente, o que tem origem na própria *lógica* do sistema económico: por um lado, a *falta de confiança* no prosseguimento normal dos negócios, na possibilidade de obter lucros, na simples viabilidade de manter a *sua* propriedade; por outro, a *falta de confiança* na segurança dos depósitos bancários, na estabilidade da moeda, associada ao pressuposto ideológico que identifica *dinheiro* com *riqueza* e com *segurança*. E, precisamente porque se trata de um «sistema», o conjunto destas acções individuais, que se reforçam umas às outras, constitui um verdadeiro mecanismo de *reacção global* que tende a restituí-lo, por numerosas mediações — uma das quais, decisiva, é justamente a política —, ao seu estado inicial. É, no fim de contas, a forma *automática* que a classe dominante, ameaçada no seu poder político, mas controlando ainda a actividade económica, encontra para sair duma fase da luta de classes em que a sua posição é desfavorável. Ou seja, o «desmoro-



namento económico» é uma expressão patente da própria luta de classes, que, como é sabido, se processa independentemente da consciência *individual* que cada um tem de estar a participar nela.

É o que, a respeito do Chile, exprime O. Duhamel (*op. cit.*, p. 172) quando diz: «Não é fácil distinguir os pânicos espontâneos das sabotagens organizadas.» E também Rossi (*op. cit.*, p. 234): «Esta política sistemática de sabotagem económica é, por um lado, a resposta “instintiva” da burguesia à “insegurança” representada por um Governo dominado por partidos operários (mesmo reformistas), por outro um plano deliberado visando quer derrubar Allende pela criação duma situação de caos económico, quer ganhar as eleições de Março de 73, explorando o descontentamento gerado pelas dificuldades (que ela própria criou...).» O mesmo sucede, aliás, com as acções externas de boicote, quebra de encomendas, recusas de crédito, etc.: as duas componentes estão sempre presentes. De facto, tanto o «sistema» como a luta de classes ultrapassam largamente as fronteiras nacionais.

Após tudo isto, é bem fácil compreender a terceira das características apontadas para as situações pré-revolucionárias: como, em face do exposto, admitir que governos de coligação mais ou menos heterogéneos possam ultrapassar a crise, procurando «conquistar» os trabalhadores por medidas que lhe retiram a confiança da burguesia, mas ao mesmo tempo buscando tranquilizar esta através do «respeito pela legalidade (burguesa)» e da garantia de certos privilégios, coisas em que ela não acredita mas que faz ao Governo perder a confiança dos trabalhadores? Não interessa discutir se é desta fraqueza congénita que surgem as situações de duplo poder e o «caos económico», ou se é o contrário: na realidade, as coisas implicam-se umas às outras. E deve dizer-se que, até hoje, só foi possível sair de tal impasse pela violência — revolucionária ou reaccionária. É, afinal, o dilema que Garcés apontava para a Revolução Russa (como não sendo aplicável ao Chile), e que já Rosa Luxemburgo «teorizara» da seguinte forma: «Ne-

nhuma revolução pode manter o *juste milieu*, a sua lei natural exige decisões rápidas: ou a locomotiva escala a vertente histórica a todo o vapor até ao cimo, ou, arrastada pelo seu próprio peso, volta a descê-la até ao fundo, donde tinha partido, e precipita consigo no abismo, sem esperança de salvação, *todos aqueles que, com as suas fracas forças, queriam aguentá-la a meio caminho*» (RR, pp. 63-64; sublinhado — J. M. P.). Esses que pretendem «aguentá-la a meio caminho» são geralmente os «democratas intransigentes», que tentam, a todo o preço, manter-se dentro do quadro institucional parlamentar, ou, como na Rússia e na primeira fase da República espanhola, se recusam a «reformas de fundo» enquanto o «sufrágio universal não legitimar as novas instituições». Outro aspecto típico destas situações é o que diz respeito ao meio por que tais governos tendem sempre a procurar combater situações económicas efectivamente catastróficas: a batalha da produção. Tenta-se galvanizar a população trabalhadora para a *produção*, para *salvar a economia*, e com ela o Governo que dos trabalhadores se reclama, que se diz «ao seu serviço». O economista chileno Pio Garcia, favorável à política da U. P., exprime este ponto de vista com clareza: «Ganhar esta batalha [da produção] corresponde ao interesse geral das forças revolucionárias, a fim de impedir que se criem situações de crise de que se aproveitariam os reaccionários para criar o caos e tentar recuperar o Governo» (CEP, pp. 258-259). E explica a «lógica» da Revolução Chilena: «Se o Governo popular e a direcção política dos seus partidos *forem capazes* de impor a criação de um sector público e consolidar o seu carácter predominante na economia, *se forem capazes* de substituir o critério capitalista de lucro máximo pelo critério da planificação socialista, de assegurar o controlo dos trabalhadores sobre a marcha da economia, de desenvolver o poder dos trabalhadores até que substitua o poder existente, e de construir um novo Estado popular sob a direcção do proletariado, então todo o processo não conduzirá à renovação do capitalismo mas à construção irreversível do socialismo» (*op. cit.*, p. 266; sublinhados

— J. M. P. ). Só que não se tratava, nem se trata nunca, em tais casos, de *ser ou não ser* capaz. Trata-se de *ter ou não ter* força política para não permitir justamente que se continue a reproduzir o sistema capitalista. «“Produzir primeiro”, dizem os reformistas chilenos aos trabalhadores (como o P. C. F. em 45: toda a semelhança é pura coincidência...), substituindo assim uma pseudo-solução económica à verdadeira solução política do problema» (C. Rossi, CEP, p. 234). «Relançar uma economia sem, ao mesmo tempo, se preocupar com a alteração das suas estruturas, significa estimular a sua reprodução exactamente tal qual» (R. Marini, CEP, p. 240).

Não nos é possível ultrapassar estas breves notas sobre as fases pré-revolucionárias. Parece-nos, contudo, serem suficientes para deixar esboçada a sua caracterização e sobretudo a sua congénita instabilidade. Nesses períodos são sempre «moderados» que tentam governar, conciliar, resolver problemas insolúveis: são épocas de agudização muito grande da luta de classes, pelo que se assiste sempre a uma radicalização de posições que acaba por deixar os «moderados» a governar no vazio e, por fim, a ser varridos da cena política. A República espanhola é, a esse título, exemplar: através das próprias eleições (que se sabe quanto deformam a relação de forças existente em termos de luta de classes), no período de 1931-36, se detecta esse fenómeno. A sucessão é concludente: vitória da esquerda «republicana», vitória da direita «democrática» (no sentido em que aparenta respeitar as «regras»), vitória da Frente Popular, golpe fascista, guerra civil.

#### AS ETAPAS DA TRANSIÇÃO

Na China e em Cuba não houve fases pré-revolucionárias com as características apontadas. Foi a luta armada que precedeu a conquista do poder. A dualidade de poderes não se manifestou aí como coexistência de dois poderes sobre o mesmo território, mas como existência de dois poderes, cada um exer-



cendo-se sobre o território controlado pelas respectivas forças armadas. O mesmo sucedeu nos processos revolucionários em países sob directo domínio colonial: através da luta de libertação estabeleceram-se «zonas libertadas» onde o novo poder revolucionário se instalou e se exerceu plenamente, sem partilha. A primeira etapa da transição para o socialismo assume características distintas em tais casos e no da Rússia Soviética, em que não houve luta armada *antes* da conquista do poder, vindo ela a surgir *depois*. Por comodidade de exposição, designaremos essa primeira etapa como a de «consolidação» — política e económica, em particular.

Em qualquer dos exemplos históricos conhecidos, e especificamente naqueles três que nos servirão de ilustração — Rússia Soviética, China, Cuba —, assiste-se, num primeiro período desta etapa de consolidação, a uma aceleração do processo de «desagregação» económica: perdida a batalha do poder político de Estado, é para o campo económico, onde as antigas classes dominantes ainda são preponderantes, que se vai deslocar a luta de classes — se bem que o confronto continue a ser eminentemente político e ideológico. É nesse momento que se vão dar fugas em massa (de patrões, de técnicos, de capital, etc.), que a produção vai decrescer em flecha, que se vão criar condições para «afastar» da revolução as massas com consciência política menos sólida, que, tendo embora participado na luta revolucionária ou acolhido entusiasticamente o poder revolucionário, poderão vacilar ante os sacrifícios e durezas que impõe o desenquadramento súbito das empresas e dos serviços públicos, a paralisia dos circuitos económicos tradicionais, as carências de abastecimento — que tais são as consequências inevitáveis da acção, «deliberada» ou «espontânea» pouco importa, das classes que antes detinham o aparelho económico e político. Aqui observa-se desde logo uma regra (não lhe chamamos «lei», nem mesmo tendencial): as dificuldades são tanto maiores, e o período necessário para a consolidação tanto mais prolongado quanto mais breve foi o período de luta armada *antes* da conquista do poder. Com-

preende-se que assim seja. Quando ao longo de mais de vinte anos, como na China, se adquiriu uma experiência de administração e de relação revolucionária com as massas (elas próprias largamente empenhadas na luta) nas zonas libertadas, tanto mais rapidamente se *domina* o sistema de produção e distribuição, se reconstitui, *em novas bases*, o sistema administrativo. Por outro lado, a desagregação do sistema anterior foi-se processando ao longo dos anos de luta revolucionária, os representantes da antiga classe dominante não são «colhidos de surpresa» pela vitória popular: após esta já não há muito mais para destruir ou para levar consigo. As tarefas de reconstrução podem começar, exagerando, *quase* no dia imediato ao da tomada do poder. É assim que, no livro já citado de Hughes e Luard, se descrevem os esforços de reconstrução económica empreendidos com êxito desde a tomada do poder pelo P. C. Chinês (estabilização monetária, criação de companhias comerciais públicas, reparação e reentrada em funcionamento das principais vias férreas, etc.) e ainda antes, nas zonas cada vez mais vastas que o exército popular ia sucessivamente ocupando. Mas, sublinham aqueles autores, «não há dúvida que, a despeito destes esforços, no período que se seguiu imediatamente à vitória dos comunistas, a economia foi submetida a abalos muito sérios. Para além da desordem associada inevitavelmente à guerra civil e a uma mudança de Governo, o triunfo de um regime comunista despertou naturalmente uma apreensão geral e um sentimento de incerteza nos meios de negócios» (*DE*, p. 40). E referem numerosos fechos de empresas, penúria de matérias-primas, severas carências alimentares em certas regiões, «dificuldades acentuadas pelo bloqueio dos portos da China do Sul tentado pelas autoridades da Formosa nessa época». De qualquer modo, não é fácil destrinçar, nesta primeira etapa, que durou três escassos anos, o período de «queda» e o de «recuperação». O inverso se deu em 17: durante nove meses (Fevereiro a Outubro) assiste-se a um «desmoronamento» gradual do sistema ainda que em *crescendo*. Mas, após a Revolução de Outubro, man-

tinham-se muito sérias as *chances* da contra-revolução: a paralisação da administração e da economia, bem como a acção militar, ambas contando com fortes apoios externos, ainda constituíam largo campo de acção para as forças contra-revolucionárias. E elas não deixaram de o utilizar, só após alguns anos se vendo derrotadas sem apelo — mas, como já vimos, deixando a Revolução numa situação que já continha os germes da conhecida «degenerescência» dos seus ideais iniciais. O caso de Cuba é, obviamente, intermédio entre um e outro, sendo ainda aí bem marcado este primeiro período — a luta armada foi, se assim se pode dizer, demasiado rápida, e os seus contornos ideológicos estiveram até à vitória (e mesmo depois) suficientemente mal definidos para deixar à potência colonizadora (os Estados Unidos) e aos seus agentes locais «esperanças» que, felizmente, não vieram a concretizar-se. Sucede mesmo que tais «esperanças» se terão prolongado durante os dois primeiros anos: em 59 e 60 verifica-se mesmo uma razoável situação económica (Bettelheim, no artigo «Cuba em 1965», referência bibliográfica 29, fala de *essor économique* nesses dois anos). Recorde-se, aliás, que a lei da nacionalização das principais empresas só intervém em 13 de Outubro de 1960. É em meados de 60, a partir da «questão das refinarias» e das primeiras sanções americanas, que se intensifica a partida maciça de empresários, quadros e técnicos. Após essa fase «hesitante», em que se discutia apaixonadamente, dentro e *sobretudo* fora de Cuba, se «Castro é ou não comunista», inicia-se, propriamente, o período de «queda económica» característico destas fases revolucionárias. Hugh Thomas, no seu livro extremamente anticastrista *Cuba ou os Caminhos da Liberdade* (no entanto útil pelo pormenor factual do desenrolar dos acontecimentos), constata que, já em 1960, «uma corrente constante de emigrantes continuava a vir para os Estados Unidos, negociantes, fazendeiros, conspiradores, homens com família e famílias sem chefes» (*op. cit.*, p. 507). E René Dumont assinala que «uma parte da burguesia cubana, ligada aos E. U. A., despedia os operários, não renovava os



*stocks*, baixava a produção» (CSD, p. 41). Para se ver a que ponto os meios económicos e financeiros internacionais jogam um papel decisivo nestes momentos, em particular em países fortemente dependentes, basta referir que em fins de Junho de 60 o secretário de Estado americano propôs ao Congresso a aprovação de uma lei que permitisse cortar a quota açucareira a Cuba, ao que Fidel Castro ripostou três dias depois ameaçando com a expropriação de empresas americanas. Tratava-se ainda só de «propostas» e «declarações de intenção»: pois, segundo H. Thomas (*op. cit.*, p. 511), «as consequências imediatas destas trocas de afirmações foram a queda dos preços mundiais do açúcar!» A partir de então, desde o boicote económico aberto, interno e externo, às fracassadas expedições militares, muito ainda pôde ser tentado pela antiga potência-classe dominante: daí que os anos 61-63 tenham obedecido com razoável rigor aos traços gerais que indicámos.

Este período de queda mais ou menos vertiginosa (como o seguinte, de recuperação/transformação) é geralmente bastante rico em experiências e, naturalmente, também em erros. Já demos (Cap. I) alguns elementos sobre o comunismo de guerra na Rússia Soviética. Vimos como se sobrepuseram, de forma a tornar-se difícil destrinchá-las com rigor, uma parte de *necessidade* (a condução de uma economia de guerra, com dramáticas carências de transportes e de abastecimentos) e uma parte de *voluntarismo comunista*, que chegou a preterir ver no «sistema» uma passagem directa ao comunismo. Este foi um caso-limite, imposto por condições catastróficas agravadas pela guerra civil. E por isso também se ensaiaram soluções-limite (ou a elas se foi obrigado), de que o exemplo mais frisante é a quase abolição da moeda e tentativa da sua substituição por unidades-trabalho e unidades-mercadoria. Também por isso, a solução encontrada para o período seguinte, de recuperação económica, foi igualmente a mais radical: a N. E. P., ou retorno praticamente total aos mecanismos de mercado e aos critérios capitalistas de rendibilidade. Mas também vimos como, em face de tais dificuldades, cria raízes

*práticas* a noção de que o socialismo implica *critérios* e *motivações* opostos em absoluto aos critérios e motivações de uma economia capitalista. É em torno destas questões, que são essencialmente *políticas*, que se têm de dar os primeiros passos em direcção ao socialismo.

Nos casos chinês e cubano combinaram-se, mais acentuadamente no primeiro que no segundo, os ensinamentos de uma luta prolongada em contacto directo com as massas camponesas (largamente maioritárias, como aliás na Rússia de 17), os efeitos da cultura própria de cada um dos países, um sentimento muito vivo de unidade contra o «colonizador estrangeiro», as lições da própria experiência soviética, de forma a desenvolverem-se modelos «não ortodoxos» (em relação justamente ao modelo soviético) para atacar os problemas do arranque revolucionário. Isto, aliado à ausência de guerra civil ou intervenção estrangeira (se bem que Cuba tenha permanentemente vivido sob essa ameaça, que só se materializou na episódica fantochada da baía dos Porcos, em Abril de 61), permitiu que pudesse ser evitada uma «grande retirada» tipo N. E. P. e, pelo contrário, que houvesse uma certa gradualidade em ambos os processos. O segundo período desta primeira etapa, período de «recuperação», em que voltam a atingir-se os níveis de actividade económica anteriores à vitória revolucionária, vê antes acentuarem-se as «novas formas» de organização económica que serão os embriões da futura economia socialista. O que é possível porque, em ambos os casos, se considera prioritária a luta política e ideológica, a mobilização e educação das massas; se procura dar combate às relações mercantis (ainda que de forma voluntarista, impondo certos recuos, mas com forte *eficácia* ideológica), aos estímulos materiais, ao espírito individualista; se privilegiam os valores de uso, a criatividade, a «consciência das próprias forças»; se busca introduzir uma «nova racionalidade» — ainda que também à custa, inevitável, de «novos desperdícios» nos primeiros tempos.

O problema da aliança operário-camponesa, que esteve no centro das dificuldades soviéticas, dado nunca o Partido Bolchevique ter tido apreciável implantação junto dos milhões de camponeses russos, e se ter visto na emergência de seguir a política de «requisições forçadas» durante o comunismo de guerra, problema esse que só pôde vir a ser «resolvido» por Estaline, da forma repressiva que se conhece, a partir de 1929, pôs-se com muito menor acuidade em qualquer dos outros dois casos, ao ponto de poder dizer-se que não foi essa a questão *política* determinante do «ritmo» do avanço revolucionário (ou que, se foi, o foi num sentido positivo). Com efeito, na China, a aliança com os camponeses pobres vinha consolidada dos longos anos de guerra popular, a reforma agrária estava já avançada em vastas zonas muito antes da vitória total de 49. «Em Junho de 50, quando a lei [da reforma agrária] foi publicada, a reforma agrária já fora realizada na China do Norte e em outras regiões, compreendendo uma população rural de 145 milhões de pessoas [a população total da China em 1949 era da ordem dos 550 milhões — J.M.P.]. O processo de redistribuição foi então progressivamente estendido para o Sul, ao resto do país. (...) Em Dezembro de 52 estava praticamente concluído» (*DE*, p. 168). A passagem desta fase inicial de redistribuição das terras à fase de colectivização pôde, devido às circunstâncias apontadas, ser mais rápida que na Rússia Soviética (a colectivização estava praticamente concluída ao fim de dez anos) e com muito menos «sobressaltos». Vale a pena fazer uma longa citação daquela obra, que, recordamos, está longe de ser apologética: «Parece haver várias razões pelas quais os Chineses evitaram os efeitos desastrosos provocados pelo esforço de colectivização na União Soviética. Primeiro, puderam aproveitar da experiência dos Russos; cuidaram de evitar a violência com que foi conduzida a campanha contra os *kulaks* e o carácter súbito e imprevisto da campanha-relâmpago de colectivização integral na Rússia. Os Chineses, ainda que eliminando a classe dos proprietários, tiveram o cuidado, ao formular as disposições



da lei da reforma agrária, em não alienar os camponeses ricos, e conseguiram, ao que parece, integrá-los na nova economia agrícola sem perder contudo o apoio dos camponeses pobres e sem terra (...) agiram por etapas sucessivas, começando lentamente com o estabelecimento de equipas de entreaajuda (...). A cada etapa, os camponeses terão esperado que a etapa em curso iria durar mais do que realmente acabava por durar. Mas o Governo nunca dissimulou o facto de que a sua intenção final era a “socialização dos campos”; e assim as últimas decisões nunca provocaram a reacção violenta e apaixonada que se teria manifestado se tivessem sido tomadas de repente e sem pré-aviso» (DE, p. 191). Como outras razões, referem aqueles autores o facto de que os próprios camponeses «se terão apercebido das vantagens puramente materiais que se poderia retirar do cultivo em unidades de maior dimensão» e com «maior cooperação entre si» — o que foi favorecido pela oferta de «melhores condições de crédito, instrumentos mais aperfeiçoados e facilidades de venda aumentadas»; e, enfim, «a pressão moral muito forte» exercida pelo partido e funcionários governamentais. Em resumo, a aliança operário-camponesa *de vanguarda* selada durante a luta de libertação no seio do próprio exército popular e nas zonas libertadas, constituiu uma frente *política* suficientemente sólida e vasta, e *sobretudo* com um conhecimento concreto dos *problemas concretos* das grandes massas camponesas para poder ultrapassar com êxito as várias fases da «revolução no campo».

Também em Cuba, é no seio dos camponeses da Sierra que se desenvolve a luta armada, eles próprios engrossando constantemente o «exército de libertação». Segundo Bettleheim (artigo nas *Recherches Internationales*, 7 Ag. 62) «o exército rebelde formado na Sierra Maestra era constituído em mais de três quartos por camponeses». E o próprio Fidel dirá que «os destacamentos camponeses são as unidades mais eficientes do exército. Os camponeses são os melhores soldados do exército revolucionário». A primeira lei de reforma agrária é publicada ainda na Sierra, em Outubro de 58 (em-

bora geralmente seja conhecida como primeira lei a de Maio de 59). Em contrapartida, é o contacto com os camponeses que inicia a verdadeira *politização*, a partir do concreto, dos dirigentes revolucionários cubanos. Daí que Cuba tivesse podido também evitar a repetição dos «erros» soviéticos, mais tarde imitados em algumas das «democracias populares». Escutemos de novo Dumont: «Contrariamente às reformas agrárias precedentes, Cuba não criou novas explorações, não alargou o seu “campesinato”. O que tinha motivos sérios: na Europa Oriental, a repartição de terras de 1945-46 tinha diminuído sensivelmente a produção mercantil dos grandes domínios mais bem cultivados. No caso do domínio do príncipe Esterhazy, na Hungria, a produção terá descido a metade, segundo alguns mesmo a um terço da anterior. Depois estes neocamponeses opuseram uma resistência certa ao reagrupamento dos seus minifúndios, posterior à “viragem” de 49, em cooperativas de produção tipo *kolkhoze*. Donde uma estagnação prolongada da produção agrícola: a Checoslováquia atinge a custo, em 63, o seu nível absoluto de produção de 1938, o que equivale a muito menos *per capita*» (CSD, pp. 38-39).

Sem poder aprofundar a questão, parece verosímil a hipótese de que uma implantação sólida do novo poder revolucionário terá tido, nos dois casos, como fundamento primordial, o facto de a aliança operário-camponesa se ter consolidado em bases seguras *antes* da conquista do poder e de ter sido possível evitar a sua ruptura *depois*, através de uma prática política muito atenta às aspirações e nível de consciência política das massas camponesas. O que coloca uma questão central, cuja «solução» nesta primeira etapa do processo revolucionário determina muito do que virá a ser a ulterior «caminhada para o socialismo»: a questão da relação partido-massas, ou poder de Estado-poder das massas.

Vimos como, após 1917, o Partido Bolchevique se viu, a curto prazo, a braços com um problema por certo insolúvel, mas que nem por isso deixa de estar na origem do estalinismo: a guerra civil faz com que se «separem» da Revolução grandes

massas camponesas, que haviam sido momentaneamente mobilizadas para a causa revolucionária pelas perspectivas da paz e da distribuição das terras a que os bolcheviques se haviam comprometido (e cumpriram), e faz também com que se reduza fortemente a base militante proletária (parte incorporada no Exército Vermelho, parte em fuga para os campos por razões de subsistência, parte constituindo quadros do partido e da administração). Segundo Carr (*SC-I*, pp. 110-111): «Os camponeses *aceitaram* a revolução que tinha expropriado os latifundiários e distribuído a terra sob formas que se aproximavam da propriedade individual: se isto era socialismo, eles eram socialistas.» O próprio Lenine, num informe ao VIII Congresso (Março de 19), refere que muitos camponeses dizem: «Viva o poder soviético, mas *abaixo a comuna* (isto é, o comunismo)» (in *Discursos*, referência bibliográfica 7, p. 120). E dois anos mais tarde volta a enunciá-lo desta forma: «Somos bolcheviques, mas não comunistas. Somos pelos bolcheviques porque expulsaram os proprietários, mas não somos comunistas porque eles são contra a propriedade individual» (citado em *BR-II*, p. 169, nota 2). Quanto ao proletariado da grande indústria, ele reduzira-se em 1921-22 a menos de metade do que era em 1913 (*BR-II*, p. 197). No II Congresso Pan-Russo dos Sindicatos, em Janeiro de 19, Rudzutak exprime a sua inquietação pelo facto de o proletariado dos grandes centros industriais «estar a ser absorvido na massa camponesa» (citado em *BR-II*, p. 196). É óbvio que, em tais condições, que eram objectivas e decorrentes de uma situação contra a qual eram obrigados a lutar com todas as suas forças, se tornava praticamente impossível desenvolver a democracia de massas — e, paralelamente, engrossava uma burocracia centralizadora e um aparelho repressivo que acabaram por se instalar em definitivo (na fase da N. E. P. com o «contra-argumento» de que, ao liberalizar totalmente o sistema económico, mais necessários se tornavam os aparelhos de «controlo» e de «vigilância»). Em vários textos, a partir de fins de 1920, Lenine caracteriza o Estado soviético



como um «Estado operário-camponês» e como um «Estado operário com uma deformação burocrática». O que se encontra condensado numa resposta, de Janeiro de 21, a Bukharine: «Um Estado operário é uma abstracção. Na realidade, nós temos um Estado operário com, em primeiro lugar, a particularidade de que é a população camponesa e não a operária que predomina no país, e, em segundo, que é um Estado operário com uma deformação burocrática» (citado em Bettelheim, *LC*, p. 85). E mais tarde, em Janeiro de 22, vai ao ponto de justificar por meio desse conceito uma certa legitimidade de movimentos grevistas: «Nem o Partido Comunista, nem o poder dos soviets, nem os sindicatos podem de algum modo esquecer ou devem esconder aos operários e às massas trabalhadoras que o recurso à luta grevista, num Estado em que o poder político pertence ao proletariado, só pode ser explicado e justificado por deformações burocráticas do Estado proletário e por toda a espécie de sobrevivências do passado capitalista nas suas instituições, por um lado, assim como pela falta de desenvolvimento político e pelo atraso cultural das massas trabalhadoras, por outro» (*O-II 2*, p. 636).

A própria relação entre poder de Estado-poder das massas pode dificilmente seguir modelos preestabelecidos, apenas se podendo avaliar das experiências concretas pelo grau de *progressão* que se venha a verificar no sentido de um *reforço crescente* do segundo face ao primeiro, na existência de mecanismos que tornem «provável» e «viável» uma futura extinção do próprio Estado (embora se aceite que, enquanto existir um sistema capitalista mundial forte, as relações externas e a defesa dificilmente poderão deixar de subsistir como tarefas do «Estado revolucionário»). Retomaremos esta questão quando perspectivarmos o problema da «natureza de classe do Estado revolucionário». De momento interessa apenas referir que, na etapa que estamos a estudar — a etapa de consolidação do poder revolucionário —, etapa essa em que precisamente se consolida não apenas a economia, mas principalmente a aliança de classes que suportará o desenvolvimento ulterior

do processo, a relação partido-massas terá de estruturar-se de forma a não bloquear o próprio processo. Ela deve permitir a passagem subsequente da «revolução democrática popular» à «revolução socialista», o que significa a *integração* no «projecto» socialista de largas massas que só o farão seu através de uma participação *efectiva*. Era o que Lenine exprimia, no entusiasmo da Revolução de Outubro, ao defender perante o Congresso dos Sovietes a adesão dos bolcheviques ao programa agrário dos socialistas revolucionários: «Em plena vida, ao aplicá-lo na prática, a nível local, os próprios camponeses acabarão por compreender onde está a razão... A vida é o melhor professor» (citado em *BR-II*, p. 42). Só há que acrescentar que não se trata aqui da vida, no sentido corrente da «experiência da vida», com que se justificam todos os conservadorismos, mas da vida como luta, como combate permanente, em que o *político* tem um papel decisivo, em que as contradições têm de ser levadas ao seu limite e resolvidas a cada passo. Daí que, face ao imenso atraso «cultural» nos países predominantemente camponeses, ao esmagador domínio ideológico da burguesia nos países mais desenvolvidos, seja impensável o arranque revolucionário sem uma direcção política segura — a espontaneidade das massas, por si só, não poderá levar a cabo as tremendas tarefas da revolução. Ou seja, a «vida» *apenas* não será professor *suficiente*: é necessário dispor de instrumentos que permitam articular os ensinamentos que a vida fornece e traduzi-los num *propósito* de acção. Marcel Liebman, na sua obra já referida sobre o leninismo, exprime esta ideia do seguinte modo: «Sob certos aspectos, a importância do partido de vanguarda tornou-se mesmo mais importante do que na época em que Lenine elaborou a teoria. O desenvolvimento conjunto do imperialismo, do capitalismo monopolista e do dirigismo estatal reforçou, com efeito, a influência ideológica da burguesia sobre a classe operária; a social-democracia, pelo seu lado, contribui para o exercício desta influência e desempenha com êxito o papel de instrumento mediador. Daí que, juntando-se-lhe o facto

de que aumentam, no seio mesmo do proletariado, factores de diferenciação, a sua *auto-emancipação* se torne mais aleatória do que nunca» (*L-II*, p. 333). O que é verdadeiro não só aplicado à fase da luta pela conquista do poder — em que factores circunstanciais podem levar a uma mobilização excepcional das massas —, mas, a nosso ver, também e principalmente, na fase imediatamente após esse triunfo, de forma a mantê-las mobilizadas ou mesmo a «remobilizá-las» após o «amortecimento» que as múltiplas manobras reaccionárias nesse período poderão produzir (as dificuldades económicas são disso apenas um aspecto). Aliás, nas vésperas da sublevação de Berlim, em que foi assassinada às ordens dos sociais-democratas, a própria Rosa Luxemburgo, tão conhecida pelas suas posições ditas «espontaneístas» mas, na realidade, muito mais do que isso, «antiburocráticas», dizia: «A ausência de direcção, a inexistência de um centro encarregado de organizar a classe operária de Berlim não pode durar mais. Se a revolução tem de progredir, se a vitória do proletariado, o socialismo, tem de ser mais do que um sonho, é necessário que os operários revolucionários ponham de pé organismos dirigentes capazes de orientar e utilizar a energia combativa das massas» (citado em *L-II*, *idem*). A questão está em saber *que tipo* de organização ou de partido melhor se adequa a estas funções; quais as condições indispensáveis para que aquela função possa ser desempenhada sem bloquear a iniciativa e a participação das massas; em que medida essa mesma organização deverá obedecer a um *modelo* único ou ser ela própria função da formação social em que tem de actuar, com coordenadas históricas e culturais específicas. Também este assunto será aqui deixado em aberto, para posterior exame mais fundamentado (ver Cap. III, Conclusões Provisórias).

O segundo período da etapa de consolidação, o período de recuperação, já encontra estabelecidas as «bases jurídicas» do novo sistema económico-social: de facto, no imediato pós-revolução, quer por decisão «programada» do governo revolucionário, quer pelas pressões de uma dialéctica muito rápida



poder-massas e poder-reacção, foram geralmente nacionalizados os mais importantes sectores da economia, lançada a reforma agrária, criados novos mecanismos de distribuição. Se nos é permitida uma divagação psicanalítica, diremos que, no primeiro período após a conquista do poder, se manifesta uma espécie de «triângulo» do tipo *eu* (partido, poder)-*alter ego* (massas)-*super ego* (forças reaccionárias): o partido (ou o poder, com que praticamente se confunde nesse momento) vê a necessidade de um certo «realismo revolucionário», que lhe aconselha algumas concessões para ganhar o apoio mais largo possível para o avanço revolucionário, para manter o aparelho produtivo em funcionamento, para se poder consolidar e criar novas estruturas, mas defronta-se, por um lado, com o *élan* incontido das massas (que ele próprio desencadeou e em que se apoiou para a conquista do poder), que tende a comprometer certas alianças de classe, a alienar certas categorias que conviria, pelo menos, manter «neutras» (os técnicos e quadros, os pequenos empresários e proprietários, etc.); por outro, defronta-se com as tendências conservadoras (ou mesmo claramente reaccionárias) de classes ou fracções de classe que, ameaçadas nos seus pequenos ou grandes privilégios anteriores, actuam — consciente ou inconscientemente — no sentido de fazer regressar tudo à «velha ordem». A acção conjugada destes dois últimos factores vai obrigar o poder a ir *mais longe* do que inicialmente previra, mas *não tão longe* quanto as massas «espontaneamente» exigiriam: daí que, em última análise, seja a tensão partido-massas que irá determinar o futuro do processo, já que se admite que, no final do primeiro período, a acção das forças contra-revolucionárias foi, em grande parte, anulada (ainda que se mantenha sempre, sob várias formas, inclusive no seio mesmo das massas, por via ideológica — de contrário acabaria aí a luta de classes). Na verdade, o que sucede é a transferência de uma parte do anterior *super ego para dentro* das estruturas do poder: daí que venha a surgir o «conservadorismo revolucionário», representado pela própria burocracia; ou seja,

que a luta de classes se instale *dentro* dessas mesmas estruturas. O exemplo mais típico daquela acção «triangular» é o da Revolução Russa. Estava fora das intenções do Partido Bolchevique, por exemplo, proceder rapidamente a uma nacionalização maciça da indústria (ver Cap. I, p. 55). Referindo-se aos primeiros meses depois de Outubro, diz Carr (*BR-II*, p. 87): «Dois qualificativos eram usados na literatura soviética para classificar a política de nacionalizações nesse período. Um era “punitivo”, significando que o seu motivo era vencer ou punir a resistência ou sabotagem dos capitalistas; outro era “espontâneo”, significando que era principalmente o resultado da acção local pelos trabalhadores, não de decisão da autoridade central.» É a evidência mesma da tal «dupla pressão» exercida sobre o governo revolucionário. Já no caso cubano, em que a relação poder-massas («Partido» só mais tarde, em 65, viria a constituir-se) era, de um modo global, muito mais «forte», no sentido em que as massas *aceitariam* muito mais facilmente as orientações de um poder revolucionário extremamente «popular» e com relações muito directas com a população, é o factor «reacção» que vai dar os impulsos decisivos, que vai dinamizar irreversivelmente a própria dialéctica poder-massas. Segundo Dumont, as medidas de nacionalização dos bens americanos do Verão de 1960 «são essencialmente de retaliação, dirigidas contra as manobras financeiras e o poder económico do inimigo imperialista, ao qual se responde taco a taco, no meio da alegria popular e da amargura dos burgueses. (...) Mas esta reacção vai desencadear uma *aceleração do processo de socialização*, que sem dúvida não teria tido lugar num ambiente internacional menos tenso» (*CSD*, p. 41).

É assim, pois, que, de qualquer modo, ao abordar o período de «recuperação», o Estado revolucionário controla, ao menos juridicamente, a totalidade da *economia*, e o seu poder *político* está assente em bases relativamente sólidas (embora na Rússia de 1921, a «viragem» da N. E. P. tenha representado ainda o último passo de tal consolidação *política*, já que,

esmagada militarmente a contra-revolução, a agitação nos campos, com numerosas sublevações, se torna inquietante na segunda metade de 1920).

Não é por acaso, portanto, que é durante esse período de recuperação que se vão montar os mecanismos fundamentais do futuro desenvolvimento socialista, que se vão processar os «grandes debates» sobre a organização da economia socialista. Assim sucedeu na Rússia entre 1923 e 1926, com a polémica Bukharine-Preobrajensky, em Cuba entre 63 e 65 com a polémica entre Guevara e os ideólogos ligados ao P. C. Cubano (apoiados, na circunstância, por Ch. Bettelheim). Curiosamente, na China, só bem mais tarde, como já atrás se referiu, se libertou a «imaginação revolucionária» no domínio da economia (colocando-a justamente *sob o comando* da política): os primeiros anos foram de aplicação do «modelo» soviético. É ainda neste período que vai ser lançada a «planificação». Só por pura demagogia se pode pensar, mesmo num país com certo grau de desenvolvimento económico, que a planificação económica arranque imediatamente após a revolução. O poder revolucionário poderá, quando muito, manter um certo controlo durante o período de desagregação económica que, como vimos, se acentua ainda nos primeiros tempos (anos), e conseguir uma melhor ou pior *coordenação* no período seguinte. É durante este último que se estabelecerão os critérios e as formas de planificação mais adequadas e se elaborará o primeiro plano. Assim sucedeu, aliás, em qualquer dos três casos que estamos a examinar: o I Plano Soviético arranca em 1929, o chinês em 1953, o cubano (após uma tentativa falhada em 62) em 1966<sup>17</sup> — isto é, doze, quatro e sete anos após a conquista do poder. No Anexo 1 esboçamos uma «formalização gráfica» da evolução económica pré e pós-revolucionária, que será útil consultar neste momento.

Como já referimos, toda esta primeira etapa é extremamente fecunda em experiências e «ideias novas» nascidas da

---

<sup>17</sup> E nem sequer é ainda um plano global, mas sobretudo dirigido ao sector-chave açucareiro. O I Plano Quinquenal está neste momento em elaboração.



prática ou da elaboração teórica. O agulhão do «isolamento», da «autonomia» em parte desejada, em parte forçada, esteve na origem de grande parte delas (e por isso mesmo na China só a partir de 58-60 se verifica a grande eclosão de «ideias novas»). Sem preocupações de sistematização, podemos recordar como contributos importantes para a acumulação de experiência (teórica e prática) na «construção do socialismo»: as numerosas experiências, mais ou menos «democráticas», de gestão de unidades e sectores produtivos (por exemplo, direcção colegial/direcção única; papel dos quadros e especialistas, dos sindicatos, etc.), as experiências de circulação não monetária de produtos, a criação de novos sistemas de distribuição, o orçamento como instrumento da luta de classes (como forma de «investir no socialismo»), o combate à noção clássica de «rendibilidade», as novas formas de exploração agrícola, a «explosão» da iniciativa popular nos mais variados campos e as soluções inovadoras a que conduziu (nomeadamente no desenvolvimento de «tecnologias anticapitalistas»), a tentativa (em muitos casos voluntarista, mas deixando «resíduos» politicamente essenciais) de desmonetarização da economia, as várias formas de redinamização económica *controlada* (desde a centralização das «encomendas» pelo Estado até às empresas «provisoriamente mistas» da China), a noção de «desenvolver sem investir» (investir no sentido clássico, pois tal noção implica um forte «investimento» ideológico-político), a crítica dos «estímulos materiais», o conceito de «acumulação primitiva socialista», os «modelos» alternativos de desenvolvimento (prioridade à indústria pesada, prioridade à agricultura) <sup>18</sup>, os sistemas de preços (não só dentro do Estado de transição como *entre* Estados «socialistas»), etc. Apa-

---

<sup>18</sup> Alec Nove, na sua obra já citada, diz a este respeito: «Poderia dizer-se que a economia do desenvolvimento nasceu aí [na U. R. S. S. dos anos 20]» (p. 129). Devido às circunstâncias concretas que tiveram de enfrentar «os teóricos e práticos soviéticos encontraram-se no papel de pioneiros. Sejam quais forem as fraquezas que se tenham revelado no seu pensamento e na sua acção, deve sublinhar-se que eles não poderiam ter ido aprender nada de útil no Ocidente, que só começou a discutir estes problemas a partir de 1945, ou mesmo 1955» (*idem*, p. 130).

rentemente, esta lista refere-se apenas ao campo *económico*. Na realidade, todos os exemplos apontados são eminentemente *políticos*, tanto como os contributos, também na aparência, de natureza estritamente política: a discussão sobre a «natureza» de classe do Estado revolucionário, a discussão sobre o (e a prática do) centralismo democrático, a verificação da persistência da luta de classes durante a fase de transição e a prática das «alianças de classe», a já tantas vezes referida questão da dialéctica partido-massas, a revolucionarização ideológica, etc. Examinaremos algumas destas questões e experiências na terceira parte deste capítulo («Alguns Aspectos Fundamentais da Transição»).

Resta abordar a etapa seguinte, em que propriamente se inicia a «construção do socialismo». Será aquela que, embora possa parecer paradoxal, nos merecerá uma atenção menos cuidada. A razão é afinal bem simples: todas as considerações que temos vindo a fazer têm por objectivo essencial a discussão do que em Portugal se processou nos últimos dois anos, e não propriamente efectuar uma elaboração teórica sobre a transição para o socialismo. Aqueles que tal assunto queiram aprofundar ficarão muito mais bem apetrechados lendo as principais obras de Bettelheim<sup>19</sup> do que com quaisquer lucubrações a que de momento nos poderíamos dedicar. Ora, já se terá certamente evidenciado através do que vimos escrevendo, que Portugal nunca chegou, nem de longe, a abordar a problemática da «construção do socialismo». Nunca passou de facto de uma caracterizada situação pré-revolucionária (em que se mantém), o que torna de particular utilidade o exame da problemática do imediatamente *antes* e do imediatamente

---

<sup>19</sup> Muito em particular: *Planification et Croissance Accélérée* (Maspéro, 1964), *A Planificação Socialista da Economia* (tradução portuguesa, Edições 70, seg. a 3.ª edição francesa de 1966), *A Transição para a Economia Socialista* (tradução brasileira, Zahar, seg. a 1.ª edição francesa de 1968) e *Cálculo Económico e Formas de Propriedade* (tradução portuguesa, Edições D. Quixote, seg. edição francesa de 1970). Além de numerosos artigos e estudos localizados, sobretudo relativos à União Soviética, China e Cuba.

*após* uma tomada de poder revolucionário: fases que, de qualquer modo, condicionam decisivamente a transição para o socialismo, e no limite, mesmo, se podem considerar parte inseparável dela.

Já vimos, no Cap. I, que tem pouco sentido delimitar por datas o fim da etapa de «transição para o socialismo», que alguns situam no momento em que se encontram praticamente colectivizados na totalidade os meios de produção. Recordamos aqui, a propósito, a tese castrista de transição simultânea para o socialismo e para o comunismo. E o início dessa etapa? É também difícil datá-lo e desde já sublinhamos que o facto de termos situado o fim da primeira etapa segundo critérios *aparentemente* económicos (os níveis de produção e, em princípio, de consumo terem reencontrado os valores de antes do período pré-revolucionário) suscita dois óbvios comentários: por um lado que se trata de critério «de comodidade» e que merece por isso razoáveis reservas; por outro que, no entanto, apenas aparentemente esse critério é económico, na medida em que tal situação só pode ter sido atingida por via de uma consolidação do poder político. A questão está em saber *como* foi conseguida tal consolidação, e se a resposta a essa pergunta não envolve dúvidas sérias quanto à própria natureza do processo, do «socialismo» para que se caminha. Reconhece-se por certo nesta formulação a presença, uma vez mais, dos problemas da «degenerescência» na União Soviética, cujas raízes, repetimos, se situam plenamente na primeira etapa (1917-1926/27) e não posteriormente. O mesmo é dizer que em 1929 só formalmente a União Soviética «arrancou para o socialismo»: arrancou sim para uma *economia planificada*, o que é bem distinto. Na mesma ordem de ideias, diríamos que a China só arrancou verdadeiramente para o socialismo a partir de 57-58 e, quanto a Cuba, é cedo para saber se o I Congresso do P. C. Cubano, em Dezembro de 75, não marcará um perigoso desvio ao processo que vinha sendo trilhado, e se as soluções agora adoptadas para o «Sistema de Direcção da



Economia»<sup>20</sup> não resultam numa renúncia à «imaginação» em favor da segurança de um «modelo».

O que caracteriza, ou *deve* caracterizar, a etapa de transição propriamente dita? Na linha do que expusemos atrás, a etapa de transição deverá ver *simultaneamente* uma gradual preponderância das relações de produção socialistas sobre as relações de produção capitalistas, e uma gradual «revolucionarização» ideológico-política, no sentido de um aprofundamento constante da «consciência socialista» das massas (o *colectivo* sobrepondo-se ao *individual*), e de uma interpenetração poder de Estado-poder das massas tendendo a um cada vez maior desequilíbrio em favor do segundo termo. Só se estiverem presentes *ambos* os elementos, só se a luta de classes se desenvolver constantemente de forma a que as contradições sejam «resolvidas» no sentido do *avanço* e não do *retrocesso* de qualquer deles, se poderá rigorosamente falar de transição para o socialismo. Acentua-se aliás a implicação *necessária* entre os dois elementos: o económico e o político-ideológico. E também o facto de que é o último o *dominante*. Charles Bettelheim expõe a questão com a maior clareza, sobretudo no livro *Cálculo Económico e Formas de Propriedade*, onde parte da constatação de que a «*dupla separação — a separação dos trabalhadores dos seus meios de produção* (que tem como contrapartida a posse desses meios pelas empresas, isto é, pelos seus dirigentes) e a *separação das empresas umas das outras* — (...) constitui a figura central do modo de produção capitalista, servindo de suporte ao conjunto das contradições desse modo de produção, uma vez que estas opõem o carácter “privado” da propriedade ou da posse ao carácter social das forças produtivas» (*op. cit.*, p. 108). Mas, «e é este o aspecto fundamental, a figura da dupla separação é um efeito *das próprias relações de produção* e, portanto, das condições em que se opera, sob a dominação das relações de produção, a *com-*

---

<sup>20</sup> Ver I Congresso do Partido Comunista de Cuba — Relatório do Comité Central, Edições Avante, Março de 1976.

*binação das forças de trabalho e dos meios de produção»* (*idem*, p. 109). Ora, «as forças produtivas que se desenvolvem no interior de determinadas relações de produção não “produzem” novas relações de produção» (*idem*, p. 110), ou seja, tendem a *reproduzir as mesmas* relações de produção. «Quando aparecem novas relações de produção, elas começam por exercer a sua acção sobre forças produtivas historicamente dadas. É esta acção que *transforma* as forças produtivas e lhes impõe uma *determinada estrutura»* (*idem*, p. 110). «No nível económico, o período de transição para o socialismo é aquele em que as relações de produção socialistas *transformam* o carácter das forças produtivas» (*idem*, p. 109). O que leva o mesmo autor a observar que a transição para o socialismo «não pode assentar exclusivamente numa “reprodução” das condições materiais de produção específicas das formações sociais capitalistas (se bem que essas constituam uma “base material” de partida)» (*idem*, p. 111) e ainda que imaginar «que é o “desenvolvimento” [das forças produtivas] que “produz” uma transformação nas relações de produção, nega o movimento real da história» (*idem*, p. 111). Daí o dizer que há «muitas razões para pensar» que, por exemplo, «o aumento da composição técnica do capital, o aumento *aparentemente* “necessário” do tamanho das unidades de produção para a obtenção de uma redução de custos (o que é designado pela ideologia económica contemporânea como “economia de escala”), longe de serem “leis naturais da técnica”, são muito simplesmente *leis sociais*, efeito da dominação das relações de produção capitalistas sobre as forças produtivas ou, mais concretamente ainda, efeitos das *leis da concentração e da centralização capitalista»* (*idem*, p. 111). A verificar-se essa hipótese, a ser positiva a resposta a esta questão, isso tem, na expressão de Bettelheim, «consequências teóricas e práticas consideráveis». Nomeadamente, isso implica, «para os países que realizaram uma revolução socialista», «que o facto de importar ou de “reproduzir” (mesmo “aperfeiçoando-as”) as técnicas dos países capitalistas mais avançados pode obstar ao

desenvolvimento das forças produtivas com as características exigidas pelas novas relações de produção e que lhes permitem realmente inaugurar uma nova etapa histórica revolucionando as forças produtivas» (*idem*, p. 112). E daí que lhe pareça «que ao nível da *política técnica* o que diferencia radicalmente a *industrialização soviética* da *industrialização chinesa* (que se realiza sob a palavra de ordem: autonomia, independência, desenvolver-se pelas suas próprias forças) é uma tomada em consideração de *não adoptar como modelo* a técnica capitalista, extraindo dela simultaneamente o máximo utilizável para a construção do socialismo» (*idem*, p. 112). O que significa que a própria técnica, geralmente considerada como *neutra* (e por isso fomos buscar a Bettelheim esse exemplo), está longe de o ser. Após uma visita à China posterior à publicação da obra que temos vindo a citar, C. Bettelheim parece encaminhar-se decisivamente para a «resposta positiva» que acima punha como hipótese, ao escrever: «A “técnica” nunca é “neutra”; ela nunca se coloca “ao lado” ou “por cima” da luta de classes. Esta última e as transformações que impõe ao processo de produção e às relações de produção determinam finalmente o carácter específico das forças produtivas e do seu desenvolvimento» (RC, p. 93). No plano concreto, refere, entre outros exemplos, os resultados espectaculares obtidos pela cooperação entre empresas e entre estas e a população no que respeita à luta contra a poluição e à luta pela melhoria da qualidade e duração dos produtos. «Agindo assim», diz, «as empresas produtoras colocam os interesses do conjunto do país adiante do seu interesse particular. Aí está o motor de um progresso económico de tipo novo, que implica não ser a produção dominada pela procura do aumento do valor de troca, das receitas monetárias ou do lucro, mas pela procura do valor de uso. Isto supõe transformações radicais, tanto ao nível da base económica como da superestrutura» (*idem*, p. 73). «Tais transformações *não são espontâneas*, não são *mecanicamente determinadas* pelo desenvolvimento das forças produtivas. (...) *As transformações na base econó-*



*mica que hoje se observam na China só podem ser o produto de uma luta que foi conduzida e continua a ser conduzida pelos trabalhadores para transformar a divisão social do trabalho, acabar com as relações hierárquicas nas unidades de produção, tomar conta da gestão e dominar a técnica — uma tal luta é uma luta política e ideológica» (idem, p. 74).*

Voltamos, assim, ao enunciado inicial das características essenciais da etapa de transição propriamente dita, e à estreita implicação entre o económico e o político-ideológico (ver p. 136). Convém ainda referir aqui alguns aspectos, também tratados por Bettelheim, e que não são mais, afinal, do que outras tantas explicitações da ideia central da *necessidade* de revolucionarização político-ideológica, e do papel que nela desempenha a luta de classes.

O ponto de partida é a questão do Plano. Já vimos que só nesta etapa é possível iniciar uma planificação — e não antes ou mesmo imediatamente depois da conquista do poder. Mas o Plano, que é o contraponto aparente do mercado, e portanto surge como um instrumento da transformação das relações de produção capitalistas em socialistas, pode não passar de um racionalizador-reprodutor das antigas relações de produção: sê-lo-á se for um simples instrumento de *poder* nas mãos de uma tecnoburocracia cuja função fundamental seja promover uma acelerada acumulação de forças produtivas, retirando privilégios e assegurando a sua manutenção através do apoio de uma casta crescente de técnicos, dirigentes e gestores, e não do apoio e participação das massas. As relações de produção não são *de facto* alteradas, as unidades produtivas «parecem-se» como gotas de água, no seu funcionamento, na sua organização, na sua lógica, com as empresas capitalistas. O que, naturalmente, significa uma efectiva reprodução daquilo que talvez melhor *resume* o modo de produção capitalista: o salariado, a relação salarial. O Plano pode ser, assim, na expressão de Bettelheim, «um “lugar” em que se manifestam formas de dissimulação das relações reais, especí-

ficas do modo de produção socialista» (CE, p. 64). Pode verificar-se o «carácter ideológico da oposição “Plano/mercado”. De facto, quando o Plano é “pensado” nas suas formas de representação imediata, aparece como sendo, simultaneamente, o *contrário* e a *mesma coisa* que o mercado. Este tipo de identidade dos contrários assinala um *par ideológico* e, portanto, uma oposição ilusória e real ao mesmo tempo. No interior desse par ideológico, o plano parece desempenhar as “mesmas funções” que o mercado, mas “sob *outra forma*”» (*idem*, p. 64). Daí que alguns vão ao ponto de sustentar a tese da «identidade dos efeitos de uma “planificação perfeita” e de uma “concorrência perfeita”» (*idem*, p. 65). O que é, diremos nós, o caso-limite de economicismo. O Plano só pode ser um instrumento revolucionário se não for considerado, em abstracto, como uma arma do *bem* (o proletariado) contra o *mal* (as relações mercantis que subsistem, o capital): o próprio «Plano» é atravessado pela luta de classes; o «Plano» tem de ser um lugar onde ela *também* se manifeste. Mas para isso é necessário que as massas nele participem.

Note-se aqui, uma vez mais: pensar que isto é *possível* desde os primeiros tempos pós-revolucionários ou mesmo desde os primeiros tempos da etapa de transição propriamente dita, *sem ter em conta* as relações reais, nesses momentos, entre partido e massas, releva do voluntarismo-esquerdismo. Mas a inversa é igualmente fundamental: mesmo os primeiros esboços de planificação, elaborados por uma «estrutura» ainda relativamente «distante» das massas (no sentido em que não terá «canais» de informação-participação que vão até às mais pequenas unidades produtivas, aos mais dispersos locais de habitação e de trabalho, e ainda que nela participem representantes dos trabalhadores), terão de ser eminentemente *políticos*, eminentemente *mobilizadores*, conter a «planificação» dos próprios meios de crescente participação das massas. É sobretudo, como acentua frequentemente Bettelheim, não deverão ir mais longe do que aquilo que podem controlar. Segundo

a sua óptica, a transição para o socialismo terá de ser marcada por uma permanente adequação entre os níveis de decisão e os de aplicação-controlo dessa mesma decisão: *quanto menor essa adequação, maior o campo da «burocratização»* (domínio das decisões administrativas, «cegas» aos problemas concretos, e que, totalmente divorciadas das massas, só por via autoritária se podem fazer cumprir — ou fingir que se cumprem, pois são numerosos os meios que a imaginação encontra para se furtar ao cumprimento de decisões aberrantes, dada a total impossibilidade de controlo).

Admitimos assim que, no decurso da etapa de transição propriamente dita, numa primeira fase se planifique «por grandes sectores» e «por grandes regiões», deixando uma larga margem de autonomia às unidades para efectuarem uma coordenação de actividades, suportada por um intenso trabalho político-ideológico-educativo. Daí resultará, numa segunda fase, uma interpenetração da esfera da planificação «vinda de cima» com a esfera da coordenação-iniciativa «vinda de baixo», nessa fase se dando, necessariamente, o *passo decisivo* que será o predomínio das relações de produção socialistas sobre as relações de produção capitalistas: em termos económicos, o predomínio da «regulação social da economia» sobre a «lei do valor». A partir desse momento, ver-se-á um gradual enfraquecimento das funções de Estado (o que não é o mesmo que funções *políticas*: o *político* ter-se-á *impregnado* nos comportamentos quotidianos das massas, o *homem novo* distinguirá dificilmente político, ideológico e económico) e a consolidação do «aparelho administrativo» que nada terá que ver com aquilo que hoje assim designamos. As massas estarão presentes, a todos os níveis, na *administração* da sua própria vida. As *chances* da caminhada em direcção ao comunismo serão, então, maiores do que nunca: inverteu-se a relação de forças entre o *velho* e o *novo*. Mas a luta de classes prossegue e pode sempre voltar a pôr em causa as conquistas das massas.



Vamos agora proceder a uma breve sistematização de certas questões importantes para o estudo dos processos revolucionários e da transição, todas elas já abordadas no correr da exposição, mas que foram ficando dispersas e, por isso mesmo, não suficientemente evidenciadas. As duas partes em que dividimos esta secção correspondem a uma divisão — obviamente artificial — entre questões predominantemente políticas e económicas. Restaria tratar também a questão central da «revolução cultural ou ideológica». Não nos parece, contudo, que seja indispensável, a este nível de tratamento dos problemas, ir neste campo mais longe do que no Cap. I, em particular nas pp. 43 a 53, além das numerosas referências e exemplificações posteriores (ver «Índice por Assuntos»).

a) *Natureza de classe do Estado revolucionário*

A questão da natureza de classe do Estado revolucionário está directamente ligada a várias outras: maiorias-minorias, legitimidade-legalidade revolucionária, vanguarda revolucionária, alianças de classe, revolução permanente, etc. Como se articulam estes vários aspectos com o primeiro? Tome-se como ponto de partida uma forma particularmente aguda de ditadura da burguesia (o fascismo, um regime colonial ou semi-colonial) ou mesmo de ditadura «aristocrática» com largos resíduos semifeudais, ao abrigo da qual uma alta-burguesia muito ligada à antiga nobreza ou a interesses estrangeiros se fortalece (o czarismo russo, a monarquia espanhola). Uma revolução democrática em tais situações<sup>21</sup>, impulsionada por uma fracção da burguesia (ou pela «burguesia nacional») que,

---

<sup>21</sup> Situações que, na prática, quase só se têm verificado em países com baixo nível de desenvolvimento económico (nomeadamente, industrial). O que não é por acaso, ainda que, teoricamente, isso não seja *necessário*. A Alemanha após a Primeira Guerra Mundial aí está para o confirmar.

ela própria, se vê tolhida nos seus movimentos, desencadeia um vasto movimento de massas que, de um momento para o outro, pode exercer *em acto* uma liberdade quase sem limites. Triunfante, aquela burguesia vai procurar institucionalizar rapidamente essas «liberdades», estruturar um «Estado democrático» burguês em que seja possível *controlar* as massas populares. Só que, em tais circunstâncias, essa burguesia é fraca — em número, em poder económico, em capacidade política — e, ainda que parcialmente possa ter sempre constituído uma «oposição» ao sistema político anterior, não está «treinada» nas asperezas de uma luta de classes de que foi protegida e que se manifestará com tanto maior intensidade quanto mais importantes sejam já os sectores assalariados proletarizados e os sectores «com fome de terra» (assalariados agrícolas, pequenos proprietários, rendeiros, parceiros, etc.). É assim que, em situações desse tipo (embora não apenas nessas: diria Gramsci que em qualquer situação de «crise orgânica» — ver p. 49 — como, por exemplo, no Chile), se verificam condições propícias para que a burguesia se revele incapaz de levar a bom termo a «revolução democrática». A legalidade «democrática» do *voto* e da *Constituição* vê-se constantemente ultrapassada pela legalidade «revolucionária» que as massas impõem no campo, nas fábricas, na rua e que põem permanentemente em causa os conceitos «eleitorais» de maiorias e minorias<sup>22</sup>. A propósito da Revolução Russa, Rosa Luxemburgo coloca esta questão com toda a clareza: «[ao lançar a palavra de ordem “todo o poder para as mãos do proletariado e do campesinato”] os bolcheviques resolveram a ilustre questão da “maioria do povo” que oprime desde sempre os sociais-democratas alemães. Crias incorrigíveis do cretinismo parlamentar, contentam-se em transpor para a Revolução a verdade terra-a-terra do jardim infantil parlamentar: para fazer qualquer coisa é preciso ter uma maioria. Logo, também para

---

<sup>22</sup> Para uma discussão sobre «maiorias» e «minorias» num processo revolucionário, ver Carr, *Socialism in One Country*, tomo I, pp. 114-116.

a Revolução, é preciso primeiro sermos uma “maioria”. Mas a verdadeira dialéctica da Revolução inverte este preceito parlamentar: não se passa da *maioria à táctica revolucionária*, mas da *táctica revolucionária à maioria*. Só um partido que sabe dirigir, isto é, fazer avançar, ganha os seus aderentes no meio da tempestade» (RR, p. 64). A ausência deste (partido) ou, de um modo geral, de uma direcção política revolucionária, pode permitir — ainda que as massas traduzam a sua acção na criação de «contrapoderes» ou de um «duplo poder» — uma aparência de estabilização, pode deixar prolongar o precário equilíbrio institucional, mas dificilmente terá a «crise» um desfecho «democrático» pacífico<sup>23</sup> (ver citação de Gramsci na p. 50). Caímos assim nas questões, muito interligadas, da «vanguarda revolucionária», das «alianças de classe» e da revolução permanente (ou ininterrupta).

Com efeito, em situações como as que pusemos como ponto de partida para esta exposição, verifica-se uma espécie de impasse histórico, a que já nos referimos antes: a impossibilidade de ser a burguesia a conduzir até ao fim a *sua* revolução democrática, mas a *necessidade histórica* de que ela tenha lugar. Esta necessidade histórica bebe a sua justificação na «ortodoxia» marxista, que, colocando a revolução socialista no extremo temporal do desenvolvimento até ao limite das contradições capitalistas, *previu* que ela tivesse lugar *primeiro* nos países de capitalismo mais avançado, e, portanto, que a revolução socialista «encontrasse» a sua base material já construída no essencial. Os partidos sociais-democratas (marxistas) da II Internacional «agarraram-se» a esta tese para defenderem intransigentemente que «havia que deixar» desenvolver-se plenamente a democracia burguesa, mantendo-se os partidos ditos «revolucionários» como *oposição de esquerda* durante esse período, enquanto amadureciam as condições para

---

<sup>23</sup> A Alemanha dos anos 20 é disto exemplo patente: uma burguesia politicamente «fraca» pôde triunfar de um movimento revolucionário entregue a si mesmo, mas, após dez anos de falso equilíbrio, desembocou no nazismo.



a futura revolução socialista. A revolução russa de 1905 vem introduzir elementos decisivos quanto a esta questão. É certo que já Marx, em 1850, na «Mensagem à Liga dos Comunistas», referindo-se à «próxima luta revolucionária» na Alemanha, conduzida pela «pequena-burguesia democrática», definiu do seguinte modo o papel do «partido do proletariado»: «Enquanto que os pequeno-burgueses democráticos quiserão terminar a revolução o mais depressa possível e depois de ter, no máximo, realizado as suas reivindicações, é do nosso interesse e do nosso dever *tornar a revolução permanente*, até que todas as classes mais ou menos possidentes tenham sido afastadas do poder, que o proletariado tenha conquistado o poder, e que não só num país mas em todos os países do mundo a associação dos proletários tenha feito bastantes progressos para fazer cessar nesses países a concorrência dos proletários e concentrar nas suas mãos pelo menos as forças produtivas» (OE-I, p. 106; sublinhado — J. M. P.). E termina a mensagem com a exortação: «O seu [dos operários alemães] grito de guerra deve ser: a revolução em permanência!» (*idem*, p. 113). Mas, na realidade, se bem que importante, é praticamente tudo o que se encontra nos clássicos marxistas sobre a questão<sup>24</sup>. É face aos acontecimentos de 1905 que Lenine e Trotsky («as duas cabeças pensantes da Revolução Russa», segundo Rosa Luxemburgo) se debruçam sobre a questão da passagem da «revolução democrática» à «revolução socialista». Não podemos aqui reproduzir a análise aprofundada que fez Marcel Liebman dos textos que ambos então produziram, e bem assim nos anos seguintes, sobre este candente problema de estratégia revolucionária. Basta-nos resumir os elementos fundamentais dessa discussão. Quanto a Lenine, é o momento em que formula o seu conceito de «ditadura revolucionária democrática dos operários e camponeses», designação que aplica ao Estado que, *em lugar da burguesia*, realizará a revolução demo-

---

<sup>24</sup> Resta apenas mais uma passagem de *A Guerra Civil em França*, escrita também em 1850.

crática. Pela primeira vez surge explicitada a *necessidade* da aliança operário-camponesa, pela primeira vez se precisa, ainda que vagamente, a natureza de classe do Estado revolucionário, *nas condições concretas da Rússia* de então (que serão sensivelmente idênticas às que se reproduzirão em 1917). O próprio Lenine o explica em «As Duas Tácticas» (Julho de 1905): «Esta palavra de ordem define, simultaneamente, as classes sobre as quais têm de apoiar-se os novos “construtores” da nova superestrutura, o seu carácter (ditadura “democrática” e não ditadura socialista) e os meios de a construir (pela ditadura, isto é, reprimindo pela força toda a resistência pela força, armando as classes revolucionárias do povo)» (O-I 2, p. 137). Essa nova superestrutura, cuja cúpula seria o «Governo Provisório», outra palavra de ordem que constantemente aparece no mesmo texto, teria por função realizar a «revolução burguesa». M. Liebman assinala a contradição que daí resulta: «Lenine (...) precisava que a Revolução Russa seria “burguesa pelo seu conteúdo económico e social”. Poder-se-ia concluir daí que ela podia ser *burguesa* sob esse duplo ponto de vista e *antiburguesa* no plano político? E, por outro lado, se a vitória da Revolução era principalmente devida aos esforços, aos sacrifícios e à energia do proletariado industrial, poder-se-ia esperar dele que estabelecesse e respeitasse um regime burguês, económica e socialmente, isto é, capitalista?» (L-I, pp. 95-96)<sup>25</sup>. O mesmo autor formula a hipótese de que a «solução» leninista para tal contradição fosse a da «disciplina

---

<sup>25</sup> Engels, em «A Questão Camponesa na Alemanha», prenuncia e discute uma tal situação: «O pior que pode acontecer a um dirigente revolucionário é uma conjugação de circunstâncias que o obriguem a governar quando o movimento ainda não está maduro para o domínio da classe que representa, ou para as medidas que tal domínio exige. (...) Ele encontra-se confrontado com um dilema insolúvel: o que *pode* fazer contraria o seu anterior comportamento global, os seus princípios e os interesses imediatos do seu partido; o que *deveria* fazer é impraticável. Numa palavra, é forçado a defender não o seu próprio partido, não a sua própria classe, mas aquela classe para cujo domínio o movimento já está maduro nesse momento. (...) Aquele que tiver caído nessa falsa posição, está irremediavelmente perdido.»

do partido», que saberia «conduzir os operários a uma mais correcta compreensão do possível». Interroga-se, contudo: «Mas um tal poder de disciplina não apresentaria o risco de ver a ditadura democrática transformar-se em ditadura do partido sobre a democracia?» (*idem*, p. 96). Trotsky irá mais longe, com a sua teoria da revolução permanente: «Seria altamente utópico pensar que o proletariado, depois de ter ascendido à dominação política, pudesse, ainda que o desejasse, limitar a sua missão a criar as condições democráticas e republicanas do domínio social da burguesia.» Afastada do poder político, a burguesia reagirá naturalmente no plano que continua a dominar, o económico. Daí que, face à sabotagem e à degradação económicas, o proletariado seja *necessariamente* levado a expropriar a burguesia de meios de produção, a nacionalizar, enfim, a avançar no sentido da colectivização. Não tardará o confronto entre o proletariado e os camponeses. Daí o impasse a que chegará a revolução num país atrasado tecnicamente, e que só será salva pelo proletariado dos países mais avançados, que entretanto terão, por sua vez, tomado o poder em condições mais favoráveis. Em resumo: por um lado, é impossível *deter* o avanço revolucionário no próprio país; por outro, esse mesmo avanço só conduzirá ao triunfo definitivo da revolução desde que esta seja *internacionalizada*. Logo: revolução permanente *no tempo e no espaço*.

Voltando a Lenine, é corrente dizer-se que ele, em certos textos de 1905-1906 e sobretudo depois de Abril de 1917, adere por inteiro à primeira parte da teoria — não foi ele que, logo em 1905, falou de «revolução ininterrupta», com um sentido muito próximo? Não foi ele ainda que escreveu: «A vitória completa da revolução actual marcará o fim da revolução democrática e o começo de uma luta decisiva pela revolução socialista. (...) Quanto mais completa estiver a revolução democrática, mais essa luta se desenvolverá rápida, ampla, nítida e resoluta» (*O-I 2*, pp. 138-9)? — mas de nenhum modo à segunda. Com efeito, o pânico de se ser



classificado de trotskista vicia quase sempre esta discussão<sup>26</sup>. Na realidade, são diversos os textos de Lenine em que ele *parece apoiar também* a segunda parte. Por exemplo, ainda em 1905, referindo-se à fase em que o proletariado se vê frente à necessidade de «dar o salto» para a revolução socialista, escreve: «Na base das relações que se estabeleceram, uma nova crise se acende e se amplifica, uma nova luta se inicia, na qual o proletariado combate já pela defesa das conquistas democráticas com vista à revolução socialista. Esta luta seria quase desesperada para o proletariado russo isolado, e a sua derrota seria tão inevitável como a do Partido Revolucionário Alemão em 1849-50 ou a do proletariado francês em 1871, se o proletariado socialista da Europa não viesse em auxílio do proletariado russo» (citado por M. Liebman, *L-I*, p. 102). E acrescenta que a «segunda vitória» do proletariado russo «será a revolução socialista na Europa».

Ainda que, após 1905, Lenine pouco se tenha referido a estas questões e tenha mesmo algumas vezes ironizado sobre a «absurda teoria esquerdista da revolução permanente», em 1917, face à Revolução de Fevereiro, as posições de Lenine e Trotsky voltam a estar de facto muito próximas (os «desfamentos» dos primeiros meses entre Lenine e os dirigentes bolcheviques do interior são bem conhecidos: melhor, entre o «esquerdismo» de Lenine e o «direitismo» dos segundos), e não há dúvida que até 1923 o Partido Bolchevique *esperou* constantemente o triunfo da revolução alemã. M. Liebman cita numerosas afirmações de Lenine com ressonâncias clara-

---

<sup>26</sup> Será útil referir aqui que Gramsci, não possuído de tais complexos, embora tendo várias vezes rejeitado as posições de Trotsky, não deixa de escrever numa carta de Fevereiro de 1924 aos dirigentes do P. C. I.: «Já em 1905 era evidente que Trotsky pensava que na Rússia se podia produzir uma revolução socialista e operária, enquanto os bolcheviques entendiam apenas estabelecer uma ditadura política do proletariado aliado aos camponeses, ditadura servindo de quadro ao desenvolvimento do capitalismo, cuja estrutura económica não devia ser modificada. Reconhece-se também que, em Novembro de 1917, Lenine e a maioria do partido tinham sido reconduzidos à concepção de Trotsky e entendiam transformar não só o poder político mas ainda o poder industrial» (in *Pour Gramsci*, M. A. Macciocchi, p. 96).

mente «trotskistas», e conclui: «O internacionalismo *ofensivo* — pois a direita bolchevique não era menos internacionalista mas mostrava-se menos confiante do que Lenine nas capacidades revolucionárias do socialismo ocidental —, o primado atribuído ao proletariado sobre o campesinato e, como corolário, a vontade de iniciar imediatamente a luta pelo socialismo, tudo isso marcava uma aproximação decisiva entre as teorias da revolução permanente de Trotsky e a estratégia leninista de 1917»<sup>27</sup> (L-I, p. 267). Quanto à natureza de classe do Estado revolucionário, Lenine abandonou em Abril de 17 a fórmula de «ditadura democrática revolucionária do proletariado e do campesinato», considerando-a ultrapassada, vindo gradualmente a identificar a «ditadura do proletariado» com o «poder dos soviets», ainda que estes fossem de «operários, soldados e camponeses», atribuindo-lhe a função de concluir as tarefas democráticas que a burguesia se mostrava incapaz de levar ao seu termo, e arrancar *de imediato* para a revolução socialista<sup>28</sup>. Mas a questão da aliança operário-camponesa, que os soviets por si mesmos consubstanciariam (entendendo-se que neles o proletariado deteria a hegemonia), constitui, como já vimos (e pelas razões objectivas que apontámos), um impasse sem solução sólida durante a vida de Le-

---

<sup>27</sup> Mais tarde, em Junho de 1921, Lenine diz perante o III Congresso da Internacional Comunista: «Quando iniciámos a revolução internacional, fizemo-lo não por pensarmos que podíamos adiantar-nos ao seu desenvolvimento, mas porque muitas circunstâncias nos incitavam a começá-la. Pensámos: ou a revolução internacional vem em nosso auxílio, e a nossa vitória estará assegurada, ou então nós teremos cumprido a nossa modesta tarefa revolucionária na convicção de que, mesmo em caso de derrota, teremos servido a causa da revolução, pois a nossa experiência irá aproveitar às outras revoluções. Era claro para nós que a vitória de uma revolução proletária era impossível sem o apoio da revolução internacional no mundo inteiro.» E depois de constatar que as esperanças de então numa revolução no Ocidente «muito rapidamente» se não concretizaram, conclui que, ainda assim: «O desenvolvimento da revolução internacional, que tínhamos previsto, prossegue» (RB, p. 234).

<sup>28</sup> Recorde-se, entretanto, como a partir de Setembro a grande pressão das massas camponesas leva o Partido Bolchevique a abandonar o seu «programa socialista» para o campo e a aderir ao programa socialista revolucionário, de partilha das terras (correspondente à «revolução democrática»), com isso conseguindo arrastar as massas camponesas para o seu lado.

nine, que no entanto se referia correntemente ao novo Estado como um Estado operário-camponês. Do mesmo modo se manteve adormecida a questão do «socialismo num só país», que o Estado soviético só veio a ter de enfrentar após a morte de Lenine.

Embora no plano teórico isso não traga muito de particularmente novo, é útil referir como Mao Tsé-tung situou estas questões no caso chinês. Para ele, a fase de «ditadura democrática revolucionária» na China abre-se em 1924, face ao impasse a que então chegava a revolução burguesa (iniciada em 1911), conduzida pelo Kuomintang. Citemos: «O proletariado tomou então o lugar da burguesia e o partido político do proletariado substituiu o partido político da burguesia, assumindo a direcção da revolução democrática» (MC, p. 65). Mas, após a traição de Chiang Kai-Chek em 1927, o Partido Comunista vê-se obrigado a iniciar a luta armada, e vai implantar-se solidamente junto das grandes massas camponesas. Após dez anos de guerra civil e o início da invasão japonesa, no momento em que vigora a precária (de um ponto de vista de alianças de classe) frente antijaponesa, mas em que o exército popular controla largas zonas do país, Mao formula o conceito de «democracia nova», que considera aplicável de um modo geral aos países «coloniais e semicoloniais»: «A forma de Estado a adoptar pela revolução nos países coloniais e semicoloniais durante um período dado da História (...) é a que nós chamamos república da democracia nova» (*Ecrits Chois II*, p. 90). Esta democracia nova é a expressão do famoso «bloco das quatro classes» — operários, camponeses, pequena-burguesia e burguesia nacional — que reflecte a adequação da teoria leninista<sup>29</sup> às situações em que se sobrepõem «revolução democrática» e «revolução nacional». «O Estado da democracia nova é aquele em que se exerce a ditadura conjunta

---

<sup>29</sup> Para uma discussão mais aprofundada das relações entre as posições de Mao, as de Lenine e as flutuações da estratégia do Komintern, ao longo dos anos 20 e 30, ver o texto de «Apresentação» de Stuart Schramm a *Mao Tsé-tung* (pp. 30 a 54).



de várias classes anti-imperialistas» (*op. cit.*, p. 91). Mas, mais adiante, insiste no papel decisivo que representa, nesta aliança, o campesinato: «A Revolução Chinesa é, no fundo, uma revolução camponesa», «a política da democracia nova consiste, no fundo, em dar o poder aos camponeses». Explica que, ao dizer «no fundo», se deve entender que «a questão camponesa se tornou a questão essencial da Revolução Chinesa, e a força que representam os camponeses constitui a sua força principal». Esta forma particular de Estado que é a «democracia nova» vai, após 1945, com o arranque final para a vitória sobre Chiang Kai-Chek, adquirir contornos mais próximos da «ditadura democrática», tal como inicialmente concebida por Lenine. Na China do Norte, dominada pelo exército popular, a revolução democrática vai desenvolver-se ao ponto de Mao poder dizer mais tarde, em 1960, que «na China, nós realizámos as tarefas da revolução democrática durante a guerra de libertação. A fundação em 1949 da República Popular da China marcou a conclusão, no essencial, da revolução democrática e o início da passagem ao socialismo» (*MC*, p. 67). Aliás, precisamente em 1949, poucos meses antes da vitória final, Mao introduz a expressão de «ditadura democrática popular», identificando-a a dado passo com a «democracia nova», mas clarifica o sentido da evolução a efectuar ao resumir os resultados da «experiência adquirida pelo povo chinês»: «No interior do país, despertar as massas populares. Isto significa unir a classe operária, o campesinato, a pequena-burguesia urbana e a burguesia nacional com vista a formar uma frente unida colocada sob a direcção da classe operária e, a partir daí, edificar um Estado de ditadura democrática popular dirigido pela classe operária e baseado na aliança dos operários e camponeses» (*Ecrits Choisis II*, p. 82). Mais adiante salienta o papel decisivo dos operários e camponeses, dizendo que «a passagem da democracia nova ao socialismo depende principalmente da sua aliança» (*idem*, p. 89). Em 57, no seu famoso ensaio «Sobre a Justa Solução das Contradições no Seio do Povo», diz: «A nossa democracia socialista é a

democracia mais ampla, uma democracia que não pode existir em nenhum Estado burguês. A nossa ditadura é a ditadura democrática popular dirigida pela classe operária e fundada na aliança dos operários e dos camponeses» (QE, p. 93). Na realidade, ao longo do processo de construção do socialismo, a natureza de classe do Estado vai aparentemente manter-se. O que sucede, e é *fundamental*, é que vão «desaparecer progressivamente as diferenças entre operários e camponeses» (MC, p. 76). Este aspecto parece-nos de extrema importância: «ditadura democrática», «ditadura popular» são expressões que significam justamente o *contrário* da ditadura burguesa, na medida em que exprimem a *ditadura da maioria*, e, nesse sentido, são *mais democráticas* do que qualquer *democracia (ditadura) burguesa*. A sua natureza de classe não muda pelo facto de que, a dado momento, o proletariado passou a exercer a sua ditadura *também* sobre os camponeses (teríamos então de novo uma efectiva ditadura de uma minoria), mas porque, como diz Mao, *desaparecem as diferenças entre operários e camponeses*: o que implica que desaparecem as diferenças entre cidade e campo, entre indústria e agricultura, entre trabalho manual e trabalho intelectual — objectivos centrais da construção do socialismo. O mesmo é dizer que a «ditadura do proletariado», em países com largas massas camponesas, significa hegemonia do proletariado (nomeadamente da ideologia proletária ou socialista) no seio de um Estado operário-camponês.

É evidente que, em países onde o campesinato se encontra já reduzido a uma importância social e económica muito limitada (países altamente industrializados), a questão não se pode pôr do mesmo modo. A ditadura do proletariado tem, nesses casos, de assentar numa aliança de outro tipo, especificamente, entre o proletariado e as vastas camadas de assalariados não industriais profundamente impregnados de ideologia pequeno-burguesa<sup>30</sup>. Convém não esquecer que, quando

<sup>30</sup> Reformular deste modo a questão das alianças nada tem que ver com o abandono puro e simples da noção de ditadura do proletariado a que, fundamen-

Lenine falava da pequena-burguesia no caso da Rússia, ele se referia sobretudo aos «pequenos e médios camponeses». Nas sociedades industrializadas, a pequena-burguesia a mobilizar por um projecto revolucionário é-o apenas «por adopção»: é sobretudo nestes sectores «que pensam contrariamente aos seus interesses de assalariados» que Gramsci centra a sua atenção ao diferenciar os processos revolucionários nos países orientais (Rússia) e ocidentais. Nestes deveria falar-se com mais precisão de «ditadura democrática revolucionária dos assalariados» (democrática no sentido que lhe demos há pouco, de *ditadura da maioria*, e não no sentido de que lhe incumba ainda a efectivação da revolução democrática burguesa, em tais países há muito concluída).

A questão da «vanguarda revolucionária» e da sua relação com as massas está intimamente ligada a esta discussão. A vanguarda revolucionária *não pode* ser concebida como um pequeno aparelho de revolucionários iluminados que, a dado momento, exercem eles próprios uma ditadura *em nome* das classes que dizem representar. Isso seria a ditadura *tout court*, isto é, de uma escassa minoria. Vimos como as condições objectivas da Rússia Soviética acabaram por conduzir a uma tal situação. A vanguarda revolucionária tem de ser a expressão rigorosa da aliança de classes que suporta a revolução. O que é relativamente fácil — embora essa «facilidade» possa ser apenas aparente — numa fase pré-revolucionária (em particular se esta assume a forma de uma prolongada luta armada), mas coloca problemas críticos no período imediatamente após a conquista do poder, em que, necessariamente, a distinção entre «poder de Estado» e «poder das massas» pode levar a uma dissociação, a um divórcio irremediável entre «dirigentes» e «dirigidos». É nesse período que o socialismo, como a democracia de massas que deve constituir o seu esqueleto

---

tando-se em idênticos considerandos, mas por evidentes razões de estratégia eleitoral, procedeu recentemente o Partido Comunista Francês: na realidade, nunca houve uma «ditadura do proletariado» *pura*, pelo que, então, já há muito se justificaria tal abandono...



político, se joga. A relação muito íntima, ainda que sempre contraditória, entre vanguarda e massas é, nesse momento, mais do que nunca indispensável. Desde essa fase terão de ser encontrados mecanismos muito flexíveis que venham a permitir o progressivo desaparecimento dessa distinção. Mecanismos que possibilitem a manifestação das contradições, o desenvolvimento da luta de classes *dentro das próprias estruturas do aparelho de Estado*. Que facilitem e promovam a «revolucionarização ideológica» a todos os níveis, que combatam sem quartel a ameaça economicista e burocrática.

O problema do «socialismo num só país» poderia parecer hoje ultrapassado, na medida em que já existiria um «campo socialista» e, portanto, o isolamento soviético dos anos 20 nunca se voltaria a reproduzir. É desconhecer, aqui, o factor geopolítico e as estratégias «de grande potência» a que não fogem quaisquer dos grandes «Estados socialistas»: serão o proletariado soviético ou o proletariado chinês<sup>31</sup> que *decidem*, movidos pelo seu espírito internacionalista, vir em auxílio do proletariado português? Abstemo-nos de responder... É desconhecer, também, as condicionantes, próprias a cada país, do seu maior ou menor grau de dependência externa e de recursos disponíveis. É óbvio que a capacidade de sobrevivência de um processo revolucionário relativamente «isolado» não é, por tais razões, a mesma em Portugal (ou em Cuba) do que em autênticos continentes como a China<sup>32</sup> ou a Rússia (e resta saber se aí foi possível).

---

<sup>31</sup> O campo da política externa é sem dúvida aquele em que, na China, subsiste ainda hoje uma mais forte separação entre poder de Estado e poder das massas. (Ver, sobre esta questão, a nota 38 do Cap. I.)

<sup>32</sup> É curioso, aliás, o que dizia Mao em 1940 (em plena guerra anti-imperialista e ainda estreitamente subordinado ao Komintern) e o que mais tarde, em 1960, escreveu a este respeito: «Se a China quer a independência, ela não pode passar sem o auxílio da União Soviética e do proletariado internacional» (1940). «A China pode entrar na via do socialismo, principalmente porque, no seguimento da vitória da revolução democrática, ela abateu o domínio do imperialismo, do feudalismo e do capitalismo burocrático. Os factores internos são os factores essenciais. O auxílio concedido à China pelos países nos quais o socialismo já triunfou constitui uma condição, sem dúvida importante, mas que não é suficiente para decidir da capacidade da China para avançar ou não na via do socialismo. Ele pode

Em resumo, podemos dizer que não é possível extrair de tudo isto uma «lei geral» aplicável a todas as situações: a *forma* e a *natureza* que tomarão a aliança revolucionária de classes, a transformação ininterrupta (ou permanente) da revolução democrática em revolução socialista, a estratégia e a relação com as massas do partido ou da direcção política revolucionária, o apoio internacional do proletariado de outros países como condição (indispensável ou não) do triunfo da revolução — são outros tantos problemas cujo tratamento político cada situação determinará, sendo embora imprescindível ter presente que são problemas *inevitáveis* que haverá *sempre* que enfrentar e resolver. Em particular, serão elementos decisivos, para a definição das soluções a adoptar, o «grau de desenvolvimento capitalista» atingido e o grau de participação *efectiva* na luta revolucionária das classes aliadas ao proletariado.

Conclusão, ainda que muito genérica: a solução *revolucionária* de uma crise *pré-revolucionária* terá de ser encontrada por um poder com larga base popular, em que seja dominante a «ideologia proletária», e que possa encaminhar-se abertamente para soluções socialistas ainda que, em cada momento, deva ter em conta a aliança de classes que o suporta. Daí o «gradualismo» a que já várias vezes fizemos referência e de que demos como exemplos, se bem que «imperfeitos» (haverá revoluções perfeitas?), os casos chinês e cubano. Isto implica *inevitavelmente* uma relação dialéctica muito tensa entre partido e massas, que só poderá ser resolvida por meio de uma crescente democracia de massas: crescente inclusivamente no sentido de ir adquirindo formas cada vez mais aperfeiçoadas <sup>33</sup>.

---

apenas exercer uma influência sobre o ritmo da sua progressão na via do socialismo, depois que nela se empenhou. Com o auxílio, progredimos um pouco mais rapidamente. Sem o auxílio, iremos um pouco mais devagar» (1960).

<sup>33</sup> Recordamos de novo o caso cubano, em que, nos primeiros anos, a forma primária de «democracia de massas» era, muito simplesmente, o contacto directo dos dirigentes políticos com as massas: passavam-se semanas com os principais

A transição para o socialismo propriamente dita (a etapa da «construção do socialismo») deverá ver esbater-se a própria noção de «aliança de classes»: a «revolucionarização ideológica» e a «integração económica interna», o desenvolvimento das relações de produção socialistas, serão determinantes na realização plena do autêntico Estado proletário, independentemente do sector de actividade em que cada um trabalhe.

b) «Modelos» de desenvolvimento  
e de direcção da economia

«Não autorizar nenhuma despesa que não tenha um destino socialista», eis, segundo Lenine (Maio de 1918), a possibilidade dada ao proletariado russo pelo facto de «deter o poder de Estado». Pela mesma época, em Junho do mesmo ano, «Smirnov não achava nada surpreendente a impossibilidade de elaboração de um orçamento (os orçamentos burgueses eram, de resto, produto de anos de experiência) e nada alarmante um *deficit* orçamental, desde que a despesa promovesse os objectivos desejados» (BR-II, p. 149).

Um *destino socialista*, os *objectivos desejados*: aí está o essencial, e que convém definir com alguma precisão. Independentemente das reservas que se possam pôr à «lei da acumulação socialista primitiva», formulada por Preobrajensky, e a que adiante nos referiremos, este economista situou com bastante rigor as características fundamentais de uma «fase de transição», no campo económico. Em 1924, em plena N. E. P., ele dizia: «A nossa economia, globalmente, é um sistema mercantil-socialista. A lei da acumulação socialista implantou-se, sobretudo, nos sectores socialistas fundamentais da economia, isto é, na economia estatal, e exerce uma certa influência sobre

---

dirigentes ausentes de Havana, penetrando-se das aspirações concretas das massas e com elas discutindo os seus projectos e intenções. Só mais recentemente começaram as experiências de poder popular organizado.



a economia privada, ainda que sem esquecer o facto de que esta constitui um terreno estranho. Pelo contrário, a lei do valor é uma lei imanente da economia simples e capitalista, mas exerce também uma certa influência sobre a economia estatal» (AS, p. 101). Note-se que, neste momento, ainda se não enfrentavam «Plano» e «mercado». O que sublinha apenas as observações já feitas de que o «Plano» não é mais do que um instrumento, sem dúvida indispensável a partir de certo momento, do conflito, que se desenrola ao longo de toda a transição, entre duas *lógicas*, dois *modos de produção*. Ao tratar do monopólio do comércio externo, comparando o protecționismo dos países capitalistas e o «protecționismo socialista», o mesmo Preobrajensky assinala justamente: «Num caso trata-se de proteger uma indústria de outra *que pertence ao mesmo sistema económico*. No outro, trata-se de proteger um modo de produção, que se encontra em condições de debilidade infantil, de outro sistema económico que é seu mortal inimigo, e que mesmo na fase de decrepitude senil continuará durante um certo tempo a ser mais forte, do ponto de vista técnico e económico, do que a nova economia» (AS, p. 82). E a mesma óptica applicava à questão dos empréstimos externos e das concessões<sup>34</sup>.

Isto implica duas observações de considerável importância. Por um lado que, desde a tomada do poder político, um campo privilegiado de resistência do «velho sistema» irá ser o económico. A lei do valor vai jogar, desde o primeiro momento (melhor: na sequência de um processo já avançado durante a fase pré-revolucionária), no sentido de uma acelerada desagregação económica: a burguesia, afastada do poder político, sem perspectivas aparentes de lucro e temendo pela

---

<sup>34</sup> Uma das medidas propostas no quadro da Nova Política Económica (N.E.P.) era a de entregar certas empresas e, sobretudo, explorações mineiras ou florestais a entidades estrangeiras, por «concessão». Tal política nunca chegou a ser extensivamente applicada, sobretudo por não se terem manifestado muitos interessados. No entanto, ela foi objecto de importante discussão teórica dentro do Partido Bolchevique.

«segurança» dos seus negócios (ameaça de expropriação), vai paralisar a acumulação (investimento)<sup>35</sup> e a produção; vão fugir capitais, vão fechar empresas, vai aumentar o desemprego. A lei do valor, que é o regulador normal do modo de produção capitalista, é também, automaticamente, o «desregulador» do sistema económico global, a partir do momento em que falta a mola fundamental da «expectativa de lucro». O combate imediato à lei do valor, que é exigido sob pena de uma rápida restauração do sistema político anterior, tem de tomar a forma, nessa emergência, de uma rápida organização do controle da economia segundo «novos princípios»: já vimos que é a própria dinâmica revolucionária que impõe, mesmo quando não estavam previstas, nacionalizações, intervenções do Estado em empresas, experiências diversas de gestão e coordenação sectorial, integração do sistema financeiro empresarial no sistema financeiro do Estado, desmonetarização de relações entre empresas do Estado, etc., etc.<sup>36</sup> E, sobretudo, a inversão brusca de prioridades: produzir bens socialmente *úteis* em lugar de produzir lucros. Por outro lado, importa salientar a nova perspectiva em que se coloca o problema da «independência nacional». Logo em Maio de 1918,

---

<sup>35</sup> Vai mesmo, em muitos casos, haver «desacumulação», isto é, não reposição de equipamentos obsoletos e mesmo destruição física de bens de produção.

<sup>36</sup> «Tínhamos proposto aos capitalistas: “Submetam-se à regulamentação pelo Estado, obedeçam ao novo poder e terão então, em lugar de uma destruição completa de todas as condições que correspondem aos interesses, aos hábitos, à maneira de ver da população, uma transformação gradual de tudo isso pela regulamentação do Estado.” Os capitalistas puseram a questão da nossa existência. A tática adoptada pela classe capitalista iria empurrar-nos para uma luta desesperada e impiedosa que nos obrigou a destruir mais “velhas relações” do que nos propuséramos. (...) A vida, isto é, a resistência da classe capitalista forçou o nosso poder a transportar a luta para um outro plano» (Lenine, discurso de 29/10/1921, RB, p. 256). E mais adiante: «A burguesia respondeu-nos por uma estratégia justa do ponto de vista dos seus interesses: “Começamos por lutar pela questão essencial: vocês são de facto um poder de Estado, ou apenas imaginam que são? Esta questão resolver-se-á pela força, pela guerra e não pelos vossos decretos.” (...) Tendo esperança de resolver a questão principal pelo argumento mais forte, pela guerra, ela não podia, nem devia, contentar-se com as concessões parciais que lhe fazia o poder dos soviets no interesse de uma transição gradual para o novo regime» (*idem*, p. 257).

no curto período de paz entre Brest-Litovsk (paz com a Alemanha) e o início da guerra civil, quando os bolcheviques julgavam poder iniciar a «reconstrução», Radek formula perante o I Congresso dos Conselhos de Economia Nacional um primeiro esboço de «política de comércio externo» e de «política de concessões» do Estado soviético, que tinha em conta a necessidade de obter empréstimos e crédito externo para a aquisição de «bens estrangeiros indispensáveis para a produção russa», prevendo, em contrapartida, a atribuição de concessões «para a criação de novas empresas para o desenvolvimento sistemático dos recursos produtivos russos não utilizados, de acordo com um plano geral» e sob diversas condições restritivas de modo a que não pudessem constituir «esferas de influência para governos estrangeiros» (ver *BR-II*, pp. 134-135). Não é nosso objectivo analisar a política de concessões ou, de um modo geral, a política de relações económicas externas do Estado soviético nos seus primeiros anos. O que queremos sublinhar é que um poder revolucionário *pode permitir-se* fazer concessões (agora num sentido lato) nas suas relações com os países capitalistas e delas tirar partido para consolidar as relações de produção socialistas. A «retirada» que constituiu a N. E. P., altura em que a política de concessões se alargou muito, não só ao capitalismo estrangeiro mas, sobretudo, ao capitalismo interno — desnacionalização e aluguer de empresas a capitalistas, desenvolvimento de pequenos retalhistas, expansão capitalista da propriedade agrícola individual, etc. —, foi numerosas vezes comparada à de um exército que falhou o primeiro assalto e que passa a um cerco prolongado. Ao III Congresso do Komintern, em Junho de 21, Lenine declara firmemente: «O nosso ponto de vista resume-se assim: de momento, grandes concessões, e a maior prudência; e isto justamente porque se estabeleceu um certo equilíbrio, justamente porque somos mais fracos do que os nossos adversários tomados em conjunto; porque a nossa base económica é demasiado fraca e temos necessidade duma base económica mais poderosa.»



E mostra-se disposto a fazer concessões aos camponeses «até ao limite que poria em questão a manutenção do nosso poder». Isto é situar com precisão a fase da luta de classes que nesse momento se verifica: o proletariado detém o poder político, mas a burguesia (nomeadamente a pequena-burguesia camponesa, artesanal e comercial) é economicamente mais forte<sup>37</sup>. O poder político far-lhe-á as concessões necessárias para uma rápida «reconstrução» económica, de que esse mesmo poder político se aproveitará para avançar para o socialismo. Sem discutir, no caso concreto russo, a que ponto as concessões (internas) terão ido longe de mais, pondo em perigo a luta ideológica, decisiva nesta fase, e comprometendo justamente a instauração progressiva de relações de produção socialistas, é a *perspectiva revolucionária* que importa salientar: se a luta de classes prossegue (e mesmo se agudiza nos primeiros tempos) ao longo da transição para o socialismo, há que ter permanentemente em conta as relações de força, e tirar delas o melhor partido, com base no trunfo decisivo que é o poder político. Retornando à questão da «independência nacional», ela coloca-se de forma idêntica, o que seria de esperar dado que a luta de classes não termina nas fronteiras. Em tais condições, a mesa de negociações de um acordo comercial ou de um empréstimo externo entre um Estado socialista e um Estado capitalista tem de ser *um lugar* em que se desenrola a luta de classes. E deve existir a consciência disso de um lado e do outro da mesa: a intenção de um lado é colocar um grão de areia na máquina débil do novo Estado revolucionário, visando miná-lo e destruí-lo; a intenção do outro é utilizar as matérias-primas, o equipamento, o crédito que obtiver para fortalecer as suas bases e caminhar mais seguramente na via socialista. Usando a expressão citada de Preobrajensky, diremos que as negociações económicas entre Estados ou empresas capitalistas se passam dentro de um mesmo sistema económico

---

<sup>37</sup> Situação já distinta da que se verificava em 17-18, em que a burguesia ainda «tinha esperança» de destruir directamente o poder dos soviets (ver nota 36).

e visam, objectivamente, reproduzi-lo e reforçá-lo. No caso que acabamos de observar, tais negociações são um momento da luta entre dois modos de produção antagónicos.

Retomemos a questão central da «economia de transição»: a da coexistência e constante conflito entre a lei do valor e a regulação social da economia, que *deverão ser* expressão do confronto entre relações de produção capitalistas e relações de produção socialistas. Já vimos que no período inicial, pós-revolucionário, da transição, se verificam normalmente certas medidas drásticas de combate à lei do valor. Mas há que assinalar desde já que a amplitude e profundidade dessas medidas é função do modo como se processou a conquista do poder e, sobretudo e concomitantemente, da relação das forças que se defrontam na luta de classes. Daí que, nuns casos, tais medidas extremas (justificáveis *politicamente*)<sup>38</sup> tenham posteriormente de vir a ser revistas (caso russo), noutros constituam uma base sólida de partida para um processo gradual, como aquele que se propunham os bolcheviques inicialmente (casos chinês e cubano).

Em qualquer caso, a forma global que toma nos primeiros tempos o pólo de oposição à lei do valor é a de uma direcção-coordenação nacional da economia. Por via das nacionalizações e da criação de mecanismos diversos de controlo, o novo poder vai tentar opor-se aos efeitos destruidores da acção da lei do valor e manter em nível razoável a produção e a distribuição. Não nos é possível passar em revista os sucessivos esquemas ensaiados na Rússia Soviética no que toca a este ponto, e bem assim as soluções adoptadas na China e em Cuba<sup>39</sup>. Interessa-nos particularmente discutir, ainda que sem

---

<sup>38</sup> Exemplo-limite: a destruição de uma ponte é, *economicamente*, sempre um absurdo, um crime. Numa fase de guerra civil pode ser militarmente, logo, *politicamente*, uma necessidade: e, em tal situação, esse critério prevalecerá.

<sup>39</sup> Após o último Congresso de P. C. Cubano, parece que irão ser adoptados a partir de agora praticamente os métodos e formas de organização e gestão em vigor na União Soviética e nos países do Leste europeu.

aprofundar, uma questão *politicamente* da maior relevância: a da centralização-descentralização. Até porque ela tem directamente que ver com outros aspectos decisivos do processo revolucionário: relações cidade-campo, democracia operária-burocracia, critérios de acumulação socialista, natureza dos estímulos à produção, revolução tecnológica, etc., etc.

Nos primeiros tempos pós-revolucionários, a tendência geral é, por razões diversas, umas teóricas outras práticas, para uma rápida e acentuada centralização na direcção da economia. Salientam-se, entre outras razões, a ideia — teórica — de socialismo em que o «colectivo» se opõe ao individual, em que uma «racionalidade social» se opõe à anarquia das «múltiplas iniciativas individuais» e da concorrência, admitindo-se em consequência que só um conhecimento centralizado dos mecanismos económicos, das relações entre unidades de produção, e a sua «gestão» igualmente centralizada, podem opor o critério de utilidade social ao da busca individual do lucro. A noção de plano, por exemplo, é, em si, eminentemente centralizadora. No plano prático, pode mencionar-se como impulsionando a centralização o facto, já várias vezes mencionado, de se tratar de um período em que os comportamentos económicos dos empresários são fortemente desagregadores, exigindo uma rápida intervenção do novo Estado no sentido de concentrar nas suas mãos o controlo da produção, da distribuição, do crédito. Acresce ainda, como aspecto importante, a grande carência de quadros técnicos e administrativos, agravada pela partida de muitos dos poucos existentes (estamos a examinar casos de revolução em países economicamente «atrasados»: em países mais desenvolvidos provavelmente teria de dizer-se muitos dos muitos...). É assim natural a tendência para concentrar em organismos centralizados os escasos quadros disponíveis, e daí gerir em conjunto sectores inteiros de actividade. Dadas, ainda, as enormes dificuldades financeiras das empresas em tais circunstâncias, a necessidade de as manter em produção e de assegurar o emprego, prevalece também a tendência para uma «centralização financeira».



com o Estado a suportar por via orçamental parte das despesas das empresas (em particular os salários e o capital circulante), que gradualmente se vêm desligadas das respectivas receitas. Daí à «integração orçamental», isto é, à contabilização dos saldos ou mesmo do conjunto das receitas e despesas das empresas no Orçamento do Estado, vai um passo. A lógica do processo conduz à unificação do sistema orçamental e do sistema de crédito centralizado: em Janeiro de 1920 é extinto o Banco do Povo (ou Banco Nacional) na Rússia Soviética, em pleno comunismo de guerra; em 1967 é extinto o Ministério das Finanças em Cuba<sup>40</sup>. Simplesmente, as empresas haviam funcionado e crescido motivadas pelo critério do lucro. Este mesmo critério as havia levado ao boicote, à paralisação, ao encerramento após o arranque do processo revolucionário. Como motivá-las agora? Aí se põe a questão dos estímulos morais e materiais, da «batalha da produção» — agora pós-revolução. Aí surge igualmente a questão da democracia de massas. Com efeito, se a revolução é o primeiro passo para a libertação dos trabalhadores, para a eliminação da sua condição de assalariados explorados, para o seu *poder* efectivo na sociedade, pareceria lógico que, conquistado o poder pelo partido-vanguarda dos trabalhadores (ou por um movimento-direcção política que se reclama das grandes massas populares, como em Cuba), estes se lançassem entusiasticamente no trabalho de reconstrução económica de que seriam *eles* agora os próprios beneficiários. Acontece, porém, que o grau de consciência política das massas, que as levou a viver intensamente a luta revolucionária, nem sempre será suficiente para supor-

---

<sup>40</sup> Na China, após 49, vai adoptar-se de imediato o sistema soviético de então, também muito centralizado, mas já com características bastante distintas, resultantes da segunda fase de centralização pós-N. E. P., cujos vectores fundamentais eram o Plano e a prioridade à indústria pesada. Bettelheim via isto em 1965 como uma «evidência»: «No seu princípio geral, os mecanismos de formação e de aplicação das decisões económicas na China são evidentemente análogos aos que foram montados nos outros países socialistas» (*La Constr. du Socialisme en Chine*, p. 19). No que se refere à Rússia e a Cuba, já antes (pp. 66, 76, 80) havíamos assinalado curiosas analogias entre o comunismo de guerra e os primeiros anos da revolução cubana. Este é apenas um dos aspectos dessa analogia.

tar os enormes sacrifícios que implica a fase pós-revolucionária. Além de que a própria dinâmica política leva geralmente em tais casos os dirigentes revolucionários, muitas vezes conscientes dos riscos que com isso assumem, a acelerar fortemente o processo em relação a essa consciência das massas. E ainda que, dentro destas, se manifestam desde logo contradições que só uma política muito correcta de «alianças de classe» pode levar a superar evitando conflitos agudos. Daí que seja determinante, para a redinamização económica em novas bases (que não são outras do que o reforço das relações de produção socialistas), o contacto muito estreito entre partido e massas, tendente a identificar e ultrapassar essas contradições, a elevar o nível de consciência política destas, a fazê-las participar activamente na dinâmica revolucionária.

As duríssimas condições impostas ao Estado soviético, implicando simultaneamente uma guerra devastadora no momento em que a *paz* fora um dos elementos mais fortemente mobilizadores das massas e, por via disso, uma violência *sobre* os camponeses que impediu uma rápida consolidação da aliança operário-camponesa, foram factores diante dos quais as tentativas feitas no sentido da «emulação socialista» se revelaram insuficientes. Sem estimulantes materiais (como poderia, de resto, havê-los naquele período de penúria generalizada?), sendo insuficientes os estimulantes morais, que restava fazer? A solução encontrada, desastrosa do ponto de vista da «transição para o socialismo», mas provavelmente a única possível nas circunstâncias <sup>41</sup>, foi a militarização do trabalho. E, depois, com a N. E. P., foram as próprias motivações capitalistas que acabaram por ser plenamente restauradas.

No caso cubano, estas questões surgem num contexto diferente. Nomeadamente, um factor determinante das tendências

---

<sup>41</sup> Notar que os bolcheviques «de esquerda», em 1918, e, mais tarde, a «oposição operária» sempre combateram as soluções dirigistas e, depois, militaristas para as questões do trabalho e de direcção da economia. Não está provado (nem o contrário se poderá provar) que, nas condições existentes, a «democracia de massas» tivesse permitido a sobrevivência do Estado soviético. Poder-se-á apenas argumentar que, sem essa *possibilidade*, o socialismo estava condenado.

centralizadoras de um Guevara foi justamente a reacção à forma de descentralização que nesse momento se processava nos «países socialistas»<sup>42</sup>. Uma vez mais se entendia *descentralização* como a mesma coisa que regresso a mecanismos de mercado, a critérios capitalistas de gestão das empresas. Estamos aqui colocados diante de um problema fundamental, cujo correcto equacionamento é indispensável em termos de «construção do socialismo». De facto, é corrente identificar, por um lado plano-centralização-relações socialistas, e, por outro, lei do valor-descentralização-relações capitalistas. O próprio Bettelheim, que hoje se afasta deste esquematismo, na sua polémica com Guevara andava bem próximo dele, ainda que partisse de uma premissa correcta: a de que não é o avanço voluntarista e formal em relação ao nível de consciência social que destrói as formas próprias às relações capitalistas (a moeda, os estímulos materiais, as relações mercantis). Só que apostava demasiadamente no simples desenvolvimento das forças produtivas e no seu crescente carácter social para conseguir esse efeito. Guevara, pelo contrário, acentuava o papel do desenvolvimento dessa mesma consciência social — e por isso apostava nos «estímulos morais».

Ora, precisamente, caminhar para o socialismo só pode ser caminhar para a descentralização, e não o contrário. Mas descentralizar, nesse sentido, não terá nada que ver com uma crescente autonomia financeira e de gestão por parte dos *directores* das empresas, dentro de um critério de rendibilidade. «Na descentralização soviética actual são os chefes de empresa que aumentam cada vez mais de poder e não os trabalhadores.

---

<sup>42</sup> «Parece claramente que a centralização e a ausência de autonomia financeira têm por objectivo essencial evitar os perigos de uma descentralização tal como foi praticada na U. R. S. S. e nas democracias populares. Uma tal descentralização, com efeito, não só suscita a busca prioritária do enriquecimento individual pelo desenvolvimento de estímulos materiais, e arrisca-se a vir a pôr em causa o princípio essencial da prioridade do critério político na escolha dos investimentos, como nem sequer tem a vantagem de permitir um desenvolvimento do controlo das massas: estas, com efeito, em vez de submetidas, sem poder, às directivas dos ministérios, são-no, com a descentralização, às dos directores de empresa» (J. Valier, in *Les Temps Modernes*, Março de 1968).



Esta descentralização consiste de facto numa nova repartição dos poderes no seio de uma burguesia de Estado» (RC, p. 52). O que coloca, desde logo, uma questão básica dentro do «novo sistema» de direcção da economia: ou existe, desde o início, uma participação efectiva dos trabalhadores na gestão das unidades produtivas e nos vários escalões de decisão que as integram, ou a centralização é *necessariamente* o caldo de cultura de uma tecnoburocracia que, a dada altura, bloqueia qualquer evolução. São conhecidos violentíssimos textos de Lenine, de Mao e de Guevara contra a burocracia. Na Rússia Soviética a burocracia partidária dos anos 17-21 <sup>43</sup> viu-se engrossada com os técnicos, especialistas e directores de empresa <sup>44</sup> que, reabilitados na fase da N. E. P., se inscreveram em massa no partido e deram origem ao que chamámos de «tecnoburocracia», a tal burguesia de Estado de que fala Bettelheim. Isto está ligado à tendência gradual, manifestada ainda durante o comunismo de guerra, no sentido de passar da «direcção colegial» das empresas para a «direcção única» — tendência suportada pelas necessidades da produção de guerra, que exigia uma máxima «eficiência» (dentro das dramáticas carências do momento), e de que Lenine foi o mais acérrimo defensor contra as críticas de esquerda, mas que se viu reforçada na fase liberalizante da N. E. P. em que, agora por razões de «reconstrução», essa eficiência máxima era igualmente exigida, e dentro dos mais rigorosos princípios de «equilíbrio financeiro» e mesmo de «concorrência» <sup>45</sup>. Nestas circunstâncias, mais do que nunca,

---

<sup>43</sup> Em Dezembro de 1919, um delegado ao VII Congresso Pan-Russo dos Soviéticos diz: «Se se perguntasse ao povo o que devia ser destruído no dia seguinte à destruição de Denikine e Kolchak [generais “brancos” — J. M. P.], noventa por cento responderia: os *glavki* e os centros [departamentos verticais de gestão sectorial do Conselho Nacional de Economia]» (BR-II, p. 184).

<sup>44</sup> Aliás, já muito antes, em Dezembro de 1918, Molotov declarava que a maioria dos membros dos vinte *glavki* mais importantes era composta por pessoas «sem qualquer relação com o elemento operário industrial», que o *glavk* tem de ser considerado como «um órgão longe de corresponder à ditadura do proletariado», que os que dirigiam a política (dos *glavki*) eram «forças como representantes dos empresários, técnicos e especialistas» (BR-II, p. 187).

<sup>45</sup> Para se ter uma ideia da verdadeira reviravolta da N. E. P., basta citar alguns passos do Decreto de 10 de Abril de 1923: «Artigo 1.º — Os *trusts* do Estado são empresas industriais do Estado, às quais este concede independência

teria sido indispensável o «controlo operário», de que tanto se falara antes de Outubro, mas que foi rapidamente «domesticado» pelos sindicatos e, depois, pelo próprio partido, em nome da referida «eficiência». Note-se que a frente de luta da oposição operária em 20-21 em nome da «democracia operária» e da «directão da economia pelos produtores» já é apenas a frente sindical, ela mesma seriamente burocratizada (os «comités de fábrica» já não existiam ou eram meramente decorativos).

No caso cubano procura-se combinar uma forte centralização (especialmente no sector industrial), que vai ao limite da «gestão orçamental» e, a partir de 67, inclusivamente à eliminação total de pagamentos entre as empresas<sup>46</sup>, com uma «revolução ideológica» e uma intensa participação de massas. Mas esta não se dá ao nível das unidades produtivas: dá-se pelo contacto permanente entre os dirigentes políticos e as massas. Vejamos o que diz J. Vallier, em 68, sobre o assunto, depois de referir que o «método de massas», com efeito simultâneo de «mobilização dos trabalhadores e controlo popular», tem sido utilizado em domínios como a educação e saúde (campanhas de alfabetização, de vacinação) e no do poder local: «No entanto, no domínio da *organização da produção* (...) há que reconhecer que o exercício do controlo popular pelas organizações de massas é ainda muito fraco, quer na

---

na condução das suas operações de acordo com o estatuto fixado para cada empresa, e que operam segundo princípios de cálculo comercial, com o objectivo de obter um lucro.» Segundo Carr, «os *trusts* tinham completa liberdade de comprar e vender no mercado livre e só deveriam dar preferência a órgãos do Estado como clientes ou fornecedores se os preços oferecidos ou pedidos fossem igualmente favoráveis [aos de entidades privadas]» (BR-II, p. 309). O comissário do povo para as Finanças, Sokolnikov, dizia, em Dezembro de 22: «A indústria não pode ser suportada pelo orçamento; o Estado não pode mais ser responsável pelo pagamento de salários aos operários industriais ou por fornecer-lhes rações; a relação do Estado com a indústria só pode ser a de um cliente pagando o preço certo pelo que compra» (BR-II, p. 316).

<sup>46</sup> O Estado é assimilado a uma única empresa, de que as unidades produtivas são «secções» entre as quais transitam os produtos, como entre as secções de uma fábrica, sem que se realizem actos de «compra e venda».

gestão das empresas, quer na discussão das grandes opções económicas. Ora devemos notar que, a nosso ver, a existência de um controlo de massas não deve ser encarada como um elemento que viria “aperfeiçoar” o socialismo cubano, mas como um elemento constitutivo fundamental do socialismo, sem o qual o Estado cubano não poderia jamais tornar-se *verdadeiramente* um Estado socialista. Tudo, em Cuba, é ainda fundado, neste aspecto, sobre a *democracia directa*: sabe-se com efeito que Fidel Castro e a maioria dos dirigentes cubanos se deslocam continuamente, e que têm contactos frequentes com as massas, discutindo em todo o país com os trabalhadores e os diversos responsáveis» (referência bibliográfica n.º 65, p. 1621). Mas precisamente porque a intervenção das massas é *exterior* ao processo de direcção da economia, ela não foi, ainda aqui, suficiente para evitar a burocracia. Como já em 67 afirmava David Alexander, «nem os C. D. R. [Comités de Defesa da Revolução], nem os comícios de massas ou as mobilizações populares desencadeadas pelos apelos directos de Fidel, por mais eficazes e entusiasmantes que se mantenham, podem fornecer ao poder popular a sua base e as suas estruturas permanentes, os meios de reflexão, de expressão e de acção colectivas, sem os quais não pode haver vontade política e de construção continuada. O exercício democrático do poder popular exige a construção de um partido e de um sindicato tanto como a constituição de instituições descentralizadas que permitam a iniciativa e a democracia directa das comunidades locais de trabalho e de vida» (referência bibliográfica n.º 66, p. 1509). Nos anos seguintes, o XII Congresso da ultraburocratizada e desacreditada Central Sindical parece marcar uma evolução positiva, e bem assim o lançamento das primeiras experiências de «assembleias do poder local». Mas ao nível das unidades de produção e do sistema de direcção da economia parece manter-se uma situação de não participação efectiva. Os dois congressos recentes (o XIII da Central Sindical em 73 e o I do Partido Comunista Cubano) sugerem um «re-cuo» sensível no plano da democracia de massas e da capaci-



dade de criação e inovação de que deu largas provas a Revolução Cubana nos primeiros anos. É sintomático que o próprio Fidel declare, a propósito dos métodos de direcção da economia: «Interpretando idealisticamente o marxismo e afastando-nos da prática consagrada pela experiência dos outros países socialistas, quisemos estabelecer os nossos próprios métodos. (...) Quando poderia parecer que nos estávamos a aproximar de formas comunistas de produção e distribuição, na realidade estávamo-nos a afastar dos métodos correctos para construir previamente o socialismo» (*Relatório*, pp. 83-84). Nada indica, pois, que, ao seguir os «métodos correctos» que, obviamente, são os já praticados nos outros «países socialistas», a evolução venha a dar-se no sentido de um crescente «poder das massas». Este será, dentro de tal evolução, substituído pelo fortalecimento das «organizações de massas» (de juventude, de mulheres, sindicatos, pioneiros, etc.), estreitamente controladas pelo partido. Subsiste a «experiência» dos órgãos de poder popular, mas, pelas palavras de Fidel, eles vão ser integrados constitucionalmente, de forma a virem a eleger deputados à «Assembleia Nacional do Poder Popular, órgão máximo do poder do Estado», o que leva a supor que a sua hipotética função de «poder de massas» seja, por esta forma, praticamente eliminada. Dito isto, admitimos que o processo revolucionário cubano não está definitivamente bloqueado. Seria necessário dispor de informação mais concreta e precisa para ajuizar da irreversibilidade da adopção do «modelo soviético».

Quanto ao caso chinês, já nos referimos a ele com certo pormenor no Cap. I para que necessitemos alongar-nos. Julgamos que é a consciência profunda do prosseguimento da luta de classes durante a transição que lhe dá a sua enorme riqueza. Sem os grandes abalos que foram o «Grande Salto em Frente», de 1958-60, e a Revolução Cultural iniciada em 1966, provavelmente ter-se-ia consolidado aí igualmente o «modelo soviético». Simplesmente, tais períodos de intensa agitação ideológica estiveram sempre centrados no combate às «ideias

feitas», ao «velho» em nome do «novo», à ideologia «burguesa» conservadora em nome da ideologia «proletária» revolucionária. A criação das comunas populares, como «comunidades políticas e económicas» com acentuada autonomia, no primeiro período referido, bem como o tema «anti-hierárquico» inerente ao segundo, desbloquearam aquela previsível evolução e aparentemente aumentavam de forma considerável a «democracia de massas», nomeadamente a nível das unidades produtivas. Parece ser aqui que, pela primeira vez, se dissocia a ideia de *descentralização* da ideia de *reforço das relações capitalistas* e dos *mecanismos mercantis*. Mesmo tendo em conta a evidente adesão de Bettelheim aos métodos da Revolução Chinesa, as informações bastante precisas que nos dá no seu já citado livro sobre a «Revolução Cultural e Organização Industrial» levam a admitir ao menos duas coisas importantes: por um lado, que a «revolucionarização» até à base se dá *de uma forma global* (política, ideológica, técnica); por outro, que o processo continua largamente «em aberto». O que está intimamente articulado com a questão dos «modelos de desenvolvimento». Um desenvolvimento fundado sobre a indústria pesada, as tecnologias avançadas e a acumulação rápida dificilmente pode deixar de ser «concentrado», «centralizado» e por essa mesma via privilegia os tecnoburocratas e bloqueia a participação das massas.

Discutamos um pouco esta questão, que é, de novo, a da luta entre o primado à economia (o economicismo) e o primado à política. Esteve sempre presente no espírito dos dirigentes soviéticos que a criação da base material do socialismo implicava um esforço prioritário centrado sobre a «grande indústria», em especial sobre a «indústria pesada». O que hoje é corrente designar por «indústria de bens de equipamento», o sector I de Marx, aquele que consubstancia a «acumulação», já que nele se produzem os próprios bens de produção. É claro que, durante o comunismo de guerra, as prioridades eram de natureza militar e de subsistência, não sendo questão de pro-

blemas de acumulação <sup>47</sup>. Curiosamente, ao arrancar a N. E. P., em 1921, o acento é posto, dentro da chamada «grande indústria» na altura, nas indústrias ligeiras de bens de consumo. A opção compreende-se se se tiver presente que o que no momento estava em causa eram as relações cidade-campo, a necessidade de assegurar, da parte da cidade, uma contrapartida económica (e política, em última análise) à produção agrícola, que estabilizasse o novo «sistema de trocas». Ora, em troca da sua produção de cereais e outros produtos alimentares de base, os camponeses precisavam de bens industriais de consumo — vestuário e calçado, entre outros. Entre as prioridades estabelecidas na Conferência do Partido de Maio de 1921 notam-se: «apoio às pequenas e médias empresas, privadas e cooperativas», ou seja, a pequena indústria rural, e «revisão parcial dos programas da grande indústria no sentido de aumentar a produção de objectos de consumo popular e de uso quotidiano dos camponeses». Ao período que se seguiu, até meados de 1922, chamou mais tarde um economista o «da ditadura do centeio e da dissipação do capital industrial do Estado» (*BR-II*, p. 313). Enquanto os preços industriais se afundavam, os dirigentes centrais da indústria estatal e os sindicatos reagiam fortemente. O Congresso dos Sindicatos de Setembro de 22 notava que «os sectores básicos da indústria, que por si só determinam o curso do desenvolvimento da economia nacional — transportes, minas e metalurgia, construção de máquinas e indústrias eléctricas — continuam a experimentar a mais severa crise», e proclamava a «restauração da grande indústria e dos transportes como tarefa imediata da república» (*BR-II*, p. 315). Pouco depois, o próprio Lenine sublinhava: «A Rússia não pode ser salva só por uma

---

<sup>47</sup> Mas importa assinalar que, logo após a paz de Brest-Litovsk, quando parecia ir-se iniciar a reconstrução, foram colocados à frente do Conselho Superior de Economia Nacional Larin e Milyutin, «ambos convictos planeadores e centralizadores» (Carr), tendo o primeiro lançado a ideia de alguns «grandes projectos» e iniciando-se contactos com alguns antigos empresários capitalistas para a criação de grandes empresas mistas, nomeadamente no sector metalúrgico (*BR-II*, pp. 93-94).



boa colheita ou só pela boa situação da indústria ligeira que fornece artigos de consumo aos camponeses; a indústria *pesada* é também indispensável. (...) A indústria pesada necessita de subsídios do Estado. A não ser que os encontremos, estamos perdidos como Estado civilizado — e mais, como Estado socialista» (BR-II, p. 315) <sup>48</sup>. Surge aqui um ponto fundamental, que se articula com a já referida ideia de «investir no socialismo»: o Estado revolucionário tem de dispor de *excedentes*, de forma a poder aplicá-los como arma na sua «luta contra a lei do valor». Onde ir buscar esses excedentes?

Aqui intervém Preobrajensky e a sua famosa «lei da acumulação socialista primitiva». Fazendo um paralelo com a acumulação capitalista primitiva, que se resume a uma acumulação efectuada à custa de sectores *não capitalistas*, Preobrajensky diz muito simplesmente que algo de análogo se tem de passar ao iniciar a transição para o socialismo: a «esfera» socialista terá de acumular à custa da esfera «não socialista». Vale a pena reproduzir o enunciado da lei tal como ele próprio a formula: «Quanto mais atrasado economicamente, pequeno-burguês e camponês for um país que empreenda a organização socialista da produção; quanto menor for a herança que o proletariado desse país receber no seu próprio fundo de acumulação socialista no momento da revolução social, tanto mais se terá de basear a acumulação socialista na exploração das formas pré-socialistas de produção e tanto menor será a parte de acumulação derivada da base produtiva socialista, isto é, tanto menor será a acumulação alimentada pelo sobreproduto criado pelos operários da indústria socialista. Pelo contrário, quanto mais avançado for o desenvolvimento económico e industrial de um país em que tenha triunfado a revolução social; quanto maior for o património material (indústria altamente desenvolvida e agricultura orga-

---

<sup>48</sup> Pela mesma altura, o comissário das Finanças produzia declarações em sentido oposto (ver nota 45 deste capítulo): vinham à superfície as contradições inevitáveis entre a N. E. P. e a criação das «bases materiais do socialismo».

nizada sobre bases capitalistas) herdado pelo proletariado após nacionalização; quanto menor for no dito país a incidência das formas pré-capitalistas de produção, tanto mais se verá obrigado o proletariado a reduzir a desigualdade de troca entre os seus próprios produtos e os das colónias, isto é, a diminuir a exploração das colónias, tanto mais se trasladará o centro de gravidade da acumulação socialista para a base produtiva socialista, isto é, se baseará no sobreproduto da sua própria indústria e da sua própria agricultura» (AS, p. 85) <sup>49</sup>. A ideia subjacente a esta «lei» é a da necessidade da «troca não equivalente» entre o sector socialista e o sector ainda capitalista: a construção acelerada da base económica do socialismo implica, segundo aquela lei, uma autêntica relação «colonial» entre o primeiro e o segundo daqueles sectores.

Não nos sendo possível uma discussão exaustiva da lei de Preobrajensky, queremos apenas efectuar alguns comentários. Em primeiro lugar, uma observação quase evidente: o enunciado da lei *pressupõe* a nacionalização do comércio externo. Com efeito, a sua não nacionalização corresponde à entrada, no Estado revolucionário, da lei do valor pela «porta lateral» <sup>50</sup>, já que o sector «socialista» se irá ver, por essa via, submetido à concorrência dos preços mundiais. Isso impede-o

---

<sup>49</sup> Note-se, não apenas por curiosidade, que o Chile de Allende adoptou um esquema precisamente inverso do apontado por Preobrajensky: «A manutenção desta disparidade [entre níveis de consumo] combinada com a aceleração das cadências no sector social [nacionalizado], cujos preços se mantinham bloqueados, equivalia a fazer trabalhar os operários para os capitalistas, que dispunham assim de matérias-primas baratas. O aço, o petróleo, os têxteis comprados a baixo preço permitiam-lhes aumentar os seus lucros, o que não os impedia de elevar os seus próprios preços de venda. Assim, não só a esquerda governamental não conseguia controlar os excedentes do sector privado, mas os que vinham da área social [estatal] para ele eram transferidos em parte» (CT, p. 183). Ou seja: acumulação capitalista à custa do sector nacionalizado! Não é por acaso que alguém disse que as dificuldades económicas chilenas não eram devidas (como dizia a direita) ao socialismo, mas sim à *ausência de socialismo*...

<sup>50</sup> O que não significa que o sector socialista não esteja, ele próprio, *condicionado* pela lei do valor, facto que Preobrajensky subestimou, ainda que o reconhecesse (ver p. 157). Bettelheim demonstra que a subsistência de «relações mercantis» no interior dos sectores estatizados dos «países socialistas» não é uma pura aparência, mas corresponde ao insuficiente desenvolvimento de relações de pro-

de transferir para si o sobreproduto do sector não socialista, dado que essa transferência se efectuará essencialmente através dos preços fixados (a mencionada troca «não equivalente»). Precisemos: por exemplo, ao fixar preços altos para venda de produtos do sector socialista ao não socialista, aquele arriscar-se-ia a que o segundo optasse por importar, a preços inferiores, os mesmos produtos. Em segundo lugar, temos as implicações políticas da lei — no fim de contas, as que deram origem ao «grande debate» soviético e à fortíssima oposição que Preobrajensky teve de defrontar (sobretudo da parte de Bukharine). De facto, a aplicação estrita da lei constitui uma verdadeira «declaração de guerra» ao sector não estatizado e, concretamente no caso soviético, à grande massa dos camponeses. Em resumo, as teses de Preobrajensky traduziam-se na ruptura brutal da periclitante aliança operário-camponesa (admitindo-se que, nessa fase, tal expressão ainda mantinha algum sentido). De um modo geral, e independentemente do caso soviético, mesmo aceitando por agora a opção «industrialista» que lhe está subjacente, interessa notar que a lei (teórica) não resolve uma questão (prática) fundamental no decurso de um processo deste tipo: a do famoso *ritmo* desse mesmo processo, intimamente ligado ao desenrolar da luta de classes e, portanto, à força (económica) relativa das classes em presença. E esse problema será obviamente tanto mais crítico quanto mais próxima for a situação daquela que no enunciado da lei é apontada em primeiro lugar: num país maioritariamente camponês, em que, para mais, se terá encorajado a propriedade individual da terra, a acumulação socialista primitiva seria simplesmente impossível, ou possível apenas a um ritmo extremamente lento, a menos que se utilizassem meios fortemente repressivos. Entre o «socialismo a passo de burro» de Bukharine e a colectivação rápida e forçada — Estaline optou. A sua política, a

---

dução socialistas *reais*. O sector socialista tem de «tirar partido» em seu benefício da lei do valor e combatê-la no seu próprio seio — o que não pode ser feito só por meios económicos.



partir de 1929 é, afinal, uma rigorosa aplicação da lei de Preobrajensky (o que não impediu este de morrer, nem se sabe quando, nas prisões estalinistas) <sup>51</sup>.

Que dizer da lei, hoje, depois que outras experiências socialistas já foram iniciadas e trouxeram igualmente os seus contributos à teoria da transição? Por um lado que, sendo embora necessário tê-la presente como quadro de raciocínio, são os factores políticos os decisivos num processo de transição, incluindo a própria fase pré-revolucionária. Com efeito, se retomarmos o exemplo chileno acima citado, poderemos reflectir que não terá sido o desconhecimento da lei que levou o Governo de Allende a actuar daquele modo, mas sim a relação de forças políticas existente (ou presumida pelo Governo de U. P.): uma decisão de aplicar, ainda que moderadamente, medidas no sentido de canalizar para o «sector social» mais-valias do sector privado, seria uma decisão eminentemente política e com consequências políticas muito importantes. Uma ampla base de massas é condição indispensável para uma «acumulação socialista primitiva» que não implique uma duríssima repressão. Onde intervém, de novo, o papel decisivo da revolução cultural, da «revolucionarização ideológica».

Mas, mais importante, é o papel que Preobrajensky, na esteira dos principais teóricos marxistas do seu tempo, atribui à indústria pesada como base essencial da acumulação socialista. É aí que, sendo revoluções predominantemente camponesas ou «populares», a China e Cuba vêm introduzir uma nova componente no pensamento económico socialista (sobretudo a primeira, já que a opção «prioridade à agricultura» no caso cubano é, afinal, uma opção de prioridade ao «comércio externo»: a acumulação socialista partirá dos excedentes gerados pelo comércio externo, em particular do açúcar). Essa componente compreende simultaneamente um novo

---

<sup>51</sup> Segundo W. Brus (*Problèmes Généraux du Fonctionnement de l'Economie Socialiste*), «não é de excluir que a obra de Preobrajensky tenha sido uma das fontes de inspiração teórica de Estaline [ao escrever *Os Problemas Económicos do Socialismo na U. R. S. S.*]» (p. 71).

tipo de relação indústria-agricultura (e indústria ligeira-indústria pesada) e um novo conceito de descentralização que não implica o alargamento concomitante das relações de mercado (e dos critérios de rendibilidade-autonomia financeira inerentes à descentralização soviética). Em resumo, um novo conceito de «desenvolvimento» centrado numa combinação equilibrada a nível regional e local de actividades agrícolas, industriais, culturais e políticas. O que implica necessariamente uma ruptura com os critérios tradicionais de investimento, uma nova perspectiva quanto ao conceito de acumulação, uma politização efectiva das «escolhas tecnológicas» e dos «métodos de gestão», uma larga confiança na iniciativa das massas. A ideia, por exemplo, de «desenvolver com investimento mínimo» (dando à expressão *investir* o sentido corrente de «acumulação de capital morto» ou de «bens de equipamento») é particularmente rica<sup>52</sup>. Ela é bem conhecida das «fases de reconstrução». Um exemplo: quando, após uma guerra, duas empresas com ligações económicas contínuas (uma abastecendo a outra de matérias-primas, por hipótese) se encontram separadas por uma ponte destruída e, portanto, paralisadas, um escasso investimento para reparar a ponte permitirá um aumento substancial de produção, já que ambas as empresas poderão laborar. A rápida reconstrução dos países europeus no pós-guerra foi, em grande parte, resultado de tais acções de eliminação de estrangulamentos. De passagem, diga-se que, numa fase pós-revolucionária, a aplicação deste princípio pode ser da maior importância na luta contra o famoso «caos económico», podendo mesmo ser generalizado a outros aspectos. De facto, em tais situações, em que a destruição *física* é mínima, verificando-se sobretudo uma grande «desarticulação

---

<sup>52</sup> Mao exprime esta ideia já em 1957: «Para a maior parte das nossas empresas não é esse género de construção [unidades de grande dimensão] que se impõe: há que criar mais empresas de pequena e média dimensão, e também utilizar plenamente a base industrial legada pela antiga sociedade, trabalhar o mais economicamente possível e *fazer mais coisas com menos dinheiro*» (QE, p. 142; sublinhado — J. M. P.).

económica», esta pode ser combatida eliminando, com baixo «custo social», os «estrangulamentos sociais» então determinantes: o simples curto-circuito de numerosos mecanismos burocráticos tradicionais pode ter, por exemplo, um efeito espectacular.

Já num período de arranque para o socialismo, o conceito é efectivamente inovador, e confronta-se de imediato com a ideia corrente de que um rápido desenvolvimento das forças produtivas passa pela necessidade de um investimento concentrado na grande indústria de bens de equipamento, tecnologicamente avançada. Ora o caso chinês parece indicar que o efeito político-ideológico de uma descentralização, no sentido acima expresso, pode compensar largamente os inconvenientes de uma centralização-burocratização, em que as massas são objecto passivo de decisões tomadas no «centro». A racionalidade aparente das decisões económicas tomadas «de cima», na hipótese de que só «de cima» é possível controlar todas as variáveis do desenvolvimento, acaba por se constituir numa irracionalidade, não só porque escasseiam normalmente os dados que suportariam a justeza dessas decisões, como lhes escapa a realidade concreta das relações sociais reais, a dimensão política e ideológica dos processos «reais» a nível regional e local. Além disso, a «distância», quer física quer social, entre o «lugar de decisão» e o «lugar de aplicação» não permite qualquer controlo articulado, caindo-se simultaneamente na burocratização inútil e numa anarquia com ar de «planificação». I. Joshua diz, a propósito de Cuba (em particular do sector agrícola, onde trabalhou vários anos): «As relações de produção “explícitas” [jurídicas] nem sempre, necessariamente, “cobrem por completo” as relações de produção “subjacentes” [a que acima chamámos “reais” — J.M.P.]. A “inadequação” pode ser devida a um desconhecimento das relações de produção subjacentes, quando do estabelecimento das relações de produção explícitas; mas pode ser devida também (e muitas vezes assim é) à intervenção de outros “níveis” políticos, ideológicos, etc.» (ORP, p. 2). «É no quadro desta



inadequação das relações de produção que é possível compreender as leis do aparecimento e do desenvolvimento da “burocracia económica”» (*idem*, p. 65).

Para além do que já dissemos a propósito do «modelo de desenvolvimento» chinês, parece-nos útil ainda acentuar alguns aspectos referidos por Bettelheim. *Sobre os critérios de investimento*: «Na China, onde as leis de reprodução capitalista estão a ser destruídas, constata-se que o progresso técnico toma uma outra forma e que pequenas unidades de produção modernas podem ser tanto ou mesmo mais eficientes que as grandes; por exemplo, os custos de produção podem ser nelas mais baixos, ao mesmo tempo que exigem menos investimento por unidade de capacidade de produção. Um exemplo notável é constituído pelas pequenas unidades de adubos azotados numa capacidade de alguns milhares de toneladas que estão a funcionar num grande número de distritos rurais. Estas fábricas utilizam pequenos compressores que, por sua vez, dada a sua dimensão, podem facilmente ser produzidos em fábricas rurais» (RC, p. 97). É, pois, *mesmo no plano económico*, a própria noção de «economias de escala» que é posta em causa. *Sobre a cooperação socialista* e, portanto, a eliminação de desperdícios típicos da economia concorrencial: «Um segundo exemplo [o primeiro dizia respeito à poluição] diz respeito à procura da qualidade e da durabilidade dos produtos graças a uma cooperação estreita entre as empresas produtoras e as empresas utilizadoras, assim como entre as primeiras e os consumidores. (...) Os resultados obtidos correspondem essencialmente aos interesses dos utilizadores e não aos dos produtores» (*idem*, p. 73). Acrescentamos que isto só é possível, por um lado, numa economia muito descentralizada, em que as relações produtores-consumidores são muito mais íntimas, e, por outro, que revela uma preocupação — política, não económica — no sentido da produção de valores de uso, e não de valores de troca. É o inverso da «obsolescência planificada» que conhecemos nas sociedades capitalistas. *Sobre as relações entre os «grandes sectores»*: «A divisão

entre os Departamentos I (meios de produção) e II (bens de consumo) da economia volta a encontrar-se no socialismo, mas o conteúdo desta divisão é profundamente modificado. O Departamento I não tem exclusivamente ou maciçamente por função a produção de novas máquinas, ele fornece um apoio diversificado, directo e constante ao conjunto das unidades de produção a fim de que elas possam transformar os seus próprios meios de produção» (*idem*, p. 96).

Esta última citação restitui-nos à problemática da lei de Preobrajensky. O desenvolvimento simultâneo, conjugado e descentralizado da indústria e da agricultura permite ultrapassar a noção de acumulação de um sector à custa de outro. Porque, e isto é fundamental, a lei enunciada por Preobrajensky diz respeito *não apenas* à fase em que coexistem um sector estatal e um largo sector privado (por isso lhe chama acumulação primitiva), mas ela é logicamente extensível à fase em que os meios de produção já estão, no essencial, colectivizados. De facto, tal colectivização, só por si, não elimina as relações de produção «subjacentes» (na expressão de Joshua), e a acumulação, centrada no Sector I — identificado à indústria de bens de produção —, deverá logicamente continuar a efectuar-se «à custa» dos restantes. Só que, nessa altura, são os próprios órgãos centrais a «organizar», através do Plano e dos preços planificados, esse tipo de acumulação. A lógica de uma descentralização não mercantil (no sentido em que não representa um reforço dos mecanismos de mercado) está justamente em combinar certos sectores e actividades de «decisão central» com sectores e actividades de decisão regional e local, mas *em todos os níveis* fazendo uma integração tão completa quanto possível dos aspectos económico, político e ideológico. Isto significa que as «transferências» necessárias entre sectores, para efeito de acumulação socialista, se não efectuem, como no modelo de Preobrajensky (e na prática estaliniana subsequente), de forma a que largos milhões de trabalhadores *se sintam* de facto explorados por uma entidade central a milhares de quilómetros de distância, e sem quaisquer hipóteses

de controlo. A cada nível, e em particular aos níveis mais descentralizados, dos «sistemas agro-industriais» elementares, os trabalhadores *tomam consciência* das transferências necessárias, *participam* na gestão (não só económica, mas sobretudo política) dessas transferências e na repartição dos «sacrifícios» que representam, o que elimina justamente a noção de «exploração»: é simplesmente o interesse colectivo assumido desde a base ao topo. Segundo Bettelheim, «uma tal descentralização combina-se efectivamente com um plano na medida em que cada empresa faz passar os interesses colectivos (...) adiante dos seus próprios. Sem esta condição ideológica nenhuma descentralização é compatível com a planificação; nesse caso, haverá que limitar-se a dar ordens imperativas e pormenorizadas e preocupar-se em verificar burocraticamente a sua realização. É sabido o que isso dá» (RC, p. 53).

É importante salientar que nos não move o propósito de afirmar que isto se passa exactamente na China. O próprio Bettelheim o não afirma. Mas que é uma prática desse tipo a única compatível com a «construção do socialismo» — isso parece indiscutível.



### CAPÍTULO III

## O CASO PORTUGUÊS

A «ORIGINALIDADE DA VIA PORTUGUESA»

«**N**OS países da Europa Oriental observa-se, de princípio [1944-45], uma estrutura política e social que deve abrir “uma via própria e original para o socialismo”. Faz-se questão de sublinhar que esta via não é idêntica à seguida outrora pela União Soviética. E como cada país reivindica a originalidade da descoberta dessa via, deveria haver, até à uniformização de 1948, tantos tipos de democracias populares quantos os países. Na realidade, apesar de notáveis diferenças de pormenor, todas as democracias populares da Europa seguem uma evolução paralela que em todas elas se inicia por reformas agrárias e nacionalizações de indústrias. As reformas iniciais de estrutura conduzem assim, em todos eles, a sistemas económicos mistos compostos de três sectores: o sector público, o sector cooperativo e o sector privado» (Jan Marzewski, *PDP*, p. 99). O dirigente comunista checo Klement Gottwald, num discurso em Outubro de 46, diz: «Existe uma outra via para o socialismo, para além da ditadura do proletariado e do sistema soviético. Este caminho é seguido pela Jugoslávia, Bulgária, Polónia e Checoslováquia» (citado em *PDP*, p. 111, nota 1). Por essa época também, «a imprensa técnica polaca está recheada de artigos sobre o mérito do “modelo polaco de três sectores” que constitui

uma via original de realização do socialismo» (*idem*, p. 112). E poderiam multiplicar-se idênticas citações. Mais próximo de nós, no Chile de Allende, surge com grande insistência a reivindicação da «via chilena para o socialismo»: via «política» (e não «insurreccional»), pluralista, assente na existência de três sectores bem demarcados na economia — o sector público (ou área social), o sector misto e o sector privado. Entre nós, para não fugir à regra, a própria Constituição, no seu artigo 89.º, diz: «Na fase de transição para o socialismo, haverá três sectores de propriedade dos meios de produção, dos solos e dos recursos naturais, definidos em função da sua titularidade e do modo social de gestão.» São, com toda a originalidade, os sectores: público, cooperativo e privado...<sup>1</sup> Em todos estes casos, a existência dos famosos «três sectores» resultou de uma política decidida de nacionalizações e de reforma agrária. Tudo isto, aliás, também encontramos em processos mais diferenciados como a «via peruana», que nem sequer se afirma oficialmente «para o socialismo», e na «via argelina», que se pretende socialista mas rejeita a luta de classes e a ditadura do proletariado, portanto não marxista. E o mesmo vamos, no fim de contas, descobrir em verdadeiros processos revolucionários como o cubano e o chinês. Só que aí, como na Rússia de 17, essas coisas vão acontecer não *antes* mas *depois* da conquista do poder político.

Que concluir daqui? Muito simplesmente que a «originalidade» de um processo de transição se não pode medir pelas declarações dos dirigentes políticos, nem pelas «grandes medidas revolucionárias» adoptadas por coligações mais ou menos «frentistas»; mas, sobretudo, que só pode haver «vias originais para o socialismo» a partir do momento em que *de facto* se inicie a transição para o socialismo, o que é uma simples evidência. Antes disso, aquelas mesmas declarações destinam-se apenas a esconder compromissos políticos, a mascarar propósitos que nada têm que ver com o socialismo. A *palavra* socia-

---

<sup>1</sup> Artigo aprovado nas vésperas do 25 de Novembro: em 19 desse mês.

lismo deixa, nessas ocasiões, de ter qualquer sentido, dado que tem um diferente consoante quem a pronuncia. E quanto às medidas, trata-se de um novo enquadramento jurídico, pelo meio do qual se efectua de facto uma transferência da propriedade de meios de produção, mas que *só por si* é insuficiente para identificar um processo de transição, se bem que constitua uma *condição* desse processo — mas podendo, a não se verificarem outras mais decisivas condições, constituir apenas uma «salutar» reforma *dentro* do próprio sistema capitalista. Em Portugal, a «originalidade» foi ao ponto de se falar em «via social-democrata para o socialismo», coisa que deve ter feito a hilaridade do mais sisudo social-democrata europeu, que há muito deixou de prometer qualquer espécie de socialismo fosse a quem fosse<sup>2</sup>. Até o próprio C. D. S., ao propor uma emenda ao artigo 2.º da Constituição, falava na «via original para o socialismo português»! (ver Silva Lopes, *Constituição Anotada*, p. 20). A tónica da originalidade não morreu, sequer, com o 25 de Novembro. Poucos dias depois, o deputado António Reis, do P. S., abordou na Constituinte esta questão. Curiosamente, depois de afirmar que «a tão apregoadada originalidade da Revolução Portuguesa parece dissolver-se numa amálgama de revoluções estrangeiras, montagem de cópias, e ainda por cima más cópias, de modelos estrangeiros», ele próprio manifesta a «esperança de que ainda estamos a tempo de, por entre esta floresta confusa, delinear-mos, em paz e tolerância, uma via original própria para um socialismo democrático consequente». A originalidade desta via estará em que «a direcção política do processo revolucionário com-

---

<sup>2</sup> Note-se que nem sequer foi só o P. P. D. a falar disso. O simples facto de estar no Governo e de permanentemente serem necessários «compromissos impossíveis» levou a que, por exemplo, se escrevesse num texto do M. F. A. intitulado «Para Uma Definição dos Princípios Ideológicos da Revolução Portuguesa» o seguinte: «Observa-se que a social-democracia é, em última análise, uma via para o socialismo e, por conseguinte, com cabimento nestes princípios», embora logo a seguir se sublinhe «que pode ser também uma maneira de evitar a sociedade socialista» e se acentue que «a História não fornece nenhum exemplo de objectivo conseguido» (in *M. F. A. — Motor da Revolução Portuguesa*, Edições Diabril, p. 140).



pete, pois, em última instância, aos órgãos de soberania legislativa e executiva» (citado em *Jornal Novo*, 12-12-75). Absurdo... mas original!

Há, obviamente, especificidades próprias a cada formação social, quer nas fases pré-revolucionárias, quer após a revolução. São as próprias condições internas da luta de classes, o estágio de desenvolvimento económico (nomeadamente capitalista) atingido, a «posição» no sistema imperialista mundial (países colonizados, semicolonizados, países da franja subimperialista, etc.) que determinam essas especificidades, que fazem com que não haja dois processos *iguais*. Mas há, como vimos nos primeiros capítulos, certas constantes (ou «leis tendenciais») que se manifestam em todos os processos de transição (incluindo, recordamos, as fases pré-revolucionárias) e cuja «presença actuante» acaba, em última análise, por conferir uma lógica interna ao desenrolar dos acontecimentos e ao seu próprio desfecho. O mesmo é dizer que essas constantes são mais úteis para interpretar o processo, e até mesmo para *agir* dentro dele, do que as especificidades que as recobrem e desfiguram. Dá-se mesmo o caso de que algumas dessas constantes são apresentadas como especificidades, o que tem consequências consideráveis. Na situação pré-revolucionária portuguesa temos um exemplo, entre muitos outros, de tal «transfiguração»: as acções de massas a que geralmente se deu o nome de «poder popular». As ocupações de casas, de terras, de empresas, as iniciativas de base (clínicas populares, infantários, grupos culturais, etc.) foram frequentemente referidas como uma «originalidade» da Revolução Portuguesa. Mesmo numerosos jornalistas e observadores estrangeiros, que muitas vezes se crê mais bem informados (e formados) politicamente<sup>3</sup>, não fugiram a entusiasmos fáceis e viram na emer-

---

<sup>3</sup> Mito que cairia facilmente se tivéssemos tempo de ler as barbaridades que muitos «bem-intencionados» (dos outros nem interessa falar) foram escrevendo sobre Portugal depois do 25 de Abril — e que nos daria uma medida do que nos fazem engolir sobre o que se passa em outros países. Recordamos apenas uma famosa crónica de Claude Roy no *Nouvel Observateur*, por volta de Maio/Junho de 74!

gência dessas iniciativas populares algo de espectacularmente novo, germe do «socialismo» com que sonham pelo menos desde Maio de 68. É claro que bastava terem lido algo sobre outras situações pré-revolucionárias para constatarem que essa «explosão popular» é uma constante: verifica-se sempre que a burguesia se encontra incapacitada de fazer respeitar a *sua* «legalidade», ou seja, perdeu a capacidade de repressão, não só física mas, principalmente, ideológica. Compreende-se, em contrapartida, pois era o primeiro caso — e até hoje o mais «estruturado» —, que Lenine tenha dito, em Abril de 17, «a nossa revolução tem de eminentemente original o facto de ter criado a *dualidade do poder*» (O-II 1, p. 14). Como atrás expusemos, isso que então era uma «originalidade», pode hoje ser considerado uma constante, ainda que tal dualidade apresente características e níveis de intensidade variados segundo as circunstâncias concretas.

Outro apontamento curioso, a este respeito, tem que ver com a expressão, cara ao nosso Partido Socialista, do «socialismo de miséria». Acelerar de imediato a introdução de medidas estruturais de carácter socialista seria, na situação portuguesa e segundo essa tese, «socializar a miséria»<sup>4</sup>. E a isso «opõe-se com todas as forças o Partido Socialista!» Também esta ideia, bem como o seu substrato teórico, nada tem de

---

<sup>4</sup> Já tivemos ocasião de combater esta tese ao comentar o «Programa de Política Económica e Social», de Fevereiro de 75: «Na situação actual do País, pôr-se desde já a questão do socialismo é, segundo o tal realismo político, enveredar pela “socialização da miséria”. Parece evidente, quando nos recordamos dos famosos cálculos que, em Maio de 74, levaram à fixação do salário mínimo: o rendimento nacional, sem descontar nada para investimentos, dividido por todos os “activos”, andava pela ordem dos seis mil escudos. Mas é então, por isto mesmo, absurdo apostar em que será o sistema que a tal situação de miséria nos conduziu aquele que, mesmo “controlado”, melhores garantias oferece para nos levar ao momento em que já se poderá socializar a “riqueza”. Pelo contrário, dir-se-ia que só rompendo rapidamente com os entraves, internos e externos, que tal sistema opõe ao desenvolvimento económico de qualquer país “dependente” se poderá caminhar aceleradamente para o almejado enriquecimento (que está longe de ser apenas material). Se compararmos as rupturas soviética, cubana ou chinesa com as vias de não ruptura de um Brasil ou de uma Índia (para não citar mil outros exemplos), compreender-se-á até que ponto aquele argumento releva, antes, do irrealismo político» (in *Debate sobre o P. P. E. S.*, p. 52).

original. Em fins de 17, o socialista francês Charles Rapoport exclamava, a propósito da Revolução Russa: *On ne socialise pas la misère!* (citado por V. Serge em *L'An I de la Revolution Russe*, vol. III, p. 70, nota 20). E comentava Victor Serge, a propósito: «Sendo impossível o socialismo da miséria, nada mais havia do que deixar a burguesia... organizar em seu proveito, sobre as ruínas acumuladas pela guerra, a miséria dos trabalhadores. Tal era a pobre lógica do reformismo. Rapoport, sonhando, para a Rússia, com uma democracia parlamentar, incitava os bolcheviques a “salvar a Revolução convocando a Constituinte!”» (*op. cit., idem*). Também é curioso referir a expressão «asiatização da Europa» que Bukharine cita (ver referência bibliográfica n.º 72) como sendo utilizada por aqueles que temem uma revolução nos países capitalistas ocidentais. O nosso Partido Socialista actualizou-a, recusando várias vezes, pela boca dos seus dirigentes, a «albanização de Portugal». Como se vê, nada de original. Quanto aos fundamentos teóricos desta posição, eles podem afinal ir buscar-se ao próprio pensamento marxista (talvez por isso o Partido Socialista se afirma «não marxista mas de inspiração marxista»...), e restituem-nos ao confronto que se deu no princípio deste século, até ao desmascaramento da maior parte dos partidos socialistas e sociais-democratas no momento da eclosão da Primeira Guerra Mundial. O ponto de partida era a tese marxista de que a revolução socialista seria o culminar do desenvolvimento até ao seu limite das contradições do modo de produção capitalista. Daí que, naturalmente, o proletariado viesse a conquistar o poder em primeiro lugar nos países capitalistas mais avançados. A partir da revolução russa de 1905, como já vimos, vão enfrentar-se duas teses: a de que isso é válido *em qualquer circunstância* e, portanto, que nos países em que o capitalismo ainda está pouco desenvolvido ou em que nem sequer ainda se fez a revolução burguesa, há que aguardar, numa posição de «oposição de esquerda», que a democracia burguesa faça o seu percurso histórico «normal», até ao desenvolvimento e concentração da grande indústria



(e do capital financeiro), e conseqüente aumento numérico e fortalecimento do proletariado, para enfim se virem a produzir as condições revolucionárias; e a de que podem surgir condições, em países atrasados ou capitalistas «imatuross», que levem o proletariado a conduzir um processo revolucionário, em aliança com outras classes, e a realizar, substituindo-se à burguesia, a «revolução democrática» — países que, num dado momento, segundo Lenine, constituiriam os «elos fracos» do sistema. Esta questão já ficou acima discutida (e bem assim a que lhe está estreitamente ligada da «revolução permanente»). O que importa aqui assinalar é que aqueles que hoje insistem em se agarrar à primeira tese, que corresponde justamente à ideia de que só se pode «socializar a riqueza» — riqueza essa acumulada previamente pela burguesia —, fecham pura e simplesmente os olhos a todas as experiências revolucionárias que desde 1917 se sucederam. Ora acontece que, antes de 17, se podia atribuir aquelas posições a uma rigidez teórica, uma vez que a prática ainda não viera «dar razão» a nenhuma das partes. Hoje, tal desculpa já não existe. Voltar a falar hoje da «socialização da miséria» é, além de nada original, afirmar a vontade de não fazer a revolução, de não construir o socialismo. É, em contrapartida, propor-se revitalizar e fortalecer um capitalismo dependente (necessariamente) que, nas condições concretas portuguesas, nem sequer poderá aspirar a realizar uma acelerada acumulação de forças produtivas. Por razões que têm que ver com a forma «fascista» que tomou o desenvolvimento do capitalismo em Portugal nas últimas décadas, e com a sua particular inserção no sistema capitalista mundial (logo, na luta de classes à escala mundial), uma vez mais se criaram condições pré-revolucionárias num país de capitalismo não plenamente desenvolvido — embora já não predominantemente agrícola. A origem e os fundamentos de tal situação são, como não podia deixar de ser, *específicas* da formação social portuguesa; a situação, em si, nada tem de especialmente original. Como o não são, mesmo dentro da nossa especificidade histórica, as soluções «não revolucionárias» que

nos propõem. Basta recordar o que, na sua visão impressionista, dizia Oliveira Martins, em fins do passado século, ao prefaciar a terceira edição do *Portugal Contemporâneo*: «Parece-me ter-se chegado ao terceiro momento em que, no decurso de dois séculos e meio, a Nação Portuguesa se encontra perante uma interrogação vital. Há ou não há recursos bastantes, intelectuais, morais, sobretudo económicos para subsistir como povo autónomo, dentro das fronteiras portuguesas? O primeiro desses momentos data de 1640. (...) Foi necessário o concurso da Europa para assegurar a independência portuguesa, utilizando as inimizades das potências e salariando opiamente os nossos defensores. (...) Feita a paz com a Espanha, Portugal independente parecia perdido, tanta era a desolação e a miséria deste povo reduzido à condição de ilotas dos espartanos bretões que o tutelavam. Portugal salvara-se das garras da Espanha para cair nas da Inglaterra. (...) É fora de dúvida que, a prolongar-se uma tal situação, ou Portugal se teria tornado um outro Gibraltar, mais amplo, ou teria caído sob o domínio da Espanha, na primeira das comoções da Europa.» Mas «perdida a Índia, restava o Brasil. (...) O ouro e os diamantes do Brasil foram como a transfusão de sangue em um organismo endémico. (...) A autonomia portuguesa foi outra vez efectiva, como antes de 1580; mas essa independência dependia dos rendimentos americanos, com que D. João V tornou Portugal uma cena de ópera ao divino, e Pombal o teatro trágico de uma revolução teórica». Sobrevém então o «tumulto napoleónico», com a fuga do rei para o Brasil, a nova intervenção inglesa e a independência do Brasil, e daí que, a partir de 1825, «pela segunda vez, se inquirisse se Portugal, reduzido aos recursos próprios do seu território, tinha ou não recursos para subsistir como nação independente». Passados os abalos da guerra civil, «a dois séculos de distância, no meado do século XIX, havia a mesma desesperança na estabilidade do País, a mesma convicção da insuficiência dos seus recursos para subsistir. (...) O programa de *fomento* [lançado pelo Fontismo a partir dos

anos 50], em um país extenuado e exangue, seria um sonho se a sua apresentação não coincidissem com o período de máxima expansão do capitalismo [europeu] neste século. Portugal pareceu por largos anos um bom país a explorar e as bolsas europeias, passando a esponja do esquecimento sobre as bancarrotas passadas, abriram os seus cofres. Outras minas se tinham achado, outro Brasil surgiu!» Mas «como se sustentava o castelo português? De um modo simples: primeiro suprindo a escassez do trabalho interno pelos subsídios oficiais, salariando a ociosidade e pagando-a com o produto dos empréstimos; segundo, saldando anualmente a conta económica da Nação com a exportação de gado humano». Simplesmente, «há já três anos [O. M. escreve em 1894] que soou para Portugal o quarto de hora de Rabelais. A um tempo, a baixa de câmbio secou a corrente das remessas da emigração do Brasil; e a ruína do crédito estancou a fonte de rendimentos dos empréstimos. (...) Pela terceira vez se formula a mesma pergunta». E Oliveira Martins, descrente de que «o acicate da miséria» seja capaz de despertar as energias internas, conclui desencantadamente: «Mais uma vez ainda, a tábua de salvação está no mundo ultramarino e na vida airada e aventureira cuja sorte já salvou Portugal no século XVII e neste. Consolide-se a ordem no Brasil, suba a taxa de câmbio, e os quantiosos valores aí represados voltarão, pelo menos em parte, a regar as terras portuguesas. Por outro lado, também, já hoje a África Ocidental, com o seu rápido desenvolvimento económico, entra por muito na ponderação da balança portuguesa. (...) Salvar-nos-á, no século XIX, Angola, como nos salvou o Brasil no século XVII?» (*op. cit.*, pp. 10 a 18). Não interessa aqui historiar o que entretanto ocorreu. O facto é que nos encontramos em mais um momento bastante similar àqueles a que o historiador se referiu. Não foi precisamente a mesma pergunta que surgiu imediatamente após o 25 de Abril: «Portugal pode viver sem as colónias?» Pois, de novo nos vêm propor o esquema de há um século: restabeleça-se o capitalismo mundial da sua última crise, mante-



nham-se por lá os emigrantes (e se possível vão mais) e dê-se-lhes confiança para enviarem as remessas, atraíam-se os turistas (esta é a que dá o tom «século XX» ao conjunto...) e chovam os empréstimos e os investimentos externos. Não é preciso ser velho do Restelho, nem Oliveira Martins, para prever que não se vai longe por aí e, sobretudo, não se fale mais de autonomia ou independência nacional. Nem de originalidade... O certo é que, com todos estes baldões da História, e ao sabor das sucessivas dependências, o povo português tem hoje bem pouco que ver, em composição de classes, em consciência política, com o de há um ou dois séculos. Não parece viável que aceite passivamente esta nova «venda» ao desbarato com que dizem pretender salvá-lo, buscando afinal reanimar um capitalismo decrépito. O momento da tomada de consciência das «próprias forças» será a única resposta possível à persistente pergunta de Oliveira Martins. Resposta revolucionária que, a não ser dada, nos levaria, no desembocar daquela política suicida, às formas mais repressivas que o capitalismo já conheceu.

Não vamos alongar-nos mais sobre a «originalidade da via portuguesa». Nem o processo em si, na sua lógica global, tem nada de particularmente original — trata-se de uma situação pré-revolucionária bastante típica (que adiante analisaremos), para o que bastará ver como caracterizámos no Cap. II tais fases —, nem as «vias» propostas para atingir o «socialismo» o são: por um lado, a «via social-democrata» confessada, que nos é difícil distinguir da que se põe como objectivo o «socialismo democrático consequente» dos socialistas; por outro, a dos herdeiros ideológicos dos Gottwald, Rakosi, etc., que, pouco originalmente (e muito desastrosamente), tentaram seguir-lhes rigorosamente as pisadas.

Mas vale a pena determo-nos um pouco sobre as especificidades do processo português. Como não podia deixar de ser, elas estão ligadas à *forma* como se gerou entre nós a «crise» do poder burguês, e ao *momento* em que essa crise foi encontrar as relações de força *potenciais* entre as classes

sociais (ou, o que é concomitante, ao nível já atingido nesse momento pelas contradições inerentes ao desenvolvimento do modo de produção capitalista). Ora é um facto que, uma vez mais na História, uma crise pré-revolucionária surge numa formação social em que o modo de produção capitalista está longe de ter atingido o limite das suas contradições internas, nomeadamente a contradição «clássica» entre o grau de «socialização» das forças produtivas e o carácter privado da apropriação do produto do trabalho social. Generalizando, aliás, parece-nos útil referir que a compreensão profunda do fenómeno do impropriamente chamado «subdesenvolvimento» veio inverter em definitivo a «prioridade de Marx»: a hierarquização do mundo segundo «níveis de desenvolvimento económico» é hoje vista como um processo inerente à reprodução do próprio sistema capitalista mundial. Isto é, são conhecidos os mecanismos reprodutores do «desenvolvimento desigual», que funcionam de modo a que nenhum país *dentro* desse sistema possa vir a reduzir substancialmente a distância que o separa dos países «avançados», mesmo que apenas medida em «quantidade de bens materiais»; pelo contrário, essa distância tem mesmo, globalmente, vindo a aumentar. A teoria rostowiana das «etapas do desenvolvimento económico» revelou-se uma fantasia académica, obviamente não inocente politicamente. Mais recentemente, os estudos sobre o «esgotamento das reservas mundiais» (de matérias-primas vitais, de energia, etc.), ao mesmo tempo que constituem uma aliciante denúncia da pilhagem do globo efectuada pelo imperialismo e da «civilização do desperdício», nem por isso deixam — inocentemente ou não — de reforçar a *necessidade* de impedir o desenvolvimento dos países mais «atrasados», sob pena do auto-extermínio da humanidade a breves décadas. Isto traduz-se em que, não podendo nunca desenvolver ao máximo as forças produtivas e as contradições do capitalismo interno, os países «dependentes», por estarem *estruturalmente* condenados à dependência, está-lo-iam também à *impossibilidade de revolução*. É o curioso problema teórico de «como romper

com a estrutura» (que, por definição, é um sistema de relações que se autocontrola e se auto-reproduz), que tem atrapalhado muito estruturalista. Felizmente, a prática tem respostas para estas perplexidades teóricas: em formações sociais naquelas condições, muito antes de se atingir a «contradição-limite» que, como se viu, *nunca* se atingirá, manifestam-se *outras* contradições que, em dado momento, *exigem e impõem* a ruptura. O que justifica a aparentemente pouco ortodoxa passagem de Guevara que já citámos (ver Cap. I, p. 31), mas que agora melhor se pode apreender: o imperialismo, a ocupação estrangeira, o colonialismo, o neocolonialismo desencadeiam nessas sociedades contradições só ultrapassáveis por meio dum processo revolucionário. Nas sociedades dependentes, mas não directamente colonizadas e em que o domínio imperialista é real mas difuso, como era (é) o caso português, são ainda contradições internas de origem «exógena» as que podem levar a situações de ruptura. Mesmo quando não haja consciência disso, o seu «motor» efectivo está nas relações de dependência, que desempenham o papel de «fermento» da luta de classes a nível nacional.

Já desenvolvemos esta tese, e seria ocioso repetir tal discussão, em *Indústria, Ideologia e Quotidiano*, precisamente numa secção intitulada «Desenvolvimento Capitalista e Luta de Classes» (pp. 32 a 36). Em resumo, tentámos aí demonstrar por que vias a guerra colonial, a emigração e a integração europeia *determinaram* uma agudização da luta de classes, que só não adquiriu formas patentes e violentas devido à acção do vasto aparelho repressivo — no sentido mais lato, incluindo as suas formas ideológicas. Foram, em última análise, as contradições desenvolvidas pela guerra colonial as decisivas no desencadear da crise de poder iniciada com o 25 de Abril. Os dois «corpos sociais» (expressão pouco rigorosa mas transitivamente sugestiva e operacional) mais directamente *implicados* nessas contradições foram, de facto, as Forças Armadas e a fracção «tecnocratizante» da burguesia que veio, *grosso modo*, após o 25 de Abril, a dar origem ao P. P. D.



As Forças Armadas, que em 61 partiram para África como qualquer abúlico exército que vai, de olhos fechados e sem pôr questões metafísicas, defender a «Pátria» ou a «unidade nacional», sofreram, ao longo de treze anos, dois processos simultâneos de transformação. Transformação na origem de classe dos oficiais (ver «Origem e Posição de Classe dos Capitães», Cap. VI de *O Movimento dos Capitães e O 25 de Abril*, de A. Rodrigues, C. Borga e M. Cardoso, pp. 341 a 354) por deserção dos filhos da alta-burguesia e da aristocracia, que deixaram de frequentar a Academia Militar, pois os riscos da «defesa da Pátria» vinham somar-se ao crescente prestígio das profissões liberais e das carreiras de negócios face ao prestígio decrescente da carreira das armas. Transformação ideológica, resultante do contacto íntimo com a realidade colonial, feita de violência e exploração desenfreada, em que se desmentiam a cada passo os «valores» que lhes competia defender e se justificava a luta de libertação que deviam combater. Ao longo dos anos e das «comissões», revolta moral, revolta profissional e enfim revolta política tornavam patente a resposta às questões que gradualmente iam formulando: «Quem lucrava com aquela guerra, para onde os tinham empurrado em nome da “Pátria”? Seria mesmo a Pátria que estava em jogo? Os seus vencimentos poderiam acaso comparar-se com os ganhos dos fazendeiros, não falando já das grandes companhias, que eles protegiam com a vida? E quanto ganhavam mensalmente os brancos de Luanda e da Beira, e os generais e ministros que os obrigavam a ir para a guerra? Mais: como poderia o Governo provar que a Pátria se defendia em África, à custa dos povos que apenas se revoltavam contra a exploração colonial?» (*op. cit.*, p. 349). A pequena-burguesia, sempre dividida, que em Portugal tantas vezes se integrara parcialmente, por revolta contra os «grandes comilões» que a espoliavam, nos movimentos democráticos de oposição, acabava por ter, através dos seus jovens oficiais, um papel decisivo no processo

político português. A classe dominante<sup>5</sup> foi obrigada, pela guerra colonial, a pôr nas mãos da pequena-burguesia as armas, propriamente ditas e ideológicas, com que finalmente ela se propôs derrubá-la. Contradição impossível de resolver «pacificamente»: ela *continha* a própria forma de ser ultrapassada. Mas, como se sabe, a solução das contradições dá origem a novas contradições — a História é feita disso. Adiante se verá como a origem de classe dos «Capitães de Abril» (e por certo da grande maioria dos oficiais de grau médio) acabou por ser elemento fundamental, no decurso do processo revolucionário, a partir do momento em que a luta de classes penetra o bloco, antes suposto «impermeável», das Forças Armadas.

Quanto à fracção «tecnocratizante» da burguesia, que simultaneamente aposta, por um lado na modernização de um capitalismo enquistado nas protecções fascistas e em ideologias que o paralisam, por outro na hipótese «neocolonialista», ela jogou, até compreender a inviabilidade do projecto, na «liberalização» do marcelismo — na reforma do sistema «por dentro». O prosseguimento e o endurecimento da guerra colonial colocou este sector num impasse: a opção feita de se manter dentro dos quadros políticos do sistema obrigava-os cada vez mais a empenhar-se (e não só em palavras) na «defesa da soberania nacional», a dar uma caução à guerra colonial que, em contrapartida, também cada vez mais punha em risco as suas visões europeias e as próprias perspectivas neocolonialistas. Sabendo, é certo, o papel subalterno que lhes competia dentro da estrutura de dominação imperialista, viam-se gradualmente curto-circuitados por um capital estrangeiro cujo papel e influência aumentava à medida que os recursos internos para suportar a guerra colonial escasseavam. O imperialismo começava a preparar-se para se aproveitar por inteiro e sem intermediários (ou com outros em melhor posição: o

---

<sup>5</sup> A sua fracção mais reaccionária e tradicionalista, pois veremos a seguir que outra fracção viu no 25 de Abril uma «abertura» indispensável para manter o seu poder.

Brasil, por exemplo) de uma situação cujo agravamento reduzia a margem de manobra futura daqueles aguerridos «liberais». O tempo escasseava para a «descolonização moderada» que a estes convinha, ao mesmo tempo que lhes dificultava os seus planos europeus, até porque ia encurtando o prazo ao fim do qual a economia (a indústria, em particular) portuguesa ficaria sem remissão à mercê do grande capital europeu. Esta contradição, que lhes impunha a necessidade de se verem livres tão depressa quanto possível da guerra colonial, mas, ao mesmo tempo, por razões de classe, lhes fazia temer o «descontrolo» de um processo que lhes convinha moderado, sabendo embora que o seu prolongamento no tempo ameaçava a sua estratégia europeia — tal contradição não a podiam resolver por si. Restava-lhes tentar salvar a sua posição subalterna, reforçando quanto possível as suas ligações ao capital estrangeiro, ao que se dedicaram nos últimos anos do marcelismo.

A «aliança» M. F. A.-Spínola consubstancia de certo modo esta combinação de interesses, naturalmente precária, entre uma pequena-burguesia radicalizada de armas na mão e uma grande-burguesia a que o fascismo já não servia. Precária porque a luta de classes, tanto tempo abafada mas agudizando-se *em potencial*, iria irromper sem peias após o 25 de Abril. Os liberais do fascismo situar-se-ão de imediato numa direita com cores «sociais-democratas», e serão desde o primeiro dia a força política de apoio do spinolismo (Sá Carneiro, Spínola, Palma Carlos, Vieira de Almeida na ribalta, Champalimaud nos bastidores). O M. F. A. manterá a sua coesão enquanto este bloco conserva os seus trunfos — *grosso modo* até ao 28 de Setembro. A partir daí os próprios oficiais do M. F. A. começam a definir-se: os restantes oficiais (a maioria), os sargentos, os soldados começam a ficar implicados «no processo», a relativa homogeneidade de classe dilui-se. A luta de classes vai instalar-se dentro das Forças Armadas, como reflexo imediato da que se desenrola num *exterior* que, pelo contacto crescente entre o movimento popular e os quartéis, lhe é, cada



vez mais, *interior*. Este efeito de «reflexo» de um «mundo» de lutas e de contradições entre classes e, de forma distorcida, entre organizações partidárias, num «corpo» que, durante muito tempo se procurou apresentar como coeso e imune a divisões, criou a grande ilusão do M. F. A.-vanguarda revolucionária, do M. F. A.-motor da revolução. Na realidade, mais *mito* que ilusão, pois, como se sabe, os mitos são ideias-força, são ideias mobilizadoras, e que, como tal, influem e muitas vezes determinam a acção. A própria estrutura das Forças Armadas, muito hierarquizada e culminando nos órgãos do M. F. A., permitia que conflitos agudos viessem a reduzir-se, em última análise, a uma confronto entre um número restrito de pessoas, que compromissos, experiências e relações afectivas anteriores tendiam a fazer atenuar.

A escassez de formação política da maioria dos militares, mesmo os que se encontravam nas «cúpulas» do M. F. A., a impossibilidade de os associar pessoalmente e de forma clara a interesses económicos, a «estrutura mental» e as relações de camaradagem-cumplicidade modeladas por anos de caserna ou de administração militar, por anos de «pequenos privilégios», de múltiplas frustrações e de um «modo de vida» próprio (não é utilizada ainda hoje a expressão «família militar»? ), um certo complexo de culpa transmutado facilmente em sentimento de redenção total e purificadora — outros tantos elementos que, durante largos meses, preservaram um aparente «equilíbrio do bom senso», enquanto facilitavam a adúladora penetração das ideologias partidárias. Nem por isso, o papel do M. F. A., e das Forças Armadas em geral, deixou de representar uma das especificidades mais evidentes da «pré-revolução» portuguesa e a isso se deve certamente o facto de ela ter podido ir tão longe quanto foi. Não tanto pela sua acção directa, enquanto poder, mas principalmente por, sob o efeito demolidor que sobre elas produziu a luta popular, ter desaparecido em larga medida o «aparelho repressivo» por excelência das sociedades burguesas.

A pequena-burguesia militar acaba, enfim, sob pressão

dessa luta, por se compartimentar: ressurgirão os dois sectores «clássicos» e bem marcados no tempo do fascismo — o que clama pela ordem e pela autoridade (fascista ou, por agora, simples suporte de futuros fascismos), o democrático (ordem, mas liberdades, mas «democracia») — e a eles virá somar-se um sector, heterogéneo, que por comodidades designaremos por revolucionário. Por razões em que adiante nos deteremos, este último é enfim manietado, e procura-se restituir as Forças Armadas à sua bem conhecida função «acima da política», de «garante da Constituição». Este é o passo decisivo para que os antigos «liberais marcelistas» julguem de novo chegada a sua hora — o 25 de Abril que lhes «convinha». Mas eles sabem, como nós sabemos, que é tarde. Isto, contudo, já tem que ver com a análise da própria crise pré-revolucionária, que a seguir nos ocupará.

Esta especificidade «político-militar», que não é mais, afinal, que a da sua génese colonial, foi algo que embasbacou o mundo. O mito M. F. A.-vanguarda desempenhou um papel histórico, até se extinguir<sup>6</sup>. Mas as massas aprenderam que não podem manter as Forças Armadas à margem da luta de classes. O que todas as revoluções — vitoriosas e falhadas — já antes haviam provado. Estamos enfim frente a frente com um processo despido dos «ornamentos» com que se pretendeu «originalizá-lo». Mas, dentro de trilhos globalmente delimitados, a imaginação, de par com uma análise lúcida das situações concretas, tem largo campo para inventar percursos não estereotipados para o objectivo libertador — o socialismo.

## A CRISE PRÉ-REVOLUCIONÁRIA E OS SEUS IMPASSES

### a) *O impasse político*

(M. F. A.-P. C. P.-movimento popular)

O processo português, em particular entre o 25 de Abril e o 25 de Novembro, pode resumidamente definir-se como uma

<sup>6</sup> Só por óbvios interesses tácticos alguns, raros, ainda insistem em falar nisso.

situação pré-revolucionária típica, em que o facto de o partido *potencialmente* revolucionário se ter colocado no campo do poder de Estado (e não no do poder de base, que aparece a «dobrá-lo») fez desviar a questão do poder *na sociedade* para a questão do poder *dentro das Forças Armadas* (mais concretamente, *dentro do aparelho militar*)<sup>7</sup>.

Se recordarmos a caracterização feita anteriormente (ver Cap. II, p. 95) das fases pré-revolucionárias — explosão popular, «nova legalidade» fundada na acção das massas, embriões de duplo poder; reacção generalizada do sistema capitalista, donde «desmoronamento» económico; impotência de governos de coligação interclassistas, denunciando *em acto* a inviabilidade de soluções moderadas, de «democracia burguesa» — parece não haver muito a acrescentar no sentido de dar inteiro crédito à afirmação formulada acima sobre a tipicidade do caso português, mas a isso voltaremos.

Já a segunda parte daquela frase inicial, que releva da especificidade portuguesa, merece algumas considerações adicionais. Interessa, por exemplo, sublinhar que nunca uma situação pré-revolucionária desembocou numa ruptura revolucionária estando o partido revolucionário — a vanguarda das massas — integrado no Governo, representante da legalidade institucional. É, aliás, óbvio que, se em tais momentos se afrontam duas legalidades, em última análise dois poderes (um em total «crise de autoridade», o outro fortalecendo-se gradualmente e pondo-se como alternativa, como o poder *futuro*), um partido revolucionário, que aspire à direcção política do movimento de massas, só pode estar incondicionalmente ao lado do segundo, melhor, *fazer parte dele*. É dentro desse campo, e não fora dele, que têm de ser equacionados

---

<sup>7</sup> A expressão «partido potencialmente revolucionário», ou seja, o partido que, num dado contexto histórico, se encontra *em posição* de «congregar as grandes massas populares em torno de um programa claro e concreto» e, portanto, dinamizar a formação e consolidação de um novo bloco histórico, deverá ser articulada com a análise gramsciana do Partido de Acção ao tempo do Risorgimento italiano (ver M. A. Macciocchi, *Pour Gramsci*, pp. 117-122). Ver nota 9, adiante.



os problemas da estratégia revolucionária, e nomeadamente a questão — que não subestimamos — do «ritmo» e das «alianças», cujo menosprezo pode precipitar de facto um abrupto regresso ao passado. É a presença do partido revolucionário no seio das massas<sup>8</sup>, sem as limitações paralisantes de compromissos governamentais ou de aparelhos, que pode fortalecer o novo poder nascente, dar-lhe a consistência de um «programa revolucionário» fundado nos problemas *concretos* e não nas elaborações globalizantes de um mal definido «interesse nacional». A não ser assim, é patente que o objectivo que se pretende atingir é uma «revolução de aparelhos», é algo precisamente do tipo do que se levou a cabo nos países da Europa de Leste. O partido *potencialmente*<sup>9</sup> revolucionário vai assentar então a sua estratégia na conquista dos aparelhos de poder de Estado, ou de poder institucionalizado. É evidente que, para a aplicação de tal estratégia, se torna particularmente

---

<sup>8</sup> A tal relação de *interioridade* de que fala Bettelheim (ver Cap. I, p. 84).

<sup>9</sup> Porquê *potencialmente*? Porque é aquele que efectivamente «controla» a mais importante fracção do proletariado e dos assalariados rurais. Pode pôr-se a questão, que é importante: porque se concentram essas massas em torno de um partido objectivamente não revolucionário, que *na prática* se serve delas não como potencial revolucionário, mas como massa de manobra para as suas estratégias de gabinete? Mas isso não quererá dizer que, no fim de contas, as próprias massas *não estão* interessadas na revolução? Tais interrogações mereceriam, só por si, um volumoso estudo, uma cuidadosa análise. No entanto, não é improvável que essa adesão das massas proletárias tenha que ver com factores de mobilização, tais como: o prestígio derivado do «nome» (que só por si define «o partido dos trabalhadores», da «revolução») e da tradição de uma dura luta antifascista que confere aos seus dirigentes e quadros políticos uma aura de quase «santidade» e de inabalável determinação através das mais violentas provas; uma capacidade de organização e uma segurança que transmitem às massas a convicção quase religiosa de que os seus problemas «estão bem entregues»; a identificação do partido ao quadro idílico das «transformações socialistas» nos países de Leste, em particular na «Pátria do Socialismo», e das condições materiais de vida que tais transformações proporcionaram; a efectiva liderança de militantes do partido em numerosas lutas reivindicativas, muitas delas vitoriosas, ao longo das décadas de fascismo e depois do 25 de Abril. Se tais factores de mobilização são os decisivos, poderá verificar-se que eles assentam *mais* num apelo ao que nas massas, mesmo proletárias, existe de «impregnação ideológica pequeno-burguesa» — o sentimento de segurança, o culto do chefe e das hierarquias (da ordem), o interesse material imediato, uma «transferência» de valores regiliosos tradicionais — do que num apelo à criatividade das massas, à sua exigência de *poder social*, que nestas fases realizam *em acto* mas não assumem na globalidade de um projecto revolucionário.

vantajosa a participação no Governo. Ela permite, para além dos aparelhos sindicais<sup>10</sup> (facilmente controlados pelos seus militantes, mas que o aparelho do Ministério do Trabalho ajuda a consolidar), uma gradual penetração nos aparelhos administrativo e ideológico (informação, educação). Mas, e a experiência dos países de Leste é neste aspecto muito elucidativa, tal estratégia, que privilegia o poder de Estado sobre o poder social — ou melhor, para a qual a conquista do poder político se traduz na substituição dos aparelhos de poder de Estado e não na imposição revolucionária de um *novo poder* — exige o domínio dos aparelhos militar e paramilitar. Em Portugal, devido à própria génese da crise pré-revolucionária e ao papel que nela representaram as Forças Armadas, isso era não só tanto mais óbvio quanto mais fácil. De facto, a politização intensa das Forças Armadas, ou melhor, do aparelho militar, torna-se difícil em regimes de democracia burguesa, em que elas constituem um «corpo» mantido — não por acaso — «à margem da política». Convém recordar, de passagem, o exemplo chileno. Mas numa situação em que foram as próprias Forças Armadas a irromper pelo espaço político e a assegurar, em nome da legitimidade revolucionária (antifascista), o exercício de numerosas funções habitualmente do âmbito do poder político civil; mais, quando, dentro das F. A., se destaca, fundando-se nessa mesma legitimidade, uma espécie de «vanguarda» (o M. F. A.), heterogénea mas estruturada, que se constitui em autêntico aparelho político — então, estão reunidas excepcionais condições para um «proveitoso» trabalho de ocupação do poder *dentro* do aparelho militar. Na lógica de uma estratégia deste tipo, compreende-se por que, até bem poucos meses antes do 25 de Novembro, quando já se começava a desenhar o seu fracasso, o interesse e a acção do partido que a adoptou se tenha centrado nas

---

<sup>10</sup> Que prefiguram, dentro desta estratégia, um futuro aparelho de Estado, (ou parte integrante dele — a «correia de transmissão», bem conhecida no «modelo» soviético).

burocracias sindicais, negligenciando as comissões de trabalhadores, nas burocracias municipais, negligenciando as comissões de moradores, nos oficiais e sargentos, negligenciando os soldados. Simplesmente, a luta de classes prosseguia o seu curso, ela travava-se a todos os níveis, à escala da sociedade com à da mais ínfima «comissão». Não eram os discursos «tranquilizadores»<sup>11</sup> do poder que impediam os mecanismos capitalistas de se manter em «autodefesa», e com isso ir aumentando o desemprego e todos os demais desequilíbrios económicos e financeiros — a classe dominante, como historicamente lhe compete, resistia. Nem era o controlo dos diversos aparelhos pelo dito partido «dos trabalhadores» que impedia estes de prosseguir ocupações, lutas de empresa, acções de massa, de acelerar a articulação de tais lutas com a dos soldados — as classes dominadas, inelutavelmente, afirmavam-se como *poder alternativo*, formulavam alianças revolucionárias «parcelares», que não encontravam eco numa «d direcção política» mais preocupada com outras coisas (e, pelo contrário, o facto de essa «d direcção política» potencial existir constituía obstáculo enorme a que *outra*, efectivamente revolucionária, emergisse das massas)<sup>12</sup>.

Já ambos os processos iam bem avançados, ambos entre-

---

<sup>11</sup> A mistura, é certo, com outros «aterradores». A análise, por exemplo, dos discursos de Vasco Gonçalves, revelaria a extrema incongruência deste tipo de estratégia. À constante referência à necessidade de trazer para o «campo revolucionário» vastas camadas da pequena e média-burguesia, intelectuais, etc., de lhes «dar confiança», aliava-se uma incontida agressividade, uma «iluminação revolucionária» que, até pelo simples *gesto*, negava tais propósitos. «Dirigir o processo revolucionário» e dirigir ao mesmo tempo o «poder de Estado burguês» conduz a tais becos sem saída.

<sup>12</sup> Numerosos outros pequenos partidos se *afirmaram* vanguardas revolucionárias, embriões do *autêntico* partido do proletariado. Alguns, bem poucos aliás, tiveram um certo papel na dinamização de acções pontuais — não mais do que isso. De facto, independentemente da megalomania ou da patente incapacidade da grande maioria dos seus dirigentes e quadros, o essencial está em que o «partido de massas» já existia, e esse *não actuava* como vanguarda revolucionária. Em tal situação, um novo avanço revolucionário só poderia sobrevir — mas em condições necessariamente mais desfavoráveis — após a falência da sua estratégia ser *reconhecida* pelas próprias massas. As eleições presidenciais de 27 de Junho poderão ter sido um primeiro indício desse reconhecimento.



gues a uma «espontaneidade» que tem por nome luta de classes — que não é um determinismo, mas uma *necessidade* que esmaga aqueles que a ignoram —, já rompia o Verão de 1975, quando o enorme logro das «divisões partidárias» produziu os seus inevitáveis efeitos. A mais primária visão das «desigualdades sociais» (de cuja *dinâmica* o conceito de «luta de classes» mais não é do que uma elaboração teoricamente fundamentada) repousa na ideia *vivida* de uma hierarquia social, ou de uma pirâmide social, em que uma minoria ocupa os lugares *cimeiros*, e uma maioria as camadas *inferiores*. A inserção, entre estas, das «camadas» intermédias, conduz-nos à expressão, facilmente apreensível, de «estratificação social»: as várias camadas ou estratos sobrepõem-se uns aos outros, como as formações geológicas sedimentares. Uma análise em termos de luta de classes consiste, então, para cada formação social, em tentar identificar as classes sociais — grosseiramente coincidentes com uma ou mais das tais camadas, se a «pirâmide» estiver construída segundo um critério de *domínio* político-económico, e não segundo uma escala de «rendimentos» — cujo antagonismo determina a dinâmica histórica dessa formação social, fundamenta o seu devir histórico. Tal análise deve ainda ser capaz de equacionar a forma como diversas classes ou fracções de classe se poderão associar ou articular, em particular nas fases de confronto decisivo. Estamos, pois, no campo da *horizontalidade*<sup>13</sup>.

Ora o simples exame de um mapa de resultados eleitorais, com os partidos representados por colunas (imagem cómoda, mas em si não significativa, pois eles podem aparecer em

---

<sup>13</sup> Sublinhe-se que não nos colocamos na perspectiva dos sociólogos que, ao estabelecer uma «estratificação social», assumem as relações de «superioridade-inferioridade» entre os sucessivos estratos como algo de socialmente *estático*, e dão a essa hierarquia um sentido eminentemente *estatístico*: exemplo da «neutralidade política» que pretendem mostrar como «cientistas», e que é uma evidente mistificação. Por isso referimos que a nossa pirâmide se baseava em critérios de «domínio político-económico», não facilmente apreensíveis pela estatística. E, ainda assim, acentuamos que se trata apenas de uma simplificação didáctica, que subalterna o complexo campo das relações ideológicas.

linhas, o que em nada altera a questão), dá-nos a sensação visual de uma verticalização da divisão social, totalmente oposta à divisão *real*. É claro que o que acontece é bem mais complexo: os partidos políticos não mobilizam os seus aderentes ou simpatizantes em função dos seus *interesses de classe efectivos*, mas por meio de motivações diversas que exploram quer interesses imediatos supostos, quer factores ideológicos que se assumem como persistentes (e que assim se contribui para reproduzir). Como o que interessa, acima de tudo, é o número de votos que, por qualquer meio, se poderá conseguir, nenhuma manipulação, nenhum truque, serão excluídos, nem se pouparão energias e meios financeiros. A massa de apoio partidário constituirá então um «amalgama social», podendo praticamente cada partido estabelecer a «hierarquia social» dos seus próprios aderentes e militantes. É assim que o C. D. S. se pode gabar de ter nas suas hostes «assalariados», ou mesmo «operários» (se bem que, por certo, muito escassos). E que o P. C. P. contará com «empresários» (ainda que em reduzida minoria). É óbvio que, muito grosseiramente, se podem escalonar os partidos, da extrema-direita à extrema-esquerda, *como se* correspondessem à «hierarquia» das classes sociais, mas não se deixará de constatar que os últimos, que deveriam *corresponder* à maioria que constitui a base (as «camadas» mais exploradas) da tal «pirâmide social», apresentam números francamente minoritários. Por isso, mesmo em fases de luta de classes muito aguda, em que o movimento social é muito violento e assume formas autenticamente *subversivas*, se pode chegar a resultados eleitorais altamente «civilizados», indicando uma grande «moderação do eleitorado». A lógica eleitoral-vertical e a lógica luta de classes-horizontal são incompatíveis. Um processo revolucionário não pode assentar naquela lógica, mas sim no *movimento social real* — é para este que tem de encontrar respostas. O que não significa que não se possa, ou mesmo *não se deva*, tirar todo o partido possível dos actos eleitorais e das contradições que revelam no seio das classes dominantes.

Voltemos ao dealbar do Verão de 75. O partido potencialmente revolucionário, com a sua estratégia de ocupação do aparelho de Estado, actuará finalmente à margem de qualquer destas duas lógicas: de facto, para se inserir plenamente na segunda teria de não ser Governo, para se inserir plenamente na primeira teria de não se *dizer* revolucionário. Assim se divorciou simultaneamente das massas *em acto* e das massas *em voto*. Já vimos que, do ponto de vista da sua estratégia, isso não era dramático — se *fosse possível* resultar. Só que não era. O «amalgama social» que contra si congregou obrigou-o a virar-se para as massas *em acto*, a descobrir à pressa as virtudes do «movimento popular». Descoberta táctica, já que, forte de quadros e capacidade de organização, o que na realidade procurou foi burocratizar e espartilhar no *seu* aparelho o dito movimento popular. Ou seja, paralisou-o e quase o destruía. O que não quer dizer que, como se sabe, não tenham sido feitas, até Novembro, enormes mobilizações *físicas* de massas, espectaculares manifestações, inclusive com aspectos *aparentemente* de elevada carga «subversiva». Mas, como também se sabe, tais «acções de massas» passaram a estar integradas numa «estratégia de aparelho», que apenas visava a recuperação de posições de força dentro do poder de Estado. Quem tenha estado dentro do Palácio de São Bento quando da manifestação da construção civil, com o primeiro-ministro sequestrado, na noite decisiva, terá bem presente o extremo mal-estar dos dirigentes sindicais que, claramente ultrapassados pelas «bases», e não vendo saída para a situação (a inesperada cedência do primeiro-ministro afigurava-se-lhes então altamente improvável...), certamente se interrogavam mais sobre os prejuízos que daí adviriam para o «aparelho» do que com a sorte dos trabalhadores da construção civil — a quem dificilmente procuravam entreter lendo-lhes «telegramas de apoio».

Dirão alguns que, sem o P. C. P. no Governo desde o 25 de Abril, nunca teria havido nacionalizações, nem Reforma Agrária (não falo na terceira conquista, hoje tão invocada,



do «controlo operário», porque se trata justamente de um campo em que os avanços decisivos foram obra dos próprios trabalhadores nas suas empresas, das comissões de trabalhadores, e não das burocracias sindicais ou de uma acção patente daquele partido — e muito menos têm que ver com o facto de ele ter permanecido no Governo). Não é evidente. Como nem sequer o é o facto de que tais decisões a nível governamental<sup>14</sup>, embora sem dúvida muito importantes, devam ser consideradas *as conquistas fundamentais* das massas trabalhadoras — ainda que tal afirmação possa ser *a priori* apodada de blasfémia ou de heresia. Com efeito, tem pouco sentido, como se sabe, raciocinar em termos do que «teria acontecido se...». O que não significa que se tenha de aceitar sem análise crítica a atitude inversa de que «não poderia ter sido de outra maneira...», ou, o que vai dar no mesmo, de que se «adoptou a *única* estratégia possível na defesa dos interesses dos trabalhadores e do avanço do processo revolucionário...»

Resta, em face disso, tentar interpretar o que *de facto* se passou, em termos de luta de classes. Quais os factores essenciais que determinaram, no Portugal pós-25 de Abril, a abertura de uma crise pré-revolucionária? Se admitirmos como correctas as três características identificadoras de tais crises, trata-se, muito simplesmente, de procurar resposta para as seguintes três interrogações: o que impulsionou o desenvolvimento de formas de «duplo poder»? o que motivou a completa desarticulação dos mecanismos económicos capitalistas?, o que impediu o «poder de Estado» de encontrar soluções para a «crise»?

Quanto ao primeiro ponto, convém recordar brevemente a história do processo. Julgamos que ninguém discutirá a vigorosa espontaneidade das lutas desencadeadas, por todo o País, logo após o 25 de Abril. E, sobretudo, aquilo que nelas foi

---

<sup>14</sup> Insistimos: *a nível governamental*. Pois o que tem de verdadeiramente revolucionário a Reforma Agrária, *conquista fundamental*, é ter sido uma verdadeira *acção de massas*.

mais surpreendente: o facto de, para além das reivindicações salariais e outras de tipo económico (subsídio de férias, décimo terceiro mês, etc.), serem numerosíssimos os casos em que se atacaram os *fundamentos* mesmos do sistema de exploração — as condições e os processos de trabalho, a hierarquia empresarial, a hierarquia dos «privilégios», o «patrão» (como opressor, como representante do sistema de exploração). Foram muito raras as lutas então conduzidas por sindicatos — que aliás se encontravam, necessariamente, em fase de «saneamento» e reestruturação —, mas já não tão raras aquelas que mereceram a reprovação (quando não a calúnia) do P. C. P., através dos seus órgãos ou via Ministério do Trabalho e dirigentes do M. D. P.<sup>15</sup> Em nome da salvação da economia nacional foram explicitamente condenadas as greves «inoportunas» e certas empresas bem controladas distinguiram-se por uma moderação igualmente explícita (exemplo, C. P.). Isso não evitou que, ao longo do Verão, se tenham continuado a desenvolver conflitos politicamente importantes e, sobretudo, que já em Setembro se tenha dado um acontecimento — que os jornais quase ignoraram na altura, o que é bem significativo da conjugação de interesses do poder — de decisivo alcance: os fuzileiros, enviados para impedir a «marcha da Lisnave», abrem alas para deixar passar a manifestação operária certamente mais impressionante que em Portugal se fez desde o 25 de Abril. Até aí, as Forças Armadas, no mais alto do seu prestígio, tinham desempenhado em muitos casos um papel conciliador, nomeadamente por envio a empresas em conflito de representantes ou delegados da Junta de Salvação Nacional ou do M. F. A. Multiplicaram-se os «grupos de três oficiais» (um de cada ramo das F. A.), muitas vezes milicianos, incumbidos de tais missões: era a expressão mesma de um M. F. A. acima da luta de classes, uma espécie de juiz universal, em

---

<sup>15</sup> Os autores do livro *Portugal depois de Abril* recordam que «a Intersindical chegou mesmo a promover em 1 de Junho uma manifestação em Lisboa contra a onda grevista», em que o ministro Avelino Gonçalves elogiou a «exemplar maturidade» daquela central sindical.

que quaisquer contendores (que, «por acaso», eram empresários, de um lado, e trabalhadores, do outro) depositavam as suas razões a fim de que encontrasse a mais justa solução. Em Setembro, soldados e oficiais vêm-se *envolvidos* na luta de classes. Quase simultaneamente, é a requisição e ocupação militar da T. A. P. e o caso da manifestação da Lisnave. Mas enquanto no primeiro as forças militares se podem autojustificar em termos de «interesse nacional», dadas as características da empresa, que presta um serviço público e cuja paralisação era denunciada como atentatória do «prestígio da revolução» perante estrangeiros, no segundo trata-se de uma proibição gratuita de uma manifestação operária, que tinha contra ela a célula do P. C. P. (que acabou por favorecer a sua efectivação, tal a indignação que provocou a sua posição entre os próprios trabalhadores) e o Ministério do Trabalho, que a não autorizou (!). Mais do que isso, as condições em que o caso se deu, pondo frente a frente umas dezenas de soldados e uns milhares de trabalhadores, obrigariam aqueles, se decidissem intervir (cumprir as ordens) a utilizar a força das armas. Não havia meio termo ou compromisso possível. Os soldados (e oficiais) *não cumpriram as ordens*: automaticamente, colocaram-se *de um dos lados* na luta de classes de que aquela situação era uma mera ilustração. Os conflitos graves que nessa altura se processavam a nível das cúpulas militares, entre Spínola e o M. F. A., centrados em particular em torno da descolonização, mas que ultrapassavam esse problema «crítico», desciam deste modo às «bases». A luta de classes instala-se abertamente, desde então, dentro das Forças Armadas: a contestação da hierarquia militar (e da sua mais significativa expressão — o R. D. M.) é a forma que mais obviamente assume. Isto é patente no período que se segue ao 28 de Setembro: a questão, então crucial, da institucionalização do M. F. A. será por certo mais bem compreendida dentro desta perspectiva, do que na outra, que geralmente foi a dos comentadores políticos da altura, de um «conflito» entre poder militar e poder civil. Ainda em 74 surgem as primeiras Assembleias



de delegados de unidade; defrontam-se, dentro das Forças Armadas, duas concepções opostas de «institucionalização»<sup>16</sup>; o *Boletim* do M. F. A. vai reflectindo as próprias contradições internas e, aqui e ali, aflora as questões fundamentais (por exemplo, no número de 24 de Dezembro, um artigo sobre «Disciplina Consciente e Hierarquia Dinâmica» é, nesse aspecto, exemplar; e já antes, no discurso na Academia Militar, Vasco Gonçalves abordava a mesma questão).

Entretanto, sucedem-se, no campo não militar, mas com ele intimamente ligados, os avanços populares: à contestação das hierarquias empresariais, aos saneamentos, seguem-se ocupações de empresas, formam-se «cooperativas de produção» (em empresas abandonadas ou encerradas), dão-se as primeiras ocupações de casas (a uma primeira vaga, em Maio, sucede-se outra, mais vasta, a partir de Novembro)<sup>17</sup>, força-se a intervenção do Estado em empresas (primeiro ao abrigo da legislação fascista, que mal sonhava vir a servir para tais

---

<sup>16</sup> Cujos contornos se vão definindo gradualmente. Os respectivos princípios vieram publicados no *Expresso* de 15 de Fevereiro de 1975: «As duas alternativas de institucionalização do M. F. A.»

<sup>17</sup> De *A Capital* de 10 de Maio de 1974: «A ocupação de 23 blocos residenciais em Chelas, ainda em fase de construção, por mais de um milhar de pessoas que habitavam bairros de lata na periferia de Lisboa, constitui uma das operações de iniciativa popular mais curiosas que se tem registado nos últimos tempos.» Do *Diário de Lisboa* de 11 de Maio: «Mais uma vez o movimento espontâneo das massas populares de Lisboa tomou a direcção de satisfazer, pela acção directa, as suas necessidades urgentes de habitação condigna, ocupando ontem, ao princípio da madrugada, no Bairro [de rendas económicas] da Madorna, na Parede, 84 fogos [ainda incompletos].» São apenas dois exemplos. Vítor Matias Ferreira escreve, em Dezembro de 74, a propósito das duas fases de ocupações: «(...) há que considerar dois momentos cronologicamente distintos: o primeiro, processado durante o mês de Maio (...) consistiu numa série de ocupações de casas construídas (ou a construir... o que implicou, nesses casos, um tipo de ocupação simbólica, sem apropriação imediata) resultante de empreendimentos imobiliários de carácter oficial (camarário ou não). (...) O segundo momento, muito mais recente, consistiu na ocupação de casas em edifícios votados, na generalidade, à demolição (...).» Em texto posterior, publicado na mesma obra, assinala o autor o «prolongamento» desta segunda vaga de ocupações, a partir de Janeiro de 1975, agora incidindo sobre casas vazias e devolutas. E sublinha a diferença de natureza entre a fase inicial (casas da Câmara) e esta segunda fase (casas particulares: propriedade privada). (V. M. Ferreira, *Movimentos Sociais Urbanos e Intervenção Política*, pp. 18, 20 e 62.)

fins — casos da Luso-Belga, da Fundação de Oeiras; depois ao abrigo do famoso Decreto 660/74, de 30 de Novembro). No campo, mais precisamente no Alentejo, o processo é mais lento, e é, numa primeira fase, quase integralmente controlado pelos sindicatos, bastante fortes na região, sobretudo no distrito de Beja. Mas os aumentos salariais e outras garantias obtidas pela primeira convenção entre o patronato e o secretariado dos trabalhadores rurais levam aquele a uma «retracção» e a numerosos despedimentos de trabalhadores sazonais. O desemprego no campo aumenta a pressão e impaciência dos trabalhadores rurais, sobretudo no que diz respeito às terras abandonadas ou subaproveitadas. Em 9 de Dezembro verificase a primeira intervenção do Estado, já no âmbito do Decreto 660/74, na Herdade do Outeiro, próximo de Beja. Próximo do fim do ano, a segunda convenção cria um mecanismo de colocação de desempregados que acaba por dar aos sindicatos um poder considerável, alargando a sua influência e a sua capacidade de controlo. As ocupações «ilegais» só começaram no princípio de Fevereiro, impulsionadas pelos alugadores de máquinas (receosos dos efeitos da lei do arrendamento rural) que arrastam consigo assalariados desempregados. Pouco depois, iniciam estes, por sua conta, a vaga de ocupações, que se intensificou nos meses seguintes.

Com este esboço queremos apenas referir que as massas não esperaram pelas alterações profundas subsequentes ao 11 de Março para afirmarem uma «nova legalidade», para se afirmarem como *poder* efectivo face ao poder de Estado. Praticamente «paralisadas» como instrumentos da ordem burguesa a P. S. P. e a G. N. R., era nas Forças Armadas, em particular no Exército, que a classe dominante confiava, em última análise, como garante da «ordem democrática». Simplesmente, a «subversão» não as poupou: as massas trabalhadoras eram, ao mesmo tempo, «responsáveis» por isso — pois o seu primeiro avanço de Abril-Maio era, no sentido literal, *irreprimível* — e «beneficiárias»: os avanços posteriores significavam justamente que o inimigo estava impotente, ou seja, que «tudo

era possível». Aliás, o exemplo mais típico desta situação foi, como é bem conhecido, o da «lei da greve» (27 de Agosto de 74), tentativa de «institucionalizar os conflitos», que estava destinada a ser, como foi, ignorada desde o primeiro dia pelos trabalhadores. O nascimento do «duplo poder», dos embriões de «legalidade revolucionária», é o contraponto da impotência do «poder legal», que só é poder enquanto dispõe de meios para sancionar os que se lhe opõem — numa palavra, para reprimir. A fase decisiva da Revolução Portuguesa situa-se neste primeiro ano e, muito especialmente, no período, a que geralmente se dá pouca atenção, entre o 28 de Setembro e o 11 de Março. De facto, antes do 28 de Setembro ainda se encontram em posição forte no «poder de Estado» os que — por «vocação» histórica, e, sobretudo, pelas suas íntimas ligações ao grande capital e a interesses coloniais — *têm vontade* de reprimir, embora já tenham dificuldade. Após o 28 de Setembro, há uma alteração importante a esse nível: a pequena-burguesia militar, que então assume a liderança política, generosa mas historicamente hesitante, vai começar a sua *polarização* política, vai aprender, na prática, a distinguir o «velho» do «novo», o passado do futuro, o capitalismo do socialismo. Vai ter de optar, em termos de luta de classes, não apenas fora, mas agora também *dentro* das Forças Armadas. Tanto basta para que estas percam a sua operacionalidade repressiva, e acabem por ir «a reboque» das massas<sup>18</sup>, como aliás todo o aparelho do poder oficial. Não é exagero dizer-se que se nesta fase a luta de massas se não intensificou espectacularmente, isso se deveu essencialmente a dois mecanismos sociais de controlo, que, melhor ou pior, funcionaram: o desemprego crescente (arma «automática» de defesa do sistema capitalista)

---

<sup>18</sup> Recorde-se aqui o momento-chave do 7 de Fevereiro. Mas note-se que, ao libertar de aparelhos repressivos as «energias sociais», o que se faz, de facto, é *libertar* o próprio jogo da luta de classes. Também as forças reaccionárias encontram aí campo propício, nas zonas ideológica e economicamente mais vulneráveis, o que foi patente, sobretudo após o 11 de Março, no Norte do País.



e os aparelhos partidários, que conseguiram ir mantendo numa certa ordem as suas hostes (avizinhavam-se as eleições...).

O 11 de Março veio reforçar todo o processo que já se vinha desenvolvendo antes. Mas, enquanto o movimento popular vai conhecer um «novo pós-25 de Abril», agora a um nível já muito superior (entre Março e Maio multiplicam-se as ocupações de casas, de terras, de empresas, as comissões de trabalhadores e moradores adquirem um verdadeiro «poder», são *impostas* numerosas intervenções em empresas, verificam-se múltiplas iniciativas populares no campo cultural e social, etc., etc. — muitas destas acções avalizadas ou apoiadas pelas forças militares, em particular o Copcon), o partido *potencialmente* revolucionário preocupa-se sobretudo com o controlo do aparelho de Estado e dos aparelhos informativo e sindical, condenando mesmo com frequência aquelas formas de luta, a seu ver anarquizantes<sup>19</sup>. O duplo poder continuou a afirmar-se e a consolidar-se. Apenas um exemplo: em Junho viria a reunir-se em Lisboa a primeira Assembleia Popular, no Regimento de Engenharia 1, da Pontinha, congregando cinquenta e cinco comissões de moradores e vinte e seis comissões de trabalhadores. Simplesmente, este entusiástico e imparável movimento de base viu-se *politicamente* desapoiado. Sem uma direcção política que lhe desse a consistência de um autêntico contrapoder organizado, que com ele se «confundisse» e nele bebesse a sua própria legitimidade, foram naturalmente as forças reaccionárias que acabaram por retomar forças. Não foi a «divisão da esquerda», entendida como divisão entre os partidos de esquerda, que bloqueou o processo revolucionário.

---

<sup>19</sup> Ainda em Fevereiro, também Vasco, no Sabugo, clamava que as ocupações de casas «não serviam a Revolução» e atribuía-as à «inconsciência» popular. E o presidente da C. M. L., destacado dirigente do M. D. P., dizia: «Quando o Estado se mostra incapaz de atender aos problemas da população, pede-se a esta que participe, mas organizada. O assalto é a anarquia.» Mais tarde, o Estado legaliza as ocupações, mas lamentando terem sido «feitas por via ilegal que não se poderá tolerar no futuro», pelo Dec. 198-A/75, de 14 de Abril. Mas determina, revelando a completa incompreensão do processo, que será punida qualquer nova ocupação «com pena de prisão até dois anos»! Repetia-se o que sucedera com a lei da greve, e mais tarde com a Reforma Agrária: as massas iam à frente do «poder».

Tal bloqueio resultou, sim, da divisão entre uma suposta «vanguarda», só interessada nos movimentos de aparelho (manipulando as massas na medida em que lhe convinha para esse objectivo), e um movimento popular entregue a si próprio. Nesse movimento popular tomaram parte militantes, ou simples votantes, de vários partidos; eles próprios reflectiam aquela divisão: enquanto integrados nas lutas e nas iniciativas populares, eles afirmavam um *poder* autónomo, capaz de violar as leis do *outro poder*, mas enquanto elementos partidários estavam manietados, separados uns dos outros, cada um ia ao seu comício, à sua delegação, cada um ia pôr a cruz num sítio diferente do boletim de voto. Só que esta última compartimentação partidária, aparentemente a *causa* da divisão, resultava de não haver um partido ou organização que *assumisse* as massas na sua unidade de luta na base (nos locais de trabalho, de habitação, etc.). Pelo contrário, foi a própria divisão partidária que acabou por prevalecer também a esse nível, por trazer ao de cima e acentuar contradições secundárias, por impossibilitar quaisquer alianças de classe<sup>20</sup>.

Não se compreendeu (porque não interessava) o facto de que as estruturas do «poder popular» são, por si só, eminentemente *subversivas*, logo revolucionárias, ainda que em muitos casos nelas possam ter um papel importante elementos indecisos, pouco esclarecidos ou mesmo reaccionários. Se as

---

<sup>20</sup> Em 8 de Junho de 1975, explica Álvaro Cunhal num discurso em Montemor-o-Novo: «Actualmente fala-se muito de “querelas de partidos”. Esta expressão é inexacta e deforma a realidade. A questão é outra. A querela não é entre partidos. É sim entre partidos que se colocam contra o processo revolucionário e as forças (partidos ou não) que estão pelo processo revolucionário» (*Discursos*, p. 79). E daí parte para mais um vigoroso apelo à unidade de todos os trabalhadores, «que sofrem a mesma exploração e têm os mesmos interesses, qualquer que seja a sua maneira de pensar, qualquer que seja o partido a que pertençam» (*idem*, p. 80). Só que, na prática, era bem outra a acção dos dirigentes e militantes comunistas. Na sua intervenção, só recentemente publicada, na reunião do Comité Central, em Agosto (quando os erros cometidos se começavam a tornar patentes), diz Cunhal: «Em muitos aspectos o nosso sectarismo é tal que em grande parte pode ter contribuído para um certo isolamento social e político» (*idem*, p. 158).

Palavras tão claras nem mesmo depois do 25 de Novembro foram proferidas em público...

lutas forem bem conduzidas politicamente, eles acabarão por se integrar ou se desmascarar. Ao falar dos soviets no Tsing Kang, no princípio dos anos 30, referia Mao: «No princípio, os pequenos proprietários e os camponeses ricos fazem todos os esforços para entrar nos *comités* governamentais, sobretudo ao nível do cantão. Põem braçadeiras vermelhas, são muito activos, infiltram-se habilmente nos *comités*, tomam tudo na mão e reduzem os membros que são camponeses pobres ao papel de simples figurantes. Só se pode eliminar estes indivíduos dos *comités* quando são desmascarados no decurso da luta e os camponeses pobres se levantam contra eles.» Entre nós, isto foi totalmente ignorado. Em lugar de fazer progredir a luta de classes *no seio* das próprias comissões de base e órgãos populares, através da discussão e do esclarecimento político, buscou-se, sobretudo a partir de certa altura, controlá-las da forma mais sectária e antidemocrática. Houve casos, que conhecemos de perto, em que comissões de trabalhadores *já controladas* e dizendo-se a si próprias «inseridas no processo», se recusavam a cooperar com outras, em organismos intercomissões, por serem «reaccionárias» — isto em lugar de, pelo contrário, considerarem ser através dessa cooperação que deveriam surgir as questões políticas fundamentais, as contradições a ultrapassar, enfim a única unidade revolucionária possível. Marginalizar, em vez de discutir. Esconder as contradições, em vez de as enfrentar. Daí que tudo tenha *parecido* resultar das divisões partidárias. Daí que todas as alianças de classe se tenham revelado impossíveis, pois elas não se fazem com palavras: o movimento popular era o nível exacto em que se deveriam formular.

Passemos à segunda questão: o que motivou a completa desarticulação dos mecanismos económicos capitalistas? Não vamos desenvolver aqui o tema, já que ele nos ocupará adiante mais em pormenor. No entanto, parece-nos de sublinhar a tese de que não foi a existência de um Governo de «esquerda», nem sequer a presença nele do Partido Comunista, que esteve na origem desse processo. Com efeito, o sistema económico



capitalista vive da realização do lucro. A iniciativa privada, que o suporta, funda-se na *expectativa* do lucro. Ora, um dos elementos essenciais dessa expectativa é, necessariamente, o da confiança na estabilidade, não apenas económica, mas do «sistema» como um todo — com as suas componentes política e ideológica, em particular. A estrutura extremamente débil da maioria das empresas portuguesas assentava, nunca é de mais dizê-lo, em baixíssimos salários, mas também na apropriação privada (entenda-se aqui: pelo próprio empresário e sua família) da mais-valia, que era desviada para o consumo de luxo e para a especulação, enquanto se iam cada vez mais entregando nas mãos do crédito bancário. Excluindo os grandes grupos monopolistas e algumas grandes empresas, o capitalismo português funcionava «ao contrário»: acumulava capital-dinheiro, e meios de «multiplicar dinheiro», sem acumular capital produtivo. Acumulavam-se prédios, hotéis, e ultimamente acções e obras de arte. A mais-valia gerada na produção passava por estes sectores «mediadores» antes de voltar à Banca, que por sua vez (para além da sua própria actividade nesses campos) a voltava a introduzir no sector produtivo, agora sob a forma de crédito — para suprir os fundos (de manio, de acumulação) que dele tinham, por aquele mecanismo, sido desviados. Foi assim que, num país pouco desenvolvido, o capital financeiro conseguiu, em poucos anos, concentrar um poder quase total sobre a economia, e ter nas mãos os destinos da grande maioria das pequenas e médias empresas. Bem se compreende, assim, que a componente económico-financeira daquela desarticulação dos mecanismos capitalistas tenha tido origem, logo após o 25 de Abril, nestas últimas — simultaneamente confrontadas com aumentos salariais que na generalidade não podiam suportar, com a cessação brusca das actividades especulativas (fecho da Bolsa; incerteza, logo «expectativa», quanto ao imobiliário), e com súbitos problemas de crédito, devido às próprias dificuldades do sistema bancário, a que a fuga de capitais e o entesouramento reduziam seriamente a liquidez — sem esquecer as «más intenções»... Despedimen-

tos, fecho de empresas, redução da produção, paragem de investimentos — enfim, aquilo a que se começou a designar por «sabotagem económica» e que, sendo-o *objectivamente*, deve ser entendido sobretudo como uma «reacção de defesa» do próprio sistema, isto é, a carta que *não pode deixar de jogar* a classe dominante (independentemente da consciência *política* que disso tenha cada um dos seus agentes), numa fase da luta de classes em que o adversário surge com uma inesperada força. Mas a esta componente económico-financeira soma-se outra, talvez ainda mais importante: a componente político-ideológica, isto é, a confiança na «estabilidade» política, na capacidade de assegurar o respeito pelas «instituições» e pela «ordem (ainda que democrática) estabelecida». Esta componente começa a ganhar forma logo após o 25 de Abril, face à natureza «pouco ortodoxa» de certas reivindicações, aos ataques à hierarquia e à instituição empresarial, à evidente politização anticapitalista de muitas lutas. Mas tais excessos são encarados em termos de «válvula de escape» e a moderação dos propósitos dos dirigentes políticos contribui para que o grande capital — para quem estas questões são as decisivas, pois, além de suportar mais facilmente os percalços de ordem económico-financeira, é a fracção dominante da burguesia, aquela que entende manter o Estado ao serviço dos seus interesses — continue optimista, se bem que expectante. Só que as palavras contam pouco em tais situações: quer as afirmações moderadas dos governantes, quer as «boas intenções» manifestadas pelos grandes empresários, pela C. I. P. (criada em Junho), pelo M. D. E./S. (com o seu gigantesco programa de investimentos, de Agosto), nada podiam face ao que acima ficou descrito — a constatação da inoperacionalidade dos aparelhos tradicionais de contenção-repressão das massas. Ainda aí, a luta da Lisnave terá representado um papel vital. Com efeito, não só era a demonstração desse facto, como se tratava de um conflito em torno do saneamento de um administrador, homem de confiança do grupo C. U. F., ou seja, um conflito que punha em causa o direito dos «grandes capitalis-

tas» a escolher, sem dar satisfações a ninguém, os seus administradores nas empresas dos respectivos grupos. O estado de espírito do grande capital é bem denunciado, afinal, através do discurso de renúncia de Spínola: «Clima de inversão de uma moral cívica à margem da qual se torna impossível a prática da democracia e da liberdade», «clima de ausência de lei», «anulam-se as leis do velho regime antes que novas leis regulem a vida política, social e económica do País, e mesmo algumas das leis já publicadas são impunemente escarnejadas [referência evidente à lei da greve]. Neste clima generalizado de anarquia em que cada um dita a sua própria lei, a crise e o caos são inevitáveis (...)». É claro que, do ponto de vista do grande capital, a penetração do Partido Comunista no aparelho de Estado e nas autarquias locais é parte deste processo de desagregação: só bem mais tarde se virá a constatar em que medida essa exclusiva preocupação por parte do P. C., relegando o movimento popular para o papel de «massa de manobra», contribuiu para o dividir e acabou por fornecer as armas (ideológicas) de que a burguesia se serviu na longa preparação do 25 de Novembro.

A partir do 28 de Setembro, com a definitiva inserção das Forças Armadas no processo de luta de classes, é óbvio que a situação económica não pode deixar de se agravar. Quer interna, quer externamente, cada vez estão menos reunidas as condições para uma «revitalização» económica que passa predominantemente pela *iniciativa privada*. É a fase do «antimonopolismo». Partindo duma premissa correcta, a de que uma escassa dúzia de grandes grupos financeiro-industriais controlam a economia nacional (e haveria que acrescentar *internamente*, pois não se pode esquecer o elevado grau de dependência externa, incluindo a desses mesmos grupos), cria-se a ilusão de que uma política decididamente antimonopolista será suficiente para resolver tudo. É a tese, já bem conhecida dos tempos de Allende, de que «o poder político já está ao serviço dos trabalhadores, mas o poder económico ainda está por conquistar». É expressão de tal tese o seguinte passo



do famoso artigo «O M. F. A. — do Político ao Económico», do *Boletim* do M. F. A. de 12 de Novembro de 74, em que se atacava a equipa económica do III Governo: «Poder-se-á dizer que, neste momento, o poder político é detido por forças progressistas da sociedade portuguesa. Contudo, é importante não esquecer que, numa sociedade com as características da nossa, em que predominam as estruturas capitalistas, o elemento económico é o determinante, e este encontra-se, tal como em 24 de Abril, em poder dos grandes grupos capitalistas (capital financeiro) e dos grandes proprietários rurais, que algumas perturbações têm causado ao processo de democratização em curso. (...) O poder económico continua nas mãos daqueles que foram os grandes beneficiários do regime deposto em 25 de Abril.» Precisamente por essa altura, quando a questão do antimonopolismo diariamente vinha a lume (pouco tempo depois, em 13 de Dezembro, o M. D. P. «promovia» a operação policial «contra os monopolistas», que nada ajudava, antes pelo contrário, a esclarecer o problema de fundo), escrevíamos, em artigo na *Vida Mundial*, que hoje, após as eleições de 1976, adquire todo o sentido: «Há que pôr as questões com bastante clareza. Que, por *razões políticas*, seja indispensável tomar um conjunto de medidas “antimonopolistas”, é *indiscutível*: por um lado, a “reanimação económica” é *politicamente* vital e os principais detentores do capital não parecem capazes de (por desconfiança, pânico, simples falta de visão) ou interessados em (por óbvios motivos políticos) efectuar-lá ou favorecer-lá; por outro, as classes trabalhadoras não aceitarão serem elas, uma vez mais, a pagar a “conta” do fascismo (desemprego, inflação, repressão), o que necessariamente sucederia se ao poder económico fossem deixadas as mãos livres para “reanimar a economia” à medida das suas conveniências; e, por fim, mas não menos importante, o manter intacto o poder económico e financeiro dos grandes grupos não pode deixar de ter graves consequências “políticas” mais tarde ou mais cedo. Mas, inversamente, essas medidas antimonopolistas só o serão *de facto* se se inserirem num certo “pro-

jecto político” que, pelo que acima se viu, só pode ser, *em termos estratégicos*, anticapitalista: mantendo-se o sistema, não há, a prazo, medidas antimonopolistas que valham... Preciando: a criação de um forte sector de Estado, por exemplo, que efeitos terá se, na sequência de eleições, tomarem o poder forças políticas “neoliberais” ou “tecnocratizantes”? Mais: estará o Governo Provisório, até porque é provisório, até porque é de coligação, até por razões de ordem externa, em condições de visualizar um tal “projecto político”?» («Reflexões sobre Antimonopolismo», *V. M.*, 31-10-74).

Enquanto, como vimos, as massas populares «aceleram», devido a uma consciência crescente da ausência dos aparelhos repressivos, na conquista daquilo a que alguns chamavam «espaços de poder (ou de liberdade)», a tónica do discurso «progressista» a nível de Governo e dos aparelhos partidários é, no entanto, a de que a situação económica não é, de nenhum modo, alarmante. «O País não está à beira de ir para o caos económico. Ainda ontem, a Confederação da Indústria, que agrupa dezenas de milhares de empresas, o negou», diz Vasco Gonçalves no discurso do Porto, em 5 de Outubro de 74. Se há problemas, se a situação, apesar de tudo, não é famosa, se há desemprego (em fins de 74 já se estimava existirem para cima de 150 000 desempregados), tudo isso deriva da «sabotagem económica dos grandes monopólios e dos latifundistas». Simples, esquemático, eficaz para as «ingénuas cabeças» de um M. F. A. à procura de explicações lineares para questões um pouco mais complexas do que o «esquerda volver» ou o «ombro arma» — mas extremamente insuficiente para «arrastar as massas», por escamotear por completo o seu papel fundamental e insubstituível na construção de uma «nova economia», por lhes esconder a realidade económica e a sua inevitabilidade em termos de luta de classes, por lhes sugerir que os avanços decisivos vêm de actos do poder (medidas antimonopolistas, nacionalizações) e de que este pode estar «ao serviço dos trabalhadores» pelo simples facto de nele, por meio de arranjos e relações de força a nível de cúpula, terem

hegemonia partidos *que se dizem* progressistas, se não revolucionários. Adiante desenvolveremos as questões económicas, tal como se puseram após o 11 de Março, e buscaremos explicar como esses «grandes avanços» a nível do poder de Estado não puderam, afinal, ser tão decisivos quanto fora anunciado.

Por agora basta-nos constatar que, como segundo elemento identificador de uma crise pré-revolucionária, a «desarticulação dos mecanismos económicos capitalistas» se verificou de facto, e se agravou continuamente desde o 25 de Abril, em correspondência dialéctica com o primeiro elemento — a afirmação de um poder *efectivo* a nível das massas, o nascimento de uma *legitimidade* em avanço sobre a precária legitimidade do poder de Estado —, sendo ambos esses elementos igualmente determinados por e determinantes do desenvolvimento da luta de classes no interior das Forças Armadas, com a consequente paralisia da sua função agregadora-repressiva na sociedade.

O terceiro elemento, a incapacidade do poder de Estado para resolver a crise, não exige, por óbvia, larga dissertação. Por mais que se tenha mistificado a noção perigosa de «Estado ao serviço dos trabalhadores» (tantas coisas inspiradas de um Chile que se insistia em não ser...), nunca foi possível «convencer» os trabalhadores de que um aparelho de Estado burguês e intacto, manejado por uma coligação heterogénea de partidos mais ou menos progressistas, podia *de facto* estar «ao seu serviço»... Sobretudo quando o partido reputado mais progressista de entre todos era o que mais se preocupava com a «salvação» desse mesmo aparelho de Estado, procurando apenas colocar pedras de confiança nos seus postos-chave. Sobretudo quando, a cada passo, o Governo tropeçava na necessidade de «não afugentar os técnicos», de «não assustar o capital estrangeiro», de «não atemorizar os pequenos e médios empresários», sem compreender que era impotente (como se viu) para o fazer, já que isso eram mecanismos *normais* de defesa do sistema, face a uma situação de «insegurança» motivada pela ausência de «autoridade» e de meios para man-



ter a «coesão social» — autoridade e coesão social sendo expressões de uma *exigência* de repressão. O Governo viu-se, assim, constantemente ultrapassado pelas iniciativas das massas (em particular depois do 11 de Março), num papel de árbitro da luta de classes que não *podia* exercer, pois, numa fase extremamente aguda dessa luta, nenhuma das classes em presença nele depositava confiança, nenhuma delegava nele o *essencial* da defesa dos seus interesses: a defesa de uns residia na manutenção generalizada das relações de produção capitalistas, o que por si só fazia com que dia a dia piorasse a situação económica geral, bem como no trabalho ideológico que o próprio «vazio de autoridade» lhe permitia em áreas em que o «campo revolucionário» acumulara os erros e as divisões; a defesa dos outros era o ataque, contando «com as próprias forças», em toda a frente das lutas de empresa, da luta pela terra, pela habitação, pela saúde, era o assumir da autêntica «legalidade revolucionária», a partir da base. É claro que, sendo esta última a força *manifesta* e aparentemente *determinante*, e afirmada a «opção socialista» do poder e os seus propósitos «revolucionários», este acabava, necessariamente, por *ter de* legitimar os avanços das massas, ou seja, por *ter de* se colocar numa posição de árbitro *parcial*, o que ainda mais o incapacitava, se assim se pode dizer, para «resolver a crise».

Mas, é claro, é nesta fase que se torna fundamental a luta de classes dentro das Forças Armadas. A imprensa referiu-se muito a isso, sob a forma eufemística de «várias linhas» dentro do M. F. A. O «spínolismo», os «Nove», o «gonçalvismo» (na linguagem P. C. P.: a «esquerda militar»), o «Copcon» — que eram ou foram mais do que expressões dessa luta de classes? Expressões distorcidas, e de natureza não homogénea, que inclusivamente pareceram, em certos momentos, ao sabor das alianças necessárias, reflectir interesses ou conter projectos pouco coerentes. Por exemplo, é incontestável que o «spínolismo pós-25 de Abril» era o porta-voz de interesses capitalistas «modernos» ou «europeus» que jogavam na hipó-

tese de uma «democracia forte», tipo gaullismo, que simultaneamente lhes abrisse as portas da Europa e os fizesse beneficiar de um neocolonialismo que uma França ou uma Inglaterra tão bem souberam explorar. Hoje, o spinolismo aparece como uma autêntica aspiração aos «bons velhos tempos» do fascismo, ainda que mantenha uma frente de acção aparentemente democrática por intermédio, por exemplo, de um C. D. S., em cujo programa económico *explicitamente* democrático está contudo claramente inscrito o spinolismo «à maneira forte», que nada deveria, antes pelo contrário, ao fascismo que conhecemos. Esta mudança, que é *real* e não apenas aparente, resulta precisamente da agudização da luta de classes, que os grandes interesses capitalistas bem compreenderam ter tornado inviável uma pacífica democracia de tipo europeu. Face a este campo, o que, em termos de luta de classes, se opõe frontalmente *de facto* é o Copcon, enquanto representante objectivo das «massas populares em movimento». Só que, fundamental na cobertura e no alargamento do campo de acção da «legitimidade revolucionária», não tinha este núcleo militar possibilidade de assegurar uma direcção política ao movimento, de o aglutinar *estrategicamente*. Libertou energias, libertou *poder*, contribuiu muito para o aprofundar da crise pré-revolucionária, para inviabilizar o projecto de «capitalismo europeu», criou condições para uma «saída revolucionária», a certa altura obviamente a única que se podia levantar diante daquele projecto <sup>21</sup>.

Quanto aos «Nove» e ao «gonçalvismo»: esses são os elementos de *distorção*, os reflexos, no seio das Forças Arma-

---

<sup>21</sup> Nota importante: cremos ser totalmente incorrecto afirmar que em 25 de Novembro estavam reunidas condições para uma tomada revolucionária do poder. Na realidade, *nunca* houve condições para isso, antes de mais porque o «partido dos trabalhadores» considerou prioritário estar no Governo e junto das cúpulas do M. F. A., e daí tomar o poder «por dentro». Mas, de qualquer modo, a partir de Julho de 75 só aparentemente se reforçou o campo popular: de facto, o potencial revolucionário decresceu seriamente pelas insanáveis divisões de origem sectária, tornando inviável qualquer aliança de classes. O que foi evidente na total passividade pós-25 de Novembro.

das, dessa questão *secundária* que é, como já vimos, a divisão partidária. Existe uma relação inversa estreita entre a força política destes dois sectores que, um e outro, se condicionam. Entre o 28 de Setembro de 74 e o 25 de Novembro de 75, o sector dos «Nove» (só como tal identificável a partir de Agosto de 75, mas com uma dimensão política precisa muito antes disso) tem um percurso extremamente próximo do Partido Socialista, no mesmo «amalgama social» bebendo as ilusões dum «socialismo em liberdade», fórmula vaga com fragrâncias suecas ou alemãs, tão vaga quanto as «classes médias» que buscava congregar. A sua grande força adveio-lhe, como era inevitável, do facto de ter o Partido Comunista virado costas ao movimento de massas, e adoptado uma estratégia obtusamente estalinista de conquista do aparelho de Estado. Foi isto, como também já referimos, que, deixando o movimento de massas sem direcção política revolucionária, impediu a formulação correcta de alianças de classe e entregou *individuos* cada vez mais desmobilizados (dos vários componentes da pequena e média-burguesia) nos braços do campo «Nove»-P. S., que, em conjunto com o sector estratégico «spinolismo-grande-burguesia»<sup>22</sup>, pôde ir engrossando politicamente até desembocar no 25 de Novembro.

Foi assim que, durante largos meses, tudo se passou *como se* o «processo revolucionário» português se decidisse a nível militar, *como se* o seu avanço ou retrocesso estivesse pendente das sucessivas contagens das armas e dos quartéis de que cada «linha» dispunha nos momentos mais críticos. Ao mesmo tempo que se considerava um verdadeiro crime falar publicamente em divisões ou conflitos internos entre militares: o M. F. A. era a eterna pureza do 25 de Abril, a coesão das Forças Armadas um intocável dogma, a «aliança Povo-

---

<sup>22</sup> Seria um erro (que muitos cometeram) pensar que a grande-burguesia fora liquidada em Portugal pelas nacionalizações. Foi-lhe vibrado um golpe importante, mas, após mais de um ano, constatamos serem os seus interesses e a sua ideologia os que «comandam» de novo o poder de Estado — sob a curiosa capa constitucional da «transição para o socialismo».



-M. F. A.» uma necessidade. Um M. F. A. *acima* das classes, um M. F. A. «movimento de libertação»: como isso teria sido *original*... se fosse possível<sup>23</sup>. Isto restitui-nos, afinal, ao início deste texto: a questão do poder *na sociedade* (da revolução social, em resumo) foi transferida, por razões de «estratégia partidária», para a disputa do poder *dentro do aparelho militar*. Fez-se crer às massas que o importante era o que se passava nos corredores ou nos gabinetes do poder militar e não o que se passava directamente com elas próprias, nas suas lutas quotidianas. O M. F. A. viria libertá-las (não o demonstrara já em 25 de Abril?), como qualquer D. Sebastião por quem há séculos esperamos... «A libertação dos trabalhadores é obra dos próprios trabalhadores» teria sido uma frase oca de teóricos respeitáveis, mas que se haviam esquecido, entre as suas hipóteses, do M. F. A. que um dia havia de aparecer em Portugal. Quando, afinal, até o 25 de Novembro estava inscrito nas suas análises!

Dir-se-á que, no decurso desta prosa, mal nos referimos à questão da descolonização, ou a outra, com essa fortemente ligada, que é a dos interesses imperialistas ou geo-estratégicos em torno do «problema português». De facto, interessou-nos mais a caracterização da situação portuguesa como a de uma «crise pré-revolucionária», e julgamos que a luta de classes interna é suficiente para justificar essa tese. O problema da descolonização e o da situação geo-estratégica portuguesa foram elementos com uma influência enorme no «jogo partidário», mas precisamente os próprios partidos, por interesses que bem

---

<sup>23</sup> Não nos pretendemos colocar fora das críticas que aqui fazemos: escrevemos, em Junho-Julho de 1975, dois textos, que inserimos no Anexo 2, em que parecia depositar-se ainda no M. F. A. as *chances* de salvar o processo revolucionário. Na realidade, a questão da luta de classes *dentro* das F. A. não se nos havia apresentado *até então* com suficiente clareza: é precisamente nesse momento que tomamos plena consciência das suas implicações e do beco-já-sem-saída a que irremediavelmente se chegara. Só que nos não parecia altura de açenar uma visão facilmente apodada de «catastrofista»; mas já aí se encontra a expressão «luta de classes dentro das F. A.», e temos o cuidado de «apelar» para um M. F. A. «acima dos partidos», nunca «acima das classes». No essencial, à parte certas formulações circunstanciais, voltaríamos a subscrever as análises aí contidas.

pouco têm que ver com a luta dos trabalhadores, escamotearam ou distorceram permanentemente essas questões, «pouparam» às massas coisas tão intrincadas e «complexas»<sup>24</sup>. Quem se apercebeu, pela informação pública, antes do 28 de Setembro, de que terá sido o problema da descolonização o mais violento pomo de discórdia entre Spínola e o M. F. A.? Como era possível os trabalhadores portugueses compreenderem o que é a «luta de classes à escala mundial», quando as forças partidárias lhes escondiam o essencial do que se passava nas ex-colónias, condicionadas que estavam pelas necessidades do que julgavam ser (ou era mesmo) a estratégia americana, russa ou chinesa por aquelas paragens? O que podia isso interessar aos trabalhadores portugueses, face à «questão decisiva» que era um lugar de chefe de redacção num diário lisboeta ou o controlo das «campanhas de dinamização»? Quem terá podido aperceber-se, em tais condições, do papel que a vinda dos retornados e as «discussões de cúpula» em torno do 11 de Novembro (independência da República Popular de Angola) e do reconhecimento do Governo do M. P. L. A. terão tido na preparação do 25 de Novembro?

Estas duas questões<sup>25</sup> terão influenciado de forma decisiva o desenrolar dos acontecimentos em Portugal através de manobras de cúpula, de bastidores ou de serviços de informação, mas, ao nível a que nos colocamos, sobretudo através da autêntica conspiração do silêncio que sobre eles se fez. É claro que, depois do 25 de Novembro, as forças reaccionárias apressaram-se a quebrar o silêncio: a burguesia *pratica* a luta de clas-

---

<sup>24</sup> Os Portugueses só se aperceberam da tão apregoada «complexidade» do problema angolano quando depararam com a avalanche dos retornados, a partir de Agosto-Setembro de 75. Mas continuaram a não compreender nada do que por lá se ia passando. «A luta do povo português e a do povo angolano são a mesma luta» é verdade, mas não chega de nenhum modo para explicar a íntima relação entre os interesses imperialistas em Angola e Portugal. É mais um dos muitos *slogans* com que se julgou «mobilizar as massas» (o que não é o mesmo que levá-las ao Terreiro do Paço, a Belém ou a São Bento).

<sup>25</sup> Voltaremos à segunda, adiante, ao abordarmos a questão da «independência nacional», ainda que aí numa perspectiva predominantemente económica.

ses de uma forma bem mais consequente do que os «partidos do proletariado». Depois de, ao longo de ano e meio, ter podido accionar em primeira linha os mecanismos económicos, pode agora voltar a utilizar em força os mecanismos políticos — que lhe servem, inclusivamente, para atribuir aos «aventureirismos de esquerda» todos os males da economia!

Resta, enfim, uma última nota importante. Trata-se da caracterização da situação actual (Julho 76). Pois bem, dentro de uma correlação de forças substancialmente alterada, é indiscutível que *permanecem* os elementos definidores da «crise pré-revolucionária». De facto, *ainda* não está reconstituído o aparelho repressivo, ainda não é seguro que numerosas unidades das Forças Armadas avancem sem pestanejar para reprimir uma greve. Basta imaginarmos o que sucederia *hoje* num caso como o da Lisnave há dois anos. É claro que agora não iriam fuzileiros, mas as novas (??) G. N. R. e P. S. P. Mas, ainda assim, teriam as forças no poder já suficiente «confiança» para ordenar o banho de sangue? Que efeitos iria ter tal eventualidade dentro das próprias F. A.? E isto porque estão longe de se verificar as condições de «repressão interiorizada» que são as das chamadas democracias ocidentais. O simples facto de pôr tais interrogações significa que a força dos trabalhadores ainda é considerável, que não está consolidada a existência de um *único* poder — o poder instituído. O que, pelo seu lado, ainda não oferece suficientes garantias ao capital (nacional e estrangeiro) para a famosa «revitalização» económica<sup>26</sup>. Ou seja, os mecanismos económicos capitalistas continuam longe de poder funcionar «normalmente». Face a isto, o Governo definitivo terá condições para «resolver a crise»? É altamente duvidoso. O que significa, muito friamente, que o desenrolar da situação pré-revolucionária se vai processar numa situação que é, actual-

---

<sup>26</sup> São disto expressão patente os «conselhos» facultados ao capital estrangeiro, em Maio passado, pelo dirigente da C. I. P. António Vasco de Melo: «[No que respeita à estabilização política], sob a superfície muitas incertezas persistem.» «O investimento estrangeiro só deve começar depois, quando a atmosfera política e económica se tiver clarificado, revelando os melhores sectores de investimento.»



mente, bastante desfavorável aos trabalhadores. Posto esquematicamente, o dilema pode ser expresso da seguinte forma (ver Anexo 3): ou o actual poder de Estado se consolida, o que, na situação portuguesa, é impensável sem um reforço considerável do aparelho repressivo (diferentemente das «democracias europeias», que têm conseguido manter a coesão social com aparelhos repressivos fracos, embora com uma violenta repressão ideológica), e será, sem falsas aparências, o autoritário agente da reestruturação do capitalismo — sob uma qualquer forma mais ou menos fascizante ou mesmo fascista. Ou se revigora o movimento de massas, que em si próprio venha a «gerar» uma direcção política consequente, e estará aberta, a prazo, a «hipótese revolucionária»<sup>27</sup>. Não nos cabe, neste texto que se pretende sobretudo de análise, fazer previsões para um futuro que, aliás, admitimos *estará fortemente condicionado*, se não mesmo em larga medida *determinado*, pela evolução política em Espanha, Itália e mesmo em França — que poderia tornar mais viável do que de momento pode parecer a segunda alternativa. Mas cremos ser útil, a concluir, salientar a necessidade de acabar de vez com o ainda persistente em alguns sectores políticos «mito M. F. A.». Seria sim indispensável não voltar a «permitir-se» que as Forças Armadas aparentemente se excluam da luta de classes: a «neutralidade» das F. A. é uma bem conhecida arma da burguesia — que desemboca, quando necessário, num qualquer Pinochet. A propósito, não podemos deixar de nos assombrar quando vemos o P. C. P., na campanha presidencial, insistir na *indispensável* unidade das F. A., o que o leva a ver na

---

<sup>27</sup> A terceira alternativa, preferida pelo P. S., dificilmente poderá passar de uma «alternativa de transição», pois as alavancas essenciais que procurará accionar (o recurso maciço ao capital estrangeiro — ver pp. 189-190 — e os acordos de «pacificação social») revelar-se-ão inviáveis, pelas condições já expostas, e nem sequer dispensarão a utilização dos mecanismos normais de autocontrolo do sistema capitalista — inflação, desemprego, desvalorização — e uma intervenção «reequilibradora» do Estado, elementos que entrarão em contradição uns com os outros e não farão mais do que manter o estado de crise, o mesmo é dizer agravá-lo. A primeira das alternativas apontadas no texto acabará por se afigurar ao capital como a única possível. Será a hora que aguarda, entre outros, o C. D. S.

candidatura de Otelo, militar excluído do Conselho da Revolução, um perigo de divisionismo militar (ver discurso de Cunhal no Estádio do Bonfim). O P. C. P. gostaria de poder «congelar» a luta de classes para ganhar «credibilidade democrática» — é óbvio. Só é espantoso que não veja, a partir das lições do passado, o que essa tática tem de suicida, muito em particular quando alargada ao domínio militar, permitindo a reconstituição de umas Forças Armadas «neutras», isto é, dóceis e disciplinadas às ordens da burguesia.

b) *O impasse económico*  
(*notas sobre o pós-11 de Março*)

Vamos debruçar-nos quase exclusivamente sobre o período que se seguiu ao 11 de Março, pois essa data marca uma substancial alteração na correlação de forças sociais, *de que é mais consequência que causa*. A nova configuração dos órgãos de poder político e militar cria ilusões em que muitos (nós incluídos) caíram, no clima de exaltação que então se vivia. É a partir daí que se começa a falar insistentemente na transição para o socialismo<sup>28</sup>, já que se consideravam dados os «passos irreversíveis» que eram as nacionalizações e a Reforma Agrária<sup>29</sup>. Quanto ao poder político, como se viu, o M. F. A. era

---

<sup>28</sup> A Assembleia do M. F. A. de 19 de Abril proclama «o carácter socialista da Revolução Portuguesa». O *Boletim* do M. F. A., espelho ideológico das «forças progressistas» e dos seus erros estratégicos, à mistura com a exibição (generosa, por certo) de uma incomensurável ignorância de militares recém-chegados à «análise política», distinguiu-se nesse verdadeiro frenesi verbal. Só no número de 8 de Maio de 75, a título de exemplo, vemos referência à «nossa democracia socialista» e, noutro artigo, a afirmação de que «estamos no umbral do socialismo!» (*M. F. A. — Motor da Revolução*, pp. 141 e 151). Talvez seja por essa altura que os que, em Maio de 76, apoiaram a candidatura de Costa Gomes à presidência da República, lhe descobriram «o seu pendor para uma adequada transição para o socialismo» (!!), expressão verdadeiramente surrealista que usaram num documento em que lhe manifestavam a sua confiança (*Diário Popular*, 24-5-76).

<sup>29</sup> Não deixa de ser curioso acompanhar um percurso verbal bem representativo, o de Álvaro Cunhal. Em 13 de Maio, na fase da grande euforia, dizia: «Será preciso viver bem pouco para não ver o socialismo em Portugal.» Em 8 de

o «motor da Revolução», o Estado estava «ao serviço dos trabalhadores»... Na realidade, tanto o Estado como o M. F. A. eram «corpos» trabalhados pela luta de classes, divididos e *deformados* pelas estratégias partidárias, que no fim de contas «avançavam» empurrados pelas massas trabalhadoras, pelo movimento popular.

As breves notas que se seguem, sobre alguns aspectos económicos, apenas pretendem levantar certas questões e interrogações, que são meros contributos para uma tentativa de resposta à dúvida central: porque *não pôde* um Estado dito ao serviço dos trabalhadores *servir os trabalhadores*, no sentido de levar as suas conquistas «às últimas consequências»? Porque comprometeu esse Estado o «processo revolucionário», porque criou condições que levaram o movimento popular à derrota de Novembro?

Recordamos a citação de Lenine já mencionada anteriormente (Cap. II, p. 156): «Não autorizar nenhuma despesa que não tenha um fim socialista.» Trata-se, muito simplesmente, de «investir no socialismo». Isso significa justamente que o poder político se vai servir do orçamento e dos sectores nacionalizados (sobretudo a Banca) para reforçar o *poder dos trabalhadores*, para impulsionar e apoiar as iniciativas que vão «no sentido do socialismo», para combater as resistências que

---

Junho: «O capitalismo monopolista, ao ser liquidado pela nossa Revolução, deixa-nos uma grave situação económica (...).» Em 2 de Agosto, já mais prudente: «A defesa das liberdades significa, ao mesmo tempo, a confirmação das grandes opções da Revolução Portuguesa, em direcção ao socialismo. Significa prosseguir uma política antimonopolista e antilatifundista.» Note-se: *prosseguir* quer dizer que afinal o capitalismo monopolista ainda não foi liquidado. Enfim, em 16 de Setembro, após Tancos, a «descida à terra»: «Para que voltasse o poder económico dos monopólios, para que as grandes empresas nacionalizadas voltassem aos grandes senhores da banca e da indústria, para que os agrários reconquistassem as terras expropriadas pela Reforma Agrária e que os camponeses regam com o seu suor e com o seu sangue, seria necessário que antes instaurassem uma nova ditadura, porque os trabalhadores portugueses estão firmemente decididos a lutar em defesa das conquistas da Revolução e não cederão facilmente essas conquistas, para que os sociais-democratas portugueses consigam ganhar a confiança do grande capital português, das multinacionais e dos sociais-democratas estrangeiros» (*Discursos*, pp. 16, 74, 122, 210).



o funcionamento da lei do valor vai levantar sob a forma de «degradação económica». Maurice Dobb, ao comentar um ensaio do economista polaco Oskar Lange, diz o seguinte: «O Dr. Lange oferece convincentes razões económicas pelas quais a transição para o socialismo não pode ser resultado de um processo de “gradualismo económico” — isto é, que “um Governo socialista realmente decidido a implantar o socialismo tem de escolher entre fazê-lo de um só golpe<sup>30</sup> ou abandoná-lo definitivamente”; “só existe uma política económica recomendável a um Governo socialista como a mais adequada para alcançar êxito”: “uma política de *arrojo* revolucionário”» (Dobb, p. 157). As situações concretas que ao Governo se deparavam após o 11 de Março impunham tal «arrojo revolucionário» — mas isso exigiria uma estratégia revolucionária coerente, na realidade inviável em termos de uma coligação partidária heterogénea e do seu reflexo no poder militar. Com efeito, as mais simples medidas tendentes a «investir no socialismo» adquiriam um tal carácter de *ruptura* que assustavam inclusivamente aqueles para quem a revolução era uma mera substituição de aparelhos, e portanto se teria de fazer de forma relativamente «ordenada»<sup>31</sup>. Alguns exemplos se podem dar.

O *deficit* orçamental e o seu aumento imparável eram um

---

<sup>30</sup> É óbvio que esta frase não pode ser interpretada literalmente: não se trata de implantar o socialismo de um só golpe, mas, é claro, de tomar *muito rapidamente* medidas que inviabilizem a acção demolidora dos mecanismos capitalistas, que dêem aos trabalhadores uma posição favorável no campo económico da luta de classes, a qual, escudada no «poder político», abra *de facto* a transição para o socialismo.

<sup>31</sup> Carr assinala a atitude justamente inversa dos bolcheviques em relação ao movimento de massas, entre Fevereiro e Outubro de 17. «No que respeita aos sindicatos e aos *comités* de fábrica, os bolcheviques até ao momento da Revolução de Outubro tinham todos os motivos para apoiar os *comités*, que eram de configuração revolucionária e tinham uma maioria bolchevique, contra os sindicatos favoráveis a uma organização ordenada do trabalho e que eram predominantemente mencheviques» (BR-II, p. 108). Na fase pré-revolucionária, os bolcheviques estavam com o movimento de massas, ao nível dos militantes de base. Já vimos porquê, nos anos cruciais que se seguiram a Outubro, as condições objectivas favoreceram a «inversão burocrática».

dado indiscutível, uma das formas pelas quais a «degradação económica» se manifestava. Ora o Orçamento do Estado (e o seu controlo) não sofreu qualquer alteração de *natureza*, nunca foi olhado como um instrumento privilegiado de acção política. Quando, afinal, o menos que se pode exigir a um Governo revolucionário é que seja capaz de *violar* as regras, a legalidade com que, para ser revolucionário, terá necessariamente de romper. Violar como? A mais elementar dessas «violações» seria a de curto-circuitar os morosos mecanismos burocráticos que impedem que os meios financeiros cheguem *onde têm de chegar* em tempo útil (e em tais períodos esse tempo útil é extraordinariamente curto — como se viu). Mas isto era impedir, ao mesmo tempo, o «rigoroso controlo de receitas e despesas» que Salazar tão pacientemente montou: era o salto no desconhecido, na «anarquia total», na revolução afinal. De facto, tão óbvia simplificação implicava uma *total confiança* naqueles que iam utilizar esses meios financeiros e, em última análise, nos seus destinatários finais, que *não poderiam ser* outros que os próprios trabalhadores. Falou-se muito em «governos de campanha»: é bonito, mas foi coisa que nunca houve. Um Governo de campanha em que os ministros não se sentissem ministros, dispensassem as decorações dos gabinetes e os *Mercedes* às ordens (bem como outros «atributos do poder»), se rissem do Tribunal de Contas e do canto certo do papel em que devem «dar o despacho», se preocupassem menos com as manobras de corredor, os jogos de influências, os conflitos «de prestígio», os telefonemas «secretos», a vigilância mútua, etc., etc. — isso nunca houve e, de facto, não poderia haver. Isso seria diluir o poder de Estado no sentido «clássico»: era criar o poder de Estado revolucionário. Não se imagina Lenine pedindo a Trotsky, ou Fidel pedindo a Guevara, os papéis de «autorização de despesa» ou de «cabimento de verba» vistos por um qualquer Tribunal de Contas pré-revolucionário! É toda a diferença entre um poder revolucionário e um Governo bem ajuizado e respeitador como *todos* os que por cá se intitularam «ao serviço dos trabalhadores».

Não é um problema de boas ou más intenções individuais, nem sequer do sector político mais à direita ou mais à esquerda a que pertencem os agentes do poder: é uma máquina de Estado que foi feita para reproduzir um sistema de dominação e que pôs os novos governantes *também* a reproduzi-lo, já que não tinham *força colectiva* para a destruir. E os trabalhadores bem se aperceberam disso, que nunca viram em qualquer Governo Provisório o *seu* Governo — pois saltava aos olhos que não era. Ora só eles lhe poderiam dar a tal «força colectiva»...

Voltando ainda ao Orçamento. Já se pensou a verdadeira «revolucionarização» que constituiria a atribuição directa de verbas a comissões de moradores e de trabalhadores para realização de obras, de estudos, de pequenos investimentos, para fomento da cooperação entre empresas, apoiadas por «brigadas móveis» de técnicos (tantos deles sem emprego) e pelas unidades militares<sup>32</sup> e sem que tivessem de prestar contas a não ser aos seus próprios «colectivos»? Já se avaliou o «capital de confiança», a mobilização, o despertar da inventiva e da iniciativa populares que tal acção motivaria? É certo que muitos ficariam abismados e perguntariam: «Para onde foi esse dinheiro?» Ao que alguém responderia sem hesitações, como Otelo no caso das armas: «Está em boas mãos!» Mas, uma vez mais, isso seria o próprio arrojo revolucionário — o tal arrojo que não têm os revolucionários de aparelho...

É claro que o Governo se paralisava a si próprio em nome de compromissos imaginários. No momento em que a luta de classes revelava uma situação de força e de ofensiva do movimento popular, o Estado recusava-se a «tomar partido» e con-

---

<sup>32</sup> A simbiose soldados-trabalhadores, nunca é de mais dizê-lo, é condição mesma do avanço revolucionário. Hughes e Luard referem-se deste modo à actividade produtiva nas zonas da China do Norte controladas pelo P. C. Chinês após a Longa Marcha: «[Para além das pequenas oficinas de munições], havia também minas de carvão e de sal; pequenas fábricas de artigos como papel, sabão, sapatos, botões e utensílios de cozinha; um jazigo petrolífero e uma fundição de ferro, tudo num estado primário e de pequena envergadura. O exército explorava uma grande parte destas realizações e empregava soldados como operários» (DE, p. 131).



tinuava a adoptar (para si próprio, apenas) a imagem, que os Estados burgueses tanto gostam de apregoar, de quem paira «acima das classes», de árbitro da luta de classes. De facto, personalizado o inimigo no «capitalismo monopolista», e «liquidados os monopólios» (segundo a expressão de Cunhal), haveria apenas que arbitrar contradições secundárias. Exemplos: «não podemos atacar-nos ao salário máximo porque isso irá afugentar os técnicos» — que se iam embora, e continuaram a ir não por questões salariais, na maioria dos casos, mas pelo próprio processo de luta de classes dentro das empresas. Nunca nenhuma revolução conseguiu reter os técnicos e os membros de profissões liberais mais enraizados no «sistema», na sua ideologia, no «modo de vida burguês». E, para os que ficam, a motivação principal não poderá ser a da garantia de um salário muito elevado, mas sim o empenhamento numa tarefa colectiva que fará um exigente apelo à sua imaginação e aos seus conhecimentos. Mas isso pressupõe uma direcção política do movimento de massas que coloque frontalmente estes problemas à discussão das massas, de modo a que fiquem claramente definidos os seus inimigos e os seus aliados: o que, em particular em certos casos (e o dos quadros técnicos é um deles, já que sempre foram *vistos*, na sua maioria, como «agentes do capital»), é extremamente difícil *durante a fase pré-revolucionária*.

Outro exemplo: «Há que combater as ocupações de casas pois isso terá reflexos catastróficos na indústria da construção civil e nas remessas de emigrantes (muitos deles proprietários ausentes, alvos fáceis dos ocupantes)». Uma vez mais se não entende que a iniciativa privada no sector imobiliário já se encontrava praticamente paralisada muito antes de se terem iniciado as ocupações de casas, por razões que têm muito mais que ver com a «situação política geral», com a anulação das perspectivas de especulação (a «lei das rendas», de 12 de Setembro de 74, por exemplo), e com o sentimento de «não autoridade» do Governo, de que as ocupações de casas viriam a ser apenas um aspecto. E, *sobretudo*, não se entende que,

justamente, tudo isso sucede devido ao desenvolvimento da luta de classes, razão também pela qual *não se tem meios* para impedir as ocupações. Uma vez mais, uma falsa arbitragem de interesses de classe, que se defrontam independentemente do que o Governo diga ou não diga, faça ou não faça. E, do ponto de vista do Governo, resulta daí a total inoperância, pois nem «anima a construção», nem é capaz de a relançar por meios «revolucionários»: vai enlear-se na teia dos «organismos competentes» (completamente burocratizados), das aprovações das Câmaras, das intermináveis expropriações — ou seja, os mecanismos de que se servia o Estado fascista para empatar a já de si ínfima parcela da iniciativa pública num sector que era o Eldorado da especulação privada<sup>33</sup>. O mesmo se poderia dizer no que se refere aos emigrantes: se as ocupações de casas de emigrantes eram objectivamente um erro político, ele só podia ser evitado por um trabalho político *no seio das massas* e não por qualquer impotente decreto governamental. Aliás, também aqui, as ocupações de casas de emigrantes eram *apenas* um elemento mais entre os que lhes davam um sentimento de insegurança quanto às poupanças que por cá tinham ou se propunham enviar. A forte redução das remessas de emigrantes seria um dos prováveis preços de um desfecho revolucionário do processo português: de qualquer modo, tal eventualidade só poderia ser combatida por meios políticos, e estamos longe de excluir a hipótese

---

<sup>33</sup> Deve assinalar-se aqui o caso muito específico das operações S. A. A. L. (Serviço Ambulatório de Apoio Local), lançadas em Agosto de 1974 para apoio técnico e financeiro a acções a empreender pelas populações de bairros de lata e zonas degradadas. Por esta via foram efectivamente concedidos subsídios a fundo perdido a associações de moradores e cooperativas de habitação constituídas por iniciativa dos interessados. Das contradições e ambiguidades do processo dá conta Vítor Matias Ferreira no seu texto já citado (ver nota 17). Vai mesmo ao ponto de afirmar: «Neste momento (Junho 1975), o S. A. A. L., tal como foi projectado, encontra-se praticamente “esgotado”. (...) a *questão do alojamento* continua praticamente no mesmo ponto em que se encontrava antes de 25 de Abril» (*op. cit.*, p. 59). É na esfera do que chama o «político-institucional» que reside, segundo ele, a questão essencial. A acção do S. A. A. L. estava (e está) estreitamente dependente das burocracias camarárias e de outros organismos públicos (cedência de solos, expropriações, preparação de infra-estruturas, financiamentos, etc.).

de que fosse viável levar uma parte considerável de emigrantes, eles próprios, a «investir no socialismo». Mas isso faria parte da tal grande mobilização de energias revolucionárias que nunca chegou a ter lugar. E que seria, obviamente, o contrário mesmo da actuação sectária de uma burocracia sindical de bancários que mais não fez do que manejar o seu imenso «brinquedo» como ilusório «aparelho de poder», conseguindo com isso dividir os trabalhadores — entre os quais os emigrantes — até ser gradualmente varrida (substituída por outra, mais precisamente) ao sabor de sucessivas eleições sindicais.

Isto conduz-nos a outro meio, totalmente desprezado, de «investimento no socialismo»: os sectores básicos nacionalizados. Sublinhamos de novo, desde já, que tal instrumento não foi assim desprezado por desatenção, incompetência ou outra qualquer razão mais ou menos subjectiva. Foi-o porque não havia condições para não o ser. Já vimos que, nos três processos revolucionários que examinámos (Rússia, China, Cuba), as nacionalizações foram efectuadas, e nem sempre «de uma penada», *após* a conquista do poder político. E em todos eles, de resto, foram completados com a nacionalização do comércio externo, condição que também observámos ser indispensável como barreira ao revigoramento das relações de produção capitalistas pela via do sistema mundial de preços (ver Cap. II, p. 173). Pelos seus efeitos políticos, quer nacionais, quer internacionais, esta última medida *só pode* ser tomada por um poder revolucionário. Não é por acaso que, sempre que as nacionalizações foram feitas fora desse contexto, ainda que em situações pré-revolucionárias (caso do Chile, por exemplo), elas nunca abrangeram o comércio externo global; quando muito um ou outro sector do comércio externo — mas isso acontece em qualquer país capitalista para determinados produtos essenciais, por exemplo os cereais e certas matérias-primas «estratégicas».

Ora sucede que, continuando a funcionar, ainda que muito desarticulados, os mecanismos capitalistas e, sobretudo, um sistema de preços «ligado» aos preços internacionais, *não é*



*possível* tirar partido das nacionalizações de forma a reforçar as «relações de produção socialistas» — quanto mais não seja porque estas *de facto* não existem. Daí que no Chile, como acima mencionámos, se tenha inclusivamente reforçado o sector privado à custa do congelamento de preços do sector nacionalizado. Entre nós, de resto, as coisas não se terão passado de modo muito diferente: é desnecessário proceder a complicados cálculos para concluir que os largos milhões de contos de prejuízos das empresas nacionalizadas em 1975 se foram distribuir pelo «sistema». Simplesmente, por razões que terão que ver com a débil estrutura financeira das empresas portuguesas e com o «tipo» muito mais diversificado de dependência internacional (bem como com o «traumatismo» muito maior que foi o 25 de Abril), o mecanismo «keynesiano» que funcionou bem no Chile no primeiro ano da Unidade Popular, actuou escassamente em Portugal: enquanto no Chile, por exemplo, nesse ano de 71 baixou substancialmente o desemprego, em Portugal não deixou de aumentar desde o 25 de Abril. Nessas circunstâncias, aqueles vultosos prejuízos terão sobretudo tido o efeito de «camuflar» a inflação, mais do que contribuir para uma substancial acumulação no sector privado. O Estado terá, por essa via, simplesmente «aguentado» parte do sector privado, fornecendo-lhe meios para suportar os aumentos salariais e minorando-lhe os prejuízos — o que não exclui que muitas empresas tenham realizado lucros e dado o seu quinhão a uma inflação que, aliás, era alimentada por mil outras vias. Por este e outros meios terá sido possível escondê-la, mas, não tendo sido destruído o capitalismo, ela acabará por vir espectacularmente à superfície. Também neste ponto o C. D. S. é bem claro: «Embora o modelo [que se propõe para a reconstrução económica] aceite um nível muito elevado de inflação como um preço a pagar, indiscutível pelo período anárquico em que o país caiu (...)»; o que, na sua óptica, está longe de ser suficiente: «De facto, não basta utilizar o mecanismo inflacionista para desvalorizar o salário

real (...)» (*Programa Global para a Reconstrução da Economia Portuguesa*, pp. 16 e 21).

Interessa aqui assinalar, aliás, a espantosa mistificação ideológica que consiste, por parte da burguesia (sobretudo dos sectores mais reaccionários), em denunciar os avultados prejuízos das empresas nacionalizadas como um autêntico crime social, resultado combinado de loucuras estatizantes e incompetências desmedidas, que está a ser pago «pelo povo português». Não menos espantoso poderá parecer ainda que enfileirem neste coro muitos dos mais importantes dirigentes do Partido Socialista, sobretudo se nos lembrarmos que em Inglaterra são alvo de ataques similares os seus «camaradas» trabalhistas! Ainda recentemente a revista *Fortune* atacava violentamente a política trabalhista de nacionalizações, que «ao longo dos anos, já custaram cerca de 18 000 milhões de dólares ao contribuinte britânico». Entre outras coisas, porque «se pede às empresas estatizadas que forneçam um certo número de serviços sobre os quais, com a melhor vontade do mundo, elas não podem realizar lucros». Exemplos: «O Governo tem por política manter em actividade as minas de carvão do Sul do País de Gales, que não são rendíveis, e fazer circular comboios até aldeolas onde já ninguém vai.» Mas, mais adiante, o autor reconhece: «A triste realidade é que a maioria das empresas que o Estado tomou a seu cargo foram arruinadas pelos seus antigos dirigentes, homens do sector privado, e que estavam ameaçadas de desaparecer.» E mais cruamente ainda: «Utilizar fundos públicos para fazer investimentos que o sector privado não quis efectuar pode parecer perverso, mas é evidente que há que fazer qualquer coisa» (tradução *L'Usine Nouvelle*, Abril 76). Aí está, bem transparente, a grande mistificação: a sociedade só tem direito a serviços que sejam rendíveis (os habitantes da tal aldeola que se arranjam!), mas como se reconhece haver actividades socialmente necessárias que o não são, e portanto não interessam ao sector privado, o Estado *tem mesmo* de fazer alguma coisa — ou seja, suportar os investimentos não lucrativos, que de início violentamente

se atacaram... Tais investimentos, o suporte financeiro de tais empreendimentos, são afinal condição do «funcionamento global do sistema», factor indispensável de «coesão social» e, o que nunca se diz, contrapartida da acumulação privada — que beneficia do fornecimento de bens e serviços a «preço inferior ao custo» (isto é, inferior ao que uma empresa privada poderia facultá-los).

Isto mostra bem que não há *meio termo* para o «destino» das nacionalizações. Se o sistema se mantém capitalista, se é esse o modo de produção dominante, apenas há duas alternativas para gerir empresas nacionalizadas: ou se faz questão do seu equilíbrio financeiro, se lhes dá o carácter estritamente comercial e se busca a sua rendibilidade «normal» e, sendo assim, elas em nada se distinguirão das empresas privadas<sup>34</sup>; ou se adopta, em relação a elas, uma óptica de serviço público, ou seja, se põe essas empresas a vender produtos ou prestar serviços abaixo do seu valor (donde os tais imensos prejuízos). Como é a lei do valor que comanda todo o sistema económico, o que se passa nesse caso é uma transferência de valor para o sector privado (temos de novo o exemplo do Chile). A tal grande mistificação dos sectores da burguesia que atacam as nacionalizações torna-se bem patente após esta análise: eles enunciam um problema de «racionalidade económica», mas de facto a questão que põem é eminentemente

---

<sup>34</sup> Poderá argumentar-se que as mais-valias produzidas irão ser eventualmente utilizadas pelo Estado para «fins sociais», ou mesmo para «combater o sector privado». Pura ilusão. De facto, tais fundos não poderão deixar de ir *reproduzir o modo de produção dominante*. Ou vão ser aplicados em «serviços públicos» (educação, saúde, etc.), o que «compete» a qualquer Estado capitalista como contributo para a «reprodução da força de trabalho» e, em certos aspectos, para manter o «valor» da sua reprodução (por exemplo, uma «assistência médica» barata ou mesmo gratuita faz baixar o valor da força de trabalho — o salário). Em tal caso tudo se passa como se as empresas nacionalizadas fossem privadas e o Estado lhes fosse buscar os fundos por via fiscal. Ou vão ser reinvestidos na produção, e aí repete-se o mesmo raciocínio: ou são investidos segundo uma lógica capitalista (o que é natural dado ser esse o critério, nesta hipótese, de gestão do sector nacionalizado), ou vão subtrair-se a essa lógica (investimentos não rendíveis, que não interessam ao sector privado), e então caímos na segunda hipótese, que no texto a seguir se analisa.



*política*. Eles sabem que, a manter-se o sistema capitalista, será o sector privado o beneficiário das nacionalizações. Uma vez mais, neste ponto, o C. D. S. não deixa margem a dúvidas quando diz: «Não nos preocupa a rendibilidade dos bancos, mas sim a função que terão de desempenhar dentro do modelo» (*op. cit.*, p. 18). E especifica qual a função: «Um maior controlo do crédito e uma grande facilidade administrativa na sua obtenção por parte das empresas» (*idem*). Afinal, o C. D. S. não se inquieta tanto como isso quanto aos prejuízos do sector nacionalizado... desde que ele vá contribuir para a «reconstrução da economia» privada. Entretanto, enquanto o sector bancário público terá os seus prejuízos justificados por este «nobre» objectivo, os antigos accionistas da banca nacionalizada poderão, com base nas indemnizações, constituir sociedades financeiras, a que se prevê que o Estado conceda empréstimos, e que serão naturalmente o núcleo de reconstituição do capital financeiro privado, esse, é claro, livre de fazer os lucros que entender. Utilizando a linguagem do articulista da *Fortune*, diríamos que «pode parecer perverso», mas é certamente eficaz — se se der largas ao C. D. S. E mesmo que se não dê, que outro Governo, no quadro do capitalismo, poderá actuar de outro modo? A diferença é que o não exprimirá com tanta clareza...

Não há, pois, repetimos, meio termo para o «destino» das nacionalizações. A *outra* função que poderiam ter pressuporia, obviamente, um poder revolucionário. Nesse caso, com as reservas já feitas, entraria em acção um mecanismo do tipo «lei da acumulação socialista primitiva». Independentemente de realizarem ou não excedentes, a questão central seria *política*: o Estado utilizar-se-ia do sector nacionalizado para reforçar o sector de economia socialista, para reproduzir relações de produção socialistas, para introduzir o critério do «efeito social útil» máximo por oposição ao do lucro máximo.

Como se encararam as nacionalizações depois do 11 de Março? Da forma mais voluntarista, ignorando a situação *real* da luta de classes, imaginou-se que o simples facto de apre-

goar aos quatro ventos que tais empresas estavam agora «ao serviço do povo» iria, só por si, alterar as relações de produção e os «comportamentos sociais». Não só a adesão dos trabalhadores dessas empresas a essa perspectiva esteve longe de ser total — e bem se compreende porquê, se recordarmos a sua não adesão à versão do «Estado ao serviço dos trabalhadores» —, como as nacionalizações vieram trazer ao de cima numerosas contradições *entre* os próprios trabalhadores dessas empresas. Para além disso, uma vez mais, a acção partidária desfigurou por completo um problema que era *solúvel* no quadro da luta de classes por uma direcção política consequente do movimento de massas, e fez das empresas nacionalizadas centros de conflitos partidários a todos os níveis e alvo privilegiado dos «revolucionários de aparelho» — o que também se compreende pois as administrações das empresas nacionalizadas constituíam (e constituem) lugares estratégicos de um poder interessado sobretudo na conquista de «clientelas», a «burocracia monopolista».

Estão por averiguar, por exemplo, os efeitos que terá tido sobre o movimento revolucionário a acção da banca nacionalizada. Mas foram numerosos os casos conhecidos em que essa actuação foi fortemente divisionista e, portanto, se traduziu em consideráveis prejuízos para aquele movimento. Ou seja, pode presumir-se, sem grande margem de risco, que a «arma do crédito» foi utilizada preferencialmente não para fazer «avançar o processo», mas consolidar e alargar influências políticas (mais precisamente, partidárias) — não para reforçar a unidade popular, mas para conquistar «clientelas». As práticas discriminatórias (em favor de «certas» comissões administrativas de empresas, no domínio do crédito agrícola, etc.) são apenas um dos aspectos deste tipo de actuação. Mas convém recordar também os casos de instruções que chegavam à Banca sem que sequer o Ministro das Finanças dissesse conhecimento (por exemplo, as alterações ao crédito automóvel logo no início do IV Governo); os casos de autênticas aventuras em que eram lançados trabalhadores a troco

de «promessas de crédito» e que se destinavam, de facto, a forçar a «intervenção do Estado»<sup>35</sup>, em geral traduzida pela nomeação de gestores «de confiança» (por exemplo, a acção do Grupo de Intervenção e Estudos para o Sector Têxtil constituído pelo sector bancário do Porto, que a certa altura chegou mesmo a preconizar a nacionalização total do sector têxtil!).

Mas, em última análise, o mais importante em termos de obstáculo ao aprofundamento da crise pré-revolucionária, o que permite a quem lhe interessar retomar a Banca «tal qual», foi o facto de não ter havido qualquer alteração substancial no funcionamento interno do próprio sistema bancário, pelo contrário, de ter ele sido ainda reforçado por novos controlos e burocracias. Quase a terminar o seu mandato, em fins de Janeiro de 76, são as próprias comissões administrativas bancárias que, em comunicado, dizem: «Alguns receios, no entanto, nos acompanham, não sendo de menor importância o de termos de reconhecer que continuam imutáveis as estruturas do sector» (ver *O Diário*, 30-1-76). A tais situações conduz inevitavelmente a «estratégia de substituição», por oposição a uma «estratégia de ruptura». Vale a pena determo-nos um pouco neste ponto, para ver em que medida se «recusou» a revolução.

A falta de liquidez do sistema, de que tanto se falou, é mais um dos aspectos da defesa do mesmo, da desarticulação das relações capitalistas, que automaticamente surge sempre em situações deste tipo. Face a isto, há duas reacções possíveis: a reacção clássica, imediata, que é *reintroduzir liquidez*, em última análise, «fabricando moeda», e mantendo, ainda que artificialmente, os mecanismos normais de pagamentos e de relações comerciais e financeiras. Foi o que se fez e era, num primeiro tempo, inevitável, mas é isso, *sem mais nada*, que

---

<sup>35</sup> A forma por que foram feitas muitas destas intervenções foi extremamente divisionista: o caso da Têxtil Manuel Gonçalves é apenas um dos possíveis exemplos.



permite, um belo dia, «reconstruir a economia» à maneira do C. D. S.: a inflação e a desvalorização se encarregarão, fatalmente, de trazer as coisas ao equilíbrio, bastando para isso «estar disposto» à violenta repressão que exigirá tal «marcha a trás»; mas, isso é essencial, os aparelhos, as estruturas estão todos no lugar, não havendo mais do que voltar a substituir pessoas (o que, desde o 25 de Novembro, já está a processar-se em larga escala). Outra reacção é, naturalmente, a de *reduzir as necessidades de liquidez*. Parece evidente e simples, mas também aí se põe a questão da «ruptura». No limite, é a «ilusão monetária» que já discutimos e que teve o exemplo extremo no comunismo de guerra russo, e mais tarde principalmente nas concepções guevaristas da direcção da economia. De passagem, note-se que tais soluções só foram aplicadas em situações pós-revolucionárias (e em outros contextos excepcionais, como as práticas de «economia natural» dos anarquistas espanhóis a partir de 36, por exemplo). No caso português, em que se traduziria tal perspectiva? Desde logo, em eliminar a volumosa circulação monetária que representam os pagamentos *dentro* do sector estatizado: é, no fundo, a ideia de Guevara de que as empresas do Estado se podem assimilar, nas suas relações umas com as outras, a «secções» dentro de uma mesma empresa, que *cedem* mercadorias e serviços umas às outras, mas sem que isso se traduza em pagamentos efectivos. Ou seja, tratava-se de encontrar um «novo equilíbrio» que se materializaria na existência de um sector *Estado* e de outro *Exterior*: as relações de pagamento processar-se-iam apenas entre um e outro, e, naturalmente, dentro do segundo. Deixaria de haver os aberrantes circuitos no interior do Estado que já várias vezes foram assinalados: o Estado (Governo) concedendo avales a operações de crédito da Banca (Estado) a empresas nacionalizadas ou sob intervenção (Estado), em parte para reembolsar anteriores empréstimos ou simplesmente pagar vultosos encargos financeiros à mesma Banca (Estado) (ver no Anexo 4 um texto sobre esta questão). É óbvio que qualquer dos Governos Pro-

visórios se encontrava impossibilitado de abordar o problema segundo esta óptica. Ela corresponderia à pura e simples destruição dos habituais mecanismos de controlo contabilístico das empresas, consideradas como unidades *individuais* de produção, e obrigadas a apresentar os resultados financeiros em termos de «equilíbrio interno», do qual, por diferença, se obtêm lucros ou prejuízos. Uma vez mais se teria o sentimento da anarquia, do descontrolo, do «deixa de haver a quem *pedir* contas, a quem *pedir* responsabilidades». Na realidade, seria um elemento poderosíssimo de integração do sector nacionalizado, em que os trabalhadores teriam, *eles*, o sentimento de intervir decididamente numa acção colectiva: deixaria de ser possível, como foi, manterem-se entre as empresas nacionalizadas as relações de concorrência, de «confidencialidade», etc., quanto mais não seja porque elas teriam de definir com precisão a fronteira das suas relações internas, como secções do bloco «Estado», e das suas relações com o «Exterior» — em resumo, teriam de *abrir* as contas, discuti-las, estabelecer planos de articulação e de acção conjunta, de *cooperar* num quadro de responsabilidade social. Aí poderiam começar a germinar as relações de produção socialistas, de que nem se vislumbrou um esboço sequer. Poder-se-ia começar a falar de acumulação socialista, a equacionar em bases sólidas, entre trabalhadores, os problemas de alianças de classe, em particular no domínio das relações cidade-campo. Mas, é claro, tudo isto *se poderia* (como se pôde nas experiências históricas referidas) se suportado por um poder político revolucionário — por isso não se pôde. Dirão alguns que, justamente por essa via, se desenvolveram enormes e poderosas «burocracias de Estado», não só na Rússia mas também em Cuba. É um facto. No entanto, precisamente porque os problemas da transição para o socialismo, para além das «regularidades históricas» já enunciadas, têm de ser resolvidos em função das formações sociais concretas a que dizem respeito, podemos recordar que, no caso português, haveria condições excepcionais para que tal risco pudesse ser minimizado: não tem, ape-

sar de tudo, comparação o potencial técnico e educativo de que partiríamos, com o que existia em qualquer daqueles dois casos. O que não impede que não se tenha de ter presente tal observação: haveria que *depositar* o essencial do controlo nos níveis que pudessem *de facto* exercê-lo, e não pretender centralizá-lo totalmente ao nível do Estado, ou de qualquer órgão todo-poderoso. Nesse sentido, aliás, se tentaram esboçar algumas experiências de «controlo sectorial» — condenadas, desde logo, pelo contexto não revolucionário em que se inseriram (a ilustrar estas questões, juntamos em Anexo 5 dois textos elaborados durante a nossa passagem pelo IV Governo Provisório, e outro escrito posteriormente). Isto levanta-nos uma questão importante: a do controlo operário. Importa desde já assinalar que só depois do 25 de Novembro tem esta expressão (imprecisa, como se verá) vindo a ser associada às «nacionalizações» e à «Reforma Agrária» como uma das conquistas fundamentais da revolução, nomeadamente pelos principais dirigentes do P. C. P. A título de exemplo, significativo, é em vão que se busca tal expressão nos discursos de Álvaro Cunhal entre Maio e Novembro de 75. No último desses discursos, de 10 de Novembro, essas «conquistas essenciais da revolução já alcançadas» são assim enunciadas: «as nacionalizações, a Reforma Agrária, uma política social mais avançada em benefício das classes trabalhadoras». Não é por acaso que tal sucede. É que, ao longo daqueles meses decisivos, o que de verdadeiramente importante se passou nesse campo proveio quase exclusivamente da «base»: foi na casuística das lutas de empresa, conduzidas pelas respectivas comissões de trabalhadores — muitas delas, de resto, «afectas» ao P. C. P. —, que, em numerosos casos, se adquiriu um autêntico *poder* de controlo, sem falar naqueles em que se foi até formas de autogestão (cooperativas de produção, comissões de gestão, etc.). A aspiração fundamental dos trabalhadores de «tomarem em mãos o seu próprio destino» manifestou-se, como era inevitável, ao nível concreto dos *locais* onde a exploração directamente se realiza (as empresas) ou mais patentemente se manifesta (ha-



bitação) — isto excluindo, por agora, a questão agrária. Ora, como já antes se referiu, o carácter eminentemente espontâneo das comissões de trabalhadores, o aleatório da sua orientação partidária, a sua suposta tendência «anarquizante» e «incontrolável», eram de molde a suscitar reservas sérias aos «aparelhos de vanguarda», que sempre privilegiaram a acção sindical, em nome de uma «visão de conjunto» que as comissões de empresa não poderiam ter — isto enquanto se ia, pacientemente, tentando, geralmente por vias extremamente violadoras da democracia operária, conquistar o controlo dessas comissões, uma a uma. O projecto de decreto sobre «controlo da produção» proposto durante o IV Governo pelo Ministério do Trabalho é um exemplo magnífico daquela orientação, já que conferia às estruturas sindicais o predomínio absoluto no que respeitava ao «controlo da produção», noção aliás definida aí de forma bem pouco ambiciosa, virada sobretudo para a vigilância relativa a acções de «sabotagem económica» — uma espécie de acção policial que ficava muito aquém do que geralmente se entende por «controlo operário», ou «controlo da produção» no seu sentido mais amplo.

A ideia inversa, de partir das comissões de trabalhadores e da sua experiência concreta, tentar articular a sua acção a nível sectorial e regional, aprofundar a esses níveis a discussão política, fazendo surgir as contradições e ultrapassando-as numa perspectiva revolucionária assente em alternativas de «ruptura»<sup>36</sup> — tal ideia corresponderia ao alargamento da noção de controlo da produção à sua necessária dimensão *social*,

---

<sup>36</sup> Foi esta, de passagem, a orientação que levou às tentativas já referidas de criação de órgãos de «controlo sectorial» nos sectores da Metalomecânica Pesada e da Construção e Reparação Naval. As comissões de trabalhadores destes sectores aderiram fortemente a tais propostas, que lhes conferiam um papel decisivo nos respectivos sectores e na sua reestruturação. Surgiram, de facto, desde logo contradições entre trabalhadores (de empresas «concorrentes», de empresas de distinta dimensão, etc.), inevitáveis e certamente fecundas, que o próprio trabalho conjunto, o entusiasmo colectivo de uma tarefa eminentemente revolucionária, se encarregariam de fazer ultrapassar, face ao inimigo de classe comum. Não houve tempo — nem as condições objectivas, reconhecemo-lo, permitiam o êxito isolado de tais experiências.

mas constituiria um verdadeiro gérmen de *poder* revolucionário fundado na acção das massas e ameaçaria as estruturas do poder institucional, nomeadamente sindical. O que se pretendia, na realidade, não era um «controlo social da produção pelos trabalhadores» — expressão muito mais rigorosa do que qualquer das anteriores, pois «controlo operário» é não só insuficiente e limitativo como, na esteira do abuso de tantas outras expressões leninistas, funciona facilmente como um simples *slogan*, e assim tem sido sempre utilizado conforme convém —, mas um controlo sindical sobre os trabalhadores. A criação, numa fase em que a situação já era praticamente irreversível, do Secretariado das Comissões de Trabalhadores das Empresas da Cintura Industrial de Lisboa já nada teve que ver, como é sabido, com a questão do *poder das massas*, ou do controlo da produção, mas justamente com necessidades derivadas de uma estratégia de recuperação a nível do *poder de Estado*.

Nunca chegou a ser publicado qualquer decreto sobre o assunto<sup>37</sup>. E é bem fácil imaginar um diploma que, sob esse nome, promova formas de cooperação de classe para salvar empresas em dificuldade. Na realidade, nem sequer foram alguma vez reconhecidas oficialmente as comissões de trabalhadores como órgãos representativos dentro da empresa — coisa que até o Governo Provisório russo fez, após Fevereiro de 17. Pouco importa, de resto, na medida em que a sua acção é das que mais poderosamente têm marcado a luta de massas nesta fase pré-revolucionária.

Daqui passamos a outro tipo de questões, intimamente ligadas com as anteriores, que têm simultaneamente que ver

---

<sup>37</sup> Posteriormente à redacção deste texto, foi aprovado na última reunião do Conselho de Ministros do VI Governo um decreto sobre «Comissões de Trabalhadores e Controlo de Gestão» que em nada altera o que aqui se escreve, no essencial, muito pelo contrário. Aliás, não chegou a ser promulgado e, face às fortes reacções que suscitou, outros projectos ainda virão a ser submetidos à Assembleia da República. O que só prova ser uma questão vital, em relação à qual a burguesia *não pode* fazer concessões, diga o que disser a Constituição [Out. 76].

com o «planeamento», com os «critérios de investimento» e com a «batalha da produção». Em resumo: como se poderia, nas condições existentes em 75, repor em marcha o «aparelho produtivo»? Partiu-se de dois «princípios» bem conhecidos, que não tinham, de facto, nada que ver com a realidade portuguesa, pois pressupunham estar-se *já* em transição para o socialismo. O primeiro era o de que socialismo *implica* planificação e, portanto, com o «poder económico» de que o Estado passou a dispor após o 11 de Março, «há que começar a planificar». O segundo era o de que os trabalhadores, agora a trabalhar «para si próprios», se lançariam entusiasticamente nas tarefas produtivas a fim de consolidar o «poder revolucionário». Ora já vimos que, por um lado, nas situações pré-revolucionárias, e mais ainda nos primeiros anos pós-revolucionários, o «estrebuchar» das relações económicas capitalistas (forma patente da luta de classes em tais períodos) *desarticula* por completo as estruturas de produção e circulação, o que impede qualquer espécie de *planificação*. Por outro, que não é pelo facto de o poder se *afirmar* revolucionário que as massas trabalhadoras o reconhecem como tal e se mobilizam às suas palavras de ordem.

Ora, as massas trabalhadoras ouviram falar imenso de planeamento, de tentativas sucessivas de elaborar planos (de transição, de emergência, etc., etc.), mas a sua prática concreta *desmentia* diariamente tais «boas intenções»: pelo contrário, elas tinham de lutar permanentemente pela resolução *individual* do seu próprio caso. O «caso a caso» era, na realidade, o método de trabalho evidente a todos os níveis do aparelho de Estado, até ao Conselho de Ministros e ao Conselho da Revolução. Nem poderia ser de outro modo, face à referida desarticulação. Seriam possíveis, sim, *outras coisas*<sup>38</sup>, não a planificação, se houvesse (ou *pudesse* haver) o tal arrojo revo-

---

<sup>38</sup> Outro exemplo de utilização do Orçamento que dá uma noção do que é possível fazer a um poder revolucionário numa situação «não planificável», e que é também um exemplo mais da expressão «investir no socialismo»: o Estado pode constituir-se cliente de um dado sector semiparalisado e depois distribuir gratuita-



lucionário de que acima falámos. Mas o que se encontrou, como contrapartida a uma planificação impossível, e que é a sua própria negação, embora igualmente inoperante na situação concreta que se vivia, foi a «batalha da produção»: Murteira, Vasco, o Conselho da Revolução, o Ministério do Trabalho convenceram-se (expressão simplificadora, pois as motivações eram bem mais complexas, e nem necessariamente as mesmas) que o «arrebatamento verbal» seria suficiente para despertar uma «emulação socialista», a que nem sequer faltavam prémios às empresas ou trabalhadores-modelos que o Inatel se propunha facultar. Voluntarismo fatalmente improfícuo, pois não estava na mão da grande maioria dos trabalhadores, ainda que o quisessem, produzir o que entendessem. Em numerosíssimos casos faltavam meios para adquirir matérias-primas, faltavam mercados (interno ou externo), etc. Em muitos, também, estava-se em luta contra o patrão, sendo naturalmente bem mais forte a disposição para não produzir. Noutros, eram mesmo medidas governamentais que acelera-

---

mente ou a baixo preço os respectivos produtos, como sejam fatos e botas de trabalho, utensílios diversos, etc. O que seria obviamente mais útil do ponto de vista social do que apoiar financeiramente as empresas «a fundos perdidos» e mantendo-as com baixa ou nula produção. Mas o efeito sobre o «mercado» seria muito duro. As consequências seriam semelhantes às do exemplo que adiante se dará relativamente à construção civil (ver p. 248). Aliás, também aqui não inovamos. Vale a pena fazer algumas citações relativas aos casos russo e chinês. Assim, segundo Carr, «o programa do partido de Março de 1919 interessava-se pelo aumento de produção a todo o custo, e advogava o apoio às pequenas indústrias rurais por meio de encomendas do Estado e créditos» (BR-II, p. 177). Bukharine e Preobrajensky assinalam: «No Inverno de 1920 foram dadas várias encomendas pelo Estado aos pequenos artesãos: dois milhões de botas de feltro, 2,2 milhões de *mitaines* de lã, uma quantidade de produtos de malha, de sapatos, peles, etc.» (ABC-II, p. 106), e descrevem a forma como se «programavam» estas acções. Quanto à China, é o próprio Mao que sistematiza as etapas porque foi passando a «transformação do capitalismo nacional», sendo a primeira: «O Estado passava encomendas às empresas privadas para assegurar a sua produção» (MC, p. 72). Hughes e Luard, pelo seu lado, referindo-se à tarefa dos «três primeiros anos», que consistia na «reabilitação a prazo de uma economia desarticulada, de forma a prepará-la para o início do I Plano Quinquenal», dão vários exemplos de como as «companhias comerciais estatais foram encarregadas de estimular a actividade económica por empréstimos e adjudicações a empresas privadas» (DE, p. 41). Mas convém ter presente que, em qualquer dos casos citados, isto se passa depois da Revolução...

vam a crise e apontavam, muito mais, para uma reconversão (por exemplo, o sector automóvel). De um modo geral, aliás, o essencial estava em que os trabalhadores não aderiam obviamente à ideia de que agora iriam produzir para si próprios, por mais que isso lhes fosse *dito*: eles viam *tudo* a funcionar do mesmo modo, só que as caras eram outras e a *linguagem* aparentemente muito revolucionária. Em quase todos os casos, de resto, a luta imediata e constante era, como vimos, pela obtenção de fundos que permitissem mensalmente pagar os salários — e nunca a Banca, ou os outros sectores intervenientes, ligaram de algum modo a solução desse problema ao de uma produção que, em tais condições, era inviável. Este último ponto levanta-nos, de resto, uma nova opção de «ruptura» que, em outras condições, poderia ter sido tomada.

Tomemos o exemplo do sector da construção civil. Sabe-se que havia empresas, e não poucas nem das menores, sobretudo as que mais se dedicavam à construção de empreendimentos turísticos ou as ligadas à grande especulação imobiliária, que praticamente paralisaram. O Estado assegurava-lhes o pagamento matemático dos salários, para uma produção nalguns casos nula. Cabe aqui recordar a forma como Preobrajensky abordava idêntico problema no período do comunismo de guerra (ver Cap. I, p. 61): «Para o Estado era mais vantajoso um *deficit* de cem sobre os produtos produzidos (...) *com as fábricas em funcionamento*, do que um *deficit* de duzentos ou quinhentos *com as fábricas fechadas*. Era um tipo de economia totalmente particular, radicalmente oposto nos seus objectivos e métodos de cálculo à produção capitalista.» O essencial, segundo outro autor contemporâneo, era «produzir a maior quantidade possível de coisas úteis». Que fazer, em Portugal, dentro de tal lógica? Por exemplo: se o Estado assegura, em qualquer caso, os salários, então porque não produzir casas (no caso da construção civil) e «vendê-las» a um preço que se limitasse a cobrir os restantes custos, em particular o das matérias-primas? O Estado, via Banca, pode avançar (inclusive por meio de aumentos de capital) o montante

necessário ao arranque do esquema; pode, por via de crédito-habitação, ou através da Previdência, encontrar forma de evitar que, por tal via, se não alimente uma especulação desenfreada. Aliás, dentro desta mesma lógica, é perfeitamente admissível que fosse possível cobrir uma parte considerável dos salários. É claro que tal solução, obviamente proveitosa quer para o Estado, quer para os trabalhadores, para estes sobretudo enquanto «necessitados de habitação a baixo preço», iria *violar* frontalmente as leis do mercado, e iria naturalmente atingir os empresários privados do sector, que se veriam confrontados com uma «concorrência desleal». Por outras palavras, só um poder político revolucionário poderia imaginar e aplicar uma tal ideia, aparentemente tão simples e aliciante (e que não teria de se limitar à construção civil): o agravamento da contradição entre o sector «socializado» e o sector privado, ou seja da própria luta de classes, daí resultante, não poderia ser ultrapassado por um Governo de coligação fraco e, como se viu, buscando sempre (sem conseguir) compromissos impossíveis. Ou seja, uma solução desse tipo, que o mais elementar bom senso aconselharia, seria, também, uma «solução de ruptura».

É fácil de prever que a aplicação de soluções como a da cessação de pagamentos entre empresas do Estado e a da produção segundo o esquema que sugerimos conduziria, a certa altura, à «integração» de todo o sistema estatizado em termos orçamentais — tal como aconteceu na Rússia e em Cuba. A fim de evitar os inconvenientes burocráticos de tal esquema e de assegurar a futura «estabilização» (ou seja, a forma de atingir sem graves sobressaltos um novo equilíbrio global, pois, como se sabe, se trata de situações insustentáveis a prazo)<sup>39</sup>, teria sido indispensável estudar, rápida mas aprofundadamente, a sua introdução e o modo de associar os trabalhadores das diversas empresas à sua aplicação. Dum ponto de vista revolucio-

---

<sup>39</sup> Embora se deva recordar que o sistema de «gestão orçamental», implicando o não pagamento entre empresas do Estado, vigorou em Cuba nos últimos dez anos, só ultimamente, no I Congresso do P. C. Cubano, tem sido posto em causa.



nário, tendo presente as experiências históricas conhecidas, era isto o que, após o 11 de Março, haveria que ter sido feito — e não tentar montar uma qualquer máquina de planificação, absolutamente inadequada à situação. Mas, uma vez mais, a expressão «haveria que» implica abstrair da natureza dos Governos Provisórios.

Idênticas análises são possíveis se atentarmos em questões como a articulação comércio externo-produção nacional e o problema emprego-investimentos. Enunciá-los-emos muito rapidamente, pois não são mais do que novas ilustrações duma mesma problemática. Mas são importantes porque, em qualquer dos casos, intervém o factor «independência nacional».

É sabido o elevado grau de dependência comercial da economia portuguesa: é crónico e crescente o *deficit* anual do comércio externo, concentrando-se uma elevada percentagem das importações e exportações num escasso número de países ocidentais. Acresce o facto de que só uma parcela reduzida das importações (abaixo dos dez por cento) se pode considerar «supérflua», e portanto teoricamente, ainda que não facilmente, eliminável. Pois o facto é que, quer compromissos externos, quer temores internos de colocar certos sectores «contra o processo», quer ainda o pânico de «represálias» terríveis por parte do imperialismo, não permitiram que se fosse além da aplicação de sobretaxas moderadas sobre essas importações (e mais uma série de outras «não essenciais» ou «substituíveis») — paliativo que qualquer Governo em dificuldades tem utilizado, indo até por vezes mais além do que isso. É duvidoso que tal medida tenha surtido sequer o efeito moderador que se esperava. De facto, o que se viu foi gradualmente diminuírem as importações e as exportações, sendo de admitir que a causa principal tenha sido, justamente, a também gradual diminuição da actividade económica global: no limite, é óbvio que, se a economia paralisasse por completo, eliminar-se-ia também por completo o *deficit comercial*...<sup>40</sup> O que

<sup>40</sup> Cálculos de quadrantes diversos (a equipa de especialistas do M. I. T., o grupo «Economia e Socialismo», o Banco de Portugal) insistem em que a dimi-

seria a actuação neste campo num período efectivamente revolucionário?

Os princípios gerais são conhecidos: nacionalização do comércio externo, rápida reorientação dos «parceiros comerciais» externos, apertada austeridade, indo, geralmente, até ao racionamento de bens essenciais (sem falar na eliminação drástica dos supérfluos). Também aqui se torna indispensável aprender as lições de outrem, de modo a minimizar os chamados «custos da Revolução». Dada a estrutura razoavelmente diversificada da indústria portuguesa e a existência de uma capacidade técnica (em termos humanos) largamente subaproveitada — o que não tem paralelo com qualquer dos antecedentes históricos —, não é de nenhum modo impensável que tal situação, se assente numa *enorme mobilização de energias*, pudesse conduzir a numerosas «soluções nacionais» para problemas cuja solução nos habituámos a importar do estrangeiro <sup>41</sup>. Isso pressuporia, naturalmente, a absoluta prioridade à produção de «coisas socialmente úteis» sobre as estritamente «rendíveis». E pressuporia algo curiosamente talvez bem mais

---

nuição do Produto Interno Bruto em 1975 não terá excedido os três por cento, o que não seria, afinal, nada nunca visto. Mas convém não esquecer que o cálculo do P. I. B. em unidades monetárias implica que sejam contados como «produto» os salários de empresas sem produção e os do funcionalismo público (fortemente empolados em 1975, por exemplo, pela criação do quadro de adidos). Pelo contrário, se considerarmos que os factores que essencialmente determinam as variações *reais* de produto (físico) são as taxas de variação da produtividade e do emprego *produtivo*, não se poderá ser tão optimista: tanto uma como outra terão sido francamente negativas — o que é normalíssimo em situações de crise pré-revolucionária.

<sup>41</sup> Não é difícil imaginar que, numa situação de verdadeira «mobilização colectiva», fosse viável motivar os trabalhadores para a invenção de soluções que permitissem, com os meios técnicos disponíveis, substituir numerosas importações. Seria uma espécie de «concurso» de imaginação revolucionária, em que cada um, cada unidade de produção, cada colectivo de trabalhadores se sentiria comprometido. Sendo certo que se adoptariam as soluções de menor custo, o critério fundamental não poderia ser, em tal situação, o de atingir «preços competitivos». Já se estaria dentro de *outra* lógica, em que o *político* estaria «no posto de comando». Recordamos aqui, a propósito, o aproveitamento que, dentro de tal espírito, se podia fazer de muito material de apoio militar que ficou inutilizado no fim das guerras coloniais. Muito depósito de água autoportado (facilmente transformável para combustível), muito motor de camiões semidesfeitos, muitos grupos de iluminação, etc., poderiam ser aproveitados e adaptados para fins de desenvolvimento rural, consolidando ainda a ligação indispensável entre os soldados e os trabalhadores.

difícil: uma solidariedade revolucionária internacional. Com efeito, bem sabemos quanto Guevara se bateu por que as relações económicas entre países socialistas se processassem em termos de solidariedade revolucionária, desligando-as do «sistema mundial de preços»<sup>42</sup>, e também as desilusões que isso lhe reservou. Não vamos alongar-nos sobre este ponto: basta assinalarmos que os riscos neste campo seriam grandes, mas só em face de *riscos* se pode falar de *arrojo*, ou não será? O importante seria o sentimento de «resistência colectiva» que esta política de «ruptura» no sector das relações externas necessariamente despertaria, desde que o esclarecimento político fosse permanente, e os trabalhadores tivessem, então, a *certeza* enfim de estar a trabalhar para si próprios, a criar uma *sociedade nova*. Só para dar um exemplo: qual a dificuldade em demonstrar que o racionamento não seria nada de novo? Ele faz-se *hoje* por meio das diferenças de nível de vida: é um racionamento sem esse nome. Um racionamento «socialista» pode mesmo beneficiar uma larga maioria da população, se for suficientemente *desligado* do sistema de preços de mercado<sup>43</sup>. A distribuição gratuita ou a muito baixo preço de leite

---

<sup>42</sup> Algumas passagens do discurso de Argel, em Fevereiro de 65: «O desenvolvimento dos países que se lançam na via da libertação [do imperialismo] tem de ser pago pelos países socialistas. (...) Creemos que (...) não deve voltar a pôr-se a questão de desenvolver um comércio para mútuo benefício, na base de preços viciados à custa dos países subdesenvolvidos pela lei do valor e pelas relações internacionais de troca desigual que ela implica. Como se pode chamar "benefício mútuo" à venda a preços do mercado mundial de produtos brutos que custam aos países subdesenvolvidos esforços e sofrimentos sem limites, e a compra a preços do mercado mundial de máquinas produzidas nas grandes fábricas automatizadas actualmente existentes? Se estabelecemos este tipo de relações entre os dois grupos de nações, devemos convir que os países socialistas são, em certa medida, cúmplices da exploração imperialista. (...) Os países socialistas têm o dever moral de liquidar a sua cumplicidade tácita com os países exploradores do Ocidente» (SH, pp. 72 e 73).

<sup>43</sup> A propósito do racionamento em Cuba, diz J. Vallier: «Os detractores da Revolução Cubana, a fim de mostrar o efeito nefasto da Revolução sobre o nível de vida do povo, insistem na existência de um racionamento. Mas esquecem que, de facto, o racionamento, tal como está organizado em Cuba, significa que os níveis de consumo não são determinados pelas diferenças sociais ou de riqueza. Ele significa *uma maior igualdade*, na medida em que cada cubano tem os mesmos direitos na distribuição dos *bens de consumo essenciais* de que dispõe a sociedade» (op. cit., pp. 1613-14).



ou de carne a todas as crianças em idade escolar, por hipótese, mesmo em quantidade racionada, iria, sem dúvida, beneficiar muitíssimo mais crianças (que hoje só raramente têm acesso, por razões económicas, a tais produtos) do que as que iria «prejudicar».

Quanto à segunda questão (investimento-emprego), também não foi possível passar das afirmações de que «é necessário criar empregos», e para isso «relançar o investimento». Elaborou-se um extenso «programa nacional de emprego» que, naturalmente, se limitou a assistir impotente... ao aumento crescente do desemprego. No que toca a projectos de investimento, os Governos pós-11 de Março não tomaram praticamente uma iniciativa importante, dando quando muito seguimento a projectos que vinham de trás, a maioria dos tempos do fascismo. De todos eles, aliás, os únicos em princípio interessantes dentro de uma óptica «progressista» (para simplificar) eram o da beterraba e o dos tractores, vindos do III Governo. Com efeito, eram projectos industriais intimamente ligados à agricultura (e motores de desenvolvimento agrícola e pecuário), criadores de emprego, podendo aproveitar recursos e capacidades produtiva e técnica nacionais, com um efeito considerável na diminuição da dependência externa<sup>44</sup>. Quanto aos restantes projectos, eram todos muito discutíveis, sob qualquer desses critérios. Eram de um modo geral projectos altamente dispendiosos em capital, exigindo vultosos financiamentos externos, de tecnologias estrangeiras sofisticadas, criando proporcionalmente muito poucos postos de trabalho e fortemente dependentes de mercados externos. Os três projectos autorizados nessa fase (as duas petroquímicas e a fábrica de anilinas do Amoníaco Português) respondiam todos a estas características. O último, em particular, constituía uma perfeita aberração, cuja aprovação só é explicável pelas relações extremamente equívocas e contraditórias

<sup>44</sup> Isto independentemente da forma como foram lançados, que foi, no caso da beterraba, totalmente errada: por isso ainda continua a marcar passo. Esqueceu-se que uma fábrica de açúcar de beterraba não pode funcionar sem primeiro se ter equacionado e resolvido o problema agrícola, isto é, a produção de beterraba...

entre o Governo e os trabalhadores: isso levou o Governo a ceder a uma exigência destes (ao nível de *uma* empresa) que ia claramente *contra* os interesses dos trabalhadores *em geral*. Uma vez mais se revelava a debilidade do conceito do «Estado ao serviço dos trabalhadores»: era apenas um Estado que, afirmando-se como tal, na realidade buscava conquistar a confiança dos trabalhadores cedendo-lhes no «caso a caso» — e deste modo contribuindo para a sua divisão. Um poder revolucionário, ao contrário, privilegiaria o estudo *colectivo* dos problemas, a nível local, regional ou sectorial, por parte dos próprios trabalhadores. Seria impensável, é claro, virem os trabalhadores de *uma* empresa, ainda por cima de um sector nacionalizado, reclamar do Governo um investimento rigorosamente incompatível com os critérios em tal situação prevaletentes: produção de «coisas socialmente úteis» (naquele caso: produção totalmente para exportação), criação de empregos com baixo investimento (naquele caso: investimento da ordem de seiscentos mil contos, cerca de cem postos de trabalho!), independência nacional (naquele caso: dependência total de mercado externo, capitais e tecnologia estrangeira, participação mínima da indústria nacional). Teriam de ser os trabalhadores a ultrapassar as contradições que entre si próprios se levantassem, a discutir politicamente a oportunidade de tal investimento, a avaliá-lo em articulação com um programa sectorial, etc., etc. — e não temos dúvidas de qual seria, nessas circunstâncias, a sua decisão final.

Na realidade, os investimentos continuaram a ser avaliados segundo os critérios capitalistas tradicionais — ou simplesmente a ser acenados com fins de propaganda, como nos melhores tempos caetanistas. É o caso de Alqueva e das piri-tes, de que tanto se falou nesses agitados meses [e continua a falar... agora «para glória» do Governo P. S.!], mentindo pura e simplesmente quanto ao avanço dos estudos respectivos, tomando decisões de «andar para a frente com o projecto» quando mal se conheciam (ou se desconheciam mesmo) as suas variáveis fundamentais. Quando é certo que se trata de

dois projectos *em princípio* do maior interesse, que mereciam bem melhor do que servirem de novos «Sines pós-25 de Abril». A propósito, aliás, não será estranha ao bloqueio do segundo daqueles projectos a megalomania do Gabinete da Área de Sines, herdada de trás, de quando era o menino-bonito de Marcelo, a quem se continuaram a alimentar as fantasias tecnocráticas, oferecendo-lhe um disparatado projecto adubeiro (durante o III Governo) sobre o qual ainda hoje continua a tecer mirabolantes visões — em lugar das quinhentistas caravelas, partindo à aventura das praias do Restelo, teríamos agora a versão moderna de autênticas esquadras levando os nossos adubos ou o nosso ácido sulfúrico para mercados desconhecidos... Enfim, eis aqui um exemplo mais da manutenção de estruturas, da persistência de um aparelho de Estado que «engoliu» dois Governos e mais as tiradas revolucionárias que houveram por bem proferir. E é tão fácil de ver como as coisas se passavam: um Gabinete de Sines, como mil outros gabinetes, organismos e serviços, inundavam o respectivo secretário de Estado ou ministro com papéis para «despacho urgente» («se não pára tudo, e os trabalhadores vêm por aí a cima», etc.), que não lhes davam sequer tempo para se dar conta de que, de qualquer modo, já estava tudo «parado», como sempre estivera. De que, no fim de contas, o importante era usar novos critérios, curto-circuitar as estruturas burocráticas, deixar mesmo que «os trabalhadores viessem por aí acima». Mas, acabamos sempre no mesmo ponto, isso seria ir para soluções de ruptura — por isso se não foi.

Entretanto, iam-se elaborando estudos muito clássicos sobre a conjuntura, as intenções de investimento (!), as estratégias de planeamento (!). Ia-se reunindo semanalmente a comissão encarregada de aplicar o Plano Nacional de Emprego, em que era muito «apreciado» o papel desempenhado por um oficial da 5.<sup>a</sup> Divisão que tentava «dinamizar» os funcionários que os Ministérios se dignavam enviar a tão inoperantes conciliábulos. E, de longe em longe, a «equipa económica» era chamada para dar umas lições de economia ao Conselho da



Revolução ou a qualquer das suas comissões — enquanto, aliás, numerosos militares, em não menos numerosos gabinetes, tomavam por sua conta e risco decisões políticas com sérios efeitos económicos e decisões económicas com ainda mais sérios efeitos políticos.

Como admirarmo-nos de que, ao mesmo tempo que tudo isso se passava, a burguesia tenha podido voltar a reunir forças, tenha podido aproveitar-se de uma situação *por si própria criada*, de cujo agravamento, à falta de alternativa, seria a grande beneficiária, e a que o movimento de massas, espontâneo e forte, mas desorganizado, não podia só por si responder em termos revolucionários? Como admirar-nos de que, afinal, o que de mais sólido ficou tenha sido a Reforma Agrária, único caso em que o movimento imparável e ávido das massas impôs uma verdadeira «ruptura» e arrastou os aparelhos e as burocracias diante de si? Mais: foi esse o único caso em que foram criados *novos órgãos* de Estado descentralizados e profundamente ligados às massas (os Centros Regionais da Reforma Agrária), com larga autonomia, e tendo por função justamente apoiar esse movimento de massas. É, aliás, útil recordar que o distrito onde a implantação sindical era mais forte (o de Beja) foi aquele onde mais tarde se iniciaram as ocupações de terras, já então «organizadas» nas famosas caravanas. E, também, que as zonas onde as ocupações se desenvolveram com maior dinamismo eram áreas de influência de unidades militares empenhadas na Reforma Agrária e que a ela davam o seu apoio.

Isto é, sem abordar a fundo a questão da Reforma Agrária, de que não somos especialistas e que outros certamente virão a esclarecer e a historiar em toda a sua riqueza política, parece-nos indiscutível que se tratou de um autêntico movimento revolucionário de massas, que se subtraiu aos aparelhos tradicionais, e que uniu soldados e camponeses numa tarefa de radical destruição das estruturas fundiárias e das relações de produção no campo. Aí se praticou uma legalidade revolucionária, colectivamente assumida. Aí se puseram em causa os critérios

capitalistas correntes e se olhou a produção como um acto eminentemente *político*. Por isso, ainda que algo possa «retroceder» (e uma reinserção da produção agrícola na lógica do mercado e dos circuitos de comercialização capitalistas é um meio indirecto mas muito poderoso de atacar a Reforma Agrária), o essencial da Reforma Agrária é irreversível: o assumir colectivo do princípio «a terra a quem a trabalha», a resistência colectiva e de dentes cerrados com que terão de contar aqueles que se proponham destruí-la.

Enfim, uma nota importante relativa a um aspecto que só pontualmente foi mencionado ao longo deste texto: a questão da independência nacional. Na realidade, apenas queremos chamar a atenção para que todos os exemplos de «ruptura» que fomos dando, e cuja inviabilidade constatámos face à natureza do poder político, pressupunham uma firme determinação de «independência nacional». Com efeito, a tomada de todas essas medidas por um poder revolucionário, rompendo internamente com uma lógica de mercado, o que por sua vez implicaria, como se viu, um «proteccionismo socialista» pela via do controlo total do comércio externo, aprofundaria inevitavelmente a «desagregação económica capitalista» (o que é normal em todas as situações pós-revolucionárias, questão desenvolvida no Cap. II; segundo Bukharine: «A desintegração revolucionária da indústria é um estágio historicamente inevitável que nenhuma lamentação evitará. A revolução comunista, como qualquer outra revolução, é acompanhada de uma degradação das forças produtivas») e faria decididamente desvendar sem disfarces aos trabalhadores portugueses o inimigo principal: o imperialismo, o capitalismo internacional. Pois se é certo que, desde o 25 de Abril e mais ainda depois do 11 de Março, os boicotes intencionais ou objectivos ao «processo» português foram constantes, se foi o sistema mundial, como um todo (em que se inclui, é claro, a sua «parcela» nacional), que desgastou e desregulou os mecanismos económicos internos, acusando disso um poder político

«de esquerda»<sup>45</sup> — se assim é, com efeito, o facto é que os paliativos encontrados, os falsos apoios anunciados, a própria opacidade da economia, quando «vista» de uma única empresa, a recusa (por estranhos temores de agravar ainda mais a situação) de uma informação aberta e verdadeira, contribuíram para que os trabalhadores não tivessem plena consciência do ataque cerrado de que era objecto a sua luta por uma «sociedade nova». Basta dar como exemplo que o enunciado *real* da situação económica era desaconselhado, pois «quem falava de caos económico era o Spínola» e, portanto, estar-se-ia a fazer o «jogo da reacção». Ora, em Junho de 75, quando se tratou de expor ao Conselho da Revolução os problemas económicos, o quadro geral que foi pintado estava longe de ser optimista. Respigamos de um documento da altura, elaborado no Ministério do Planeamento, os seguintes tópicos caracterizadores da situação económica: «Deterioração acelerada da balança de pagamentos; agravamento do desemprego (regresso de militares, colonos, etc.); quebra na produção industrial<sup>46</sup> e no investimento; inflação latente; *donde* situação de crise com tendência para agravamento a curto prazo.» O P. A. P. revela que «a situação é muito grave, mas não assustadora» e exorta os trabalhadores a «optar pelo socialismo» — mas, no fundo, o que propõe é salvar a *coligação governamental* e incumbi-la de mais um plano de transição para 1976-77-78! Curiosamente, após os «meses quentes» (Março a Setembro) e, prin-

---

<sup>45</sup> O C. D. S. é bem o porta-voz privilegiado do imperialismo: foram, é claro, aqueles de quem é o representante político que paralisaram empresas, que despediram, que fugiram para o estrangeiro, que levaram capitais, que subfacturaram, etc., etc., e, no entanto, é ele que «acusa» e que se propõe «salvar» em nome do «interesse nacional!» Tais «salvadores» já nós bem conhecemos: são os que nos levaram ao estado em que estávamos em 25 de Abril, e depois não cessaram de o agravar.

<sup>46</sup> A equipa que então renunciava uma quebra no P. N. B. em 1975 da ordem dos seis por cento (valor retomado no Plano de Acção Política do M. F. A., de 21 de Junho), a manterem-se «as actuais condições de produção», conclui agora *a posteriori*, surpreendentemente, que não terá excedido os três por cento. Em última análise, isso poderá parecer um elogio à acção do VI Governo, pois não é de supor que tenha sido possível, nos dois meses seguintes, criar as tais novas condições de produção.



principalmente, depois do 25 de Novembro, mantém este sector a mesma perspectiva, agora «para que se não diga que fomos nós os responsáveis». Mas não seria (teria sido) muito mais correcto «dizer a verdade», ou seja, que a situação económica é (era) *de facto* desastrosa e apontar sem hesitações os autênticos responsáveis, demonstrando-o com clareza e precisão? As massas trabalhadoras saberiam extrair daí as consequências: deparar-se-lhes-iam como únicas alternativas possíveis a «recuperação capitalista» (que ninguém, é claro, quer assumir *com esse nome*) ou a via revolucionária (em que bem poucos dirigentes políticos também querem ouvir falar, quanto mais preconizar).

Ora, numa situação *inequivocamente* revolucionária (isto é, em que ninguém pudesse ter dúvidas de que *uma revolução* estava em curso), o problema da independência nacional apareceria com total limpidez, despido de todos estes «jogos» de aparelho. Ele seria a alavanca fundamental da tal «mobilização colectiva», da descoberta de soluções impensáveis noutras circunstâncias, do espírito de resistência a todos os níveis. Então adquiririam todo o sentido os famosos «sacrifícios» tantas vezes anunciados, e a «batalha da produção» seria assumida por cada um e por todos como uma batalha de vida ou de morte. Claro que se podem imaginar mil dificuldades a vencer, mil obstáculos intransponíveis: para onde iríamos exportar? De onde nos viriam os créditos externos? E o dinheiro dos emigrantes? E os turistas? Podem imaginar-se formas de, ao menos, abordar estas várias questões — já demos alguns elementos para isso. Mas preferimos recordar o que uma vez disse Lenine a um dirigente comunista checo que sublinhava as dificuldades que encontrava no seu país a acção revolucionária: «O erro de esquerda é simplesmente um erro, não é grave, e é fácil de corrigir. Mas um erro que põe em causa a resolução de passar à acção (um erro de direita), já não é um pequeno erro, é uma traição. Não há medida comum entre estas duas espécies de erro.» O que simplesmente significa: *não sobrestimar* as dificuldades.

## CONCLUSÕES PROVISÓRIAS

### — A REVOLUÇÃO EM PAÍSES «INTERMÉDIOS»

Tanto o Chile como Portugal puseram pela primeira vez em evidência os problemas concretos da revolução e da transição para o socialismo em formações sociais capitalistas «intermédias», situadas, no quadro do sistema capitalista mundial, a «meio caminho» entre os países economicamente desenvolvidos (Estados Unidos, Europa Ocidental, Japão) e as largas dezenas de países africanos, asiáticos e latino-americanos que constituem a orla ultra-explorada — e por isso mesmo vital — do sistema. É certo que são bem marcadas as diferenças e as distintas funções, nessa estrutura mundial fortemente integrada, dos dois países: o Chile muito mais directamente dominado pelo imperialismo americano (que explorava as suas principais riquezas naturais, em particular o cobre, e dominava muitas das suas maiores empresas e grande parte do seu comércio externo), e com uma tradição de longas décadas de «democracia burguesa»; Portugal, pelo contrário, acordando de meio século de fascismo, sem recursos naturais próprios de importância determinante, sujeito a uma forte dominação económica mas muito mais difusa e mediada pelo subimperialismo europeu, arrogando-se o papel de última potência colonial e servindo afinal de intermediário privilegiado à dominação imperialista sobre ricos territórios africanos. O facto é

que, reserva feita a essas diferenças, ambos os países apresentavam estruturas económico-sociais relativamente próximas. Não só os indicadores globais são da mesma ordem (por exemplo, em 1970 o rendimento nacional *per capita* é, em ambos, de cerca de setecentos dólares; a participação da indústria transformadora no produto interno é de 28,5 por cento no Chile, de 34 por cento em Portugal — mas devendo salientar-se que as mais baixas percentagens chilenas derivam do «peso» do sector mineiro, incomparavelmente superior nesse país) mas, o que é essencial, a estrutura social apresenta também traços comuns, que grosseiramente se traduzem na muito desigual repartição da riqueza global sugerida por aqueles indicadores. Em qualquer dos casos, ainda que o sector agrícola esteja longe de ser preponderante (recorde-se que na Rússia de 17 mais de 65 por cento da população era agrícola, na China de 49 mais de 80 por cento, e mesmo na Cuba dos anos 50 excedia os 40 por cento), havia um problema agrário grave, em termos de estrutura fundiária, com sistemas de violenta exploração e espoliação, parcialmente ainda utilizando formas pré-capitalistas (de origem colonial, num caso, de origem feudal, no outro). Em ambos, também, ao sabor de uma urbanização desenfreada e de uma industrialização acelerada nas últimas décadas, se haviam desenvolvido «camadas médias» de pequenos empresários, empregados de serviços, funcionários, profissões liberais, etc., impregnados de ideologia pequeno-burguesa (o sector terciário, do funcionalismo e dos serviços, representava, nos dois países, mais de 40 por cento do Produto Interno — o que vale como «indicador» apenas, pois o que caracteriza tais sectores, em geral, é precisamente a sua natureza improdutiva) e, simultaneamente, se havia agravado o problema habitacional suburbano em redor das grandes metrópoles. Mas, sobretudo, a penetração imperialista — por via americana ou europeia, pouco importa — revelava-se um poderoso «agente ideológico» de imposição de modelos de consumo, de comportamentos e aspirações sociais, ou seja, de «conformismo» e «conservadorismo» políticos — no mais



forte sentido, e não apenas eleitoral, da palavra *política*. Isto é, a pressão ideológica tende a aglutinar no tal amálgama das «camadas ou classes médias» várias fracções de classe com distintos interesses *objectivos*, mas com aspirações *manifestas* relativamente afins.

É esta, sem dúvida, uma das dificuldades maiores que defronta um processo revolucionário em tais países. Ela que *explica* a inviabilidade de transformações radicais por via eleitoral, mas ela que *exige* de uma direcção política revolucionária muito mais do que estratégias de «aparelho» ou do que capacidade para efectuar enormes manifestações de rua. Estamos colocados perante a problemática com que Gramsci se debatia nos anos 20-30 (ver Cap. I, pp. 49 a 52). Como conseguir a «hegemonia»? Como «desagregar a sociedade civil, subtraindo as classes subalternas à influência ideológica das classes dirigentes»? Como tornar o «partido» um «intelectual colectivo»? Com efeito, se admitirmos que «a luta pela hegemonia precede a luta pelo poder político», convirá examinar se os casos chileno e português nos não fornecem dolorosos ensinamentos pela negativa. Se não terá residido na não observância dessa proposta gramsciana o principal obstáculo ao desenvolvimento da luta revolucionária, o factor que terá permitido ao Estado burguês ultrapassar a primeira fase da «crise» — pois, em Portugal, ainda não saímos plenamente dela.

Ora, no caso português, parece não oferecer dúvidas que, em termos ideológicos, a acção desenvolvida por todas as supostas «vanguardas» (incluindo nestas o P. C. P. e os chamados «sectores progressistas do M. F. A.») foi extraordinariamente recuada. Na maior parte dos casos dirigiu-se justamente às «aspirações pequeno-burguesas», tentando — sem o conseguir — satisfazê-las ou alimentá-las, em lugar de despertar tais «camadas» ou «grupos sociais» para soluções revolucionárias, ou de «ruptura». Isto já sem falar dos grupos auto-intitulados de esquerda revolucionária, que apenas se preocupavam com armas, com a «revolução socialista» que anunciavam para breve, com a obsessiva «reconstrução do Partido», com um «poder popu-

lar» de que nunca souberam que fazer. Questões destas (a pequena-burguesia, as alianças de classe, a «hegemonia», etc.) passaram-lhes à margem, e nem sequer se dignaram olhar para elas.

Sucede que estas famosas formações sociais «intermédias», que trazem consigo tão incómodas questões (que, um dia, talvez não tão longínquo, se virão a pôr ainda com maior acuidade em países *enfim* de «capitalismo avançado»), contêm também elementos favoráveis a um processo revolucionário. Trunfos com que não podiam contar os homens das «revoluções camponesas». E não é por acaso que esses elementos favoráveis têm a *mesma origem* que os que dificultam o processo: nomeadamente, um desenvolvimento industrial já apreciável, uma «base material» já bastante diversificada, ainda que fortemente dependente. É natural: todo o processo dialéctico gera «contrários», determina sucessivas contradições. Nesse sentido, seríamos tentados a dizer que a questão de saber se a revolução é mais «fácil» ou mais «difícil» em países mais ou menos desenvolvidos, é afinal uma falsa questão: as contradições a resolver é que serão outras, e a outros níveis. Dirão alguns, esquematicamente, que a contradição principal é sempre a mesma: entre burguesia e proletariado. Só que, ficando por aí, não vão longe. Tal contradição desdobra-se em numerosas outras, sem resolver as quais, numa dada *situação concreta*, a batalha está perdida. Se assim não fosse, nem sequer valeria a pena falar de alianças de classe, como é óbvio.

Pois, nesta perspectiva, o próprio desenvolvimento capitalista, ao gerar o tal «amalgama ideologicamente pequeno-burguês» (de que, diga-se de passagem, o Partido Socialista é entre nós a imagem acabada — pelo que não é de espantar que tenha sido ele o suporte da «sociedade civil» que não houve capacidade revolucionária para «desagregar», tudo tendo sido feito, pelo contrário, para a consolidar), gera simultaneamente «capacidades sociais» que podem e *devem* ser utilizadas por um movimento revolucionário.

Demos numerosos exemplos, para o caso português, de

«soluções alternativas», que o poder existente não *podia* aplicar, mas que um movimento revolucionário tinha *obrigação* de propor às massas, ao movimento popular. Algumas dessas soluções, aliás, começaram a ser aplicadas nesta ou naquela empresa, nesta ou naquela cooperativa, a partir das *necessidades práticas*: competia a uma direcção política demonstrar a inviabilidade de tais tentativas, quando *isoladas*, ou seja, desvendar-lhes o seu sentido político eminentemente colectivo e a sua incompatibilidade com a lógica do modo de produção capitalista — que acabaria por esmagá-las, como tem vindo a acontecer. Em vez disso, dizia-se: «a vossa única salvação é a intervenção do Estado», com o que se reforçava um controlo burocrático, se mistificava a natureza do Estado e se escondia ser *outra* a «única solução» — ainda que, em numerosos casos, pudesse ser esse o único «paliativo», de momento. Mas, ainda assim, não é a mesma coisa forçar a intervenção do Estado *de fora* (o que permite justamente colocar a questão da sua «natureza») ou de *dentro* do próprio Estado... Em muitas situações, contudo, as soluções de ruptura não emergiam imediatamente da prática social, até porque o sistema capitalista se caracteriza pela separação dos produtores (e dos trabalhadores em geral) uns dos outros, em unidades e locais de trabalho distintos, em actividades compartimentadas, articuladas precisamente como uma estrutura complexa dificilmente apreensível ao produtor individual (ou mesmo ao nível do simples colectivo de trabalho). Competiria ao «intelectual colectivo», em cada situação concreta, face a cada «resposta» titubeante de um poder fraco, pôr alternativas *novas*, revolucionárias, mobilizadoras — fundadas numa contra-ideologia que não poderia ser outra que a dos «princípios socialistas», da «utilidade colectiva», da «independência nacional»<sup>47</sup>, tudo isto não em termos de *slogans* mas de «solu-

---

<sup>47</sup> Quanto à questão da independência nacional, teria sido indispensável, no caso português, desmontar rigorosamente todo o processo de descolonização, todas as manobras imperialistas que conduziam a situações de ruptura entre Governos e *não* entre povos, demonstrar o papel fundamental dos movimentos de libertação



ções concretas». Teria de passar por aí a tal «desagregação da sociedade civil» de que fala Gramsci, tarefa simultaneamente política e ideológica. Em torno destas propostas concretas, e das lutas que em torno delas se travassem, se teriam de cimentar as alianças de classe — mais correctamente, se teria de constituir o novo bloco histórico. E ousamos pensar que o seu poder desmistificador e a sua «exequibilidade» (justamente com base no aparelho produtivo disponível, e nas capacidades humanas existentes e desaproveitadas) poderiam mobilizar, no sentido profundo, largas massas hesitantes e falsamente «conformadas». Um vigoroso apelo à imaginação, ao esforço colectivo, à «capacidade de libertação», seria ouvido — se assente no «realismo revolucionário», se emitido por uma direcção política embrenhada no movimento de massas, insuspeita de alianças tácticas de cúpula ou de estratégias de gabinete.

As fases de crise pré-revolucionária são particularmente favoráveis a este trabalho ideológico-político, a esta «revolução cultural preparatória». Pensamos mesmo que nos países capitalistas avançados, tal acção só é possível no quadro de uma crise política da «democracia» que pode ter diversas origens e pode mesmo implicar uma crise internacional de importância maior. Nessa perspectiva, e dentro dos precários equilíbrios existentes, é óbvio que uma «Frente Popular» pode, em certas condições, desencadear uma situação pré-revolucionária. A Itália, a Espanha e a França terão por certo, a curto prazo, algo a acrescentar sobre esta questão. Talvez mesmo isso venha a revelar-se historicamente determinante neste último quarto de século. Mas aí, de novo, haverá que resolver a questão decisiva que é a do *lugar* em que se colocará, da estratégia que adoptará, o partido «potencialmente» revolucionário, o «partido de massas» — em última análise, se as grandes massas trabalhadoras não irão ficar «bloqueadas» e

---

das ex-colónias na criação de condições para a libertação dos trabalhadores portugueses, a *necessidade* para estes, em situação revolucionária, da solidariedade e do apoio desses povos (e vice-versa).

desarticuladas, enquanto não surja da sua própria acção, do seu movimento, uma nova geração de quadros políticos revolucionários, que poderão chegar tarde de mais. Mas será possível que a revolução mundial ainda tenha de passar por uma nova era de fascismos (ou parafascismos) europeus? Não se trata de qualquer fatalismo. Coloca-se apenas, desta forma extrema, uma questão vital: a da direcção política do movimento de massas à escala europeia.

\*

Enfim, porque chamámos a estas conclusões *provisórias*? Provisórias, por um lado, pela elaboração apressada do trabalho a que se referem, que pode bem ter deixado na sombra elementos de análise relevantes. Provisórias, ainda, porque, como sublinhámos, o «caso português» não está terminado, em termos de crise pré-revolucionária. As eleições presidenciais, com a grande «surpresa» que para muitos terá sido a votação em Otelo, vieram confirmá-lo.

O movimento popular, durante alguns meses desorientado e com dificuldades para enfrentar os ataques que lhe foram movidos (desocupações, rusgas, despejos, regresso de patrões e endurecimento patronal, extinção do Copcon, «saneamento» militar, reforço de aparelhos repressivos, propaganda intensiva e caluniosa de órgãos de informação cada vez mais fascizantes, quando não abertamente fascistas, etc., etc.), abandonado totalmente pelo «partido potencialmente revolucionário», empenhado em defender a todo o custo o aparelho e em manter alguma força nos órgãos do poder (a frase de Pato no debate televisivo entre os candidatos — «mais ou menos movimento popular, isso não vai alterar a composição da Assembleia da República» — é a expressão exacta de uma estratégia que, acima de tudo, privilegia as instituições, o poder do Estado), pois esse enfraquecido movimento popular conseguiu, dinamizado pela candidatura de Otelo, fazer algo de ver-

dadeiramente «original»: manifestar a sua imensa força latente no próprio terreno do adversário — o terreno eleitoral <sup>48</sup>. A facilidade com que, no seguimento de uma campanha curtíssima, a «proposta Otelo» atraiu metade dos eleitores do P. C. P. (cujas estabilidade fora evidente entre Abril de 75 e Abril de 76) e uma larga franja de eleitores do P. S., dá bem conta das potencialidades existentes no que respeita à constituição do «bloco histórico» alternativo. E bem assim da exigência que as próprias massas formulam de direcção política que delas parta e com elas permanentemente se confronte, *aos níveis concretos da acção*.

É certo que toda a crise pré-revolucionária põe sempre um pedra mais, dolorosa quantas vezes, no edifício do «conhecimento revolucionário». Portugal foi mais longe do que o Chile, quanto mais não seja pela total implicação das Forças Armadas no processo de luta de classes. Mas o maior ensinamento que terá trazido aos processos que venham a suceder-se em formações sociais do mesmo tipo, ou mesmo mais «avançadas», foi decerto o da *possibilidade* de arrancar, de forma *persistente* e pela sua própria acção, largas massas de trabalhadores à «hegemonia» burguesa (incluindo a sua expressão reformista), e também o da *necessidade* de traduzir essa aspiração profunda de ruptura num programa e numa prática políticas que lhes dê coesão e atraia para o seu campo todos aqueles que, com o agravamento da crise, poderão resvalar para uma fascização. As combinações governamentais e parlamen-

---

<sup>48</sup> Aos que fossem tentados a comparar essa votação à de Março de 73 no Chile, também para muitos inesperada, convém recordar que, nesse caso, se tratava *ainda* de uma aposta no Governo de Unidade Popular: era um voto de confiança no poder de Estado, no ilusório «Estado ao serviço dos trabalhadores». O que é radicalmente distinto do voto de 27 de Junho, que é obviamente um voto *contra* o poder de Estado, consubstanciado quer num Eanes quase vencedor certo à partida, quer num P. C. P. que propõe um *governo* de maioria de esquerda. Um voto maciço em Pato seria, esse sim, de natureza política análoga ao voto de Março de 73 no Chile.



tares dificilmente lograrão, em tais condições, manter um qualquer «equilíbrio democrático»; e muito menos, ainda que o quisessem, contrariar a tendência inevitável para um poder cada vez mais forte e mais repressivo, até, como já aconteceu noutras paragens, acabarem por legitimar o fascismo. A resposta a isso *só pode* vir das massas organizadas. A ver vamos.

# ANEXOS

## ANEXO 1<sup>1</sup>

### FORMALIZAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO ECONÓMICA PRÉ E PÓS-REVOLUCIONÁRIA (Rússia, China, Cuba)

A formalização gráfica que apresentamos apenas tem por objectivo visualizar as considerações que se fizeram relativamente às questões de «desagregação-recuperação» económica nestes períodos e sobretudo deixar bem patente que, após a «recuperação», os níveis de actividade poderão ser idênticos aos de antes da crise pré-revolucionária, mas a *economia será outra*, e isso precisamente porque a *política e a ideologia serão outras*.

Num espaço a três dimensões, poderemos identificar três eixos de evolução: o eixo dos XX será simplesmente o eixo dos tempos, ou cronológico; o eixo dos YY é o eixo das transformações de estrutura, ou eixo político-ideológico; o eixo dos ZZ é o eixo do nível de actividade económica, ou eixo económico. Sendo óbvio o sentido do eixo cronológico, vejamos o sentido dos outros dois eixos. O eixo político-ideológico é aquele em que, à medida que nos afastamos da origem, a luta de classes se vai desenvolvendo no sentido de uma cada vez maior transformação nas relações de produção, de um crescente avanço das relações de produção socialistas. O eixo económico é aquele em que, por qualquer indicador ou conjunto de indicadores (que não interessa aqui especificar, pois situamo-nos no campo teórico, mas que, a título ilustra-

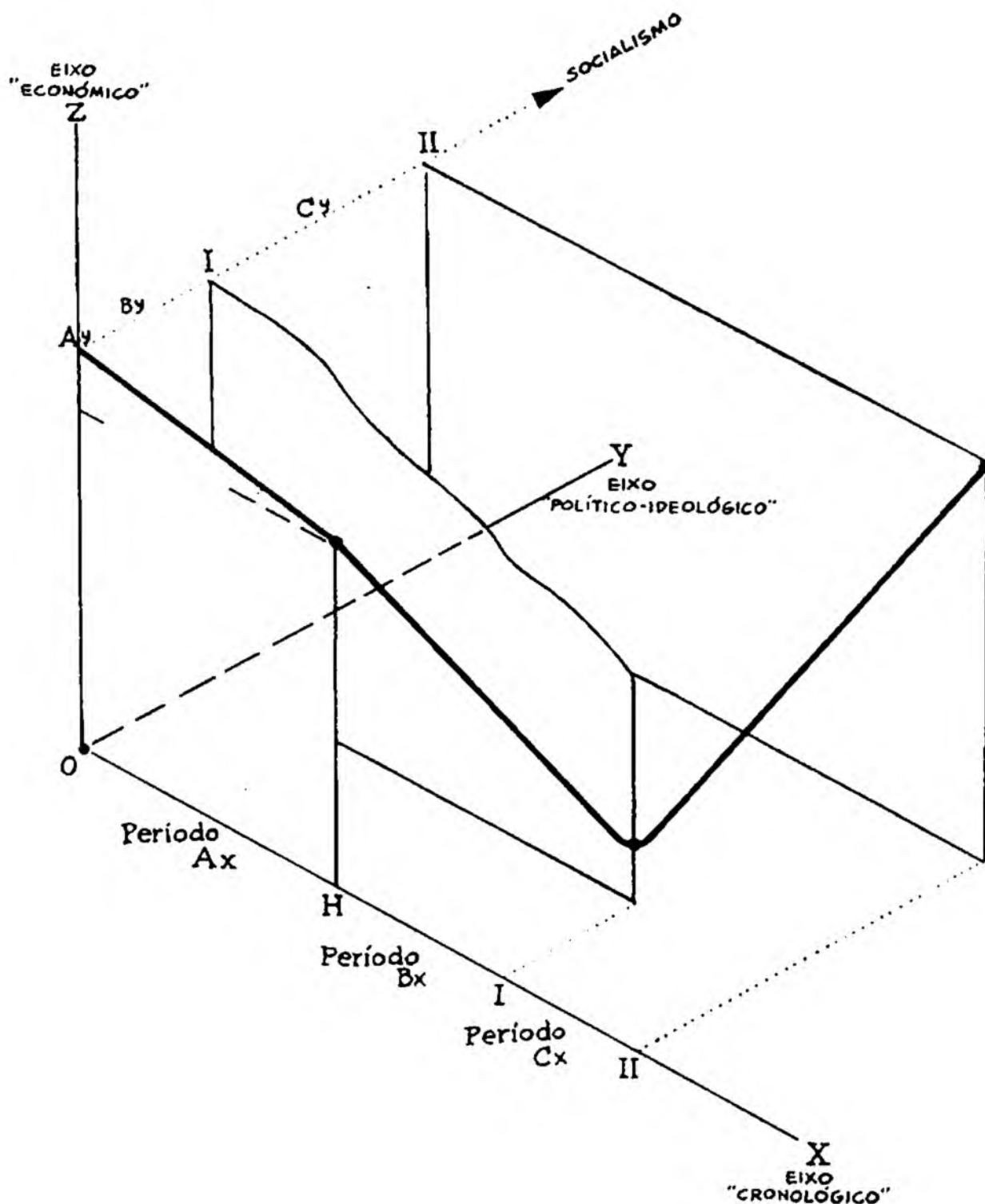
---

<sup>1</sup> P. 132.



tivo, se pode admitir serem indicadores de produção), se assinala a desarticulação geral dos mecanismos económicos — aproximação da origem — ou a recuperação geral da economia — afastamento da origem.

Vejamus então, no gráfico resultante, o significado de cada «zona» aí indicada.



### *Eixo cronológico*

OH (zona Ax) — período pré-revolucionário. É aquele, como se pode constatar, em que a desagregação económica se inicia, sem transformações significativas no plano político-ideológico, concretamente, mantêm-se praticamente na íntegra as relações de produção capitalistas. Por isso o segmento da evolução económica se inscreve no plano XZ.

HI (zona Bx) — período de queda pós-revolucionário. Como se pode observar, acelera-se a desagregação económica (é maior a inclinação do segmento de recta, relativamente ao do período anterior). Mas agora essa evolução dá-se já simultaneamente com um início de progressão no eixo político-ideológico: dão-se as primeiras transformações revolucionárias em direcção ao socialismo. No momento Ix atinge-se o mais baixo nível de actividade económica.

I-II (zona Cx) — período de recuperação. É a fase em que se conseguiu *controlar* a economia e se inicia a recuperação até atingir os níveis de actividade anteriores à crise pré-revolucionária, a partir do que se poderá falar de «arranque» para o socialismo. No ponto final, que se situará ao mesmo nível, portanto, do ponto inicial, já serão profundas as transformações de estrutura, pelo que o plano XZ, em que se situa, se encontra bastante afastado do plano inicial.

### *Eixo político-ideológico*

Ponto Ay — início da crise pré-revolucionária. Durante todo esse período não há praticamente transformações de estrutura importantes, pelo que a evolução é estritamente económica, mantendo-se A (mais correctamente  $Y=O$ ) até final desse período.

OI (zona By) — é o período em que se efectuam as nacionalizações, arranca a Reforma Agrária, se produzem transformações fundamentais *dentro* das empresas (formas e critérios de gestão, controlo operário, experiências múltiplas de intervenção do Estado e dos trabalhadores, etc.).

I-II (zona Cy) — consolidação da nova «organização político-administrativa», das alianças de classe que suportam a revolução; aprofundamento da luta ideológica, avanço «político-cultural». Isto permite «segurar» e «relançar» a economia em novas bases.

Em relação aos três processos estudados (Rússia, Cuba e China) podemos identificar aproximadamente os vários pontos do gráfico. Assim:

	Rússia	China	Cuba
H	Out. 1917	Nov. 1949	Jan. 1959
I	1921	1950-51	1962-63 <sup>2</sup>
II	1926-27	fim 1952	≈ 1965
1.º Plano	1929-32	1953-57	1966-70 <sup>3</sup>

É interessante apreciar, através deste quadro, a duração dos «períodos de consolidação» pós-revolucionários. Assim: Rússia, 9-10 anos; China, 3 anos; Cuba, 5-6 anos. Vale a pena meditar na rigorosa correspondência, neste caso uma *relação inversa*, entre estas durações e as do período de luta armada pré-revolucionária: ao período mais longo (China) corresponde uma etapa de consolidação mais curta. Uma duração menor do primeiro (Cuba) determina um alongamento do segundo. Na Rússia, em que não existe o primeiro, transferindo-se a luta armada para *depois* da Revolução, temos o período de consolidação mais prolongado.

---

<sup>2</sup> Notar que, pelas circunstâncias apontadas no texto, os dois primeiros anos após a Revolução Cubana foram de certa «expectativa», marcados por uma estabilidade ou mesmo expansão económica. É a partir de 61 que de facto começam as grandes dificuldades económicas.

<sup>3</sup> De facto, o I Plano Quinquenal global só agora vai ser elaborado, conforme Fidel anunciou no recente I Congresso do P.C.C. Mas o quinquénio de 1966-70 é geralmente tomado como referência em Cuba para efeitos de análise da actividade económica, pois nele já vigorou um plano açucareiro (além de outros planos parciais) determinante em toda a economia cubana.



## ANEXO 2<sup>1</sup>

### TEXTO I: M. F. A.: MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO?<sup>2</sup>

Não está feita a teoria dos movimentos de libertação. O que é um movimento de libertação? Em que difere de um partido político? O que essencialmente o caracteriza? O mesmo é dizer: o que têm de comum os movimentos que «de libertação» se intitulam e como tal, em consequência, actuam?

Interrogações tanto mais actuais para nós, Portugueses, quanto é certo ter-se o M. F. A., no seu Plano de Acção Política, precisamente proclamado como «movimento de libertação do povo português».

Embora se pudesse ir buscar bem mais longe exemplos de movimentos de libertação *em acto*, é após a Segunda Guerra que a luta contra o colonialismo populariza a expressão, com que se autodesignam tantas e tantas organizações, sobretudo em África, na Ásia, na América Latina. Na generalidade, tais movimentos caracterizam-se por se tratar de organizações políticas armadas, que se dão por objectivo fundamental subtrair o povo a que pertencem à dominação-ocupação colonialista ou imperialista. Por aqui se vê a distinção em relação aos partidos políticos: esses têm por objectivo a conquista do poder, com base num determinado programa, por meios políticos (não armados). A própria distinção entre os objectivos e os meios de acção de uns e outros deter-

---

<sup>1</sup> P. 223, nota 23.

<sup>2</sup> Publicado em *O Jornal*, 27-6-75.

mina, naturalmente, diferenças importantes nas respectivas formas de organização e de contacto com as massas. Um movimento de libertação tem de ser, todo ele, acção e mobilização em torno da ideia-chave «libertação». A larga adesão popular é-lhe vital, a pedagogia política tem necessariamente de actuar nos dois sentidos: as massas populares e os quadros político-militares têm de se conhecer e de se reconhecer, a aprendizagem é simultânea, só assim o movimento de libertação se identificará com as «massas em movimento». A crítica e autocritica permanentes são, nestas condições, uma indispensável prática a todos os níveis: daí nasce a disciplina revolucionária. Daí resulta que as massas aceitem os enormes sacrifícios que lhes impõe a luta de libertação.

Muitos movimentos que se intitularam «de libertação» falharam e desapareceram porque não ganharam aquela identificação, porque não conseguiram, através da sua prática, que as massas neles se reconhecessem. Ninguém mais ouviu falar deles. Outros, pelo contrário, souberam mobilizar, impregnaram as populações do seu espírito revolucionário, mergulharam nelas até às raízes da sua cultura ancestral, triunfaram. Argélia, Cuba, Vietname, Moçambique — apenas uns quantos que todos conhecemos.

O que há de original no facto de se assumir o M. F. A. como movimento de libertação? Em primeiro lugar, uma espécie de «inversão cronológica»: o M. F. A. reclama-se desse estatuto político mais de um ano depois de ter tomado o poder, quando, nos casos historicamente anteriores, a tomada do poder se verificou como desfecho da luta armada vitoriosa. O que é fácil de explicar, pois sabe-se que o M. F. A. se deu como tarefas prioritárias o derrube do fascismo e a descolonização externa. É a experiência do poder que precisamente lhe incute a noção de «colonização interna». Em segundo lugar, e por idênticas razões, a circunstância de, na ausência de uma implantação prolongada no seio das massas populares e da consequente fragilidade política, ter o M. F. A. confiado aos partidos políticos a tarefa de organização e mobilização populares, ter-lhes «entregue» a liderança política efectiva do processo revolucionário. Só que, por essa via, se acabou objectivamente por dar prioridade às questões de «estratégia do poder» (dominantes na acção partidária) sobre as de «libertação nacional — construção do socialismo», que acabaram por emergir como as decisivas face a uma progressiva degradação da situação económica e política,

impossível de enfrentar num contexto de multiplicidade de centros de poder constituídos ou tácitos. Mais grave do que isso, mas igualmente inevitável, o M. F. A. veio a reflectir no seu seio as desgastantes querelas partidárias, bem como as próprias relações de poder delas decorrentes. Isso terá seriamente prejudicado a sua capacidade de mobilização de massas e esse aspecto é de vital importância quando a tarefa nacional é enfim definida como «de libertação». Em terceiro lugar, por fim, o facto de, sendo o M. F. A. um movimento armado, a luta de libertação se travar por via não armada, e contra um inimigo fisicamente ausente: um sistema de exploração e dominação económica. Isto requer, como é evidente, uma capacidade de mobilização maior que a de um movimento de libertação em processo de luta armada, pois este vai buscar parte da motivação popular à própria violência do adversário.

M. F. A. — movimento revolucionário de libertação: esta por certo a grande novidade do Plano de Acção Política. Mas isso implica uma imagem do M. F. A. — e não apenas uma afirmação — claramente despida de inflexões partidárias. Implica que os vários centros de poder, militares e civis, em que o M. F. A. esteja representado sejam reconhecidamente revolucionários, mas não partidários (além de não interferirem constantemente uns com os outros — clarificação indispensável, também). Implica uma autocritica profunda. Implica cortes corajosos — ou não será a revolução *o grande corte*? Estas implicações não vêm explícitas no Plano de Acção Política, texto «de compromisso» em que todos encontram o seu quinhão. E é pena, porque as tarefas a enfrentar exigiam decisões (algumas, por certo, «impopulares») que não podem aguardar semanas.

Um movimento de libertação dispõe de um crédito de autoridade (revolucionária), na ausência da qual, em certas circunstâncias, só subsiste como alternativa a autoridade repressiva.



TEXTO II: RAZÕES DE UMA DEMISSÃO  
(EXTRACTO)  
(16 de Julho de 1975)

(...)

1 — *Actuação dos partidos e projecto político*

Foi só a partir do 28 de Setembro, mas sobretudo com o dobrar do ano e a questão da unicidade sindical, que se começaram a definir os contornos de uma «questão partidária» que desde então não cessou de se agravar.

Refiro-me, é claro, aos conflitos surgidos entre o Partido Socialista e o Partido Comunista, que vieram sucessivamente a polarizar-se sobre determinados problemas concretos: eleições, 1.º de Maio, informação, etc.

Seria demasiado simplista, e isso tem sido feito, dizer que um dos partidos se «insere no processo revolucionário» e o outro não — ainda que se tenha o cuidado de distinguir no segundo, o Partido Socialista, as bases das cúpulas. Até se pode admitir que isso fosse correcto, em primeira aproximação, só que é insuficiente para resolver as questões fundamentais, que têm mais a ver com classes do que com partidos. Ora a clivagem entre os dois partidos está longe de corresponder à de duas hipotéticas classes sociais que irredutivelmente se digladiem: há operários e trabalhadores de diversos sectores, há pequena e até média-burguesia em ambos os partidos, mesmo que as proporções respectivas sejam distintas. Daí que o «drama» histórico da Revolução Portuguesa esteja no facto de que o bloco social mobilizável por um projecto revolucionário de socialismo fortemente participado não se possa confundir rigorosamente com as massas mobilizáveis por qualquer

dos partidos (como tudo seria mais fácil em tal caso!). Esta divisão partidária corresponde a um corte vertical que separa os que julgam reconhecer-se num tal «socialismo em liberdade» propositalmente indefinido (ou que dele se pretendem aproveitar), e que não é mais do que uma impossível miragem do sistema que conhecem as ricas sociais-democracias europeias, dos que sumariamente se reconhecem num «partido dos trabalhadores» cuja organização, disciplina e segurança lhes prometem uma nova ordem socialista, de modelo igualmente conhecido dos «iniciados», sendo para os outros um mito com enorme força mobilizadora. Sucede assim que as massas de apoio destes dois partidos se encontram polarizadas por dois projectos políticos não só inconciliáveis como, provavelmente, ambos inviáveis (o primeiro, pelo menos, sem margem a dúvidas).

Ora o tal bloco social antes referido *teria* de passar por um corte horizontal que unisse uma larga maioria das massas trabalhadoras e certas fracções da pequena e média-burguesia (como forças de apoio indispensáveis) em torno de um projecto político viável e claramente acessível, que com nenhum dos anteriores pudesse ser confundido. Mas reconhecer isto é reconhecer várias outras coisas que daí derivam. Em primeiro lugar, que tal projecto político, condição necessária do avanço seguro do processo revolucionário, não pode ser obra de qualquer «coligação partidária», através da qual se dá apenas uma justaposição (confusão) de projectos incompatíveis. Segundo, e em consequência, que só uma força política acima dos partidos poderia definir tal projecto, impô-lo e discipliná-lo. E terceiro, talvez o mais importante, que é indispensável tomar enfim consciência do mito «Povo-M. F. A.», e compreender que nenhuma revolução se fez com *todo* o povo: há que ganhar ao processo revolucionário a maioria do povo (sabe-se o que deram revoluções apoiadas em escassas minorias), mas há também que assumir o facto de que se terá uma parte do povo contra o processo. Aqui se põe de novo, em termos de «Povo», a questão do bloco social revolucionário.

Mas convém esclarecer: ao falar de «projecto político» não estou a referir-me a qualquer elaboração teórica *a priori*, mas ao exercício de uma prática coerente em que a clara distanciação dos projectos partidários desse, no quotidiano, os graduais elementos de uma «teorização» cada vez mais estruturada e possível. Uma

autoridade política assim fundamentada consolidar-se-ia por si mesma, seria incontestável.

Isto é facilmente compreensível se olharmos à prática partidária: nenhum partido formulou com precisão o seu «projecto político», mas as respectivas práticas são suficientes para que eles se tornem transparentes. De um lado, o culto do voto, do parlamentarismo, das «liberdades» em abstracto, a não militância revolucionária, os apoios internacionais que se buscam e com que se acena e se especula, os modos, os comportamentos, a «oratória» inflamada, etc., etc. — enfim, um projecto burguês patente. Do outro, o culto do aparelho, do cupulismo dogmático, da militância acrítica, da manipulação, da linguagem estereotipada, a repulsa pelas experiências colectivas e pelas práticas de massa «não controladas», a importância dada à conquista de posições-chave em todos os sectores, a canina fidelidade ao M. F. A.-mito, etc., etc. — enfim, a prefiguração de um projecto «estatizante» e dirigista onde a criatividade das massas não tem lugar.

## 2 — *M. F. A., crise económica e autoridade revolucionária*

E o M. F. A.? Qual a sua prática política? Simplificando bastante, diríamos que, até ao 11 de Março, foi difícil ao M. F. A. definir-se, pois a presença de spinolistas no seu seio constituía sério obstáculo à sua expressão clara como motor do processo revolucionário. Sucede, porém, que já então iam acesas as lutas partidárias. O M. F. A. viu-se obrigado a inserir-se permanentemente na lógica da divisão «vertical» do «povo» por partidos, o que nem sempre lhe permitiu, antes pelo contrário, evitar identificações que maculavam a sua imagem de isenção e suprapartidarismo. É certo que conservou sempre uma componente «populista» de onde sem dúvida terão partido as suas acções mais profundamente revolucionárias, mas isso apareceu sempre mais como um «romantismo» — característico de todas as revoluções, mas, também, sempre condenado, em última análise, pelas exigências duras da luta de classes.

De tudo isto resulta, e talvez não pudesse ter sido de outro modo, que a prática política do M. F. A. apareceu frequentemente contraditória, agravado o facto pela criação (ao sabor do desen-



rolar do processo) de uma multiplicidade de centros de poder efectivo, em domínios parcelares mas parcialmente sobrepostos, cada um pautando a sua acção em função de estratégias partidárias ou por reacção a elas. Um mesmo responsável, por vezes, toma posições opostas conforme as circunstâncias: a imagem mesma de todas estas contradições tem sido dada pelo Ministro da Comunicação Social, que chega ao ponto de dar uma entrevista a um jornal que uma semana antes classificara de antinacional (gravíssima acusação, ou não?) e pelo qual mais umas semanas antes manifestara pública consideração!

Tal situação é, por várias razões, compreensível (não se disse já tantas vezes que a luta de classes passa pelo interior do M. F. A.?) e não seria dramática se tivéssemos todo o tempo à nossa frente. Mas não temos. Está também já mais que explicada e analisada a gradual degradação dos mecanismos económicos, as enormes dificuldades de uma fase em que se busca destruir as relações capitalistas, mas em que se está ainda longe do socialismo. Enfrentar simultaneamente problemas de desemprego, de falta de mercados, de reconversões necessárias, de balança de pagamentos, de boicotes encobertos ou declarados, de escassez de meios financeiros, etc., exige uma disciplina e uma contenção que a maioria dos portugueses ainda não conheceu desde o 25 de Abril. Impõe a adopção de medidas que só uma incontestada autoridade revolucionária tem o *direito* e o *poder* de tomar e aplicar.

O M. F. A. apercebeu-se da situação, mas não conseguiu formular a resposta: o Plano de Acção Política constitui novo compromisso, no momento em que já era perigoso mais um compromisso. O M. F. A. confiou ainda nos partidos, confiou ainda numa equipa económica a que atribuía competência, aplicação, convicção revolucionária. Mas o P. A. P. não podia fazer mais do que preparar nova crise política: de uma forma ou de outra, ela teria de surgir. Aí a temos, pois.

Dir-se-á que, entretanto o M. F. A. aprovou o «documento-guia» sobre o poder popular. É certo. Trata-se de uma apaixonante prefiguração do que poderá um dia ser uma sociedade socialista. É importante, mas a concretização de tal projecto passa, infelizmente, pelos próximos três ou quatro meses. E para ultrapassar estes teria sido indispensável que o M. F. A. fizesse publicamente uma profunda autocrítica. Teria sido decisivo que pro-

nunciasse publicamente uma severa acusação ao Partido Socialista por, em plena crise política, ameaçar com uma paralisação geral do País, e ao Partido Comunista por, no dia 4 de Julho, ter criado artificialmente um clima de tensão que quase prenunciava uma guerra civil (porque ter medo das palavras?). Teria sido importante sacrificar algumas cabeças para reconstituir um prestígio que ele próprio considera abalado.

Face a isto, o que pode um secretário de Estado, da Indústria no caso vertente? Manter-se calmamente no seu lugar, dando a ideia tranquilizadora de que a indústria está bem entregue, admitindo que nele se continue a depositar confiança? Mas a indústria não está bem nem mal entregue. O problema, simplesmente, não é esse. A indústria «segura-se» no dia em que se «segurar» a economia, e nesse dia «segura-se» o próprio processo revolucionário. Ora isso só é possível fazer-se politicamente, ao mais alto nível político, ao nível M. F. A. Só é possível fazer-se com uma clara afirmação de isenção revolucionária. De outra forma, poder-se-á mesmo assim «segurar» a economia, mas talvez isso custe demasiado em termos revolucionários: será inevitável uma acção repressiva, tanto mais dura quantos mais dias passarem. Mesmo admitindo que um M. F. A., na ausência de outra alternativa, venha a trilhar esse caminho, serão então bem diminutas as hipóteses de vir a cumprir-se o programa revolucionário do «documento-guia». São grandes os riscos.

(...)

## ANEXO 3<sup>1</sup>

### COMPONENTES POLÍTICAS DAS SITUAÇÕES PRÉ-REVOLUCIONÁRIAS E DOS SEUS POSSÍVEIS DESFECHOS

A fim de enquadrar melhor os parâmetros políticos das situações pré-revolucionárias, das «saídas» possíveis e da situação de «democracia burguesa» estável que têm conhecido os países capitalistas, elaborámos um quadro em que se explicita a «força relativa» das três grandes componentes que nesses processos políticos intervêm: o *poder* dos trabalhadores (em que distinguimos o «movimento de massas» e a «d direcção política» — efectiva ou «potencial»), o *poder* do capital, o poder de Estado. Junta-se, ainda, um quarto elemento, que, sendo um instrumento do poder de Estado, é útil explicitar na medida em que é determinante da evolução da luta de classes: o aparelho de «coesão social» (ou «repressivo», no sentido mais lato).

Algumas notas que completam o quadro:

— Se considerássemos o caso chileno, haveria que assinalar, como essencial para a «saída» conhecida (Pinochet), uma separação entre o poder de Estado (fraco) e o aparelho repressivo (que se manteve *intacto*, aparentemente leal ao poder de Estado, mas *não dominado* por ele, nem acompanhando o seu enfraquecimento: o que lhe permitiu esmagá-lo, quando o poder do capital o levou a agir a seu favor).

— Em nenhuma das situações esquematizadas se verificam as circunstâncias excepcionais referidas por Engels na passagem se-

---

<sup>1</sup> P. 226.



		SITUAÇÃO PRÉ-REVOLUCIONÁRIA TÍPICA	SITUAÇÃO PRÉ-REVOLUCIONÁRIA PORTUGUESA	«SAÍDA» REVOLUCIONÁRIA	«SAÍDA» AUTORITÁRIA DE DIREITA	SITUAÇÃO DE DEMOCRACIA BURGUESA ESTÁVEL
Poder dos trabalhadores	Movimento de massas (1)	Forte  <i>Efeito:</i> Legalidade revolucionária	Força crescente até Set. (Nov.) 75 Força decrescente depois de Nov. 75	Forte  <i>Coincide</i> c/ o poder de Estado	«Esmagado» por (3)-(4)	Institucionalizado  (Nulo, em termos de legalidade revolucionária)
	Direcção política (2)		C/ força institucional até Set. (Nov.) 75 Força decrescente depois de Nov. 75			
Poder do capital (3)		Fraco  <i>Efeito:</i> «Degradação económica»	Força decrescente até Set. (Nov.) 75 Força crescente (na expectativa) depois de Nov. 75	Fraco  Submetido a (1)-(2)-(3)	Forte  <i>Coincide</i> com (4)	forte  Determina (4)
Poder de Estado (4)		Fraco  Impulsionado por (1), ao qual <i>tem</i> de ceder	Fraco  Ligeiramente fortalecido após Nov. 75	Forte  <i>Coincide</i> com (1)-(2)	Forte  <i>Coincide</i> com (3)	Forte, mas apresentando-se como «Árbitro Social», embora determinado por (3)
Aparelho de «coesão social» (repressão) (5)		Fraco. Desarticulado  <i>Efeitos:</i> «Permite» que se reforcem os dois efeitos acima	Fraco. Desarticulado  Efeitos típicos até Set. (Nov.) 75 Fortalecimento gradual após Nov. 75	Forte  Intimamente ligado a (1) Utilizado contra (3)	Forte  Utilizado contra (1)-(2)	Fraco, no sentido «violência física» Forte, no sentido «ideológico»

guinte da *Origem da Família*: «(...) O Estado (...) é, por regra, o Estado da classe mais poderosa, a que domina do ponto de vista económico, e que, graças a ele, se torna também a classe politicamente dominante e assim adquire novos meios para domar e explorar a classe oprimida. (...) Excepcionalmente, no entanto, há períodos em que é tão próximo o equilíbrio das classes em luta que o poder do Estado, como pseudomediador, mantém por algum tempo uma certa independência relativamente a ambas» (p. 157). Todos os exemplos que dá Engels são de Estados fortes: os Estados absolutistas dos séculos XVII e XVIII, os impérios bonapartistas (sobretudo o segundo), o império alemão bismarquiano. Nas situações pré-revolucionárias, o Estado não tem força para se impor como pseudomediador: fá-lo em discurso, mas, na realidade, é um Estado que se *apaga* perante a luta de classes, desenfreada, que o devora, a ele próprio, por dentro (caso das Forças Armadas, por exemplo).

— Pode observar-se no quadro que uma eventual saída «democrática» da crise portuguesa pressuporia uma institucionalização da luta de classes e uma prevalência do aparelho de repressão ideológico sobre o aparelho estritamente repressivo. As duas coisas parecem-nos dificilmente compatíveis.

— Não deve ver-se neste quadro qualquer espécie de «teorização esquemática». É apenas um *auxiliar* do raciocínio político, que de nenhum modo dispensa o aprofundar da complexidade dos processos concretos (por exemplo, a inserção neles da «pequena-burguesia» — ver as «conclusões» do Cap. III).

## ANEXO 4<sup>1</sup>

### NACIONALIZAÇÕES & ABERRAÇÕES<sup>2</sup>

Por ser exemplar, vamo-nos referir a uma carta de um leitor a um quotidiano lisboeta, que merece uma resposta que não teve. Conta esse leitor (D. N. de 30-3-76) a aberração que, a seu ver, representa o facto de as relações entre seguradoras, companhias de navegação e Estado (tribunais) se continuarem a processar, quando existem litígios, exactamente como antes de terem sido nacionalizados aqueles dois sectores (seguros e transportes marítimos). Escreve: «Assim, qualquer acção proposta significa, nem mais nem menos, que o Estado (seguradora), intenta acção contra o Estado (empresa de navegação), para ser julgada pelo Estado (tribunal). Julgada a acção, a parte condenada (Estado) paga à vencedora (Estado) uma quantia que é retirada de uma gaveta do Estado para entrar noutra gaveta do Estado. E, para finalizar esta dança monótona, o Estado paga a si mesmo o preço das custas desta acção absurda.» E lamenta o ter de, para isto, «se pôr em movimento uma máquina infernal consumidora de energias e trabalho aturado». Conclui afirmando que «uma lei de pequeno articulado bastaria para evitar que o Estado litigasse contra si próprio, para ser ele próprio a julgar!» A qualquer cidadão com os parafusos todos, isto parece claro como água, e é natural que se ponha a questão: mas como é isto possível, como é que ainda ninguém pensou nisso?

---

<sup>1</sup> P. 241.

<sup>2</sup> Publicado em *A Gazeta da Semana*, 22-28 de Abril de 1976.



Nós poderemos acrescentar: e não será igualmente absurdo que a Banca (Estado) faça empréstimos com aval do Estado (Governo, neste caso) a empresas nacionalizadas ou sob intervenção (ainda Estado) em parte para que estas possam liquidar encargos financeiros de empréstimos anteriores à mesma Banca (Estado)? E que empresas nacionalizadas (Estado) de um mesmo sector (ou de sectores diferentes) continuem a mover-se umas às outras concorrência, a manter sigilo entre si quanto a intenções de investimento, a políticas comerciais, etc., etc., acabando, com isso, por se prejudicar mutuamente, logo, a prejudicar o Estado, logo a si próprias? Sem falar no que tudo isto, como no caso citado na referida carta, representa de energias despendidas, de esforços desperdiçados, de papelada a circular, de «vistos» necessários.

A resposta a estas dúvidas é, no entanto, simples. A «lei de pequeno articulado» que bastaria para resolver estes problemas seria, sem dúvida, das *mais revolucionárias* que até aqui se terão publicado: ela poria em causa a noção de rendibilidade de cada uma das empresas afectadas. Com efeito, enquanto a seguradora, ou a companhia de navegação, ou a empresa adubeira, ou o Banco X (e nem sequer a Banca, no seu conjunto) funcionar individualmente em termos de «lucro», é-lhe indispensável não desperdiçar qualquer receita que para ele contribua, ou qualquer investimento ou manobra comercial que tenha o mesmo efeito. A eliminação destas *aberrações* significaria a adopção de uma óptica de «utilidade social», de minimização de desperdícios, etc., que iria desequilibrar seriamente a «contabilidade» clássica de cada uma dessas empresas, que iria conduzir a que umas empresas fossem «prejudicadas» em relação a outras: o que implicaria, da parte dos próprios trabalhadores dessas empresas, uma consciência política muito forte e, sobretudo, uma *total* confiança no Estado, que agiria então como racionalizador-compensador (com base num sistema de preços correspondente a uma política revolucionária e suportando os encargos diferenciais daí resultantes — isto numa fase naturalmente ainda não planificada). Mas como estas coisas são como as cerejas, isso, por sua vez, implicaria que esses mesmos trabalhadores *se reconhecessem* nesse Estado, que nele tivessem uma participação fundamental, que ele fosse *deles*.

Ora isto nunca aconteceu. Essa confiança nunca chegou, assim, a existir. Os próprios trabalhadores, muitas vezes conscientes dessa

contradição, viram-se na contingência de defender os interesses da *sua* empresa (não confundir com os do seu patrão — o que também aconteceu em certos casos —, pois estamos a falar de empresas nacionalizadas). É por isso que o sistema capitalista não chegou a ser atingido nos seus fundamentos. Por isso que a tal «lei de pequeno articulado» nunca surgiu.

ANEXO 5<sup>1</sup>

TEXTO I: ENTREVISTA  
AO DIÁRIO DE NOTÍCIAS  
(EXTRACTO)<sup>2</sup>

(...)

«D. N.» — *O senhor secretário de Estado, ao referir-se ao controlo da produção, falou de outras formas e sistemas que, no seu entender, são mais progressistas do que as próprias nacionalizações. Poderá especificar essas formas?*

*Secretário de Estado da Indústria* — O que digo é que há formas de controlo com potencialidades para poderem vir a revelar-se mais progressistas, mais «avançadas» na fase actual, do que as próprias nacionalizações.

Na base de uma nacionalização, temos o Estado a tomar directamente o lugar do empresário, o que pode conduzir a uma mera substituição de administradores, se não houver dentro dos sectores nacionalizados, e rapidamente, uma dinâmica muito grande por parte dos trabalhadores no sentido de uma participação activa no próprio processo de reestruturação desses sectores e dessas empresas.

Portanto, com as nacionalizações há um risco: o de se dar uma simples substituição de administrações. E esse risco depende

---

<sup>1</sup> P. 243.

<sup>2</sup> Publicada no *Diário de Notícias*, 17-6-75.



da própria dinâmica dos trabalhadores. Eles terão uma palavra decisiva, mas a nacionalização, como tratamento de choque, pode, só por si, dar uma tranquilidade excessiva às próprias massas trabalhadoras com o argumento: «Agora, isto é nosso, pois o Estado tomou conta...»

Ora, as formas de controlo que não implicam imediatamente a nacionalização podem ser exercidas, por exemplo, por órgãos do Estado e, conjuntamente, por órgãos representativos dos trabalhadores, que se aplicam a fazer o chamado controlo de produção, a nível sectorial.

Há, portanto, um conjunto de empresas, há comissões de trabalhadores ou de controlo de produção. O Estado, por sua vez, em ligação com essas comissões, vai, de certa maneira, reorganizar o sector, impor determinadas normas, intervir na repartição de investimentos e, inclusivamente, das próprias encomendas.

E, quando digo que este esquema é progressista, é neste sentido. Um esquema destes apela, de facto, para uma vigilância permanente das próprias comissões de trabalhadores, através da sua participação no órgão estatal e da sua acção a nível das empresas, o que, repito, pode ser, potencialmente, mais progressista do que, em certos casos, uma nacionalização imediata.

Isto, no entanto, não significa que não haja sectores em que só é concebível, como, aliás, já aconteceu, a nacionalização imediata, até porque eram os centros de acumulação monopolista. Essas nacionalizações teriam, pois, que ser feitas e ainda, provavelmente, haverá outras.

Há, porém, outros sectores em que a experiência do outro tipo me parece mais aconselhável.

«D. N.» — *Esses sectores coincidirão com aqueles em que predominam as pequenas e médias empresas, ou haverá outros, como, por exemplo, o da metalomecânica?*

*Secretário de Estado da Indústria* — A metalomecânica pesada é, precisamente, um caso em que tem havido todo um trabalho de preparação de um esquema desse tipo. E parece-me ser, de facto, um sector adequado para uma experiência deste tipo, além de que tem um poder de arrastamento muito grande. Além disso, o Estado domina já, inclusivamente, algumas empresas do sector.

Mas um outro caso, e este de pequenas e médias empresas, é o dos pequenos e médios estaleiros navais. Neste momento, está mesmo a criar-se uma comissão instaladora de um órgão de controlo desse tipo neste sector, cuja estrutura é muito heterogénea.

Na verdade, para além de três grandes estaleiros — Lisnave, Setenave e Viana do Castelo —, que têm problemas muito específicos, há, neste sector, um conjunto de algumas dezenas de estaleiros, alguns dos quais muito pequenos e que até estão, neste momento, em regime de cooperativa de produção. Outros há de média envergadura, e outros até já com uma razoável dimensão e capacidade — São Jacinto, Mondego, etc., etc. Tudo isto tem, pois, que ser articulado, pois há um equipamento produtivo importante, mas que está completamente desajustado e com problemas de ocupação.

E é nesse sentido que se está a lançar a experiência, estando já os trabalhadores a participar activamente na elaboração desse esquema.

Um outro caso, que posso citar, é o de um conjunto de quatro empresas metalomecânicas médias que estão, por vias diversas, sob controlo do Estado. Estas empresas apresentam complementaridades tais que nos levaram a pensar que seria viável a elaboração de projectos comuns, tirando partido dos equipamentos, das instalações e das capacidades técnicas. Os trabalhadores já criaram, inclusivamente, um secretariado comum a essas empresas e nós, Ministério da Indústria, vamos criar um grupo de trabalho para coordenar os vários projectos comuns.

Mas, o importante é que isto está a ser feito com a participação directa das comissões de trabalhadores das várias empresas. É, também aqui, um esquema um pouco diferente das outras experiências, pois, caso a caso, as situações são diferentes, exigindo soluções diferentes.

(...)

«D. N.» — *É, pois, nesta óptica de dinamização sectorial que o Ministério da Indústria vê o essencial do problema do controlo da produção?*

*Secretário de Estado da Indústria* — O controlo de produção pelos trabalhadores é uma questão que tem sido pouco debatida e não me é possível agora desenvolver o tema. Quero apenas acen-

tuar que o que temos estado a ver constitui o contributo do Ministério da Indústria para que tal controlo tenha uma área de aplicação mais vasta que a da empresa isolada, e para que, portanto, os trabalhadores comecem a intervir na própria «gestão social». Mas o essencial do problema não reside nisto: reside na consciência dos trabalhadores de que o controlo da produção é uma acção eminentemente política e revolucionária, e nas formas justas que saibam encontrar caso a caso, para exercer essa acção que, como é evidente, ultrapassa largamente o campo estritamente sindical. E não me venham acenar com o espectro da autogestão e dos seus riscos num contexto capitalista. Quer se goste quer não, há hoje em Portugal numerosas experiências muito positivas de autogestão, não só no sector industrial, que compete precisamente aos órgãos de controlo sectorial sustentar e apoiar — em conjunto com outras formas de controlo da produção a nível empresarial —, e cujos riscos poderão ser minimizados se se encontrarem formas de «contabilidade social» de transição que gradualmente subtraíam o sistema económico à lógica do lucro privado. Tudo isto está por discutir, mas é de vital importância política.

(...)



TEXTO II: NOTAS SOBRE  
«CONTROLO DE PRODUÇÃO»<sup>3</sup>

— Há dois pontos a esclarecer à partida:

- que se entende por «controlo da produção»?
- que papel cabe ao Governo neste campo?

1 — Convém partir de uma definição provisória, que constitua uma hipótese de trabalho: por *controlo da produção* entender-se-á uma acção, por parte dos próprios trabalhadores, tendente a assegurar que a unidade produtiva (ou sector) em que se inserem está a ser utilizada da forma mais adequada, tendo em vista o esforço colectivo global no sentido da instauração de uma sociedade socialista.

Esta definição é obviamente muito genérica, pois deixa em aberto todos os conflitos e contradições a serem superados, pelos próprios trabalhadores, no decurso do processo revolucionário, em torno de questões essenciais, como sejam: a natureza do produto e das tecnologias adoptadas, a necessidade de ultrapassar o «egoísmo de empresa» (ainda susceptível de subsistir durante um período mais ou menos longo, em função da maior ou menor aceleração do processo de transição), a gradual transposição dos conceitos tradicionais de rendibilidade empresarial para o de oportunidade social, a articulação entre empresas e entre sectores (em diversos domínios), enfim, e mais importante, a própria «construção» dialéctica de um modelo de socialismo que ganhará forma precisa-

---

<sup>3</sup> Texto de trabalho, preparado no âmbito do Ministério da Indústria, IV Governo Provisório.

mente através das sucessivas resoluções das contradições anteriores, no quadro da luta de classes, que em larga medida as determinará no seu conteúdo e no seu ritmo.

O mesmo é dizer que o controlo da produção não poderá ser entendido como um fim, mas como um meio, entre outros, de efectuar *na prática* a revolução socialista ou, mais correctamente, de a atingir a mais breve prazo, evitando simultaneamente os conhecidos inconvenientes de uma «estatização» de cima para baixo.

2 — Admitindo-se que o controlo da produção é um processo por excelência de inserir as iniciativas dos trabalhadores num processo que é afinal o da sua própria luta por uma sociedade socialista; admitindo-se ainda que tal intervenção é vital se se pretender obstar a pragmáticas motivações de «reconstrução nacional» que adiam a revolução para quando ele estiver terminado (a exemplo do que sucedeu nos países europeus ocidentais no pós-guerra); e sendo certo, aliás, que, na actual fase do processo de luta de classes em Portugal, tal motivação desmobilizadora dificilmente encontraria eco nas massas trabalhadoras — tudo isto considerado, parece que ao Governo, bem como ao Conselho Superior da Revolução, competirá não só suscitar um largo debate sobre o assunto, como sobretudo definir uma clara política de apoio a experiências já em curso, e bem assim promover a articulação das iniciativas que nesse campo se venham a desenvolver nas empresas nacionalizadas ou com participação do Estado, e nos sectores em que venham a ser adoptados esquemas de «gestão sectorial».

3 — Para a definição dessa política e para o enquadramento dessas formas de articulação, podem desde já propor-se à reflexão alguns pontos importantes. Assim:

a) Dada a actual estruturação sindical, ainda muito impregnada, e naturalmente, da «vocação» profissional que imperava — e bem se compreende porquê — antes do 25 de Abril (os próprios contratos verticais já existentes ou em curso de negociação exigem um prévio acordo — e a própria presença à mesa das negociações — de numerosos sindicatos profissionais), julga-se que, em termos de «controlo da produção», deverão ser «comissões de controlo da produção», eleitas na própria empresa pelos respecti-

vos trabalhadores, a desempenhar-se dessa função. Nas empresas em que os trabalhadores decidam exercer o direito de controlo da produção, a assembleia geral dos trabalhadores elegerá aquela comissão ou atribuirá à comissão de trabalhadores ou à comissão sindical já existente, ou a parte delas, essa função específica.

b) No plano da integração das formas de controlo da produção, há que distinguir os sectores muito concentrados dos sectores muito pulverizados, quer em número e dimensão de empresas, quer geograficamente — sem esquecer as situações intermédias. Enquanto que, para os primeiros, é relativamente fácil encontrar soluções que, partindo do controlo a nível de empresas se integrem sem dificuldade em esquemas de «gestão sectorial» a instituir, já para os segundos haverá que imaginar soluções de muito maior flexibilidade. Convém ter presente que, em tais casos, provavelmente será a partir dos problemas de reestruturação sectorial que as primeiras formas integradas de controlo poderão surgir — independentemente de experiências isoladas, cujo contributo poderá, por vezes, ser de grande importância política e social. Trata-se, afinal, de efectuar um encontro entre estruturas de controlo de iniciativa governamental e estruturas de controlo provenientes da base. Em última análise, põe-se aqui o problema da própria transformação radical do aparelho de Estado, bem como da sua própria função — sem o que não haverá sociedade socialista.

c) Uma terceira situação, em que a questão do controlo da produção se porá de imediato, é obviamente o dos sectores ou empresas nacionalizadas (e também as empresas hoje sob controle do Estado, por via de intervenções ao abrigo do Decreto-Lei 660/74). Aqueles sectores ou empresas vão, sem excepção, ser objecto de «reestruturações» tendentes, de um modo geral, à constituição de empresas públicas. Entre as comissões de trabalhadores e as comissões de reestruturação terá de haver uma discussão aberta sobre o «controlo da produção», envolvendo não só os problemas de exploração, de programas de produção, de autonomia nos locais de trabalho, de fiscalização da gestão (admitindo o não interesse dos trabalhadores em fórmulas de co-gestão ou mesmo, de imediato, de autogestão), etc., mas também a participação no estudo de programas de expansão e de investimento, na política comercial, etc.

Quanto às empresas objecto de «intervenções», elas poderão



ser locais de experiência de fórmulas concretas, a nível empresarial, a integrar futuramente no controlo a nível sectorial.

d) Quer às comissões administrativas das empresas sob controlo do Estado, quer aos órgãos de «gestão sectorial» a criar e às comissões de reestruturação dos sectores nacionalizados, devem ser dadas certas orientações e marcados certos princípios pelos quais deverão balizar a sua acção neste campo. Sugerem-se desde já alguns princípios orientadores:

- os trabalhadores deverão ter a faculdade de organizar o trabalho a nível de oficina ou de serviço, devendo ficar claras as responsabilidades, quer do ponto de vista de produção, quer do ponto de vista disciplinar;
- as comissões de controlo da produção terão acesso a todas as informações indispensáveis ao acompanhamento, discussão e fiscalização da gestão técnica, financeira e comercial;
- as comissões de controlo da produção terão a faculdade de propor e/ou discutir programas de investimento, ampliação e/ou reconversão da empresa, devendo ser informadas (por forma a definir) de planos ou projectos exteriores à empresa — do mesmo sector ou de outros com ele relacionados — que possam ter incidência nesses programas;
- a menos de casos excepcionais, e que terão *a posteriori* de ser plenamente justificados, terão as comissões de controlo da produção acesso a todas as informações de ordem «confidencial»; essas comissões julgarão em plena responsabilidade da conveniência ou não de transmitir essas informações aos trabalhadores que representam.

4 — Em termos de acções concretas por parte do Governo neste campo, julga-se que elas se deveriam limitar a:

a) Publicação de um diploma integrando os princípios fundamentais contidos neste texto, ou os que venham a resultar do debate a nível de Governo sobre o assunto, suficientemente flexível para permitir uma importante margem de autonomia e de iniciativa por parte dos próprios trabalhadores;

b) Lançamento de um amplo debate sobre este tema, que permita trazer ao conhecimento geral numerosas experiências nacionais e estrangeiras, e efectuar a respectiva apreciação crítica.

Entende-se que tal acção teria de ser fortemente apoiada num leque de medidas tendentes a criar um clima colectivo de mobilização, que dê claramente a noção de quais os objectivos *colectivos* em que se enquadra, e de que é apenas um meio, o controlo da produção. O programa de dinamização do Movimento das Forças Armadas pode igualmente desempenhar um relevante papel neste domínio.

### TEXTO III: CONTROLO OPERÁRIO E PODER POLÍTICO<sup>4</sup>

Se é certo que a prática e a teoria devem permanentemente confrontar-se para que as acções desenvolvidas pelas massas trabalhadoras constituam efectivos avanços revolucionários, torna-se urgente discutir, nesta perspectiva, a questão do controlo operário, reflectir sobre os múltiplos caminhos que até agora se têm, neste campo, mais ou menos espontaneamente trilhado.

Vejam algumas perguntas que contêm o essencial das questões teórico-práticas do controlo operário na fase actual: tem sentido lutar pelo controlo operário, impô-lo *antes* da conquista do poder político pelos trabalhadores, ou, pelo contrário, trata-se de uma exigência que fundamentalmente se apresenta *depois* dessa conquista do poder, de forma a consolidá-lo? Admitindo que é uma luta a travar desde já, não deverá, mesmo assim, ter o controlo operário funções e objectivos distintos *antes* e *depois* da conquista do poder? E, antes dessa conquista, no período mais ou menos prolongado que a antecede, como articulá-la com a evolução da relação das forças políticas em presença, com o desenvolvimento e agudização da luta de classes? Qual a forma mais correcta, e o nível mais adequado, para efectuar esse controlo? Devem privilegiar-se, nessa luta, as formas de organização de base, ou as «instituições» representativas de classe? Como distinguir com precisão o controlo operário de formas de co-gestão ou de colaboração de classes? Quais as relações entre controlo e gestão, de um modo geral e a diversos níveis, antes e depois da conquista do poder? Na fase actual, deve o problema ser colocado de forma diferente segundo se trata de empresas privadas, nacionalizadas, cooperativas de produção, etc.?

De todas estas questões, a primeira é sem dúvida decisiva, já que a resposta que lhe for dada condiciona, de certo modo, todas

---

<sup>4</sup> Publicado em *República*, 4-11-75.



as outras. Vale, pois, a pena aprofundarmos um pouco a discussão desse ponto, que não é mais, afinal, que o das relações entre o controlo operário e o poder político. E isto é tanto mais importante quanto é certo que algumas organizações políticas com maior implantação no proletariado sempre privilegiaram, *até ao aparecimento do VI Governo*, a luta sindical (a luta pelo poder nos sindicatos, mas também a canalização das lutas dos trabalhadores através da via sindical) sobre a luta pelo controlo operário, naturalmente muito mais dispersa e difícil de controlar pelas cúpulas sindicais e partidárias. Em certa fase, mais ou menos coincidente com a vigência do IV Governo, tentou-se mesmo associar «organicamente» as duas coisas e institucionalizar o controlo operário por meio do aparelho sindical e a ele submetido.

Tudo isto tem que ver com a ideia, que prevaleceu até ao VI Governo (e sobretudo depois do 11 de Março), de um «evolucionismo» do poder burguês em direcção ao socialismo, isto é, com a ideia de que um «Estado ao serviço dos trabalhadores», embora ainda não fosse o «poder dos trabalhadores», poderia *gerir* a evolução de Portugal *rumo ao socialismo* por forma controlada até que, um belo dia (quando?, determinado por quem?), muito tranquilamente o poder fosse enfim *entregue* aos trabalhadores. Ora acontece que uma revolução não se faz pela simples vontade que tenham de a fazer uns quantos dirigentes políticos, e muito menos ainda quando são legítimas todas as dúvidas quanto à vontade apregoada por muitos deles. Se após o 25 de Abril os trabalhadores portugueses tivessem ficado parados à espera que lhes oferecessem a revolução, nenhuma conquista, nenhuns avanços teriam sido conseguidos. As lutas de fábrica, as ocupações de terras, os desenvolvimentos das estruturas populares e a sua acção, as grandes mobilizações de massas — aí está a chave dos triunfos alcançados. No que respeita ao controlo operário, se os vários Governos que se sucederam mostraram tão pouca pressa em tomar decisões, isso deve-se a que se trata de uma *intervenção* de massas que se desenvolve fundamentalmente a partir das unidades de produção, tendo por isso um enorme potencial *subversivo* das estruturas capitalistas do poder. Por isso mesmo, e enquanto são dominantes os mecanismos de produção e circulação capitalistas, não pode deixar de ter um efeito desagregador; por isso mesmo é uma intervenção (uma luta) eminentemente política. Qualquer «batalha

da produção» lançada por um Governo que não seja o Governo dos trabalhadores — ainda que se diga «ao seu serviço»... —, se vê obstruída e contrariada pelas estruturas de controlo operário a nível empresarial, que tendem a constituir um duplo poder dentro das empresas.

Vê-se assim facilmente que *antes* da conquista do poder pelos trabalhadores (no tal período *mais ou menos prolongado* que a antecede: a sua duração está intimamente relacionada com este mesmo processo de luta, com a capacidade de mobilização e de organização que os trabalhadores revelarem) o controlo operário tem um sentido e uma função muito precisos: a criação de um «poder operário» de base, capaz não só de exercer uma vigilância apertada sobre a acção dos empresários (sejam eles privados ou públicos), mas ainda de se constituir em órgãos de vontade democrática dos trabalhadores no sentido de conservação do potencial produtivo e do emprego, prefigurando as novas relações de produção e *de poder* na futura sociedade. Esta acção não pode deixar de ser, como já se viu, profundamente desagregadora. E aí se põe outra questão essencial: devem ser os próprios trabalhadores a «gerir» tal desagregação, isto é, a tentar conseguir que o ritmo dessa desagregação se adeque ao ritmo de crescimento da sua força organizada (pois a não ser assim, os trabalhadores correm o risco de se ver obrigados a uma prova de força para que não estão preparados)? Isto quer dizer que a luta pelo controlo operário terá de ser «organizada», deverá, sempre que possível, ser articulada sectorialmente, deverá ser desenvolvida de modo a que, *após* a conquista do poder, exista uma estrutura mínima de controlo e planificação (talvez melhor, de coordenação) que permita evitar, nesse momento vital, o desmoronamento completo do sistema produtivo. Pois, nessa altura, a batalha da produção estará, de facto, na ordem do dia, e na ausência de uma estrutura forte de poder operário de base, um novo e terrível inimigo se perfilará no horizonte: a burocracia (de Estado, partidária, sindical, etc.).

Em resumo: *antes* da tomada do poder, o controlo operário opor-se-á à *recuperação capitalista*; *após* a tomada do poder, opor-se-á à burocratização de um «capitalismo de Estado» que será quase inevitavelmente a forma inicial da fase de transição, forçando — de forma organizada e não anárquica — a efectiva intervenção das massas na construção do socialismo.

## BIBLIOGRAFIA

A lista bibliográfica que se segue é apresentada segundo a ordem por que aparecem citados os *autores* ao longo do texto. Às obras mencionadas com maior frequência, ou de referência mais extensa, foram dadas «abreviaturas» (de forma a não sobrecarregar a leitura), que se encontram assinaladas na coluna da direita e, de um modo geral, correspondem às iniciais da obra citada. Esta lista é completada por mais algumas obras consultadas, mas que não foram objecto de citação no texto.

Finalmente, para facilitar uma referenciação histórica, dá-se indicação das obras mencionadas, agrupadas segundo os países em que se verificaram os processos revolucionários mais longamente tratados no texto.

N.º de ordem	Referência completa da obra	Abreviatura no texto
1	MARX e ENGELS <i>Obras Escolhidas</i> , em dois volumes, Ed. du Progrès (francês), Moscovo, 1955.	Vol. I      OE-I Vol. II     OE-II

### *Identificação dos textos citados*

Vol. I — «Manifesto Comunista».  
Prefácio de 1890 ao «Manifesto»  
«Luta de Classes em França».  
(Pp. 106 \*, 109, 113) — «Mensagem à Liga dos Comunistas».  
(Pp. 678) — «A Questão do Alojamento».

---

\* Páginas da obra citada.



- Vol. II — «Crítica ao Programa de Gotha».  
«Socialismo Utópico e Socialismo Científico».  
(P. 476) — «A Questão Camponesa em França  
e na Alemanha».  
(P. 533) — «Carta a K. Schmidt».
- 2 F. ENGELS  
*Anti-Dübring*, Ed. Afrodite, 1974.
- 3 *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do  
Estado*, Ed. Sociales, 1966.
- 4 LENINE  
*Obras Escolhidas*, em dois volumes, cada volume  
duas partes; Ed. Langues Etrangères (francês), Mos-  
covo, 1953.
- |                                |        |
|--------------------------------|--------|
| Vol. I, 2. <sup>a</sup> parte  | O-I 2  |
| Vol. II, 1. <sup>a</sup> parte | O-II 1 |
| Vol. II, 2. <sup>a</sup> parte | O-II 2 |

*Identificação dos textos citados*

Vol. I — 2.<sup>a</sup> parte.  
(Pp. 137, 138, 139) — «As Duas Tácticas da  
Social-Democracia».

Vol. II — 1.<sup>a</sup> parte.  
«A Catástrofe Iminente e os Meios de a Escon-  
jurar».  
(Pp. 14, 15) — «Da Dualidade de Poderes».  
(P. 51) — «As Tarefas do Proletariado na Nossa  
Revolução».  
(Pp. 236, 279, 281, 304) — «O Estado e a Revo-  
lução».

Vol. II — 2.<sup>a</sup> parte.  
(P. 636) — «Do Papel e das Tarefas dos Sindica-  
tos nas Condições Económicas da N. E. P.».  
(Pp. 746, 747) — «Da Cooperação».

N.º de ordem	Referência completa da obra	Abreviatura no texto
5	<i>El Control Obrero y la Nacionalización de la Industria</i> , colectânea de textos, Ed. Progreso, Moscovo.	CO
6	<i>Problèmes d'Organisation de l'Économie Socialiste</i> , colectânea de textos, Ed. du Progrès, Moscovo, 1969.	PO

*Identificação dos textos citados*

(Pp. 113, 114) — «Tarefas Imediatas do Poder dos Sovietes».

(P. 154) — «Sobre o Infantilismo de Esquerda».

(Pp. 306, 309) — «O Plano Económico Único».

7	<i>La Révolution Bolchéviste</i> , colectânea de textos, Petite Bibliotheque Payot, 1963.	RB
---	---	----

*Identificação dos textos citados*

(Pp. 15, 17) — «Os Bolcheviques Manterão o Poder?»

(P. 234) — «Discurso do III Congresso da Internacional Comunista».

(Pp. 256, 257) — «Discurso de 29 de Outubro de 1921».

8	<i>Discursos Pronunciados en los Congresos del Partido (1918-1922)</i> , Ed. Progreso, Moscovo.	
9	OSKAR ANWEILER <i>Les Soviets en Russie, 1905-1921</i> , Ed. Gallimard, 1972.	SR
10	H. AVRON <i>L'Anarchisme</i> , Col. Que Sais-je?, P. U. F., 2. <sup>a</sup> ed., 1959.	
11	MARCEL LIEBMAN <i>Le Léninisme sous Lenine</i> , dois volumes, Ed. Seuil, 1973.	

N.º de ordem	Referência completa da obra	Vol. I Vol. II	Abreviatura no texto
12	ERNEST MANDEL <i>Contrôle Ouvrier, Conseils Ouvriers, Autogestion</i> , colectânea de textos, Maspéro, 1970.		COA
13	ROSA LUXEMBURGO «La Revolution Russe», in <i>Oeuvres II</i> , colectânea de textos, Petite Collection Maspéro, 1971.		RR
14	MAX WEBER <i>L'Ethique Protestante et l'Esprit du Capitalisme</i> , Ed. Plon, 1964.		
15	ERNESTO CHE GUEVARA <i>Le Socialisme et l'Homme</i> , colectânea de textos, Petite Collection Maspéro, 1967.		SH
16	<i>Ecrits II — Oeuvres Revolutionnaires 1959-1967</i> , Maspéro, 1968.		
17	E. H. CARR <i>The Bolshevik Revolution</i> , em três volumes, Penguin Books.	Vol. II	BR-II
18	<i>Socialism in One Country</i> , em três volumes, Penguin Books.	Vol. I	SC-I
19	<i>Manual de Economia Política da Academia de Ciências da U. R. S. S.</i> , 3.ª edição (1959), tradução brasileira, Editorial Vitória, Rio, 1961.		Manual
20	ZARODOV <i>Le Léninisme et le Passage du Capitalisme au Socia- lisme</i> , Ed. du Progrès, Moscovo, 1973 (há tradução		LP



N.º de ordem	Referência completa da obra	Abreviatura no texto
	portuguesa recente, em três volumes, da Editorial Avante).	
21	POLOGNE <i>Manuel</i> , Ed. Interpress, Varsóvia, 1974.	
22	E. PREOBRAJENSKY <i>De la N. E. P. au Socialisme</i> , Ed. CNRS, 1966.	
23	«Ley Fundamental de la Acumulación Socialista Primitiva», in <i>La Acumulación Socialista</i> , colectânea de textos, Col. Comunicacion, Ed. A. Corazon, Madrid, 1971.	AS
24	E. PREOBRAJENSKY e N. BUKHARINE <i>ABC du Communisme</i> , dois volumes, Petite Collection Maspéro, 1971.	Vol. I ABC-I Vol. II ABC-II
25	VICTOR SERGE <i>L'An I de la Revolution Russe</i> , três volumes, Petite Collection Maspéro, 1971.	
26	M. BRINTON <i>Os Bolcheviques e o Controlo Operário</i> , Ed. Afrontamento, 1975.	
	CHARLES BETTELHEIM (V. p. 134, nota 19: bibliografia de textos teóricos deste autor relativos à transição para o socialismo.)	
27	<i>Les Luttés de Classes en U. R. S. S. — 1917-1923</i> , Ed. Seuil-Maspéro, 1974.	LC
28	<i>Révolution Culturelle et Organisation Industrielle</i> , Petite Collection Maspéro, 1973.	RC

N.º de ordem	Referência completa da obra	Abreviatura no texto
29	<i>Cálculo Económico e Formas de Propriedade</i> , Ed. D. Quixote, 1972.	CE
30	«Cuba en 1965: Resultats et Perspectives Economiques», artigo na revista <i>Economie et Politique</i> , n.º 132, Julho de 1965.	
31	CH. BETTELHEIM, J. CHARRIÈRE e H. MARCHISIO <i>La Construction du Socialisme en Chine</i> , Ed. Maspero, 1965.	
32	STUART SCHRAMM <i>Mao Tsé-tung Unrehearsed</i> , colectânea de textos, Penguin Books, 1974.	MU
33	<i>Mao Tsé-tung</i> , colectânea de textos, Ed. A. Colin, 1963.	
34	EVGUENI VARGA <i>A Construção do Socialismo na União Soviética</i> , Ed. A. Ferreira, s/ data.	
35	ANDRÉS NIN <i>A Guerra Civil de Espanha</i> , colectânea de textos, Ed. Textos Marginais, 1975.	
36	P. BROUÉ e E. TÉMIME <i>La Révolution et la Guerre d'Espagne</i> , Ed. Minuit, 1961.	RG
	MAO TSÉ-TUNG (Além de textos incluídos nas ref. 32 e 33.)	
37	<i>Mao et la Construction du Socialisme</i> , Ed. Seuil, 1975.	MC
38	<i>Quatre Essais Philosophiques</i> , Ed. Langues Etrangères, Pequim, 1966.	QE

*Identificação dos textos citados*

- (P. 38) — «De la Contradiction».  
(Pp. 93, 105, 142) — «De la Juste Solution des Contradictions au Sein du Peuple».
- 39 *Ecrits Choisis*, três volumes, Petite Collection Maspéro, 1969.  
Texto citado:  
«De la Démocratie Nouvelle» (vol. II).
- 40 GRISONI e MAGGIORI  
*Ler Gramsci*, Ed. Iniciativas Editoriais, 1974. LG
- 41 J. MARTINS PEREIRA  
*Indústria, Ideologia e Quotidiano*, Ed. Afrontamento, 1974.
- 42 ALEC NOVE  
*An Economic History of the U. R. S. S.*, Pelikan Books, 1972. EH
- 43 SERGE PROKOPOVICZ  
*Histoire Économique de l'U. R. S. S.*, Flammarion, 1952.
- 44 ROBERT LINHART  
*Lenine, Les Paysans*, Taylor, Ed. Seuil, 1976.
- 45 I. KATORGUIN  
*Experiencia Historica de la Aplicacion de la N. E. P. por el P. C. U. S.*, Ed. Progreso, Moscovo, 1975.
- 46 FIDEL CASTRO  
*La Revolution Cubaine*, dois volumes, colectânea de textos, Petite Collection Maspéro.  
(Citação feita do vol. II.)
- 47 *Relatório ao I Congresso do Partido Comúnista Cubano*, Ed. Avante, 1976. Relatório



N.º de ordem	Referência completa da obra	Abreviatura no texto
48	JEAN BABY <i>La Grande Controverse Sino-Soviétique (1956-1966)</i> , Ed. Grasset, 1966.	
49	T. HUGUES e D. LUARD <i>Le Développement Économique de la Chine Communiste (1949-1960)</i> , Les Éd. Ouvrières, 1962.	DE
50	<i>Problemas da Transição para o Socialismo</i> , colectânea de textos de M. Harnecker, Sweezy, P. Vuskovic, F. Hinkelammert e Theotónio dos Santos, Iniciativas Editoriais, Abril, 1976.	
51	LEON TROTSKY <i>Histoire de la Revolution Russe</i> , Fevereiro, Seuil, 1950.	
52	JOAN GARCÉS <i>Le Problème Chilien</i> , Ed. Marabout, 1975.	PC
53	GABRIEL JACKSON <i>A República Espanhola e a Guerra Civil</i> , dois volumes, Ed. Europa-América, 1975. (As citações feitas são todas do primeiro volume.)	RE
54	HUGH THOMAS <i>A Guerra Civil de Espanha</i> , Ed. Ulisseia.	GC
55	<i>Cuba ou os Caminhos da Liberdade</i> , Ed. Bertrand, 2.ª ed., 1974.	
56	PIETRO NENNI <i>La Guerre d'Espagne</i> , Ed. Maspéro, 1959.	
57	GERALD BRENNAN <i>El Labirinto Español</i> , Ed. Ruedo Iberico, 1974.	LE
58	GASTON LEVAL <i>L'Espagne Libertaire</i> , Ed. du Cercle, 1971.	

N.º de ordem	Referência completa da obra	Abreviatura no texto
59	VERNON RICHARDS <i>Enseignement de la Révolution Espagnole (1936-1939)</i> , U. G. E., Collection 10/18, 1975.	
60	ALAIN TOURAINE <i>Vida e Morte do Chile Popular</i> , Ed. Bertrand, 1974.	
61	Revista <i>Critiques de l'Économie Politique</i> , n.ºs 11-12, Abril/Setembro de 1973. Artigos de C. Rossi — «Notes sur la Politique Economique de l'Unité Populaire», pp. 230-336. R. Marini — «La Politique Economique du Gouvernement d'U. P.», pp. 237-245.	CEP
	Pio Garcia — «La Politique Economique du Gouvernement Populaire», pp. 246-266.	
62	O. DUHAMEL <i>Chili ou la Tentative — Révolution/Légalité</i> , Gallimard, 1974.	CT
63	RENÉ DUMONT <i>Cuba — Socialisme et Developpement</i> , Seuil, 1964.	CSD
64	M. A. MACCIOCCHI <i>Pour Gramsci</i> , Seuil, 1975.	
65	JACQUES VALLIER Artigo «L'Économie Cubaine», revista <i>Temps Modernes</i> , Março de 1968.	
66	DAVID ALEXANDER Artigo «Vers Un Socialisme Cubain», revista <i>Temps Modernes</i> , Fevereiro de 1967.	
67	WLADIMIR BRUS <i>Problèmes Généraux du Fonctionnement de l'Économie Socialiste</i> , Maspéro, 1970.	

N.º de ordem	Referência completa da obra	Abreviatura no texto
68	I. JOSHUA <i>Organização e Relações de Produção numa Economia de Transição (Cuba)</i> , brochura editada pelo Serviço de Planeamento Económico da Universidade de Maputo (de um artigo publicado na revista <i>Problèmes de Planification</i> ).	ORP
69	JAN MARCZEWSKI <i>Planification et Croissance Économique des Démocraties Populaires</i> , dois volumes, P. U. F., 1956. (As citações são do vol. I.)	PDP
70	VÍTOR SILVA LOPES <i>Constituição da República Portuguesa, 1976</i> (anotada), Editus.	
71	<i>Debate sobre o Programa de Política Económica e Social</i> , colectânea de textos, Morais, Maio de 1975.	
72	N. BUKHARINE <i>Le Socialisme dans Un Seul Pays</i> , colectânea de textos (1925-26), Collection 10/18, 1974.	
	<i>Identificação do texto citado no Cap. III, p. 186</i>  (P. 243, nota 14) — «Les Problèmes de l'Édification Socialiste (I)».	
73	OLIVEIRA MARTINS <i>Portugal Contemporâneo</i> , três volumes, 7.ª edição, Guimarães Editora, 1953.	
74	AVELINO RODRIGUES, CESÁRIO BORGA e MÁRIO CARDOSO <i>O Movimento dos Capitães e o 25 de Abril</i> , Morais, Novembro de 1974.	
75	<i>Portugal depois de Abril</i> , Ed. A. Reis, Maio de 1976.	



N.º de ordem	Referência completa da obra	Abreviatura no texto
76	ÁLVARO CUNHAL <i>A Crise Político-Militar/Discursos Políticos-5</i> , Ed. Avante, Março de 1976.	<i>Discursos</i>
77	VÍTOR MATIAS FERREIRA <i>Movimentos Sociais Urbanos e Intervenção Política</i> , Ed. Afrontamento, Agosto de 1975.	
78	«M. F. A. — Motor da Revolução Portuguesa» (textos publicados no <i>Boletim do M. F. A.</i> ), Diabril, Julho de 1975.	
79	VASCO GONÇALVES <i>Discursos, Conferências de Imprensa e Entrevistas</i> , Ed. A. P. da Gama, Março de 1976.	
80	MAURICE DOBB <i>El Calculo Economico en Una Economia Socialista</i> , Ariel, Barcelona, 1970.	
81	C. D. S. <i>Programa Global para a Reconstrução da Economia Portuguesa</i> , Abril de 1976.	

Algumas obras consultadas, mas que não foram objecto de citação no texto:

#### SOBRE A RÚSSIA SOVIÉTICA

- |    |  |  |
|----|--|--|
| 82 | JEAN ELLEINSTEIN<br><i>Histoire de l'U. R. S. S.</i> , quatro volumes, Ed. Sociales, 1975. |  |
| 83 | FRANÇOIS-XAVIER COQUIN<br><i>La Révolution Russe</i> , P. U. F., 5.ª ed., 1974.            |  |
| 84 | JACQUES SADOUL<br><i>Notes sur la Révolution Bolchevique</i> , Ed. La Sirène, 1920.        |  |

- | N.º de<br>ordem | Referência completa<br>da obra  |
|-----------------|---|
| 85              | J. BARROT<br><i>Notas para Uma Análise da Revolução Russa</i> , Ed. Cadernos de Hoje, Lisboa, 1972.   |
| 86              | ALEXANDRA KOLLONTAI<br><i>A Oposição Operária — 1920-1921</i> , Ed. Afrontamento, 1973.   |
| 87              | N. BUKHARINE<br><i>Economia del Periodo di Transformazione</i> , Ed. Jaca Book, Milão, 1971.  |
| 88              | <i>Le Débat Soviétique sur la Loi de la Valeur</i> , colecção de textos de Bukharine, Preobrajensky, Trotsky e outros, Ed. Maspéro, 1972.               |
| 89              | L. TROTSKY<br><i>Terrorisme et Communisme</i> , Collection 10/18, 1963.   |
| 90              | <i>Cours Nouveau</i> , Collection 10/18, 1972.  |
| 91              | A. ERLICH<br><i>Il Dibattito Sovietico Sull'Industrializzazione, 1924-1928</i> , Ed. Laterza, Bari, 1969.   |
| 92              | PIERRE e IRENE SORLIN<br><i>Lénine, Trotski, Staline, 1921-1927</i> , Ed. A. Colin, 1961.   |
| 93              | GERARD WALTER<br><i>Lénine</i> , Marabout Université, 1950.   |
| 94              | <i>Democracia de Trabajadores o Dictadura de Partido</i> , colectânea de textos, com introdução de O. ANWEILER, Ed. Zero, 1971.                         |
| 95              | <i>A Grande Polémica (I): a Revolução Permanente</i> , colecção de textos de Trotsky, Proccaci, Bukharine e Zinoviev, Ed. Iniciativas Editoriais, 1975. |

N.º de  
ordem

Referência completa  
da obra

- 96 J. ESTALINE  
*Os Problemas Económicos do Socialismo na U.R.S.S.*,  
Ed. Estrela Vermelha, 1975.
- 97 E. G. LIBERMAN  
«Le Rôle du Profit dans le Système de Stimulants  
de l'Industrie Soviétique», in *Revue International du  
Travail*, vol. 97, n.º 1, Janeiro de 1968.
- 98 ROBERT BORDAZ  
*La Nouvelle Économie Soviétique — 1953-1960*, Ed.  
Grasset, 1960.

#### SOBRE A CHINA

- 99 EDGAR SNOW  
*La Chine en Marche*, Ed. Stock, 1962.
- 100 K. S. KAROL  
*La Chine de Mao*, Laffont, 1966.
- 101 *La Deuxième Revolution Chinoise*, Laffont, 1973.
- 102 «La Vie Quotidienne en République Populaire de Chine»  
(depoimentos), colectânea de artigos, in *Problèmes Poli-  
tiques et Sociaux*, n.º 171, 6-4-73, Documentation Fran-  
çaise.
- 103 «La Gestion Agricole en Chine», in *Le Courrier des Pays  
de l'Est*, n.º 182, Fevereiro de 1975, Documentation  
Française.
- 104 «La Chine Après la Revolution Culturelle», série de arti-  
gos de Robert Guillain, *Le Monde*, 21-25 de Setembro  
de 1971.
- 105 «La Science et la Technique à la Chinoise», série de arti-  
gos de Nicholas Vichney, *Le Monde*, 13-16 de Junho  
de 1973.
- 106 «Les Chinois Reinventent l'Industrie», artigo de J. R.  
Barthelemy, in *L'Usine Nouvelle*, 23 de Maio de 1974.



SOBRE CUBA

- 107 JUAN Y VERENA MARTINEZ ALIER  
*Cuba: Economía y Sociedad*, Ed. Ruedo Iberico,  
1972.
- 108 JEAN JACQUES ALPHANDERY  
*Cuba — L'Autre Révolution (douze Ans d'Economie  
Socialiste)*, Ed. Sociales, 1972.
- 109 JOSE YGLESIAS  
*In The Fist of The Revolution (Life in Castro's  
Cuba)*, Pelikan Books, 1970.
- 110 «Cuba: Quinze Ans de Castrisme», colectânea de tex-  
tos, in *Problèmes Politiques et Sociaux*, n.ºs 231-232,  
21 de Junho de 1974, Documentation Française.
- 111 «Cuba: De l'Utopie aux Realités», série de artigos de  
Charles Vanheke, *Le Monde*, 18-20 de Março de 1971.

SOBRE O CHILE

- 112 *A Experiência Chilena*, colectânea de entrevistas de  
J. Fernandes Fafe, Iniciativas Editoriais, Setembro de  
1973.
- 113 ERNESTO PASTRANA  
e MONICA THRELFALL  
*Pão, Tecto & Poder (O Movimento Popular de Rei-  
vindicação Habitacional — 1970/1973)*, Cadernos  
Maria da Fonte, Janeiro de 1975.
- 114 «La Reforme Agraire au Chili, 1965/72», in *Notes  
et Etudes Documentaires*, n.ºs 4006-4007, 17 de Julho  
de 1973, Documentation Française.
- 115 «Chili — Deux Ans de Gouvernement Allende, Novem-  
bre 70 - Novembre 72», colectânea de textos, in *Problè-  
mes Politiques et Sociaux*, n.ºs 152-153, 1-8 de Dezem-  
bro de 1972, Documentation Française.

- | N.º de<br>ordem | Referência completa<br>da obra   |
|-----------------|--|
| 116             | «L'Expérience Chilienne à l'Épreuve», série de artigos de Pierre Kalfon, <i>Le Monde</i> , 17-18 de Janeiro de 1972. |
| 117             | «La Montée des Perils au Chili», série de artigos de Marcel Niedergang, <i>Le Monde</i> , 3-5 de Junho de 1972.      |
| 118             | «Le Chili, Malade de l'Inflation», série de artigos de Pierre Kalfon, <i>Le Monde</i> , 20-21 de Junho de 1973.      |

#### SOBRE PORTUGAL

- |     |  |
|-----|--|
| 119 | <i>Textos Históricos da Revolução</i> , três volumes, Ed. Diábril, Junho 75 - Novembro 75 - Maio 76.   |
| 120 | M. VIEIRA e D. OLIVEIRA<br><i>O Poder Popular em Portugal</i> , Ed. Centelha, Março de 1976.   |
| 121 | J. PIRES<br><i>Greves e o 25 de Abril</i> , Ed. Base, sem data.  |
| 122 | <i>Dossier II República, I Volume, 25-4-74 a 25-4-75</i> , colectânea de textos, Ed. Afrodite, Março de 1976.  |
| 123 | «Situação da Economia Portuguesa — que Saída?» e «Política Económica dos Governos Provisórios», artigos, respectivamente, colectivo e de Mário Murteira, in <i>Economia e Socialismo</i> , n.º 1, Abril de 1976. |

Nota — Para o texto sobre Portugal foram, naturalmente, consultadas muitas outras fontes, em particular da imprensa (algumas referidas no texto), que é impossível enumerar.

## BIBLIOGRAFIA POR «EXPERIÊNCIAS HISTÓRICAS»

(os números remetem para a lista anterior)

RÚSSIA (incluindo textos teóricos de autores russos):

Ref.<sup>as</sup> 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 13, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 34, 42, 43, 44, 45, 48, 51, 72, 82 a 98.

CHINA — Ref.<sup>as</sup> 28, 31, 32, 33, 37, 38, 39, 48, 49, 99 a 106.

ESPANHA — Ref.<sup>as</sup> 35, 36, 53, 54, 56, 57, 58, 59.

CUBA — Ref.<sup>as</sup> 15, 16, 30, 46, 47, 55, 63, 65, 66, 68, 107 a 111.

CHILE — Ref.<sup>as</sup> 50, 52, 60, 61, 62, 112 a 118.



## ÍNDICE ALFABÉTICO POR ASSUNTOS

Este índice foi elaborado num tempo relativamente limitado, pelo que se admite presente numerosas falhas. Ainda assim, preferimos incluí-lo, por julgarmos que, de qualquer modo, pode constituir um útil instrumento de consulta.

Sublinhe-se que se trata de um índice por «assuntos», o que significa que nem sempre as palavras ou expressões usadas no índice se encontrarão reproduzidas no texto. Mas o *assunto* a que se referem estará tratado na página respectiva.

O parêntesis (d) depois de algumas palavras significa que a referência abrange essa mesma palavra ou algum derivado. Exemplos: Burocracia inclui «burocratas», «mecanismos burocráticos», etc.; Estaline inclui «estalinismo», «processos estalinistas», etc.; Spínola inclui «spínolismo», «spínolistas», etc.

### A

- Acumulação socialista — 33, 133, 156, 162, 171, 172-176; descentralizada, 179; primitiva (lei), 61, 172-176, 179, 238.
- Administração *versus* Governo — 19, 29, 62, 62 (n. 33), 141, 142.
- Alianças de classe (p. extensão: bloco histórico) — 26, 32, 33, 49, 50, 51, 65 (n. 36, 37), 101, 118, 123, 124, 125, 126, 127, 130, 134, 144, 146, 149-153, 164, 171, 174, 199, 212-213, 212 (n. 20), 221 (n. 21), 242, 256, 263, 264.
- Antimonopolismo — 216-218.
- Arrojo revolucionário — 229, 231, 246, 252.
- Assembleias populares — 97 (n. 6), 108, 168, 211.
- Auto-suficiência — v. «Contar com as próprias forças».

### B

- Bakunine — 20.
- Bases ideológico-culturais do socialismo — 70, 71, 76, 85, 87; v. Gramsci, Homem novo, Princípios socialistas, Revolução cultural.
- Bases materiais do socialismo — 26, 30, 32, 33, 35, 44, 45, 70, 76, 85, 137, 144, 159, 170, 172 (n. 48).
- Batalha da produção — 116, 163, 246, 247, 259, Anexo 5.
- Bukharine — 55 (n. 26), 61, 69, 127, 132, 174, 186, 247 (n. 37), 257.
- Burguesia — v. Grande-burguesia, pequena-burguesia.
- Burocracia (d) — 41, 45, 51, 64, 81, 82, 83, 83 (n. 46), 100, 106, 126, 127, 130, 131, 135, 139, 141, 154, 162, 166, 168, 177, 178, 230, 233, 233 (n. 33), 234, 239, 242, 249, 255, 256, 265, Anexo 5.

## C

- Campesinato — 32, 33, 34 (n. 12), 65, 65 (n. 36, 37), 68 (n. 39), 122-127, 147, 149, 149 (n. 28), 151, 152, 159, 164, 171; v. Alianças de classe, Ocupações, Reforma Agrária (estas duas últimas entradas cobrem praticamente todas as referências a «campesinato» no Cap. III, isto é, para o caso português).
- C. D. S. — 183, 203, 221, 226 (n. 27), 235, 238, 241, 258 (n. 44).
- Centralismo democrático — 40 (n. 16), 71, 134.
- Chile — 48, 93, 93 (n. 2), 94, 97 (n. 6), 107-110, 110 (n. 13), 112-114, 115-117, 143, 173 (n. 49), 175, 182, 216, 219, 234, 235, 237, 261, 262, 268, 268 (n. 47).
- China — 31, 45, 67, 68, 68 (n. 38, 39), 69, 69 (n. 41), 72, 73, 76, 77, 78, 80, 93, 93 (n. 2), 117-120, 122, 123-124, 132, 133, 134 (n. 19), 135, 138, 150-152, 154, 161, 163 (n. 40), 169, 170, 175, 177-180, 182, 213, 231 (n. 32), 247 (n. 37), 262; v. Mao Tsé-tung.
- C. I. P. — 215, 218, 225 (n. 26).
- Classes médias — v. Pequena-burguesia.
- Colectivização da agricultura — 34 (n. 12), 51, 53, 68 (n. 39), 86, 122, 123.
- Comércio externo (nacionalização) — 56 (n. 28), 157, 159, 173-174, 251; v. Protecção socialista.
- Comités de fábrica, comissões de trabalhadores, comissões de moradores — v. Control operário, Duplo poder, Ocupações, Poder popular (órgãos de).
- Comunas populares (China) — 67, 69, 78, 170.
- Comunismo de guerra — 37 (n. 15), 53-67, 69, 121, 163 (n. 40), 170, 171, 241.
- Concessões (política de) — 157, 158 (n. 36), 159.
- Conselho Superior de Economia Nacional (Rússia, 17) — 27, 62 (n. 34), 171 (n. 47).
- Constituição portuguesa (1976) — 182, 183, 222 (n. 22), 245.
- «Contar com as próprias forças» — 38-39, 68 (n. 40), 105, 122, 138, 190, 220.
- Contradições — 71, 72, 72 (n. 42), 73, 154, 172 (n. 48), 191, 192, 194, 195, 213, 244, 244 (n. 36), 253, 254, 264.
- Controlo operário (tb. Controlo da produção) — 23, 24, 26, 34, 38, 39, 42, 73, 78, 99, 166-168, 243-245, 244 (n. 36).
- Copcon — 211, 220, 221, 267.
- Cuba — 31, 45, 46, 47, 66, 67, 68 (n. 38), 75, 76, 79, 80, 82, 93, 93 (n. 2), 117, 118, 120-122, 124, 125, 131, 132, 134 (n. 19), 135, 154, 155, 155 (n. 33), 161, 163, 163 (n. 40), 165, 167-169, 167 (n. 46), 175, 177, 182, 192, 241, 242, 249, 249 (n. 38), 262; v. Fidel Castro, Guevara.
- «Custos da Revolução» — v. Hegemonia transitória e duradoura, «Sacrifícios» pós-revolucionários.

## D

- Decreto sobre a terra (Rússia, 17) — 55, 56, 128.
- Democracia burguesa *versus* Democracia socialista — v. Princípios socialistas, Revolução burguesa *versus* Revolução socialista.
- «Democracia directa» (Cuba) — 83 (n. 46), 131, 155 (n. 33), 167-169.
- Departamento I de Marx — v. Marx e o Departamento I.
- Desaparecimento do Estado — 19, 21 (n. 3), 28, 29, 62, 62 (n. 33), 127, 141, 142.
- Desarticulação económica — v. Etapas da transição, Pré-revolucionárias (fases).
- Descolonização — v. Guerra colonial/descolonização.
- Desenvolvimento sem acumulação prévia — v. Produzir sem investir.
- Desmonetarização (tb. Economia natural) — China, 69, 79-80; Cuba, 47, 79-80, 163, 167, 167 (n. 46); Espanha, 105; Portugal, 240-242, 248-249, Anexo 4; Rússia, 37, 56, 59, 60.
- Direcção política do movimento de massas — v. Partido/massas.
- Ditadura — Democrática popular, 151, 152; democrática revolucionária, 24

(n. 5), 145, 146, 149, 153; do proletariado, 18, 19, 20, 63, 74, 91, 148, 148 (n. 26), 152, 152 (n. 30), 166 (n. 44).  
Documento-Guia Povo/M. F. A. — 97 (n. 6).  
Duplo poder — 95-111, 117, 144; Chile, 97 (n. 6), 107-110, 110 (n. 13); Espanha, 101-107; em fases pré-revolucionárias de luta armada, 117; Portugal, 97 (n. 6), 184-185, 198, 201, 205-213, 219-221, 225; Rússia, 95-101; v. Poder popular (órgãos de) Sovietes.

## E

Economia de guerra — 60, 61, 76, 121; v. Comunismo de guerra.  
Economia natural — v. Desmonetarização.  
Economias de escala — 137, 176 (n. 52), 178.  
Economicismo — 32, 33, 36, 47, 73, 80, 88, 136-138, 140, 154, 170.  
Emigração (d) — 189-190, 192, 232-234.  
Empresas mistas (Rússia 17, China) — 133, 171 (n. 47).  
Emulação socialista — 64, 164, 247; v. Estimulantes morais/materiais.  
Encomendas do Estado — 63, 133, 246 (n. 37).  
Engels — e a «autonomia do Estado», Anexo 3; e o campesinato, 34 (n. 12); e a «revolução antes de tempo», 146 (n. 25); sobre socialismo e transição, 16.  
Espanha (1931-1939) — 22, 42 (n. 17), 93, 101-107, 112 (n. 15), 117.  
«Esquerda revolucionária» (Portugal) — 201 (n. 12), 263, 264.  
Estado ao serviço dos trabalhadores — 110, 116, 216, 217, 218, 219, 228, 230, 239, 254, 268 (n. 47).  
Estado revolucionário (natureza de classe) — 24 (n. 5), 106, 107, 110, 127, 134, 142-156, 166 (n. 44).  
Estaline (d) — 33, 122, 125, 174, 175.  
Estimulantes morais/materiais — 46, 56, 64, 79, 122, 133, 162-164, 165; v. Emulação socialista, Guevara, Princípios socialistas.  
Estratégias de grande potência — 68 (n. 38), 154, 154 (n. 31).

Etapas da transição — 18, 24, 26, 65, 66, 74, 117-141, 146-148, 160-161;  
Etapas de consolidação — Períodos de queda e recuperação, 118, 121, 122, 129, 131, 157, 160; desarticulação económica, 118, 147, 157, 162, 257;  
Etapas de «construção do socialismo» — 134, 136, 139.  
Exército revolucionário — v. Forças Armadas e Revolução.

## F

Fascismo (d) — 187, 192, 194, 195, 197, 200, 208, 217, 221, 226, 267, 268-269.  
Fidel Castro — 66, 75, 76, 80, 83, 167, 168.  
Forças Armadas e Revolução — 124, 197, 231 (n. 32), 256.  
Forças Armadas (Portugal) — 192-197, 200, 206-208, 210, 211, 220-223, 225, 226, 227, 228, 231, 256, 268; v. M. F. A.

## G

Gestão de empresas (e sectores) socialistas — 73, 78, 133, 158, 165, 166.  
Gestão orçamental (da economia) — v. Grandes debates (Cuba), Orçamento, Socialismo (direcção da economia).  
Glavki (Rússia, 17) — 62, 166 (n. 43, 44).  
Governo ao serviço dos trabalhadores — v. Estado ao serviço dos trabalhadores.  
Gramsci — 49, 49 (n. 18), 50, 52, 87 (n. 48), 91, 92, 143, 148 (n. 26), 153, 198 (n. 7), 263, 266.  
Grande-burguesia (Portugal) — 192, 194-195, 194 (n. 5), 214-218, 220-221, 222 (n. 22).  
«Grande Salto em Frente» (China) — 67, 69, 70, 169.  
Grandes debates económicos — Rússia (1924-26), 32-33, 132, 174; Cuba (1963-65), 132.  
Greves (Portugal) — 206, 206 (n. 15), 210.  
Guerra Civil — 51, 94, 117, 118, 121, 125, 158 (n. 36).



Guerra colonial/descolonização — 94 (n. 3), 192-194, 223-224, 224 (n. 24), 251 (n. 40), 265 (n. 46).  
Guevara — 22, 44, 46, 48, 76, 79, 132, 165, 166, 192, 241, 252.

## H

Hegemonia «transitória» e «duradoura» — 51, 53, 82, 87 (n. 48), 118, 125, 153, 154, 164.  
Homem novo — 48, 76, 79, 81, 141; v. Bases ideológico-culturais do socialismo, Revolução cultural.

## I

Igualitarismo — 21 (n. 3), 24, 56, 56 (n. 29), 58, 59, 69, 105.  
Imaginação — 47, 66, 67, 74, 77, 132, 136, 161 (n. 39), 197, 251 (n. 40), 266.  
Independência nacional — 158, 159, 187-190, 250-251, 253, 257-259, 265.  
Indústria pesada *versus* indústria ligeira — 45, 70, 72, 78, 170, 175-177; v. Marx e o departamento I.  
Internacionalismo proletário — v. Socialismo num só país.  
Intervenção do Estado em empresas — 158, 209, 240, 240 (n. 35), 265.  
Investimento (critérios de) — 77, 133, 174, 176-178, 236, 238, 251, 253-255; v. Princípios socialistas, «Produzir sem investir», Tecnologias.  
«Investir no socialismo» — 133, 156, 172, 228, 234, 246 (n. 37).

## L

Legalidade revolucionária — 100, 109, 111, 143, 185, 198, 208-210, 219-221, 230, 256.  
Lei do valor (durante a transição) — v. Acumulação socialista, Grandes debates económicos, Transição para o socialismo (coexistência/conflito de dois modos de produção e relações mercantis durante).  
Lenine (por ordem do aparecimento da 1.ª referência) — inclinações «libertárias», 21, 21 (n. 3), 23, 38, 39; *sobre*: o Estado revolucionário e a «revolução permanente», 21 (n. 3),

23, 24, 24 (n. 5), 25, 74, 126-127, 145-146, 149, 187; o igualitarismo, 21 (n. 3), 57, 58 (n. 30); o controlo operário, 23, 24, 26, 38, 39; as etapas da transição, 24, 74; o capitalismo de Estado, 25, 25 (n. 6), 63, 74; o papel da banca nacionalizada, 25; a iniciativa das massas, 25, 38, 39; o socialismo num só país, 26, 63, 148-149, 149 (n. 26); a moeda no socialismo, 36, 37, 37 (n. 15); o centralismo democrático, 40 (n. 16), 71; a revolução cultural, 43; a «escola do capitalismo», 44, 63, 77; os técnicos e especialistas, 44, 45, 57, 63; a burocracia, 45, 166; o Plano, 45, 63; as maiorias, 51 (n. 20); a pequena-burguesia, 52, 153; a duração do período de transição, 53, 64; o *taylorismo*, 58; o desaparecimento do Estado, 62; as «duas metades da Revolução», 63; a emulação socialista, 64; a decrescente base proletária da Revolução Russa, 65 (n. 36); o duplo poder, 95, 96, 185; o «comunismo» dos camponeses, 126; as breves pós-revolucionárias, 127; a adopção do programa agrário dos S. R., 128; as posições do Partido após Fev. 1917, 147; as «despesas socialistas», 156; a reacção dos capitalistas após Out. 1917, 158 (n. 36); as concessões, 159; as bases materiais do socialismo, 159; a direcção (colegial/única) das empresas, 166; a indústria pesada, 172; os erros de esquerda e de direita, 259.

Lisnave — 206-207, 215, 225.

Lógica socialista *versus* Lógica capitalista — v. Princípios socialistas.

Luta de classes — v. Pré-revolucionárias (fases), Transição para o socialismo.

## M

Maiorias e minorias — 51, 51 (n. 20), 143, 143 (n. 22).

Mao Tsé-tung — 15, 46, 48, 53, 67, 68, 69, 71, 72, 72 (n. 42), 73, 74 (n. 43), 75, 87, 94, 150, 151, 154 (n. 32), 166, 176, 213.

Marx — *sobre*: o departamento I (bens de produção), 170, 179; a ditadura

do proletariado, 18; as duas fases da transição, 18; a repartição socialista, 56 (n. 29); a revolução permanente, 145.

Marxismo e anarquismo — 20, 21, 21 (n. 3), 22, 42 (n. 17).

Massas — v. Duplo poder, Legalidade revolucionária, Lenine (sobre a iniciativa das massas), Partido/massas, Poder de Estado/Poder das massas, Transição para o socialismo (mobilização e participação das massas).

M. D. E. /S. — 215.

M. D. P./C. D. E. — 206, 211, 217.

M. F. A. — 97 (n. 6), 183 (n. 2), 194-197, 200, 206-208, 208 (n. 16), 217, 221 (n. 21), 222-224, 223 (n. 23), 226-227, 227 (n. 28), 258 (n. 45), 263, Anexo 2; v. Forças Armadas (Portugal).

Ministério do Trabalho (Portugal) — 200, 206, 206 (n. 15), 247.

Modelo de «três sectores» — 181-182.

Modelos — 45, 66, 67, 68, 69, 74, 75, 122, 129, 132, 169, 200 (n. 10); de desenvolvimento, 32, 45, 68, 69, 133, 138, 170, 175, 176, 178.

Moeda na transição — v. Desmonetização, Lenine (sobre a moeda no socialismo).

## N

Nacionalizações — Cuba, 120, 121, 131; como *necessidade* revolucionária, 147, 158, 161, 172, 173; Portugal, 222 (n. 22), 227, 234-240, 237 (n. 34), 243, Anexo 4; «punitivas» e «espontâneas», 131; Rússia, 55, 55 (n. 26), 131, 159.

N. E. P. (Rússia, 1921) — 44, 53, 59, 65, 69, 121, 122, 126, 131, 156, 157 (n. 34), 159, 164, 166, 171.

Nove (Grupo dos) — 220, 221, 222.

## O

Ocupações (casas, terras, empresas) — Chile, 108, 108 (n. 12), 109; Espanha, 103, 105; Portugal, 184, 208-209, 208 (n. 17), 211 (n. 19), 232, 256; Rússia, 100, 100 (n. 8); v. Duplo poder, Poder popular (órgãos de).

Oliveira Martins — 188-190.

Oposição operária (Rússia) — 164 (n. 41), 167.

Orçamento — 60, 62, 133, 156, 158, 163, 166 (n. 45), 167, 229-231, 246 (n. 37), 249, 249 (n. 38); v. Socialismo (direcção da economia).

Organização socialista da economia — v. Socialismo (direcção da economia).

Otelo Saraiva de Carvalho — 227, 231, 262, 267.

## P

Países da Europa de Leste — 32 (n. 11), 34, 93, 93 (n. 2), 94, 125, 161 (n. 39), 165, 168, 173 (n. 50), 181, 199, 199 (n. 9).

Partido Comunista Português (P. C. P.) — 197, 199 (n. 9), 200, 201, 203, 204, 211, 212 (n. 20), 213, 216, 220, 221 (n. 21), 222, 227, 227 (n. 29), 243, 244, 263, 268, Anexo 2; v. Partido *potencialmente* revolucionário.

Partido/massas (relação) — 38, 40, 71, 83-84, 93, 109, 125, 126, 127-131, 134, 140, 144, 146-147, 153-154, 155, 163, 164, 166, 168, 198, 201 (n. 12), 211-212, 216, 221 (n. 21), 239, 263, 265, 266, 268, Anexo 3.

Partido Popular Democrático (P. P. D.) — 183 (n. 2), 192, 195.

Partido *potencialmente* revolucionário — 198, 198 (n. 7), 199, 199 (n. 9), 204, 211, 266, 267.

Partido Socialista Português (P. S.) — 183, 185, 222, 226, 236, 264, 268, Anexo 2.

Pequena-burguesia (tb. classes médias) — 52, 52 (n. 22, 23), 55, 118, 152, 153, 193, 195-197, 199 (n. 9), 210, 222, 263-264, Anexo 3; v. Pequenas empresas.

Pequenas empresas (por extensão: pequena produção) — 55, 55 (n. 26), 63, 78, 171, 176 (n. 52), 178, 214, 219.

Planificação, Plano — v. Socialismo (direcção da economia).

Plano de Acção Política (P. A. P.) — 258, 258 (n. 45).

«Plano Melo Antunes» (P. P. E. S.) — 185 (n. 4).

Poder de Estado/Poder das massas (relação) — 26, 38, 40, 41, 42 (n. 17), 50, 98-100, 106, 110, 125, 127, 130, 131, 136, 140, 153, 216, 219-220, 245.

Poder popular (órgãos de) — 97 (n. 6), 99, 103, 107, 108, 109, 184, 211, 233 (n. 33), 243; v. Controlo operário, Duplo poder, Ocupações.

«Política no posto de comando» — 73, 132, 170, 175.

Portugal (referências nos dois primeiros capítulos) — 32, 48, 50 (n. 19), 60 (n. 32), 82 (n. 45), 93, 94 (n. 3), 97 (n. 6), 112 (n. 15), 134, 154.

Preobrajensky — 33, 37, 55 (n. 26), 60, 61, 90, 132, 156, 160, 172, 173, 173 (n. 49, 50), 174, 175, 175 (n. 51), 179, 247 (n. 37).

Pré-revolucionárias (fases ou crises) — Caracterização, 95, 198, 205; Desarticulação e «sabotagem» económicas como reacção global do sistema, 114, 157, 215; » » no Chile, 113, 115; » » em Espanha, 102, 112 (n. 15); » » em Portugal, 198, 201, 214-219, 230, 239, 246, 250 (n. 39), 258 (n. 44); » » na Rússia, 111-113; luta de classes (durante), 114, 115, 117, 143, 191, 202-204, 215, 216, 219-221, 224, 232, 238, Anexo 2; poder político (durante), 96, 101, 110, 111, 116, 117, 143, 144, 199-200, 225, 257, 264-265, Anexo 3 [v. Estado ao serviço dos trabalhadores, Poder de Estado/Poder das massas]; referências genéricas, 31, 32, 92-94, 93 (n. 2), 96, 143, 153, 155, 183-184, 187, 190, 235, 267-268, Anexo 1; tipologia, 93, 117.

Princípios socialistas — 27-30, 36, 45, 56, 58, 60, 61, 64, 70, 72 (n. 42), 73, 77, 80, 84, 86, 116, 121, 122, 132, 133, 138, 158, 162, 165, 176, 178, 265.

«Produzir sem investir» — 77, 133, 176, 178.

Propriedade (jurídica) *versus* Apropriação (social) — 28, 28 (n. 8), 36, 45, 46, 83, 177, 182.

Proteccionismo socialista — 157, 257; v. Comércio externo (nacionalização).

## R

Racionamento — 252; em Cuba, 252 (n. 42); na Rússia, 58, 59.

Reforma Agrária — China, 123, 124; Cuba, 125; Países de Leste, 125; Portugal, 204, 205 (n. 14), 209, 211 (n. 19), 227, 243, 256; Rússia, v. Decreto sobre a terra; v. Campesinato, Ocupações.

Relações de produção — explícitas e subjacentes, 177, 179; reprodução das, 137, 139, 161; socialistas, 136, 156, 160, 164, 165, 173 (n. 50), 238, 242.

Relações entre estados socialistas — v. Estratégias de grande potência, Socialismo num só país.

Revolução — burguesa *versus* socialista, 23, 30, 90, 143, 144-149, 155; cultural, 42, 43-47, 50, 52, 53, 71, 73, 76, 85, 122, 136, 139, 154, 156, 160, 167, 169, 170, 174, 266; democrática popular, 128, 151; e desenvolvimento desigual, 191; a «meio caminho», 26, 95, 106, 107, 116, 143, 147, 148; em países «atrasados», 31, 47, 48, 147, 150, 151, 152, 162, 172, 187, 191; em países «avançados» (e «inter-médios»), 48, 49, 52, 152, 162, 172, 187, 191, 261 e seg.; permanente, 24, 26, 145, 147, 148, 148 (n. 26), 149, 149 (n. 27), 154, 155.

Revolucionarização (tb. luta) ideológica — v. Revolução cultural.

Rosa Luxemburgo — 22, 27, 81, 115, 129, 143, 145.

## S

S. A. A. L. — 233 (n. 33).

«Sacrifícios» pós-revolucionários — 51, 81, 82, 118, 164, 251, 259; v. Hegemonia «transitória» e «duradoura».

Social-democracia — 183, 183 (n. 2).

Socialismo — e centralização/descentralização (económica, política), 70, 71, 78, 162-170, 177, 179, 180, 243; e colectivização total dos meios de produção, 34, 35, 35 (n. 13), 55, 86, 147, 158, 179; definição do Manual da U. R. S. S., 35 (n. 14); direcção da economia (tb. planificação, Plano),



19, 60, 62, 63, 64, 75, 80, 80 (n. 44), 84, 132, 133, 135, 139-141, 157, 158, 161-170, 176, 178, 246; *versus* economia planificada, 135; «de miséria», 32, 81, 185-187, 185 (n. 4); num só país (p. ext. internacionalismo proletário, relações entre estados socialistas), 25, 26, 63, 68, 68 (n. 38), 133, 147, 148, 149, 149 (n. 27), 153-155, 252, 252 (n. 41); e prioridade dos valores de uso (tb. «efeito social útil»), 64, 85, 122, 138, 178, 238, 248, 251; como «produto da experiência histórica» (Rosa Lux.), 27; como transição para o comunismo, 19, 26, 84; vias originais para, 75, 96, 181-197; v. Bases ideológico-culturais do socialismo, Bases materiais do socialismo, Homem novo, Princípios socialistas, Relações de produção socialistas, Transição para o socialismo.  
Socialização *versus* Estatização — 28 (n. 8), 35, 42, 46; v. Propriedade (jurídica) *versus* Apropriação (social).  
Soviètes — 20, 21 (n. 3), 42, 97, 98, 99, 100, 104; v. Duplo poder (Rússia), Lenine sobre o Estado Revolucionário, Lenine sobre o duplo poder.  
Spínola (d) — 195, 207, 216, 220, 221, 224, 258.

## T

Técnicos e especialistas — 44, 45, 57, 63, 118, 120, 130, 162, 166, 166 (n. 44), 219, 232, 251.  
Tecnologias — 70, 133, 137, 138, 162, 176-178; v. Independência nacional, Investimento (critérios de), Técnicos e especialistas.  
Transição para o socialismo — como acumulação de forças produtivas, 32,

34, 35, 45, 74, 80, 137, 139, 140, 175 (v. Economicismo); coexistência/ /conflito de dois modos de produção (e de «comportamento social»), 80, 81, 157, 161, 172, 238, 249; e conquista do poder político, 19, 20, 23, 38, 41, 42 (n. 17), 90, 91 (v. Ditadura do proletariado); «guinadas» *versus* «gradualidade» no processo de, 39, 45, 69, 83, 87, 88, 122, 123, 127, 155, 161; e luta de classes, 38, 40, 45, 46, 48, 72 (n. 42), 79, 80, 84, 85, 87, 88, 131, 134, 136, 139, 154, 159, 160, 174, 249; e mobilização/participação de massas, 25, 39, 40, 41, 45, 48, 51, 64, 70, 71, 73, 79, 81, 83 (n. 46), 122, 127, 154, 155, 167, 176, 199 (n. 9), 246 (v. Estado ao serviço dos trabalhadores, Partido/massas, Poder de Estado/poder de massas; relações mercantis durante, 37 (n. 15), 47, 56, 76, 122, 157, 173, 173 (n. 50); ritmo do processo de, 32, 45, 47, 69, 71, 123, 154 (n. 32), 155, 174, 199; simultânea com a transição para o comunismo, 66, 135; v. Etapas da transição.

Troca não equivalente — 173.

Trotsky — 23, 26 (n. 7), 52 (n. 23), 96, 147, 148, 148 (n. 26), 149.

## V

Vasco Gonçalves — 201 (n. 11), 208, 211 (n. 19), 218, 221-222, 247.  
«Via rápida para o socialismo» — 37 (n. 15), 65, 69, 121; v. Comunismo de guerra.  
Vias originais para o socialismo — v. Socialismo (vias originais para).  
Voluntarismo — 37 (n. 15), 47, 88, 121, 133, 140, 165, 247.



## ÍNDICE

	Pág.
Introdução ... ..	9
Capítulo I — Que Socialismo .. ..	15
Uma aproximação teórica ... ..	15
As lições do «comunismo de guerra» ... ..	53
A imaginação e os modelos — conclusões ... ..	67
Capítulo II — Pré-Revolução e transição ... ..	89
As fases pré-revolucionárias .. ..	89
As etapas da transição ... ..	117
Alguns aspectos fundamentais da transição ... ..	142
Capítulo III — O Caso Português ... ..	181
A «originalidade da via portuguesa» ... ..	181
A crise pré-revolucionária e os seus impasses .. ..	197
Conclusões provisórias — a revolução em países «intermédios» .. ..	261
Anexos	
Anexo 1 — Formalização gráfica da evolução económica pré e pós-revolucionária (Rússia, China, Cuba) .. ..	273
Anexo 2 — Texto I: M. F. A.: Movimento de libertação ... ..	277
Texto II: Razões de uma demissão (extracto) .. ..	281
Anexo 3 — Componentes políticas das situações pré-revolucionárias e dos seus possíveis desfechos ... ..	287
Anexo 4 — Nacionalizações e aberrações ... ..	291
Anexo 5 — Texto I: Entrevista ao <i>Diário de Notícias</i> (extracto) ...	295
Texto II: Notas sobre «controlo de produção» ... ..	299
Texto III: Controlo operário e poder político .. ..	305
Bibliografia .. ..	309
Índice alfabético por assuntos .. ..	325

## JOÃO MARTINS PEREIRA

Engenheiro, formado pelo I. S. T. em 1956, trabalhou em diversas fábricas, em Portugal e no estrangeiro (Alemanha, Áustria, Venezuela), até fins de 1963. Seguiu depois um curso de Economia e Sociologia do Trabalho na Universidade de Paris, e, desde 65, ocupa-se profissionalmente de estudos económicos numa empresa de projectos.

Pertenceu em 1967/68 ao corpo redactorial da *Seara Nova*, em 69/70 ao grupo que lançou a 2.ª Série de *O Tempo e o Modo*.

Fez parte da equipa colectiva que, sob o nome de Álvaro Neto, publicou, em 1969, o livro *Alguns Aspectos do III Plano de Fomento* (Ed. Seara Nova). Em 1971 publicou *Pensar Portugal Hoje* (Ed. D. Quixote), em 1974 *Indústria, Ideologia e Quotidiano* (Ed. Afrontamento) e em 1975 a brochura *Portugal 75 — Dependência Externa e Vias de Desenvolvimento* (Ed. Inic. Editoriais), colectânea de artigos publicados na revista *Vida Mundial*, onde foi responsável pela secção económica entre Novembro de 74 e Março de 75.

Em 1970/71 e 71/72 foi assistente de Economia Industrial no I. S. C. E. F., hoje I. S. E. Foi secretário de Estado da Indústria e Tecnologia no IV Governo Provisório (Março/Julho de 1975).

Foi dirigente da Associação de Estudantes do I. S. T.; participou na campanha do C. D. E. de Lisboa em 1969; apoiou a campanha presidencial do major Otelo em 1976; é director-interino do semanário *Gazeta da Semana*.



**Este drama estranho e apaixonante  
que é a construção do socialismo.**

**ERNESTO CHE GUEVARA**

coleção  
**CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS — POLÍTICA**